

The cover of the journal 'IBN MARUÂN' features a photograph of a dolmen, a prehistoric megalithic structure, set in a natural landscape. The dolmen consists of several large, grey, weathered stones. One large, flat stone is balanced horizontally on top of two larger, upright stones. The background shows a clear blue sky with some bare tree branches in the upper left and a green tree to the right. The foreground is covered in green grass and some dry twigs.

ابن مروان
IBN MARUÂN

Revista Cultural do Concelho de Marvão

N.º 8 - Dezembro de 1998

ابن مروان
IBN MARUÂN
Revista Cultural do Concelho de Marvão

Câmara Municipal de Marvão

*

Edições Colibri

ficha técnica

Director:

Jorge de Oliveira

Presidente do Conselho de Redacção:

Madalena Tavares (Vereadora da Cultura)

Conselho de Redacção:

Manuel Bugalho

(Presidente da Câmara Municipal)

António Garraio

Carmen Balesteros

Emília Machado

Hernani Sarnadas

João Vidal

Jorge de Oliveira

José Caldeira Martins

Maria da Felicidade Tavares

Vitor Frutuoso

Edição e Propriedade:

Câmara Municipal de Marvão

7730 Marvão

Na capa:

Anta do Vale da Figueira – Marvão

Colaboraram neste número:

A. B. Casado Mateos, António Manuel Vaz Gonçalves, António Rei, Carmen Balesteros, Francisco António Lourenço Vaz, Gonçalo Adriano Simões Gonçalves Lopes, João Chamiço Porfírio, João Sampaio, Joaquim Carvalho, Jorge de Oliveira, Manuel Inácio Pestana, M.^a A. Aldecoa Quintana, P. Bueno Ramirez, R. Barroso Bermejo, R. de Balbín Behrmann, Rui Arimateia, Ruy Ventura, Sofia Borges, Susana S. S. S. Cunha

Paginação:

Colibri Artes Gráficas, Lda.

Revisão:

Fernanda Araújo

Fotolitos e Montagem:

Arte & Modo, Lda.

Execução Gráfica:



Colibri Artes Gráficas, Lda.

Tiragem: 1.300 exemplares

Depósito Legal: 73235/93

ISSN: 0872 - 1017

Índice

- 7 Editorial
- 9 Nota de Abertura
-  temas
- 13 Antas e Menires do Concelho de Marvão
Jorge de Oliveira
- 49 Marvão: de Ammaia e de *Ibn Maruán* ao Património Mundial
Rui Arimateia
- 57 O complexo arqueológico de Vidais na correspondência trocada entre António
Maçãs e Leite de Vasconcellos
Jorge de Oliveira, Susana S. S. Cunha
- 87 O Seminário de Marvão (Recordações da Vida)
João Chamiço Porfírio
- 101 Poetas de S. Mamede (Brevíssima Apresentação)
Ruy Ventura
-  vária
- 135 Sepulcros Megalíticos en el Tajo: Excavación y Restauración de Dólmenes
en Alcántara, Cáceres, España
P. Bueno Ramirez, R. de Balbín Behrmann, R. Barroso Bermejo, M.ª A. Aldecoa Quintana,
A. B. Casado Mateos
- 183 Ocupação Humana no Concelho de Castelo de Vide desde a Pré-história até
à Alta Idade Média
Joaquim Carvalho
- 193 Arte Rupestre no Parque Natural da Serra de S. Mamede
Jorge de Oliveira, Sofia Borges

- 203 A Anta da Joaninha e a da Era de los Guardias (Cedillo - Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever
Jorge de Oliveira
- 247 O Nordeste Alentejano nos Geógrafos Árabes
António Rei
- 251 Perseguições aos Judeus Espanhóis através de três Kinot ou Lamentações Judaicas
Carmen Balesteros
- 269 A Propósito do Centro Histórico de Portalegre
João Sampaio
- 297 Novos Registos Mineiros na Região de Portalegre
Manuel Inácio Pestana
- 309 O Pensamento Económico de D. José Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas
Francisco António Lourenço Vaz
- 325 Cerâmicas dos Séculos XVII e XVIII de Vialonga
Gonçalo Adriano Simões Gonçalves Lopes
- 347 Assimetrias
António Manuel Vaz Gonçalves

**Os artigos assinados são da inteira
responsabilidade dos seus autores.**

**A Direcção da Revista não se
compromete com a publicação
dos artigos não solicitados.**

Solicita-se permuta.

On prie l'échange.

Exchange wanted.

Tauschverkehr erwünscht.

Porque é a 1.^a vez que, através da nossa revista, me dirijo como Presidente da Câmara Municipal aos que, escrevendo ou lendo, lhe vêm dando vida, não posso deixar de me congratular com todos pela magnífica expressão cultural do nosso conselho, que ela constitui.

Vivemos numa época em que a globalização da economia, as auto-estradas da informação e a hegemonização cultural podem conduzir a uma perda da identidade das diversas comunidades. Neste contexto, a publicação *IBN MARUÁN* é um veículo magnífico da nossa identidade e consequentemente a sua publicação impõe-se-nos como uma exigência.

Através dos riquíssimos trabalhos nela publicados, sabemos hoje muito melhor o que éramos e fizemos ontem, e o que somos e fazemos hoje.

A Unesco define a cultura como um conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo cultural. A cultura engloba assim, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

É de tudo isto que a *IBN MARUÁN* nos tem falado e nos tem dado a conhecer, e é por tudo isto que a *IBN MARUÁN* terá que continuar a ter o apoio incondicional de todos aqueles que a conhecem.

É verdade que, sendo a cultura uma maneira própria de viver em conjunto, outros instrumentos ou outros termos de expressão cultural terão que merecer o mesmo apoio e o mesmo desenvolvimento.

A recente candidatura de Marvão a Património Mundial, com a qual pretendemos qualificar de uma maneira muito própria a riqueza do património que temos e consequentemente dá-lo a conhecer como expressão do modo de viver e de estar, é outra forma de manifestação cultural.

Penso até que o desenvolvimento que desejamos e de que necessitamos deve ele próprio ser informado pela riqueza de cultura que temos e que nos caracteriza como comunidade.

Os trabalhos apresentados nesta revista são, uma vez mais, uma fonte de informação e de enriquecimento cultural para todos.



nota de abertura

Um pouco mais tarde do que o costume, o número oitavo da *Ibn Maruán* saiu. Primeiro há que reunir os textos dos colaboradores. Depois é a altura de organizá-los por forma a que enformem os vários *tempos* da revista. Quando, e neste número aconteceu, não há textos em número suficiente para formar um *tempo*, compete à direcção da *Ibn* procurar autores que possam colmatar essas falhas. Organizado o corpo-base da revista, reúne-se o Conselho Redactorial. Analisam-se os textos e a sua organização. Aceitam-se, ou rejeitam-se as colaborações. Também neste número houve necessidade e sobretudo houve a coragem suficiente para recusar alguns artigos. Não se trata de censura. Trata-se, acima de tudo, de manter a *Ibn Maruán* livre. A liberdade de uma linha editorial passa pela exclusão de artigos ofensivos do bom nome de cidadãos, passa pela exclusão de textos que à pala de culturais, ainda que, porventura, até o sejam, são, acima de tudo, construções literárias de opinião onde o vocabulário usado, ainda que a coberto de alguma *vox populi*, ridiculariza vivos e outros já falecidos. Os primeiros, sempre se poderiam defender, mas quem assumiria o direito de resposta dos segundos? Também se rejeitaram artigos, porque não originais. Alterar um título e manter o conteúdo igual ao já publicado noutra linha editorial, nem abona ao autor, nem aos respectivos espaços de publicação e muito menos agrada aos leitores. Iguamente, foram e serão motivo de exclusão textos que, pelas suas dimensões, ainda que porventura de grande interesse, ultrapassem o número máximo aceitável de páginas para qualquer revista, que varia entre as vinte e cinco e as trinta, em formato A4. Não se excluí, contudo e aliás como anteriormente já aconteceu, a possibilidade de se virem a publicar números especiais da *Ibn Maruán* enformados por um só texto, quando a Direcção da Revista, o Conselho Redactorial e sobretudo a Câmara Municipal de Marvão, na qualidade de proprietária da revista, considerem esses eventuais textos de relevante interesse para o concelho de Marvão, ou para a região.

Passadas todas estas fases, abre-se concurso para a composição, montagem e impressão da revista. Para este efeito, a Lei estabelece prazos, eventualmente muito longos, para quem gostaria de ter nas mãos, rapidamente, a desejada *Ibn*. Depois de composta, inicia-se a complexa fase das revisões. A primeira e muitas vezes a segunda é directamente assumida pela direcção da revista. A última, sobretudo quando se tratam de textos mais complexos, muito técnicos, ou escritos noutra língua, implicam a devolução aos respectivos autores, que nem sempre conseguem cumprir os prazos. Depois, segue todo o *miolo* para a gráfica que multiplicará por mil as páginas



compostas. Aí, nem sempre a impressão corre bem. Obriga a um acompanhamento quase diário. Por fim, imprime-se a capa, ordenam-se os cadernos e colam-se as lombadas. As separatas, com capa própria, ficam para o fim.

Aproxima-se o grande dia. Envia-se os convites, publicita-se o lançamento e espera-se ansiosamente que todos os autores e sobretudo cada vez mais leitores estejam presentes no dia em que a *Ibn Maruán* chega às mãos do público. Depois... depois respira-se fundo quando no fim da sessão se chega à conclusão que afinal valeu a pena e é altura de se começar tudo do princípio, porque nesse dia já nos perguntam quando sairá o próximo número.

Jorge de Oliveira



temas



Antas e Menires do Concelho de Marvão

As faces mais visíveis e por isso mais conhecidas do Megalitismo são as antas e os menires. Mas, por detrás destas expressões arquitectónicas esconde-se um vasto e complexo mundo de mitos emergentes das sociedades que gradualmente se sedentarizavam. Parece, assim, razoável que se possa estabelecer uma relação directa entre as primeiras comunidades de agricultores e pastores com o despoletar do Megalitismo. Durante muito tempo aceitou-se que o Megalitismo se reduzia às grandes construções, ou monumentos obtidos por grandes pedras, daí a sua denominação (do grego *megas*, grande e *lithos*, pedra) e que nada mais eram do que espaços, ou marcos funerários. À medida que a investigação foi avançando começou a constatar-se que o megalitismo não se limita, exclusivamente, a rituais de tumulação e que, paralelamente aos grandes monumentos, outros conjuntos simbólicos e estruturas de muito menores dimensões, obtidas, ou não, de pedra, igualmente faziam parte das expressões do Megalitismo. Simultaneamente, cada vez mais se reconhece que os mais pequenos pormenores dos aspectos mais visíveis do Megalitismo encerram em si toda uma profunda carga simbólica determinada por um mito, ou por um complexo mitológico, intimamente relacionado com a crescente consciência que o Homem tem da sua dependência face à natureza. Para ultrapassar esta dependência e fragilidade, assumidas no colectivo, o homem do Neolítico criou complexas expressões mentais, que, ritualizadas, chegaram até nós através das, por norma truncadas, manifestações a que apelidamos de megalíticas. Conhecemos, assim e tão só, uma ínfima parcela de um oceano recheado de expressões simbólicas, arquitectadas por comunidades que procuraram encontrar através do diálogo entre o mundo real e o imaginário respostas para as suas angústias e expectativas, resultantes de uma crescente tentativa de domesticação do ambiente que as rodeava. Condiçionadas por esse mesmo ambiente e sobretudo pela maior ou menor capacidade para a ele se adaptarem e dele tirarem o sustento, cada comunidade exprimiu de forma particular a ritualização das suas crenças, ao que tudo indica muito semelhantes, ou mesmo iguais, dentro do universo que os contactos culturais possibilitavam. Encontramos, desta forma, e dentro das mesmas balizas cronológicas diferentes expressões megalíticas. Embora obedecendo a um padrão simbólico comum, cada comunidade transfigurou o megalitismo, des-



pejando-o, ou rebuscando-o de acordo com os recursos propiciados, mais pela sua economia, do que pela matéria-prima disponível. Espelha-se, igualmente, na maior ou menor expressividade dos espaços cénico-rituais a proporcional capacidade de investimento em número horas-homem que cada comunidade conseguiu congrega para o mundo do simbólico. Não alheia a esta realidade deverá estar a relativa coesão social de cada grupo e a consequente capacidade de liderança. Factores como a riqueza dos solos e dimensão e diversidade de recursos nos territórios de exploração, condicionaram o maior ou menor número de excedentes das comunidades, que se vieram a projectar, da mesma forma, nos diferentes graus de sedentarização, condicionando, proporcionalmente, o investimento na ritualização dos seus mitos. Se esta realidade se espelha nas faces mais visíveis do megalitismo, ou seja, na arquitectura funerária e nos menires, ela está, igualmente, expressa no mobiliário votivo, na arte e nos múltiplos e complexos rituais da morte. A maior ou menor volumetria dos espaços cénico-rituais é acompanhada pelo maior ou menor número, diversidade e sobretudo riqueza das oferendas fúnebres, que reflectem, obrigatoriamente, o ambiente artefactual da comunidade que os sacrificou e do prestígio e influência dos tumulados. Partindo da relação entre o número de horas-homem necessário à construção dos sepulcros e o número de tumulados, facilmente se percebe que apenas uma pequena parcela da comunidade tinha direito a este tipo de sepulcro. Verifica-se que esta relação não é influenciada, quer por factores etários, quer por factores sexuais. Outras razões, que por agora desconhecemos, poderão estar na origem da selecção dos que a este tipo de sepulcros tinham direito. Uma das hipóteses a considerar prende-se, naturalmente, com algum tipo de elite emergente destas sociedades, para quem os outros teriam obrigações, incluindo após a vida. É, pois, neste contexto, que parece ter a sua máxima expressão durante o terceiro milénio antes de Cristo, que devemos compreender as manifestações megalíticas que se conservam no espaço que actualmente conforma o concelho de Marvão. Mas a face visível do megalitismo deste concelho inscreve-se numa realidade muito mais ampla, favorecida pelas potencialidades dos solos leves e bem drenados das meias encostas da Serra de S. Mamede, associados aos múltiplos recursos que o denso coberto vegetal das costas mais elevadas proporcionava. Um largo corredor envolvente da serra, coincidente com a mancha granítica, matéria-prima especialmente adaptável às grandes construções, que se parece iniciar nas terras mais aplanadas e arenosas do concelho de Nisa e se projecta além de Valência de Alcântara, já bastante para lá da actual fronteira política, encontra-se polvilhado de monumentos megalíticos com alguma coerência e uniformidade. Nesta meia encosta as terras são facilmente revolvíveis, abrem-se favoráveis áreas de pastorícia, a água encontra-se em abundância e as espécies cinegéticas são diversificadas, propiciando as condições necessárias à fixação de comunidades neolíticas e conferindo às manifestações megalíticas aspectos que as vão distinguir das que mais a norte, já beira-Tejo se conhecem. Enquanto junto ao Tejo os construtores de megálitos desenvolveriam uma economia virada essencialmente para a pastorícia, na área do concelho de Marvão as comunidades aqui estabelecidas há cerca de cinco mil anos veriam os seus excedentes aumentar, resultantes de uma economia predomi-



nantemente agrícola, mas fortemente reforçada pela pastorícia e por todos os recursos que uma serra, densamente arborizada, facultava. Sem atingir a monumentalidade dos sepulcros que noutras zonas mais ricas se conhecem, as manifestações arquitectónicas megalíticas identificadas no concelho de Marvão espelham, contudo, uma sociedade suficientemente organizada que podia disponibilizar proporcionais somas de horas-homem na ritualização das suas crenças. Numa área aproximada de 155 Km², que forma o actual concelho de Marvão conhecem-se 24 antas e três menires. Implantados, preferencialmente, ao longo do Rio Sever e junto aos terrenos mais limpos de afloramentos graníticos, estes monumentos assinalam, claramente, os espaços eleitos pelas comunidades neolíticas que se estabeleceram no território do actual concelho de Marvão.

Remonta ao século XVII, mais propriamente a 1693, a mais antiga referência conhecida sobre as antas de Marvão. Trata-se de um manuscrito que se encontrava incluído num maço de documentos de doações à Misericórdia de Marvão, hoje desaparecido. Num desses documentos encontrámos a doação do Curral da Atalaia à Misericórdia de Marvão, sendo parte da sua demarcação efectuada com uma anta à qual se uniam duas paredes. Acrescentava o documento que um dos muros ladeava o caminho que conduzia ao Porto de Santa Maria. Pela descrição parece não haver dúvidas de que a anta a que se referia este manuscrito é a do Curral do Matinho. Não deixa de ser interessante salientar que na área do Curral da Atalaia, e poucos metros para NO deste monumento, outra anta se conhece, embora dela o documento nada diga.

Num outro manuscrito que também já não consta do actual inventário do Arquivo da Misericórdia, datado de 1780 e bastante truncado, referia-se, expressamente, a Anta do Vale da Figueira, pela qual se partia uma propriedade, provavelmente doada à Misericórdia de Marvão. Esta anta encontra-se hoje incorporada numa parede de divisão de propriedade, sendo um dos poucos monumentos do concelho de Marvão que ainda conserva a cobertura da câmara na sua posição original.

No ano de 1924, Possidónio M. Laranjo Coelho faz publicar em Coimbra os primeiros capítulos da importante monografia *Terras de Odiana*, na qual faz referência às antas do concelho de Marvão. Regista as antas do Matinho, Vale de Figueira, Meirinha, Cruz da Ginja, Canto das Torres ou da Cavalinha e Mouta Rasa. Para além destes monumentos, Laranjo Coelho descreve as escavações efectuadas por Pedro Pena nas Lapas de Abrigo de Vidais, nas imediações do Rio Sever. A Pedro Pena também se ficaram a dever escavações, nas câmaras das Antas da Tapada do Castelo, Laje dos Frades, Enxeira dos Vidais e Granja.

Entre 1946 e 1947, Manuel Afonso do Paço, a convite do Presidente da Câmara Municipal de Marvão, desloca-se por diversas vezes a este concelho, tendo publicado os resultados das suas prospecções em dois trabalhos, apresentados, respectivamente, em 1949 no XVI^o Congrès Internacional de Geographie, e em 1950 no XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.

A *Carta Arqueológica do Concelho de Marvão* constitui o primeiro levantamento arqueológico sistemático de um dos concelhos incluídos na bacia do Sever. Neste



levantamento Afonso do Paço descreve e localiza vinte e uma sepulturas megalíticas e apresenta fotografias de doze.

Afonso do Paço, na *Carta Arqueológica*, não refere que tivesse procedido a escavações em qualquer dos monumentos descritos. Contudo, sabemos, por informação oral de um lavrador que o acompanhou nas visitas a este concelho, que a Anta da Meirinha, a da Cavalinha e a do Jardim foram sondadas, ainda que superficialmente.

Após o trabalho de campo de Afonso do Paço (1946/47/48) até ao inventário de Georg e Vera Leisner (1959) várias referências se conhecem a monumentos megalíticos desta região, sem que, contudo, novos e significativos dados sejam divulgados.

Será com a divulgação dos diversos estudos sobre as sepulturas megalíticas da Península Ibérica, da autoria de Georg e Vera Leisner (Leisner, 1956, 59, 65), mas sobretudo com a publicação dos volumes que compreendem o Alentejo, que uma visão de conjunto foi possível estabelecer para esta região. O grande *corpus* que resulta do exaustivo levantamento empreendido pelo casal alemão marca uma nova época no estudo da Pré-História peninsular. As largas centenas de monumentos que são localizados, descritos, desenhados e alguns fotografados, bem como a divulgação de espólios recolhidos, possibilitaram ao casal Leisner estabelecer as primeiras leituras coerentes desta complexa manifestação cultural, ao mesmo tempo que escreviam as primeiras sínteses baseadas em dados verdadeiramente científicos.

Em 1973 organizámos o Grupo de Arqueologia de Santo António das Areias que tinha como objectivo primeiro actualizar a Carta Arqueológica iniciada por Afonso do Paço e proceder à recolha de espólio arqueológico disperso pelo concelho de Marvão. Como consequência directa da acção desse grupo foi possível pôr termo a uma campanha de escavações desenvolvidas por populares em monumentos megalíticos da área de Vidais que se propunham encontrar o tesouro que Pedro Pena nunca encontrara. Dessas caças ao tesouro resultaram, ainda, a destruição da Anta da Tapada do Castelo, a escavação do corredor da Anta da Granja e a total limpeza da câmara e parte do corredor da Anta da Laje dos Frades. Uma ínfima parte do espólio exumado foi recolhido para o já extinto Museu de Santo António das Areias, encontrando-se actualmente exposto no Museu Municipal de Marvão. No seguimento das prospecções efectuadas apresentámos no IV Congresso Nacional de Arqueologia (1980), em colaboração com Ana Carvalho Dias, uma comunicação com o inventário e estado de conservação das vinte e quatro sepulturas existentes no Concelho de Marvão. À lista já divulgada, quer por Afonso do Paço, quer por Georg e Vera Leisner, acrescentámos mais três monumentos inéditos: Bola da Cera, Pombaís e Sapateira Pequena. Ao texto desta comunicação, entretanto reformulado, anexou-se o estudo de parte do espólio recolhido em 1973 na Anta da Tapada do Castelo, vindo a dar origem ao pequeno livro *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, publicado em 1981.

Entre 1982 e 1995, no âmbito de um projecto de investigação, procedemos ao inventário e estudo das manifestações megalíticas da bacia hidrográfica do rio Sever. No decurso desse projecto, procedeu-se à escavação e estudo de pormenor dos seguintes sepulcros megalíticos situados na área do concelho de Marvão: Pombaís, Bola da



Cera, Castelhanas, Cabeçuda e Figueira Branca. Ainda no âmbito desse projecto, procedemos, igualmente, à escavação da área envolvente do Menir da Água da Cuba, também situado neste concelho. Para além destas escavações realizaram-se novas campanhas de prospecção que possibilitaram a identificação do Menir dos Pombais e o do Corregedor.

Foram, assim, até ao momento registados os seguintes monumentos megalíticos no concelho de Marvão:

Antas:

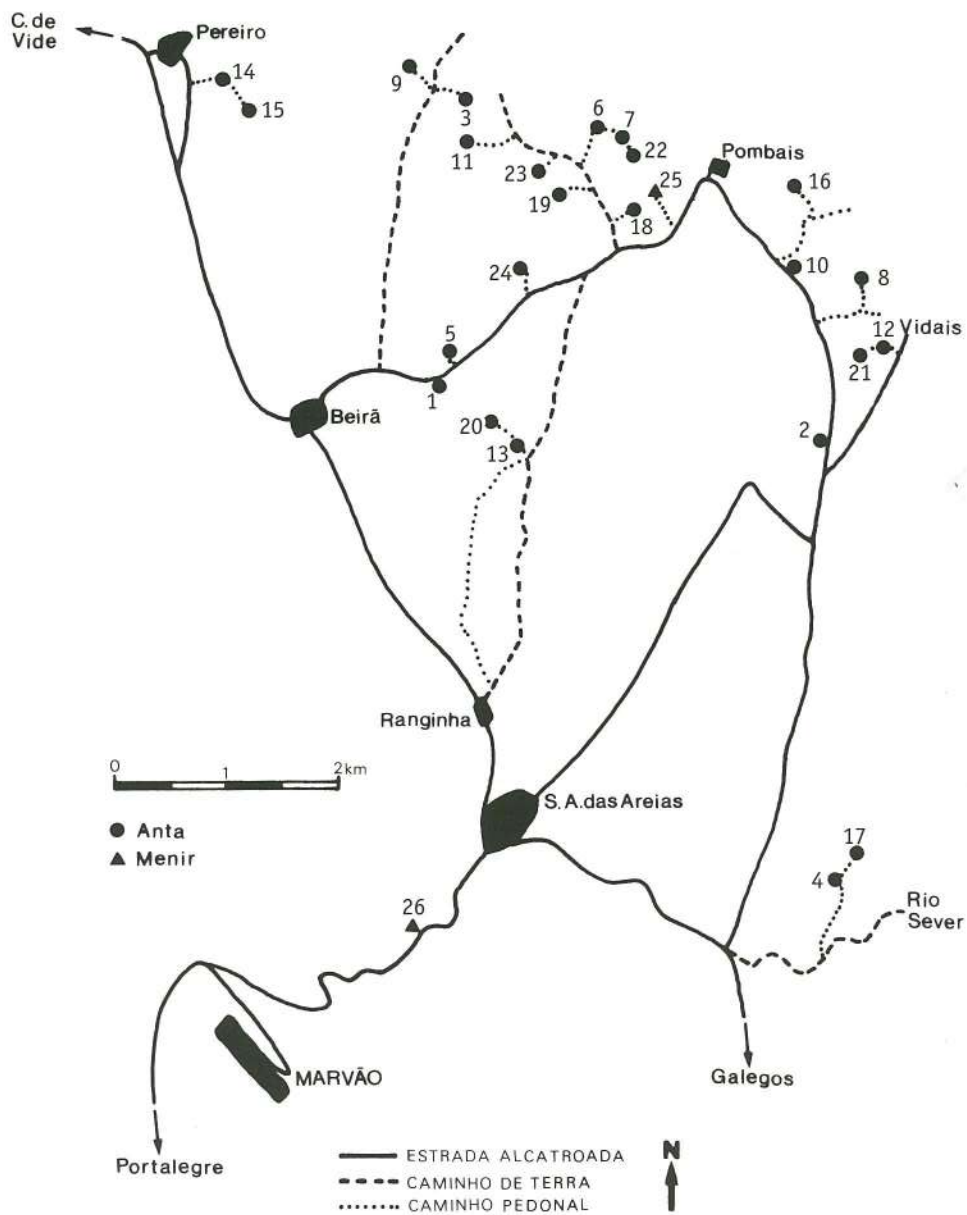
Castelhanas, Ribeiro do Lobo, Bola da Cera, Tapada do Castelo, Laje dos Frades, Enxeira dos Vidais, Granja, Meirinha, Tapada da Anta, Socha da Meirinha, Cavalinha, Vale da Figueira, Sapateira Grande, Sapateira Pequena, Pombais, Traboia, Ferrenha, Jardim, Atalaia, Matinho, Cabeçuda, Figueira Branca, Pereiro II, Pereiro I.

Menires:

Água da Cuba, Pombais e Corregedor.

Pela bibliografia sabe-se da existência de mais seis antas, que, actualmente, já não foi possível localizar. Provavelmente, terão já sido destruídas. Os monumentos desaparecidos situar-se-iam nos seguintes locais: Mouta Rasa, Monte Velho, Pereiro, Maria Trigo, Porto da Espada e Vale do Ródão.





DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS MONUMENTOS

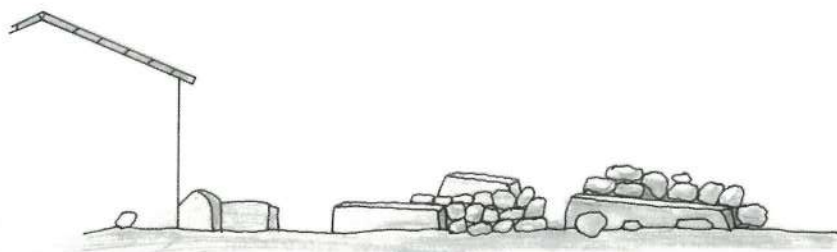
1 - ANTA DA TAPADA DA ANTA

Situa-se na Tapada da "Anta" do lado esquerdo da estrada Santo António das Areias - Pombais - Beirã.

Coordenadas GAUSS: x-67 0, y-76 2.

Esta anta foi praticamente destruída por volta de 1930, segundo nos informaram no local. Os esteios foram arrancados, partidos e anexados aos muros dos casebres da Tapada da "Anta". Do monumento apenas são visíveis cinco fragmentos de esteios, estando estes dispersos e sem conexão. O maior fragmento de esteio, possivelmente um dos elementos do corredor, integra-se num muro, apresentando, ainda, cerca de 2,50 m de comprimento. Todos os elementos visíveis são de granito.

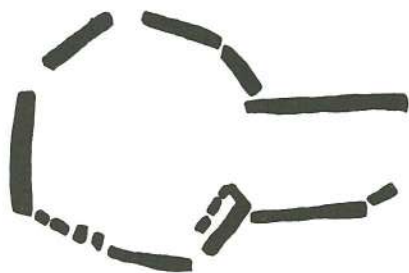
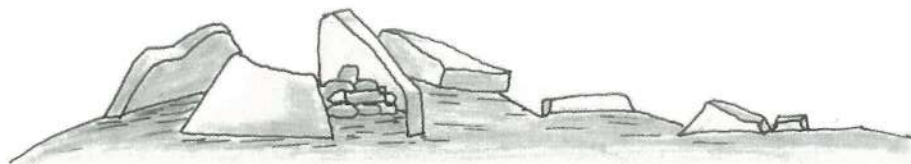
Implanta-se numa zona de grandes formações graníticas a uma cota aproximada de 418 m.



2 - ANTA DA BOLA DA CERA

Situa-se no lado esquerdo da estrada Areias - Pombais, na propriedade do mesmo nome. Coordenadas GAUSS: x-70 2, y-76 3.

É uma anta de corredor curto, de câmara poligonal regular com clara diferenciação do esteio de cabeceira (ds: 3,60 m x 3,40 m). O chapéu, originalmente, encontrava-se fracturado no interior da câmara. Implanta-se numa zona granítica, rodeada de pequenos abrigos sobre rocha, numa cota, aproximada, de 440 m. Este monumento foi escavado em 1982. Os materiais exumados encontram-se no Museu Municipal de Marvão.

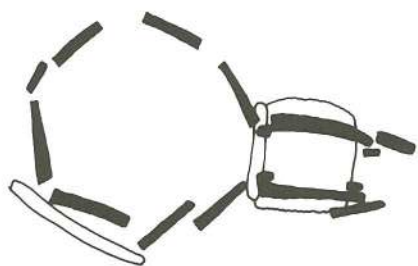
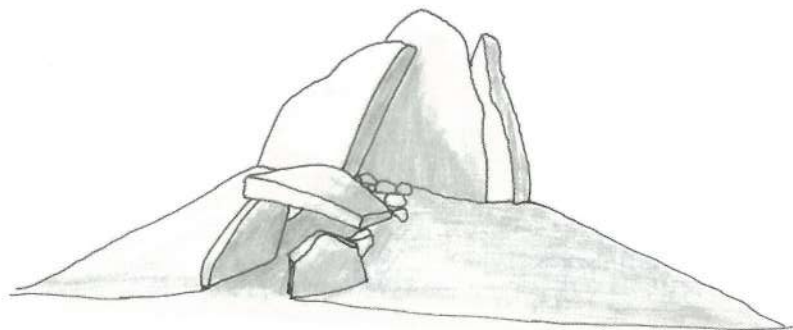


3 - ANTA DA CABEÇUDA

Situa-se à direita do caminho Beirã - Retorta, poucos metros a Sul da casa da Tapada da Cabeçuda.

Coordenadas GAUSS: x-66 7, y-78 6.

E uma anta com corredor curto, de câmara poligonal muito regular (ds: 3,20 m x 3,60 m). Escavada e recuperada em 1991, apresenta-se actualmente envolvida por um muro que a protege e que separa duas propriedades. Os objectos votivos recolhidos neste monumento encontram-se em exposição no Museu Municipal de Marvão.



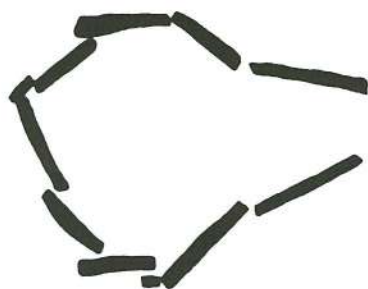
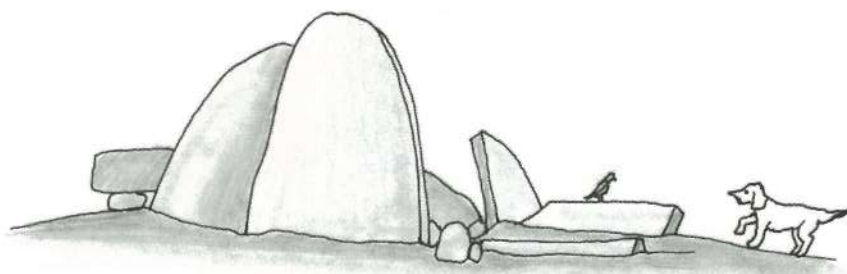
4 - ANTA DAS CASTELHANAS

Situa-se na Tapada das Castelhanas, perto da casa da "Misericórdia", à esquerda do caminho que une Santo António das Areias ao Rio Sever.

Coordenadas GAUSS: x-70 6, y-71 7.

É uma anta com corredor curto, de câmara poligonal regular (ds: 3,80 m x 3,60 m). O corredor é constituído por dois grandes esteios (2,90 m e 2 m) que vão alargando em direcção à entrada da câmara.

Encontra-se numa zona granítica, a uma cota aproximada de 375 m.



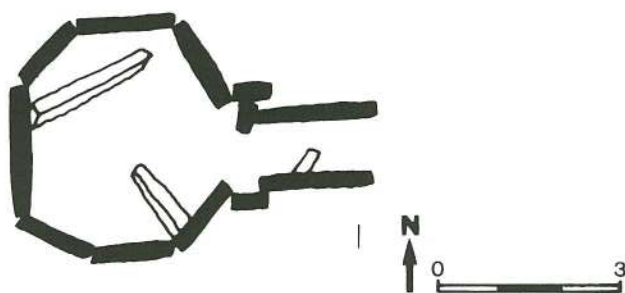
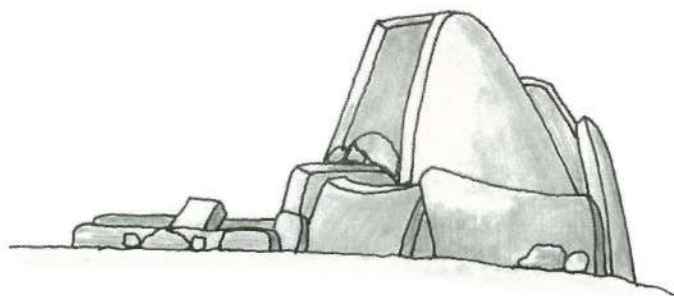
5 - ANTA DA CAVALINHA

Situa-se no Monte da Cavalinha, numa zona de carvalhos, à direita da estrada Areias - Pombais - Beirã.

Coordenadas GAUSS: x-66 8, y-76 8.

Anta de câmara poligonal regular (ds: 3,50 m x 3 m), possuindo sete esteios. O corredor parece ser longo. À entrada da câmara são ainda visíveis três blocos de pedra que poderão pertencer às coberturas do corredor. O chapéu mantém-se intacto, tendo, no entanto, descaído para o interior da câmara.

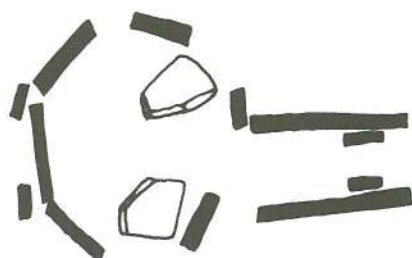
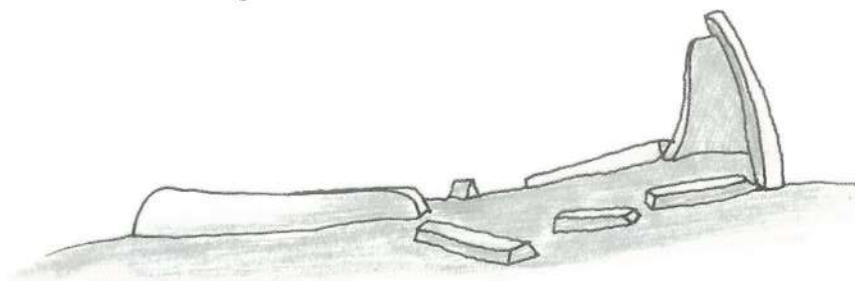
Encontra-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 395 m.



6 - ANTA DO CURRAL DA ATALAIÁ

Na estrada que liga Santo António das Areias à Beirã, depois de passar à Herdade dos Pombais, encontra-se o caminho da Sapateira. Poucos metros depois, à direita deste caminho e na margem direita da ribeira do mesmo nome, encontra-se este monumento. Seguindo por este caminho podemos encontrar à direita a anta da Sapateira Grande, a da Ferrenha, a do Curral do Matinho e a do Curral da Atalaia; do lado esquerdo situam-se a anta da Sapateira Pequena, a da Trabóia e a do Jardim ou Muro. Coordenadas GAUSS: x-68 3, y - 78 4.

Anta de câmara poligonal regular (ds: 3,50 m x 3 m) e corredor provavelmente longo. Encontra-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 395 m.



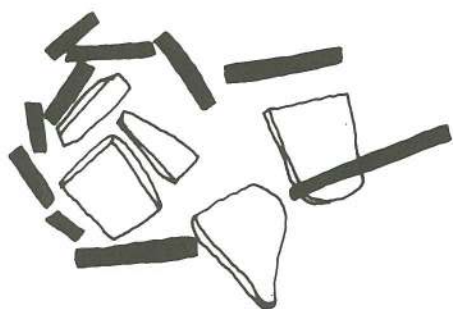
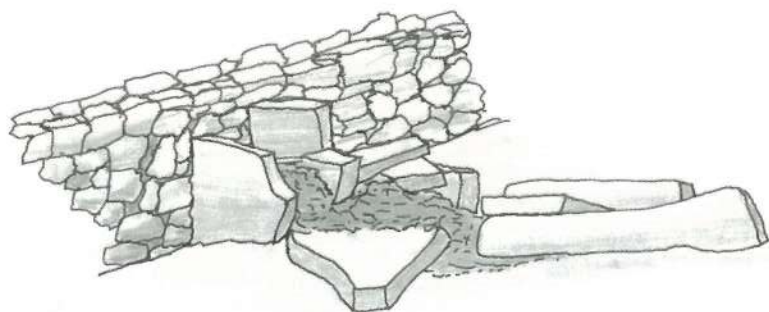
7 - ANTA DO CURRAL DO MATINHO

Situa-se à direita do caminho da Sapateira.

Coordenadas GAUSS: x-8 8, y-78 4.

Anta com corredor curto e câmara poligonal regular (ds: 3,40 m x 3 m). O chapéu encontra-se fracturado no interior da câmara. Localiza-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 345 m.

Encontra-se incluída num muro de divisão de propriedade.



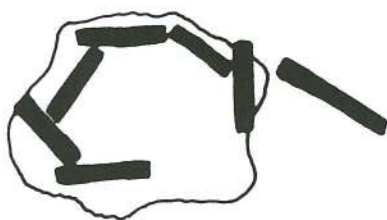
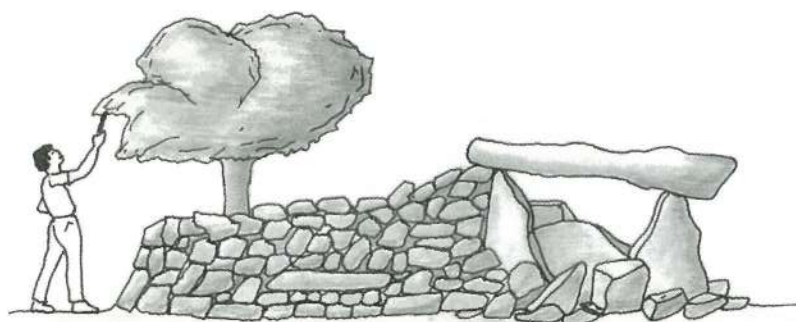
8 - ANTA DA ENXEIRA DOS VIDAIS

Situa-se numa suave elevação à esquerda do caminho velho dos Vidais.

Coordenadas GAUSS: x-70 5, y-77 1.

Anta de câmara poligonal irregular (ds: 2,40 m x 1,70 m) e corredor curto. O chapéu está inteiro e *in situ*. Todo o monumento é envolvido por uma cerca para gado. A câmara serve de abrigo.

Localiza-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 420 m.



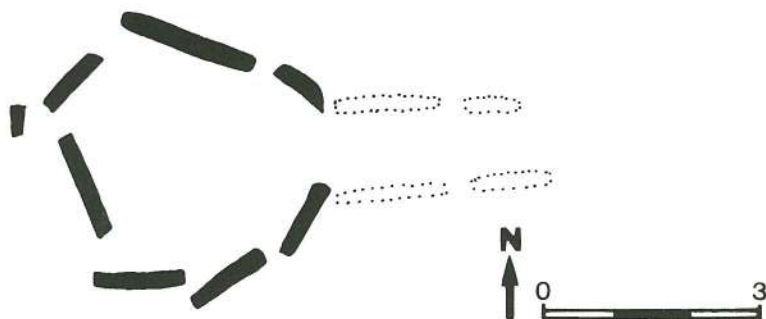
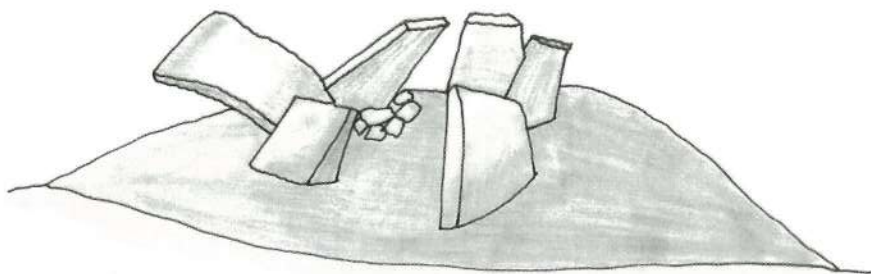
9 - ANTA DA FIGUEIRA BRANCA

Situa-se à esquerda do caminho Beirã - Retorta, a Norte da anta da Cabeçada.

Coordenadas GAUSS: x-66 6, y-79 1.

Trata-se de um monumento de câmara poligonal regular e corredor curto. Uma mamao bem conservada envolve o espaço funerário. Foi escavada em 1992 e os materiais aí recolhidos encontram-se expostos no Museu Municipal de Marvão.

Este monumento situa-se numa zona granítica, a uma cota aproximada de 345 m.



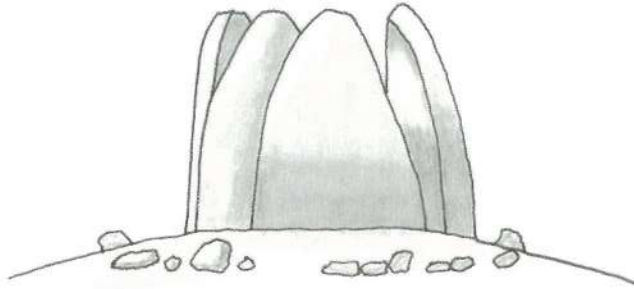
10 - ANTA DA GRANJA

Situa-se à direita da estrada Areias - Pombais - Beirã.

Coordenadas GAUSS: x-69 9, y-77 3.

Anta com corredor, de câmara poligonal regular, (ds: 4,10 m x 4,50 m) constituída por oito esteios, dos quais quatro estão fracturados. A cobertura da câmara foi utilizada na construção da eira da Herdade dos Pombais. O corredor é formado por dois grandes esteios paralelos (2,50 m e 1,70 m). A mamoa é ainda visível embora tenha sido parcialmente truncada pela estrada.

Localiza-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 400 metros.



11 - ANTA DO JARDIM OU MURO

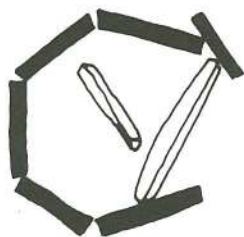
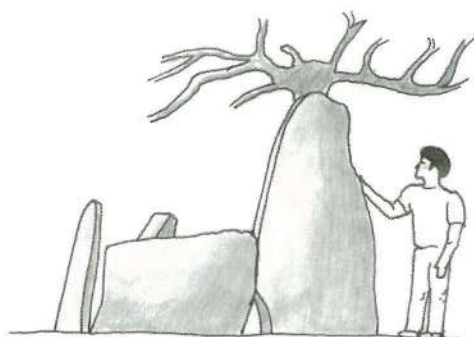
Situa-se a Este da anta da Trabóia, à esquerda do caminho da Sapateira, próximo de casa de habitação e do "muro" da linha férrea, daí um dos seus nomes.

Coordenadas GAUSS: x-67 4, y-78 3.

Anta de câmara poligonal regular, (ds: 3,40 m x 3,10 m) com seis esteios, três dos quais fragmentados. O chapéu fracturado encontra-se no interior da câmara. Do corredor não há vestígios.

Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 357 m.

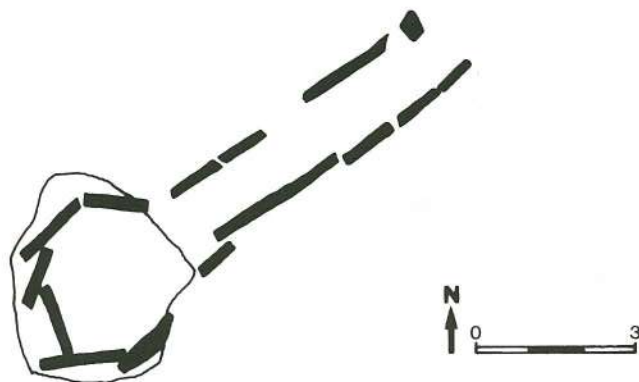
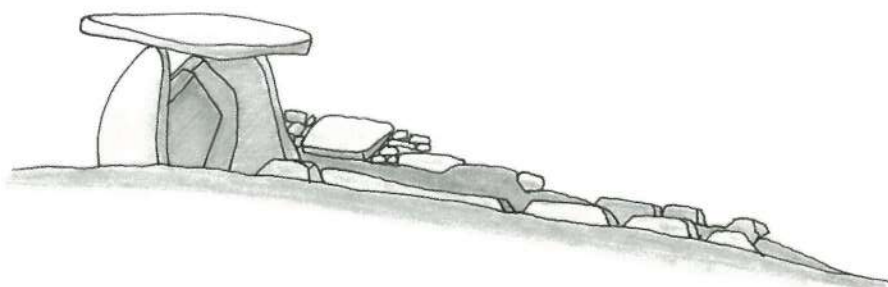
No interior da câmara desenvolve-se uma figueira.



12 - ANTA DA LAJE DOS FRADES

Situa-se a Sul do Castelo de Vidago (Vidais) e a Este da anta da Tapada do Castelo. Coordenadas GAUSS: x-70 8, y-76 5.

Anta com corredor, de câmara poligonal irregular (ds: 3 m x 2,60 m), possui oito esteios, um dos quais tombou para o interior da câmara. O chapéu encontra-se *in situ*. O corredor tem 6,50 m de comprimento, sendo constituído por oito esteios visíveis. Situa-se numa zona granítica, com uma cota de 421 m.



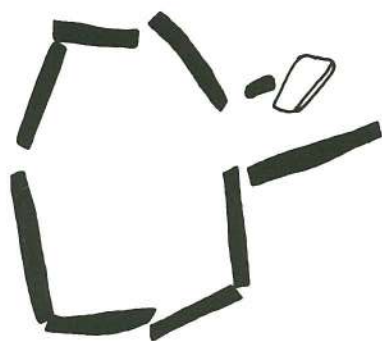
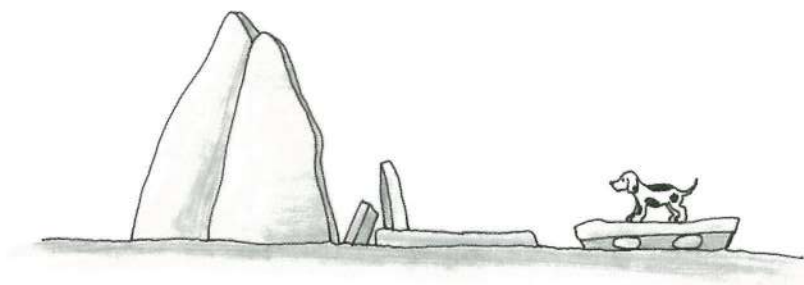
13 - ANTA DA MEIRINHA

Situa-se a Noroeste do marco geodésico da Nave.

Coordenadas GAUSS: x-67 6, y-76 2.

Anta com corredor de dimensão indeterminada, câmara poligonal alargada, de grandes dimensões (ds: 4,40 m x 3,20 m), com sete esteios visíveis, dos quais apenas dois estão intactos. Do chapéu não há vestígios.

Situa-se numa zona granítica, a uma cota aproximada de 427 m.



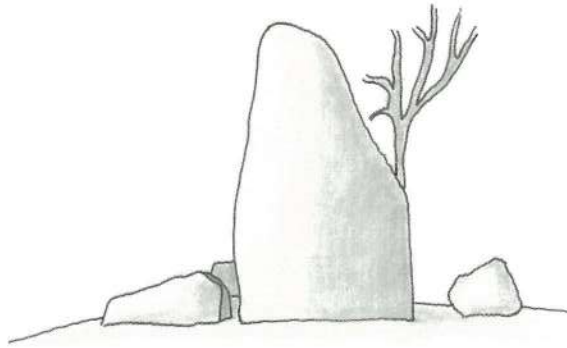
14 - ANTA DO PEREIRO I

Localiza-se a Leste do monte da Herdade do Pereiro.

Coordenadas GAUSS: x-64 7, y-79 2.

Deste grande monumento apenas são visíveis três esteios, dois dos quais fracturados, o terceiro está intacto e apresenta uma altura de 3,20 m.

Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 374 m.



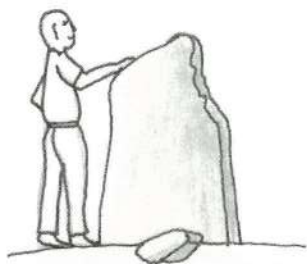
15 - ANTA DO PEREIRO II

Situa-se a Leste das casas da Herdade do Pereiro, e aproximadamente a uns 200 m para Sul da anta do Pereiro I.

Coordenadas GAUSS: (x-64 8, y-79 0).

Deste monumento apenas subsiste um esteio.

Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 364 m.



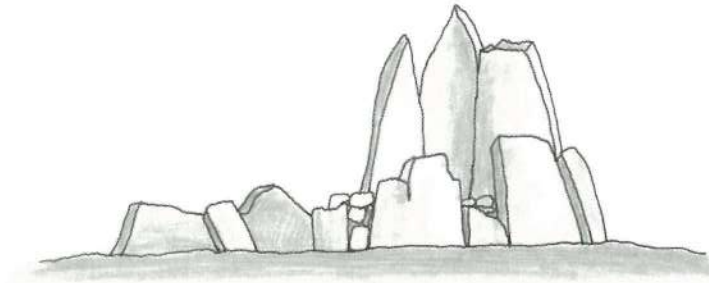
16 - ANTA DOS POMBAIS

Encontra-se a Leste do marco geodésico da Ginja, à direita da estrada Areias - Pombais, entre a anta da Granja e a Herdade dos Pombais.

Coordenadas GAUSS: x-69 9, y-78 0.

Anta com corredor longo, de câmara poligonal alongada (ds: 3 m x 2,80 m). Todos os esteios são de xisto. O chapéu, em granito, está completo, mas tombado a sul da câmara. Esta anta, para além de ser a única do concelho de Marvão formada por esteios de xisto, é, igualmente, a única que se localiza em terrenos xistosos sobranceiros ao Rio Sever e implanta-se numa cota de 366 m.

Este monumento foi escavado e recuperado em 1981. Os materiais arqueológicos recolhidos durante a escavação encontram-se expostos no Museu Municipal de Marvão.



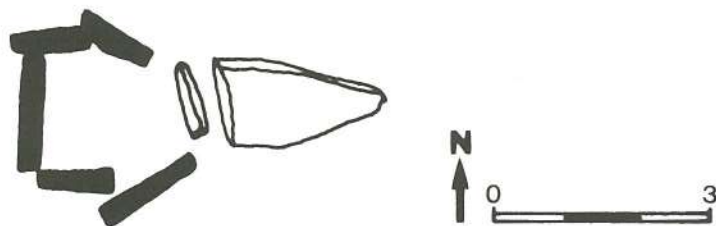
17 - ANTA DO RIBEIRO DO LOBO

Situa-se à esquerda do caminho que de Santo António das Areias se dirige ao Rio Sever.

Coordenadas GAUSS: x-70 6, y-71 9.

Anta de câmara poligonal regular (ds: 2,20 m x 2,00 m), possuindo cinco esteios, um dos quais fracturado. Do corredor não se vêem vestígios.

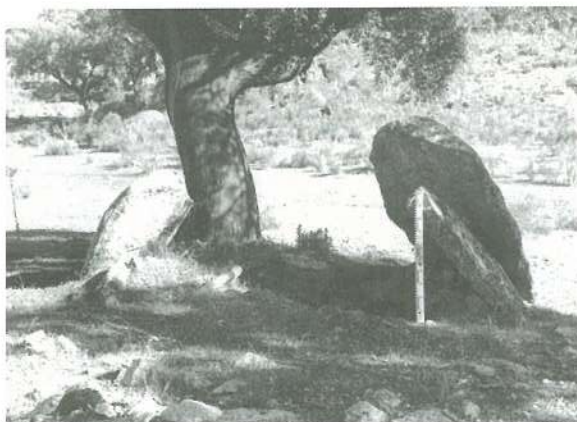
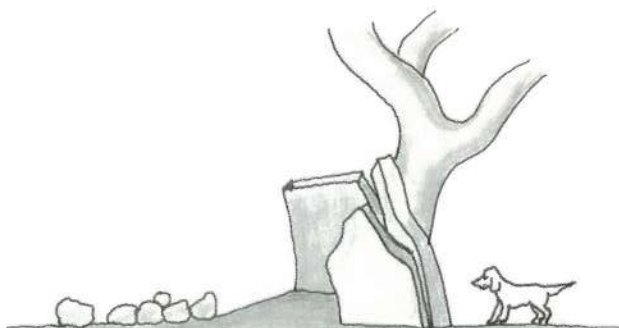
Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 461 m.



18 - ANTA DA SAPATEIRA GRANDE

Situa-se à direita do caminho da Sapateira, na margem direita da ribeira do mesmo nome. Coordenadas GAUSS: x-68 6, y-77 7.

Anta possivelmente de câmara poligonal regular (3,50 m x 2,50 m). Possui cinco esteios, dois dos quais fragmentados. Do chapéu e do corredor já não restam vestígios. Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 350 m.



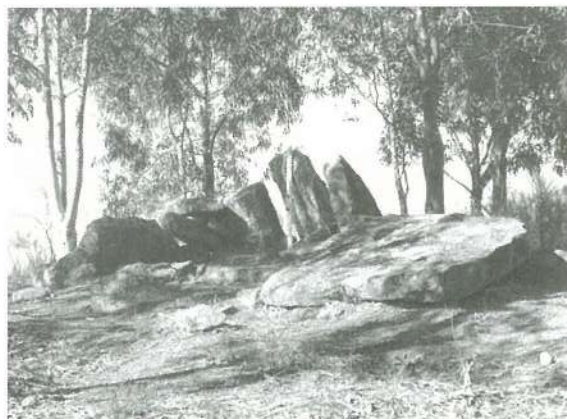
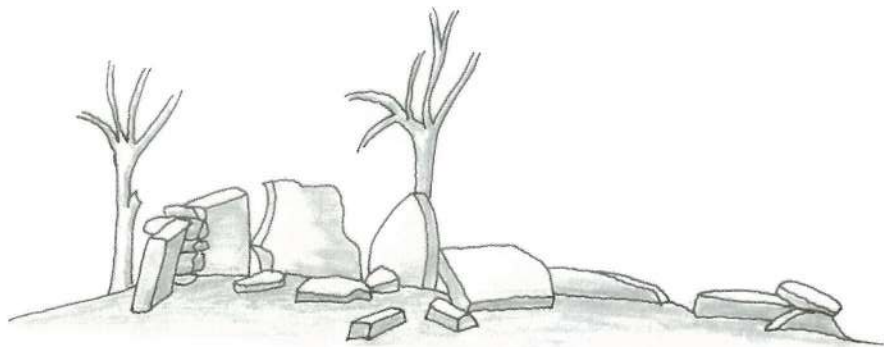
19 - ANTA DA SAPATEIRA PEQUENA

Localiza-se à esquerda do caminho da Sapateira, não muito distante da anterior, no topo de uma elevação.

Coordenadas GAUSS: x-68 0, y-77 8.

Anta com corredor longo, de câmara poligonal regular (ds: 3 m x 2,70 m), constituída por cinco esteios. O chapéu, fracturado, tombou sobre o corredor, sendo este formado por quatro esteios, um dos quais está deslocado. Perto do corredor encontram-se dois possíveis elementos de cobertura.

Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 415 m. Nas imediações encontram-se sinais de exploração de volfrâmio.



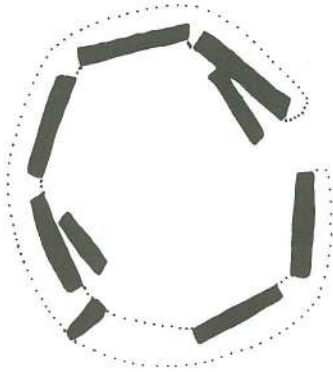
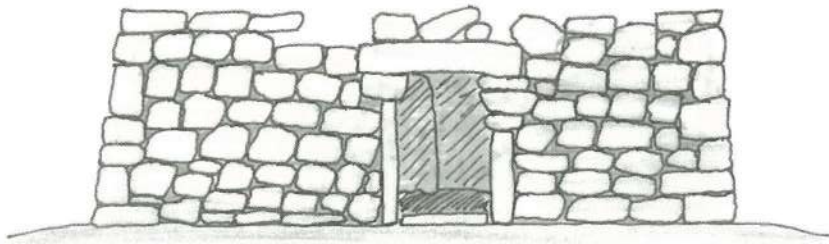
20 - ANTA DA SOCHA DA MEIRINHA

Situa-se a Norte do marco geodésico da Nave.

Coordenadas GAUSS: x-67 3, y-76 4.

Este monumento foi totalmente remodelado. Os esteios foram integrados numa choça, construção habitacional, ou de abrigo para gado, formada por uma estrutura lítica de pedra seca e coberta vegetal.

Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 420 m.



21 - ANTA DA TAPADA DO CASTELO, OU VALE DA CERA

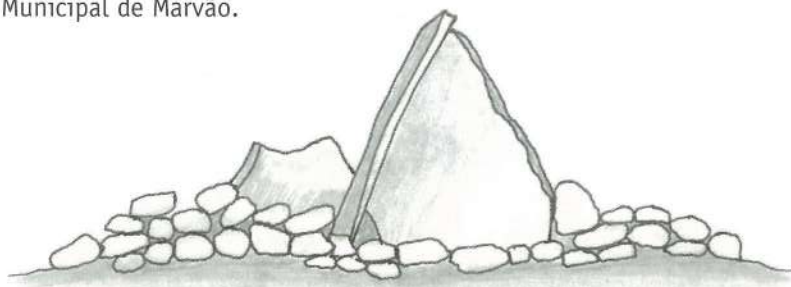
Situa-se a nascente da Anta da Bola da Cera e a Sul do povoado de Vidais.

Coordenadas GAUSS: x-70 7, y-76 5.

Anta de câmara poligonal regular (ds: 3,50 m x 3,60 m), possui dois esteios intactos e dois fracturados. Não se vêem vestígios de corredor nem do chapéu. Notam-se alguns restos de mamoa.

Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 417 m.

Este monumento encontra-se muito destruído. Sofreu sucessivas violações, das quais se destaca a da década de 30, levada a cabo por Pedro Pena, e a de 1972. Desta última foi possível recolher algum material que actualmente se encontra exposto no Museu Municipal de Marvão.



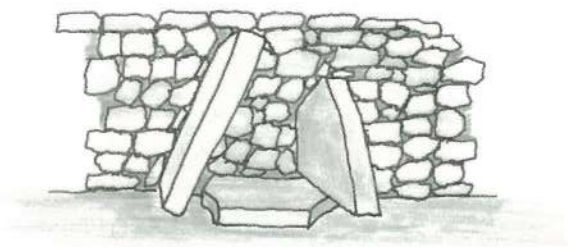
22 - ANTA DA TAPADA DA FERRENHA

Situa-se à direita do caminho da Sapateira, incorporada numa parede divisória de propriedades, a curta distância da anta da Tapada do Matinho.

Coordenadas GAUSS: x-68 9, y-78 1.

Trata-se de uma anta de pequenas dimensões, actualmente só com três esteios, um dos quais jaz no chão.

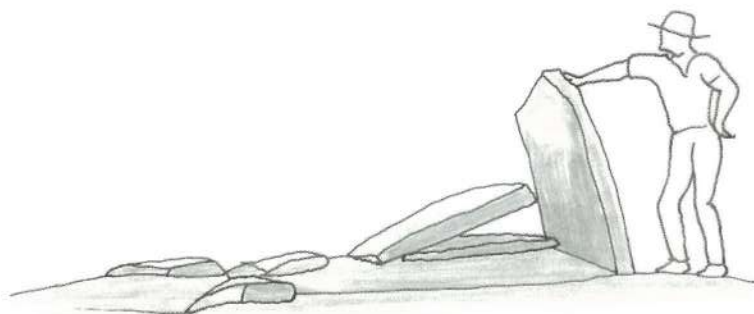
Situa-se numa zona granítica, numa cota aproximada de 350 m.



23 - ANTA DA TRABÓIA

Localiza-se à esquerda do caminho da Sapateira, a NE da anta da Sapateira Pequena. Coordenadas GAUSS: x-68 0, y-78 1.

Anta com corredor longo, de câmara poligonal regular (ds: 3,50 m x 3 m) possuindo cinco esteios, dos quais apenas um está intacto e três pedras de "contra-forte". O chapéu, fragmentado, encontra-se tombado no interior da câmara. O corredor é constituído por quatro esteios, um dos quais possui um comprimento de 2,80 m, e ainda conserva um elemento de cobertura. A mamoa é bem visível, num raio de sete metros. Situa-se numa zona granítica, com uma cota aproximada de 385 m.

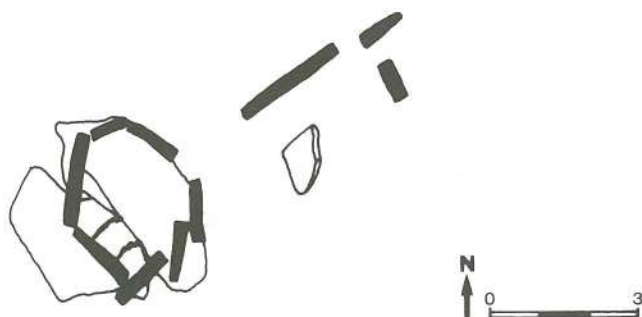
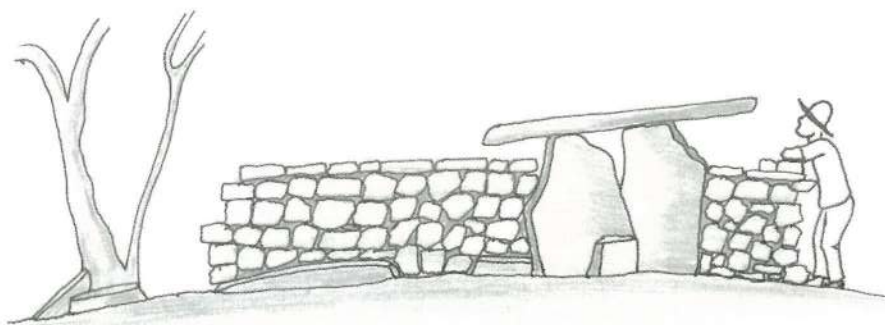


24 - ANTA DO VALE DA FIGUEIRA

Situa-se à direita da estrada Areias - Pombais - Beirã, em frente da propriedade da Tapada da Anta.

Coordenadas GAUSS: x-67 6, y-77 3.

Anta com corredor longo, de câmara poligonal regular (ds: 3 m x 2,80 m) incorporada numa parede de divisão de propriedades. Na câmara possui sete esteios intactos, dois dos quais estão levemente sobrepostos. O corredor encontra-se parcialmente soterrado. No interior do corredor ergue-se uma amendoeira. A cobertura da câmara conserva-se, ainda, sobre os esteios. Situa-se numa zona granítica, a uma cota aproximada de 385 m.

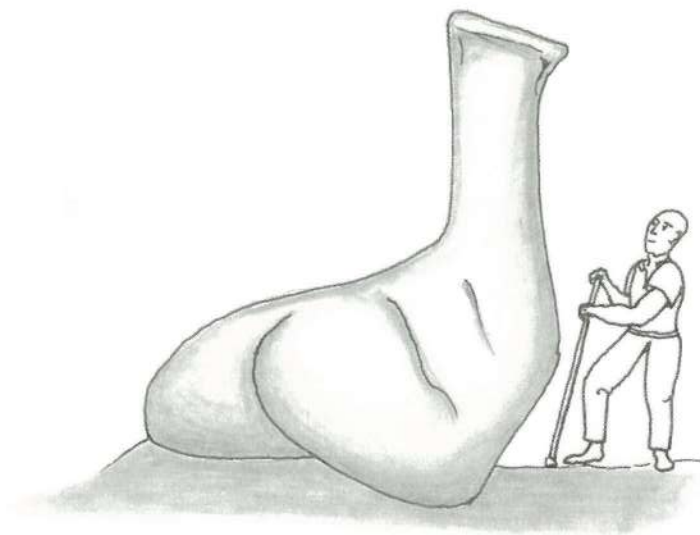


25 - MENIR DOS POMBAIS

Situa-se junto à estrada que liga Santo António das Areias à Beirã, passando pela Herdade dos Pombais. Depois de se passar o monte desta herdade, à direita da estrada, no topo de uma elevação descobre-se este menir.

Coordenadas GAUSS: x- 268 7, y- 278 0.

Este menir foi obtido a partir de um afloramento granítico natural. O afloramento terá sido trabalhado, na parte superior, por forma a que se obtivesse uma forma fálica. Este menir insere-se na área de um habitat pré-histórico atribuível ao Calcolítico. Apresenta uma altura superior a três metros.



Antas e menires do concelho de Marvão

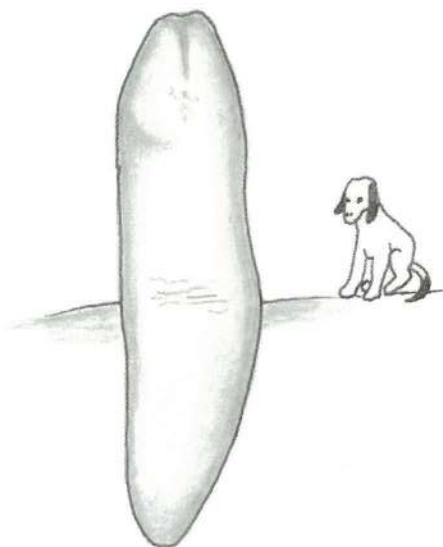


26 - MENIR DA ÁGUA DA CUBA

Situa-se à esquerda da estrada que liga Marvão a Santo António das Areias, na zona da Água da Cuba.

Coordenadas GAUSS: x- 66 7, y- 71 2.

Trata-se de um pequeno menir em granito, que aflora acima do solo cerca de 100 cm. Dimensão idêntica encontra-se implantada no solo. A área envolvente deste menir foi escavada em 1981.



27 - MENIR DO CORREGEDOR

Apenas se conserva a parte superior deste menir. Originalmente, e à semelhança do Menir dos Pombais, implantava-se na parte superior do habitat pré-histórico do Monte do Corregedor. Na década de quarenta do presente século foi partido e a parte que ainda se conserva foi transportada para outro local. Recolhido em 1994, encontra-se, actualmente, em exposição no Museu Municipal de Marvão. Tratar-se-ia de um monumento com cerca de três metros de altura, de forma fálica, obtido em granito.



NOTA: Já depois de concluído este levantamento fomos informados da descoberta de um novo sepulcro megalítico no concelho de Marvão. Esta descoberta deve-se, mais uma vez, ao Dr. Caldeira Martins, que nos prestou, gentilmente, esta informação. Trata-se da Anta das Almeirinhas, situada próxima do Tapadão de Mato, sobranceira ao Rio Sever, nas imediações do habitat pré-histórico do Batão. É um monumento de granito com a câmara e o corredor ainda bem conservados. Já não apresenta coberturas. Possui as seguintes coordenadas UTM: X- 064535; Y- 436665.



Bibliografia

- COELHO, Possidónio M. Laranjo (1924)
Terras de Odiana - Subsídios para a sua História documentada - Medobriga. Ammaia. Aramenha. Marvão, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra (2.ª Edição em 1988, pelas Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão).

- DIAS, Ana C. e OLIVEIRA, Jorge (1981)
Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão, Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.

- LEISNER, George e Vera (1943)
Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel: Der Suden, Walter de Gruyter, Berlin.
- Idem, (1956)
Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (1), Walther de Gruyter, Berlin.
- Idem, (1959)
Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (2), Walther de Gruyter, Berlin.
- Idem, (1965)
Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (3), Walter de Gruyter, Berlin.

- OLIVEIRA, Jorge (1985)
“O Menhir da Água da Cuba - Marvão”, in *Actas das 1.ª Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.
- Idem (1988)
Introdução ao Estudo das Sepulturas Megalíticas da Margem Esquerda do Sever, Universidade de Évora, Évora (estudo policopiado).
- Idem (1990)
“Aspectos do Megalitismo no Nordeste Alentejano” in *Actas do 1.º Encontro Regional de História*, Universidade de Évora, Évora.
- Idem (1992)
“A Anta dos Pombais - Marvão - Notas de escavação”, *Ibn Maruán n.º 2*, Câmara Municipal de Marvão, Portalegre.
- Idem (1993 a)
Sepulturas Megalíticas del Termino Municipal de Cedillo - Provincia de Cáceres, Ayuntamiento de Cedillo, Cáceres.
- Idem (1993 b)
“Conservação de Monumentos Megalíticos - Aspectos de uma problemática”, *Correio da Natureza*, n.º 17, Serviço de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- Idem (1993 c)
“Reutilizações e Reaproveitamentos de Materiais em Sepulturas Megalíticas do Nordeste Alentejano”, in *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Actas I, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.
- Idem (1993 d)
“O Rio Sever e as Fronteiras no 3.º Milénio A.C.”, in *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*, C. M. de Vila Velha de Ródão.



- Idem (1998)
Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever, Ed. Colibri, Lisboa
- OLIVEIRA, Jorge e DIAS, Ana C. (1980)
"Arqueologia em Marvão", *História & Crítica*, n.º 6, Lisboa.
- PAÇO, M. Afonso do (1950)
"Carta Arqueológica do Concelho de Marvão", in *13.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa.
- Idem (1953)
"Populações Pré e Proto-Históricas do Concelho de Marvão", in *XVIº Congrès International de Geographie*, Lisboa.
- PROENÇA, F. Tavares de (1910)
"Antas do districto de Portalegre", *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguezas*, Anno I, n.º 1, Typographia Leiriense, Leiria.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1886)
"Aquisições do Museu Municipal de Elvas", *O Archeólogo Português*, Vol. II, n.º 1, Lisboa.



Marvão: de *Ammaia* e *Ibn Maruán* ao Património Mundial

MARVÃO – o *Hermínio menor* dos Romanos... Casas apinhadas em ruas estreitas e tortuosas, algumas em degraus, com janelas típicas e curiosas chaminés alentejanas; arcos góticos; recantos pitorescos; uma porta do séc. XII junto ao castelo; uma janela manuelina ao virar de uma viela; a *Câmara Municipal* com o escudo e as esferas armilares de D. Manuel; duas grades de sacada na íngreme calçada que leva ao castelo – *R. do Espírito Santo* – com *ferros forjados* dos princípios do séc. XVII ..., com flores e entrelaços de desenho firme e delicado; o portal Renascença da igr. do *Espírito Santo*, de granito, da 2.ª metade do séc. XVI; o da igr. de *S. Tiago*, também de granito, mas ainda ogival (...); a capela da *S.ª da Conceição*, com um retábulo de mármore branco e negro; e finalmente o alteroso *castelo* (mon. nac.), com a bela torre de menagem dionisíaca, a linha do adarve desenhando as sinuosidades dos muros, as guaritas cobertas de cúpulas, e a cidadela virada ao S. sobre panos de muralha talhados em escarpa – eis Marvão. Pelos lados de N., S. e O., é formado todo o monte de rocha viva, cortada a prumo sobre um vale profundo, de tão penhascosa penedia que o acesso às gentes de armas ficava por ali inteiramente impraticável. Só pelo lado de E., na parte que defronta com a Espanha, a vila poderia ser entrada, e foi, pois, aí que levantaram a formidável fortaleza. Mas o que sobretudo encanta aqui é o ar, duma pureza inexcedível, e o impressionante e grandioso **panorama** que se descobre da torre de menagem *donde se vêem os milhafres pelas costas*, segundo a pitoresca expressão popular, e que não só é um dos mais belos do Alentejo, como de Portugal e até da Península.

in *Guia de Portugal*, II, 1927

A anterior descrição de Raul Proença, embora escrita há setenta anos atrás, consegue transmitir-nos o que ainda hoje Marvão é. De Ammaia e de Ibn Maruán até nós distam mais de dez séculos de história, contudo toda a ambiência da actual vila de Marvão faz-nos lembrar cenas quotidianas há muito vividas e sentidas pelos ascendentes das gentes que ainda hoje habitam este Hermínio Menor.



O Concelho de Marvão possui uma identidade cultural riquíssima que se revela na poesia das suas gentes, nas suas tradições e festas particulares, nos vestígios civilizacionais milenares em que a todo o passo tropeçamos! Desde as populações pré-históricas dos menires e antas, passando pelos romanos, pelos árabes, pelos judeus e cristãos... Marvão é a síntese de uma complexa rede de influências e de inter-relações humanas. O resultado é a constituição de uma idiosincrasia possuidora de raízes bem fundas na terra e no tempo.

Todos os seus vestígios culturais e civilizacionais, desde a cidade romana da Ammaia, passando pelo Romanceiro Tradicional e por toda uma riquíssima Tradição Oral Moderna ainda remanescente de um modo firme e bem vivo; desde a envolvência telúrica da Serra de S. Mamede à fonte de onde brota a água mais cristalina; desde a choça milenar dos Cabeçudos à pequena ermida cuja romaria anual ainda reproduz o culto original do sítio; tudo isto contribui para que quem habita Marvão e o seu termo seja possuidor desta riqueza de ordem espiritual no mais interior do seu âmago e aí a conserve; por sua vez, todo aquele que entre em contacto com esta Terra, esta Gente e esta Tradição, ficará certamente tocado em qualquer corda sensível e vibrante do seu Ser e não esquecerá o Espírito do Lugar e as suas Gentes.

No seguimento do que atrás foi dito, justifica-se plenamente que este Património, este magnífico legado cultural milenar seja considerado não só Património de um particular grupo populacional, contudo responsável directo por esta preservação, mas que seja a Vila de Marvão considerada como PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE. Esta importante Classificação Cultural, conferida pela UNESCO, vem por um lado divulgar um exemplo de preservação e defesa de um Património histórico-cultural, mas, por outro lado, virá agravar as responsabilidades dos seus moradores e dos seus visitantes na continuação da preservação desta riqueza particular.

No âmbito das recentes concepções de Património, nomeadamente tal como é defendido pela UNESCO, é com toda a certeza e justiça que a Vila de Marvão deveria ser classificada como uma das Maravilhas do Património Mundial.

Perante a sua riqueza histórico-cultural, penso estar perfeitamente dentro das condicionantes dos critérios assumidos pela UNESCO quando confere a uma localidade, a uma paisagem, a um centro histórico... o epíteto de PATRIMÓNIO MUNDIAL:

1. Marvão representa realmente uma obra-prima do génio criador humano.
2. Marvão testemunha uma troca de influências considerável durante períodos e áreas culturais determinadas – Romanos, Árabes, Idade Média... – no que concerne ao desenvolvimento da arquitectura, das artes monumentais, da planificação urbana ou da criação de paisagem.
3. Marvão traz-nos o testemunho extraordinário de civilizações desaparecidas – Ammaia, por exemplo.
4. Marvão oferece um exemplo excepcional de um tipo de construção e de conjunto arquitectónico e de paisagem, ilustrando períodos significativos da história humana neste local.



5. Marvão constitui um exemplo gritante do estabelecimento humano e de ocupação do território, representativos de uma ou de mais culturas tradicionais.

Reflexões à volta do Património Mundial

No sentido de encararmos correcta e equilibradamente a temática PATRIMÓNIO CULTURAL, achamos muito necessário efectuar sobre o mesmo uma análise macroscópica, isto é, de conjunto, sistémica se quisermos.

Não reduzamos o Património Cultural ao *monumento*... vamos sim olhá-lo partindo do princípio de que todo o Património Cultural é uma produção de Cultura e que esta se encontra viva. Logo, o Património, nesta acepção, não é algo cristalizado mas que, ou possui gravado em si mesmo uma História dinâmica, ou possui toda uma carga social e cultural que lhe reconhece utilidade e valor quem o usufrui.

Por outro lado, reconhecamos que preservar os PATRIMÓNIOS Cultural e Natural, as obras da Cultura e da Natureza, é proteger as raízes do homem, a filogénese e a ontogénese: aquilo de que é feito o homem, aquilo de que vive. Para a civilização do século XX essas raízes estendem-se por todo o planeta e por todas as Culturas do passado e do presente: constituem o **património universal** da Humanidade.

A Cultura possui raízes verdadeiramente biológicas, por isso é **viva**, por isso faz igualmente parte – tanto quanto as montanhas, os rios, as florestas, os oceanos... – do complexo estrutural vivo, evolutivo, que é a Natureza. Para o Homem, Natureza e Cultura, duas faces da mesma moeda, são um autêntico desafio, são, no fundo, a Realidade...

O Património Cultural

A um nível mais particular, mais *micro*, o PATRIMÓNIO CULTURAL é constituído por bens herdados do Pai, da Família, da Sociedade. Bens que igualmente incluem em si próprios um conjunto de direitos e de deveres que são transmitidos por sucessão: tudo o que cada geração deixa, transmite, lega, às gerações seguintes.

Assim, verificamos que qualquer sociedade é possuidora de uma densidade, de uma textura histórica que manifesta no presente a experiência acumulada do passado: as estruturas, as instituições, os valores – constituem realidades que são possuidoras de uma durabilidade que se prolonga para além das gerações transmissoras. O mesmo acontece com as técnicas e com a habilidade técnica, etc. É por este modo que se constitui um Património Cultural, que se recebe simultaneamente por tradição e por transmissão voluntária, e não só, e que constitui a transmissão de toda a cultura presente.

O Património Cultural deverá ser visto e compreendido como qualquer coisa que é preexistente e que servirá como ponto de referência na interdependência, na inter-relação do indivíduo com o espaço cultural em que o mesmo se insere. Verificar-se-á que, deste modo, o conceito de PATRIMÓNIO CULTURAL poderá e terá necessaria-



mente que ser uma noção bastante global de todo o repositório de um passado de experiência humana, representando um papel essencial na evolução histórica e psicológica do indivíduo e da sociedade. Referências, raízes, sinais, coisas simples que fazem parte e fizeram parte, tanto do nosso quotidiano como do quotidiano dos nossos pais e avós...

Em última análise, o Património Cultural poderá ser considerado como um complexo sistema de ecologia humana, imprescindível à existência do próprio homem – fornecendo um denominador comum necessário à comunicação verbal ou emocional dos indivíduos. Nesta interdependência do indivíduo com o espaço cultural de referência em que se insere, e principalmente nos grandes centros urbanos, são actualmente perturbadores os indícios de uma ruptura ao nível do sentido de comunicação e na interpretação e apropriação cultural das relações homem/espaço/tempo.

O homem moderno está a deixar de *dominar* o quotidiano: o antigo café, a mercearia, a praça, o barbeiro, etc., desapareceram... foram substituídos rapidamente por outros edifícios e por outras instituições sem história, estranhos, não referenciados, sem raízes, *aparecidos*, impostos... Enquanto que uma atmosfera, digamos, definida e construída pelo passado, que sempre se conheceu e existiu, confere ao habitante local o sentimento de segurança das coisas estáveis, dos objectos conhecidos... o cenário vai auxiliar a diminuição do isolamento, funciona como que uma espécie de cimento que consolida as diferentes gerações e as células de tecido social da comunidade, conferindo-lhes coesão, saúde, continuidade...

A preservação do Património Cultural terá necessariamente que pertencer aos seus usufruidores – as populações locais e/ou regionais, sendo por demais importante não o preservar por preservar, não a realização de um esforço enorme e colectivo em benefício de uma entidade abstracta – o Estado, a Pátria, etc. –, mas sim a preservação tendo em vista os beneficiários fundamentais e directos que são os homens e as mulheres de hoje e de amanhã, para os quais importa salvaguardar a memória dos homens e das mulheres de ontem e de hoje.

Conjugando esta problemática com a do Municipalismo veremos que se inter-relacionam, pois que, numa participação consciente, objectiva e real na salvaguarda do Património Cultural, pelas populações, só poderá ser realizada recorrendo ao Poder Local, às Autarquias, ao Municipalismo enquanto um movimento sinérgico que é apanágio do Povo Português desde há umas longas centenas de anos.

Mais concretamente, veremos que compete também às Autarquias, segundo a Lei n.º 13/85 de 6 de Julho – “Património Cultural Português” –, a definição de políticas culturais locais, nomeadamente nos pontos 1, 2 e 3 do Art.º 3.º. Papel de reconhecida importância concedido às Autarquias tendo em vista a defesa e a salvaguarda do Património Cultural. Defendendo e praticando, no decorrer da sua acção, uma concepção dinâmica de Património, que procure inserir este nos ritmos de vida das populações e apostando numa **cultura viva**.

A deterioração do Património Cultural constitui um empobrecimento do País. O Património é uma fonte de saber, de estar e de ser, constituindo um testemunho



vivo da história e da cultura de um povo. Conhecendo melhor o passado, se compreende e vive o presente, perspectivando-se melhor o futuro.

As Autarquias poderão, assim, desempenhar importante papel na salvaguarda do referido Património Cultural, através da assunção de acções tendentes:

- ao levantamento e inventariação a nível local;
- à sensibilização das populações para a sua preservação;
- à realização de acções de divulgação e de valorização;
- ao apoio de Associações de Defesa do Património Cultural.

Cultura e Ambiente

O Património Cultural não é o *nosso* Património Cultural, é o Património de toda a Humanidade que vem evoluindo ao longo dos séculos... a Arte, a Técnica, a Filosofia, a Religião... foram e serão preservadas ao longo da vida humana e irão constituir o Património Cultural de uma Humanidade **inserida** numa Vida global, isto é, uma Humanidade que faz parte de uma Natureza, de um planeta, que possui um determinado equilíbrio Ecológico e Natural.

Graças ao grande desenvolvimento dos meios de comunicação e à enorme universalização da Cultura Humana, conclui-se que um dado Património Cultural se torna cada vez mais internacional, mais universal. Daí resultando o facto de que haverá que se criar um novo Humanismo baseado essencialmente na solidariedade internacional.

No entanto, uma luz de alarme brilha cada vez mais insistente e desesperadamente, pois que o espaço planetário degrada-se vertiginosamente. Envelhece por condição da sua natureza e morre mais depressa devido à voracidade dos consumos humanos.

O homem criou uma civilização cuja componente tecnológica deixa marcas nítidas e profundas na superfície da terra e é aquele, sem dúvida, o responsável pelo seu futuro. É o mito do crescimento contínuo que impera... é o mito da técnica que o homem por vezes deixa de dominar... é a transformação do *homo sapiens* em *homo consumens*... é a cultura ao serviço da ideologia e da tecnocracia alienantes...

Se, por um lado, não se pretende submeter a Cultura à ideologia, à tecnologia, etc., por outro, não se defende uma paragem ou estagnação sócio-cultural. No entanto, um desenvolvimento sócio-cultural real terá que possuir certos requisitos que estabeleçam o equilíbrio do ecossistema humano com uma política social integrada e virada para o global, respeitando:

- a máxima permanência dos recursos renováveis;
- a pluralidade dos meios energéticos;
- a atenção ao equilíbrio dos factores ecológicos;
- o sentido de criatividade e de gestão não centralizadas;
- a abolição do consumismo pelo consumismo.



O novo Humanismo que atrás se fala é caracterizado por uma igualmente nova concepção de Património Cultural da Humanidade. Assim, há que ultrapassar a barreira Cultura/Natureza, que só existe a partir do momento em que o homem a criou, ficticiamente, na sua mente. Por outro lado, há que considerar que a preservação do Cultural está intimamente ligada à preservação do Natural, uma vez que a Cultura, o Homem, para poder sobreviver, terá que reencontrar o equilíbrio com a sua pseudo-adversária – a Natureza.

A deterioração do ambiente levará inevitavelmente à deterioração do Património Cultural. A dicotomia Cultura/Natureza, a sua adversidade, trouxe as suas consequências, talvez até porque a concepção que os homens tinham de Cultura estivesse errada de base... Compreenderão os homens de hoje, ainda a tempo, que não poderão romper o cordão umbilical que os prende inexoravelmente ao mundo natural que estão destruindo, e que se o romperem estarão a destruir-se a si próprios? Compreenderão que é necessário viver **com** a Natureza, ao invés de viver **contra** a Natureza?

Postulados sobre o Património Cultural

Os Postulados a seguir enumerados são uma tentativa de sistematizar uma série de reflexões que pretendemos sejam dinâmicas e não dogmáticas:

1. Tudo está ligado a tudo – Natureza e Cultura, História e Evolução...
2. Prevenção contra a noção reducionista e conservadora de *monumento*. O Património Cultural foi olhado como constituindo a riqueza cultural de um povo, mas também enquanto resultado de produção de cultura viva.
3. Prevenção contra a noção cristalizadora e ideológica da História. Esta é dinâmica e evolutiva...
4. A preservação dos Patrimónios Cultural e Natural, as obras da Cultura e da Natureza, é a preservação das raízes da própria Humanidade... E, no século XX, essas raízes são planetárias e universais...
5. A Cultura possui raízes biológicas – a libertação da mão, no ser humano, originou o aparecimento da Palavra e da Civilização.
6. O Património Cultural é constituído pela transmissão de *algo* preexistente: são os bens herdados – pai/mãe, família, sociedade... –; são os direitos e deveres sociais; são os costumes e as tradições; são as leis e as técnicas; são as religiões e os diferentes cultos; etc.
7. O Património Cultural está ligado ao passado, mas define o presente...
8. O Património Cultural é um complexo sistema de ecologia humana. Definindo a ecologia como o estudo da *oecumene*: modo de ocupação da Terra pelas espécies vivas, vegetais e animais, sua inter-relação e interacção.
9. O Património Cultural é também a comunicação entre os indivíduos e as diferentes gerações. Situações problema: ruptura (cidade/campo, urbano/rural), isolamento cultural e consequente crise e perda de identidades culturais próprias...



10. A importância da preservação do Património Cultural – a população enquanto agente directo mais interessado para salvaguardar a Memória Cultural de si própria.
11. Os Ritmos de Vida e a Cultura Viva. A importância da harmonia entre os Ritmos e a Memória.
12. A urgência da criação de um **Novo Humanismo**, originando uma nova concepção de Património Cultural da Humanidade: consciencialização da barreira artificial Cultura/Natureza, criada pela mente reducionista do *Homo Consumens*... E consequente preservação da Cultura e da Natureza enquanto um todo dinâmico e harmonioso.
13. Viver com a Natureza, construir a Cultura de acordo com as grandes Leis da Natureza: Unidade da Vida, Equilíbrio, Harmonia, Evolução...
14. Privilegiar a Construção de um Cosmos e não insistir na manutenção de um Caos – é esta a grande atitude autenticamente *Religiosa* – no sentido etimológico da palavra, *re+ligare* – cuja figura central é a relação/religação entre a *Tellus Mater*, a Terra Sagrada e o Homem Novo...

Património Cultural — Exemplos a Considerar

Instrumentos de trabalho Festas Populares Habitações Típicas Toponímia Livros Bibliotecas Estatutos de Colectividades Trecho Musical Vestuário Tradicional Barcos Anzóis Fotografias Postais Ilustrados Azulejos Moinhos de Maré Chafarizes Actas da Câmara Municipal Estaleiros de Construção Naval Indústrias Tradicionais Fornos de Cal Fornos de Lenha Lagares de Azeite Máquinas Agrícolas Antigas Arquitectura Industrial Trens *Charretes* Carroças Coretos Igrejas Palácios Provérbios Lendas Fontes Canções Populares Contos Populares Superstições Crenças Populares Religião Popular Rifões Poesias Populares Antas e Dólmenes Mosaicos Movimento Cooperativo Bosques Jardins Mobiliário Tradicional Regional Ranchos Folclóricos Instrumentos Musicais Populares Paisagem Lenga-lengas Rimances Romances de Cordel Pinhais Mercados Feiras Orações Rezas Museus Mosteiros Castelos Ferramentas Artesanato Movimento Associativo Ourivesaria Popular Cemitérios Usos e Costumes Jogos Tradicionais Pintura Escultura Rituais Magia Mitos Amuletos Pelourinhos Candeeiro de Petróleo Olaria Popular Cestaria Popular Folhetos Revistas Jornais Frescos Armaduras Sítios Arqueológicos Imagens em Madeira Catedrais Ostensórios Incensórios Rios Lagos Albufeiras Cerâmica Fornos do Povo Paramentos Comunitarismo Galeões Caravelas Aglomerados Urbanos Aglomerados Rurais Vigamentos de um Telhado Peças de Artilharia Lápides Visigóticas Lápides Romanas Calçadas Romanas Calçadas Árabes Cântaros Bilhas Almofarizes Arcas Baús Talhas Potes Rossios Dialectos Língua de um Povo Celeiros Palheiros Estações Ferroviárias Retábulos Colheres em madeira Sistemas de Iluminação Tanques Cruzeiros Zonas Verdes Lages Conventos Alfaias Agrí-



colas Varandas Portais Arquivos Regionais Lampiões Açudes Arte Rupestre Villas Romanas Mezinhas Adágios Populares Romarias Solares Casario Fontanários Talha Dourada Manuscritos Antigos Reservas Ecológicas Poços Montes Alminhas Fauna Regional Freguesias Municipalismo Modos de Produção Tradicional Flora Regional Manifestações Artísticas Manifestações Simbólicas Arquitectura Popular *Os Lusíadas* Sistemas de Regas Janelas *Papagaios* Técnicas Agrícolas Tradicionais *O Auto de Mofina Mendes* Relógios Campanários Gárgulas Alcáçovas Bairros de Lata Açorda Miniaturas Estátuas Prédios Árvores Animais Aldeias Gamelas Pontes Estradas Grutas Tabernas Padarias Mercarias Adegas Castros Teatro Popular Túmulos Picotas e Cegonhas Moinhos de Vento Bordados Rendas Cancioneiros Atafonas Chaminés Vestuário Divertimentos Doçaria Regional *Ex-Votos* Fardamentos Procissões Medicina Popular Moedas Monografias Preces Pregões Presépios Selos Sinos Loiças Danças Largos Praças Ermidas Azenhas Aquedutos Espigueiros Eiras Noras Arte Pastoril Tecelagem Direito Popular Esteiraria Fogo de Artifício Lacticínios Festas Cíclicas Cortejos Ritos de Passagem Ensalmos Adivinhas Alcinhas Onomástico Brinquedos Jóias Populares Meteorologia Popular Gastronomia e Culinária Tradicionais Concheiros Figuras Típicas Encadernação Artes e Ofícios Tradicionais Templos Quiosques Bandas Filarmónicas *Brincas de Entrudo Judiarias e Mourarias* Choças Caleiras

.../...

*todas as manifestações do homem
constituem um património histórico e
cultural que a comunidade deve conhecer e preservar
cultura e ambiente são uma e a mesma coisa
a vida quotidiana e a sua qualidade
passam pela harmonia possível
de tais factores afinal coincidentes*



O complexo arqueológico de Vidais na correspondência trocada entre António Maçãs e Leite de Vasconcellos

A última referência bibliográfica sobre Vidais data já de 1981. No Vol. 3 da CLIO, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, sob o título *Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do Complexo Arqueológico dos Vidais*, um breve artigo assinado por Ana Margarida Arruda e Helena Catarino, descrevem-se alguns materiais cerâmicos balizáveis cronologicamente entre os séculos III e I a. C. Embora os Vidais merecessem referências e algumas alargadas por parte de Leite de Vasconcellos, Laranjo Coelho, Afonso do Paço e Savory, entre outros, apenas nos anos de 1977 e 1978 aí se realizaram duas breves campanhas arqueológicas dirigidas pelo Prof. Victor Gonçalves. Os Vidais foram descobertos para a comunidade científica por Pedro Pena. A 11 de Abril de 1917, Laranjo Coelho visita o local e entrevista Pedro Pena. Tal como aquele investigador nos conta em *Terras de Odiana*, Pedro Gonçalves da Pena, influenciado pela leitura do célebre *Livro de S. Cipriano*, procuraria um dos múltiplos tesouros descritos no afamado livro. Desconhece-se, se por acaso, ou se por intuição, o que sabemos é que Pedro Pena considerou que Vidais seria o local ideal para procurar a almejada riqueza. Abandonou a família e de corpo e alma dedicou-se a esventrar o monte dos Vidais. Procurava, segundo ouvimos contar a quem ainda o conheceu, um conjunto de bolas de ouro que se esconderiam debaixo de uma pedra que se levantaria a poente do poço velho dos Vidais, na direcção da laje dos olhos de gato. Diz-nos Laranjo Coelho que por mais de vinte anos Pedro Pena diariamente escavava sob os grandes afloramentos graníticos em busca da riqueza. Se não encontrou as bolas de ouro, pelo menos identificou um complexo habitat de múltiplas ocupações pré e proto-históricas. Na sua desenfreada busca de fortuna não descobria ouro, mas tão só artefactos arqueológicos. Com eles, muito, ou pouco, algum dinheiro conseguia, o que lhe proporcionava o sustento necessário para continuar a sua aventura. Em Santo António das Areias, na loja de Bento da Mota trocava



machados de pedra polida, pontas de seta e vasos de cerâmica que recolhia em Vidais por alimentos e alguns tostões. Bento da Mota, homem culto, guardava religiosamente os materiais recolhidos em Vidais, estimulando, ainda mais, as pesquisas de Pedro Pena. Rapidamente a notícia destas descobertas chegou a António Maçãs, proprietário na vizinha freguesia de Aramenha e amigo de Leite de Vasconcellos. Por intermédio de Bento da Mota, ou directamente, António Maçãs começa a negociar os materiais que Pedro Pena descobria sob os grandes afloramentos graníticos e enviá-los para o museu que Leite de Vasconcellos ia montando em Lisboa. A importância dos materiais recolhidos em Vidais, levam Leite de Vasconcellos a visitar este arqueossítio, onde conhece Pedro Pena. Nesta viagem, passa pela casa de Bento da Mota, em Santo António das Areias, convencendo-o a doar para o Museu de Belém os materiais arqueológicos da sua colecção. Até morrer, Pedro Pena continuou a sua pesquisa em Vidais, encarregando-se António Maçãs de adquirir a maior parte do espólio e de o enviar para Belém. Em 1948 Afonso do Paço visita Vidais, onde recolhe materiais de superfície. Em 1953, ao publicar a *Carta Arqueológica do Concelho Marvão*, este arqueólogo denota já duas áreas distintas de ocupação no sítio de Vidais. Isola o chamado Castelo, ou Castelo Velho de Vidago, que considera romano, e os Vidais, com uma ocupação a que Afonso do Paço chama de Bronze I.

Sabe-se hoje que Vidais comporta um complexo ocupacional que recua ao Neolítico antigo e se prolonga até à Segunda Idade do Ferro. Na cota mais alta, localmente conhecida por Castelo de Vidago, duas cinturas de muralhas envolvem o povoado da Segunda Idade do Ferro. No topo do cerro que se situa a Nordeste reconhece-se uma ocupação mista da Idade do Ferro e do Bronze. Sob as grandes lapas graníticas encontram-se vestígios atribuíveis ao Neolítico e ao Calcolítico. Nas encostas viradas ao Sever abundam testemunhos romanos e do Paleolítico. A curta distância de Vidais vários sepulcros megalíticos são conhecidos.

Na correspondência trocada entre António Maçãs e Leite de Vasconcellos várias referências encontramos relacionadas com Vidais e com Pedro Pena. Do vasto conjunto epistolar, seleccionámos os documentos que directamente abordam este sítio arqueológico. Se a divulgação dessa correspondência se torna importante para o estudo de Vidais ela também o é para a história do Museu Nacional de Arqueologia, em particular, e para a evolução dos conceitos museológicos e arqueológicos, em geral.

Em cinquenta anos, o conceito de Arqueologia, no seu mais amplo sentido, transformou-se radicalmente. A arqueologia da peça, ou a caça ao tesouro é praticamente inexistente nos nossos dias. As grandes colecções de materiais arqueológicos, paulatinamente deram lugar às mostras contextualizadas. Os grandes museus arqueológicos centrais, mesmo os existentes, sucumbiram e gradualmente deram lugar a museus de sítio, ou a mostras regionais. Os caixotes de sabão reaproveitados e etiquetados de frágil, cheios de peças empalhadas, ou empilhadas, despachados em comboios fumarentos, já não sangram o interior, alimentando o insaciável museu central. Já não se conhecem delegados locais encarregados de negociarem, pela melhor oferta, o que a charrua levantava da terra, estimulando, na maioria dos casos, o guloso esventrar de necrópoles romanas, ou de sepulturas megalíticas. Hoje, os tempos,



pelo menos para alguns, já são outros. Mas, a Arqueologia e a Museologia são ciências muito recentes e, como qualquer ciência em fase embrionária chocará aqueles que passados alguns tempos olhem para trás e reparem como em tão poucos anos os critérios metodológicos sofreram profundas alterações.

Nos inícios deste século a arqueologia científica dava os primeiros passos. De entre os pioneiros, Leite de Vasconcellos poderá ser considerado aquele que pela sua multifacetada cultura conseguiu esboçar a união entre a peça e o seu contexto. Esta visão, ainda que não totalmente compreendida no seu tempo, foi, posteriormente, e por muitos anos, totalmente esquecida, notando-se mesmo algum retrocesso. Leite de Vasconcellos, aliando os estudos linguísticos e etnológicos aos arqueológicos, percorre todo o País, estabelecendo uma teia de contactos com pessoas das mais diversas formações, que ao longo dos muitos anos da sua actividade científica lhe vão facultando informações e materiais. Assente nessa inesgotável fonte, Leite de Vasconcellos redige a sua vasta obra científica e funda o museu que por mais de meio século se identificou com o seu nome.

O conjunto epistolar que agora divulgamos revela, de uma forma clara, aspectos de grande interesse tanto para a História da Arqueologia portuguesa, como para o conhecimento da investigação arqueológica no concelho de Marvão. A correspondência emitida por Leite de Vasconcellos e dirigida a António Maçãs, residente em Portalegre, proprietário agrícola e pequeno industrial no concelho de Marvão, foi já publicada pela pena de Delmira Maçãs, filha de António Maçãs e afilhada de baptismo de Leite de Vasconcellos. Delmira Maçãs inclui esta correspondência num conjunto de memórias, intitulado *Livro de Horas dos Olhos de Água*. Neste livro, faculta ao leitor um conjunto de noventa e sete missivas, compostas por cartas e postais. Para uma melhor compreensão das informações já reveladas faltava confrontá-las com a correspondência emitida por António Maçãs. Ao tomarmos conhecimento que no Museu Nacional de Arqueologia se guardavam as cartas e postais que António Maçãs remeteu a Leite de Vasconcellos, tornava-se imperioso divulgar o conjunto epistolar que directamente se refere às ruínas da Cidade Romana de Ammaia, agora em estudo. Esse conjunto de cartas foi já por nós entregue para publicação no volume do Arqueólogo Português comemorativo dos cem anos do nascimento de Leite de Vasconcellos. Agora divulgamos aqui a correspondência relacionada com Vidais. Raros serão os casos em que se conservaram as duas fontes epistolares, permitindo um confronto completo da informação trocada. Contudo, António Maçãs, ainda que sem qualquer formação académica que lhe facultasse um conhecimento aprofundado sobre história antiga, revela, sobretudo através da leitura da correspondência, um interesse e uma sensibilidade invulgares entre os homens da sua época. Este interesse de António Maçãs pelas coisas do passado foi claramente reconhecido por Leite de Vasconcellos. Atestam este reconhecimento, as relações de amizade testemunhadas pela correspondência, que ultrapassam claramente as que se estabeleceriam entre um simples fornecedor e um comprador de peças arqueológicas. As múltiplas e recíprocas visitas e o convite dirigido por António Maçãs a Leite de Vasconcellos para apadrinhar o baptismo de sua filha testemunham a amizade que emergiu do interesse mútuo pela



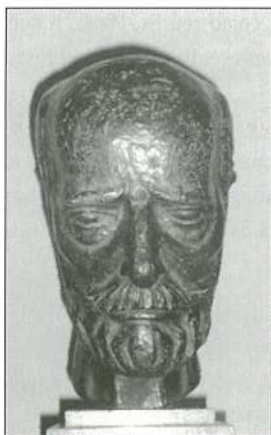
Arqueologia. Ainda que possamos discordar dos métodos empregues por António Maçãs para obter peças destinadas ao museu dirigido por Leite de Vasconcelos, eles têm que ser compreendidos à luz dos conhecimentos da época em que ocorreram. Estamos certos de que muitos dos materiais que foram carreados para Lisboa, mais do que fruto de descobertas ocasionais, resultaram de violações populares estimuladas pelos pagamentos que António Maçãs recebia de Leite de Vasconcelos, como se depreende da correspondência agora divulgada. Contudo, teremos que reconhecer que se fica, igualmente, a dever a António Maçãs um papel importante na concentração, no actual Museu Nacional de Arqueologia, de grande número de peças arqueológicas, que, não fosse ele, neste momento se poderiam considerar perdidas. Repare-se como nalgumas passagens da correspondência existem referências à compra de objectos por outros coleccionadores privados. Torna-se aliás bastante interessante verificar a disputa existente entre António Maçãs e outros coleccionadores para a obtenção, das mãos de particulares, de materiais arqueológicos. Os frequentes pedidos de avaliação pecuniária solicitados por António Maçãs a Leite de Vasconcelos indiciam como, na primeira metade deste século, os materiais arqueológicos eram alvo dos coleccionadores portugueses e de alguns estrangeiros.

Do conjunto epistolar disponível, seleccionámos para este artigo apenas as cartas ou postais que de alguma forma contêm informações sobre os Vidais. As missivas assinadas por António Maçãs comportam o número de registo com que se encontram catalogadas no Museu Nacional de Arqueologia (MNA). A correspondência emitida por Leite de Vasconcelos e divulgada pela primeira vez por Delmira Maçãs apresenta-se com a identificação do número de página do *Livro de Horas dos Olhos de Água em Marvão*, onde foram publicadas (p.). Neste conjunto de memórias da responsabilidade de Delmira Maçãs, merecem especial referência as notas explicativas que a autora anexa à correspondência de Leite de Vasconcelos, possibilitando a identificação de pessoas e locais referidos no conjunto epistolar.

Justifica-se, aqui, uma pequena nota biográfica de António Maçãs. Natural da Ribeira de Nisa, freguesia rural de Portalegre, António Maçãs nasceu a 15 de Dezembro de 1883, vindo a falecer em 1975. Frequentou os estudos primários no Colégio dos Jesuítas em S. Fiel e posteriormente no Colégio de St.^a Maria no Porto. Com a morte do pai, aos 16 anos, abandona o Porto e regressa a Portalegre para assumir a responsabilidade da gestão do património familiar.



António Maçãs



Leite de Vasconcellos



Pedro Pena

Conjunto Epistolar de António Maçãs e Leite de Vasconcellos sobre Vidais

p. 52 - de L. V. para A. M.

Columbeira

16-10-913

Ex. Am.o e Sr. Maçãs

Pouco depois de chegar da m.a viagem a Lisboa vim para o campo descansar um pouco, porque estava adoentado; e d'aqui lhe escrevo.

Mt. agradeço a sua carta, e a remessa dos objectos arqueológicos, que vi no Museu. Estes são muito bons, e pode V. Ex., quando puder, mandar todos os mais; e dirá quanto tem de se dar por eles a quem os cedeu. Ao mesmo tempo desejava uma nota do local em que apareceram e das mais circunstâncias. Vejo que continuo a ter em V. Ex. um dedicado amigo do Museu Etnológico, e meu, com o que estou muito contente, porque o Alentejo é rico de arqueologia. Os objectos que me enviou são muito curiosos; devem pertencer ao fim dos tempos neolíticos ou começo da era do cobre: só examinando mais outros da mesma estação é que se poderá averiguar.

Eu no dia 19 chego a Lisboa. No dia 21 ou 22, se eu e o tempo estivermos bons, é provável que vá à sua província, a convite de outro amigo, proceder a excavações arqueológicas, mas em 1 ou 2 de Novembro conto estar em Lx., porque provavelmente logo tenho aulas.

Se V. Ex. quiser esperar pela minha volta para enviar os objectos, está bem; se não quiser, pode remete-los ao Dr. Vergílio Correia, Conservador do Museu Etnológico, Belém. V. Ex. já sabe que eles têm de ir muito bem acondicionados.



Desejo que tanto V. Ex. como seu Ex. Mano, a quem me recomendo, andem de saúde. E mais uma vez lhe apresento os meus protestos de estima e gratidão, com est. sb. am. at. v.or

Leite de Vasconcelos

*Quando lhe falar, contarei as maravilhas que vi em museus lá de fora.

Eu depois que estou aqui já obtive umas figurinhas de bronze romanas e vários machados de pedra e outras cousas. Eu vim para descansar intelectualmente; mas das pernas não descanso.

p. 56 - de L. V. para A. M.

24-XII-913

Ex. Am. e Sr.

Tenho estado à espera de que me diga alguma coisa acerca das pedras prehistóricas de que falámos aqui. Quanto às pedras romanas de Aramenha, já falei a duas pessoas: uma não me pode dar carta, a outra ficou de me obter uma de recomendação, e estou também à espera dela; espero que se conseguirá o que queremos.

V. Ex. disse-me que vinha a Lx.^a em Janeiro; se vier, fico certo de que me avisará, pois desejava vê-lo.

Estimo que tanto V. Ex.a como seu Ex.^o Mano tenham as melhores festas.

E sou de V. Ex.

Am. at. obrg.^o

José Leite de Vasconcellos

MNA - 12201 - de A. M. para L. V.

31-12-913

Exc. amigo e Sr.

Agradeço em meu nome e no de meu irmão José as boas festas que V. Exc.^a. nos enviou desejando-lhe especialmente festas muito felizes e um anno cheio de prosperidades.

Não tenho escripto a V. Exc.^a. dizendo-lhe o que há a respeito das pedras prehistóricas de que me falla na sua prezada carta porque os meus afazeres não me teem permitido ir a Marvão tratar da aquisição das referidas pedras.

Já adquiri mais alguns objectos de barro da Aramenha que tenciono enviar-lhe quando tiver maior porção.

Desejava saber se o Museu coleciona polvorinhos e outros objectos de chifre.

Digne-se V. Exc.^a. receber respeitosos cumprimentos de meu irmão.

Sou De V. Exc.^a.

amigo obrigado

António Eusebio Benito Maças



P. 58 - de L. V. para A. M.

LISBOA

Rua de D. Carlos Mascarenhas, 27

6-1-914

Ex. Am. e Sr.

Finalmente encontrei pessoa que me deu uma carta para o Sr. Caldeira, por causa das pedras de Aramenha, e hoje lhe escrevi. A carta é boa, e espero que obteremos as pedras.

Agradeço a carta de V. Ex.a em que me fala dos objectos de Marvão, e diz que já tem em casa.

Rogo o favor de me dizer o nome e morada daquele Sr. Doutor que veio com V. Ex.a à Biblioteca falar comigo: eu queria escrever-lhe por causa dos objectos de Gavião, e se V. Ex.ª lhe escrevesse também, eu muito estimaria. Não queria perder o ensejo de ter tão bom padrinho neste negócio arqueológico, tão importante.

Desculpe. Sou de V. E.

Am. mt. grato

Leite de Vasconcellos

Escusado será dizer que o Museu faz toda a despesa com quaisquer objectos que V. E. compre. - Os polvorinhos e outros documentos de Etnografia local serão bem vindos. E obrigado.



COMPLEXO DE VIDAIS

1. Povoado da 2.ª Idade do Ferro;
2. Povoado da Idade do Bronze;
3. Lapas de Vidais



p. 61 - de L. V. para A. M.

11-III -914

Ex. A. e Sr.

Não tornei a ter notícias suas, e por isso faço este a saber o que há a respeito das pedras de que me falou. Há muito tempo escrevi a V. Ex.^a perguntando o nome e morada daquele amigo de V. Ex. que veio a Lisboa e me falou nos objectos de prata de Gavião: renovo o meu pedido. V. Ex.^a quando vem cá? Disse-me, se bem me recordo, que vinha em Janeiro.

Vamos a ver se este ano eu posso aí ir, como lhe disse.

Cumprimentos a seu Ex. Mano.

De V. E.^a

Am. mt. grato

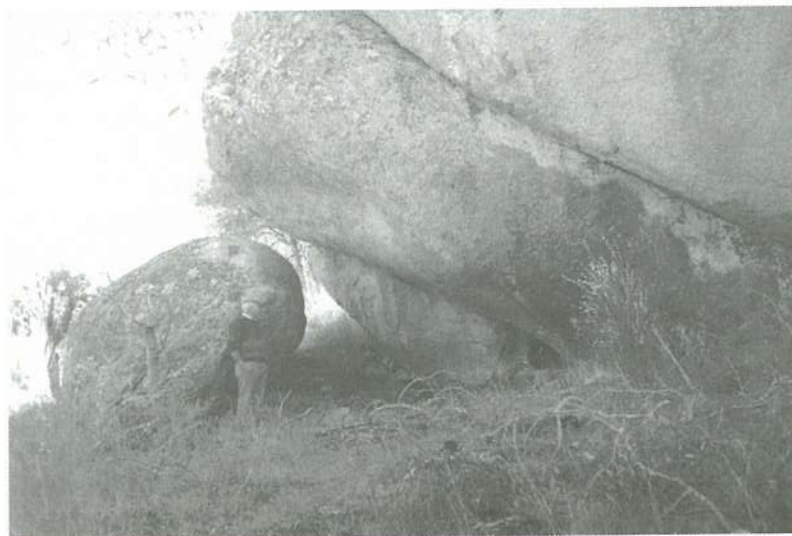
Leite de Vasconcellos

p. 64 - de L. V. para A. M.

26- III -914

Ex. A. e Sr.

Muito agradeço os objectos que me mandou. Creio ser um espólio da idade do cobre. Peço me diga a proveniência, para assim o colocar no Museu. Uma das placas vinha em pedaços, mas colou-se. Como a minha ida aí no verão é incerta, e agora posso dispor de mim de 1 a 5 de Abril, rogo-lhe o favor de me dizer se está aí, e se eu posso ir aí então, para fazermos a excursão a Marvão. Eu iria daqui em 1 de manhã, como da outra vez;



Vidais - Lapa Grande

estou disponível aí 2, 3 e 4; no dia 5 partiria para Aviz com um amigo que deve encontrar-se comigo. Mas, se eu fôr, é com *a condição expressa de fazer eu os gastos, e não V. Ex.^a*. O Museu dispõe de uma verba para excursões, excavações, compras, etc., como é natural. Já não faz V. Ex.^a pequeno favor em acompanhar e dar os objectos valiosos que me tem dado para o Museu. Também no caso de eu ir, peço o favor de prevenir no hotel da outra vez que me tenham um quarto no último andar, onde eu durma tranquilo, e não por baixo da sala de jantar, pois passei um inferno, e me façam jantar sem pimenta, nem vinagre, nem limão, que me prejudicam o estômago.

Espero que V. Ex.^a me responda *na volta do correio*, p.^a eu dispôr a m.^a vida pois se não fôr para aí, vou para outra parte. Pode dirigir a carta p.^a a minha morada.

Cumprimentos a seu Ex. Mano. E sou

De v. Ex. am. mt. Grato e obr.

Leite de Vasconcellos

p. 67 - de L. V. para A. M.

Rua de D. Carlos Mascarenhas, 27

em 28-III-914

Ex. am. e Sr.

Agradeço a presada carta de V. Ex. Vejo que não me expliquei bem. Eu não queria fazer agora excavações, pensava só em ir fazer a Marvão a excursão que da outra vez tínhamos planeado.

No dia 31 ao 1/2 dia começam as minhas férias universitárias, e eu desejava sair de Lisboa no dia 1 de Abril. Um amigo de Avis convidou-me para eu ir lá passar as férias do dia 6 em diante, porque no dia 5 tem de assistir a uma reunião em Portalegre. Ora eu lembrei-me de aproveitar os dias 1-5 para estar nessa cidade, e ir a Marvão, e depois seguir com ele de Portalegre para Avis no dia 5 à noite ou mais provável no dia 6 de manhã.

Este era um dos meus planos. O outro plano era ir daqui a Évora, de lá a Sousel, onde também tenho que ver, e de lá para Avis no dia 6.

Visto o que V. Ex. me diz, fica prejudicado o primeiro plano, e seguirei o 2.º, deixando para o verão o meu prazer de ir a Portalegre.

Se V. Ex. pudesse vir antes do dia 1, eu teria o gosto de o cá ver, e de o receber em minha casa: já da última vez que cá estive, me prometeu vir a minha casa.

Fico esperando as suas informações, e os seus bons officios por causa de Gavião. Eu regresso a Lisboa no dia 18 de Abril.

Já consertei um dos vasinhos que me deu, e o outro está-se consertando. Ficam óptimos.

Sinto que V. Ex. estivesse incomodado. Peço me recomende a seu Ex. Mano.

Espero que diga na volta do correio, se efectivamente pode vir antes do dia 1.

De V. Ex.a Am. mt. obrg.

Leite de V



MNA - 12203 - de A. M. para L. V.

Portalegre 28-6-914

Caro amigo e Sr.

Muito agradeço a V. Exc^a. o folheto que acaba de me enviar.

Tenho em vista algumas antas para explorar quando V. Exc^a. vier em princípio de Julho mas como ha uma perto das que desejo explorar e não conheço a dona da herdade onde se acha situada peço a V. Exc^a. a fineza de se entender ahi em Lisboa com o S. Carlos Joice Diniz dono da herdade do Matto Silva e morador na rua d'Arriaga nº 35 visto o rendeiro da referida herdade não autorisar a exploração sem licença do senhorio.

Peço a V. Exc^a. a fineza de me dizer o dia em que vem.

Cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a. desponha francamente do que se subscreve com a maxima consideração e estima

De V. Exc^a.

amigo obrigado

António Eusebio Benito Maçãs

p. 78 - de L. V. para A. M.

Lisboa,

Rua de D. Carlos Mascarenhas, 27

5.VII.914

Ex. a. e Sr.

O tal Sr. Joyce Dinis diz que deseja contemplar o mistério das antas sem lhes mexer, e por isso nega a licença. — Nem todos são Maçãs!

Como disse a V. Ex., posso ir de cá a 12, visto que os exames começam em 15; mas espero me diga se quer que eu vá antes. Isso depende do plano dos trabalhos arqueológicos.

Fiquei bastante desconsolado com a resposta do Joyce. Ele porém desfaz-se em desculpas.

Espero a sua resposta. Cumprimentos a seu Ex. Mano

Am. at.

Leite de Vasconcellos

p. 97 - de L. V. para A. M.

Lisboa,
Rua de D. Carlos Mascarenhas, 27
27.XII.914

Meu prezado amigo:

Estava para lhe escrever, quando tive o gosto de receber a sua carta, que mt. agradeço. Também desejo que tanto V. Ex.^a como seu Ex. Mano tenham as melhores festas.

Continuo ainda incomodado da vista, e privado de me aplicar como dantes, embora o médico diga não ser cousa de cuidado.

Do prato nada sei por ora. Vou escrever hoje outra vez ao Dr. Sant'Ana. Últimamente fiz uma importante aquisição de armas da idade do ferro, que me cedeu o Museu de Artilharia.

E o meu amigo tem continuado a obter moedas?

Mt. agradeço o dizer-me que tem lá mais objectos guardados.

Eu bem quisera ir escavar o morro dos Vidais, mas tenho tantas cousas sempre! Vejo-me atrapalhado.

Então quando vem a Lisboa? O que eu queria era que, quando cá viessem, se viessem hospedar em minha casa. Estão aqui à vontade. O carro leva-os ao centro da cidade em 15 ou 20 minutos.

Não tornei a ver o Dr. Neto.

Por aqui me fico hoje.

Seu am. mt. obrigado

Leite de Vasconcellos

MNA - 12216 - de A. M. para L. V.

Portalegre 18-11-915
Meu Exc. e caro amigo

Agradeço-lhe sinceramente a maçada que teve com o meu pedido e peço-lhe desculpa de só hoje lhe agradecer.

Não tenho escripto por desejar enviar-lhe dois machadinhos de bronze que um comprador de metaes ficou de me arranjar, mas como até hoje não mais o vi fiquei com as esperanças perdidas de os adquirir.

Guarde-me ahi o tal "Século" da noite que fala da arte portalegrense para ler quando ahi for pois que não sou assinante da edição noturna.

Já escreveu ao Dr. Sardinha sobre os objectos romanos?

Logo que compre os terrenos pertencentes ao Lyceu lh'ó comunicarei.

Agradecendo mais uma vez tantas finezas sou com a maxima consideração e estima

De V. Exc.^a

amigo obgd^o

António Eusebio Benito Maçãs



MNA - 12217 - de A. M. para L. V.

Portalegre 9-12-915

Meu Exc. e presado amigo

Já adquiri as duas faixas de terreno pertencentes ao Liceu e que ha bastante tempo desejava possuir pelo que estou muito satisfeito e am mesmo tempo grato a V. Exc^a pelo modo como se houve com o meu pedido.

Estive hontem em Castelo de Vide com o Miguel Soares que me disse continuar à procura de machados de pedra.

Comprei algumas moedas romanas de cobre da Aramenha que irão para o Museu com os outros objectos.

Os taes machados de bronze de que lhe falei não passavam de pequenas chapas de cobre.

Já começou com a coleção de selos e moedas para o Museu?

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subcreve com a maxima consideração e estima

De V. Exc^a

amigo mt^o grato

António Eusebio Benito Maçãs

MNA - 12224 - de A. M. para L. V.

Portalegre 15-4-916

Meu Exc. amigo

Oxalá que o seu silencio não tenha sido motivado por doença.

Deve ter recebido em encomenda postal trese objectos de pedra e barro dos Vidais.

O homem que anda com as escavações disse-me que não me tras mais objectos sem que V. Exc^a mande dizer minociosamente quanto dá por cada um pois tem quem lh'os pague melhor do que V. Exc^a pagou ao Matta. Os que lhe mandei faço presente d'elles a V. Exc^a podendo ficar certo que tive que os pagar melhor dos que já deram entrada no Museu.

Como V. Exc^a tem conhecimento em toda a parte veja se tem noticia de um Braz Soldado, ferreiro ou ferrador de Barbacena para quem o Pedro Pena, dos Vidais mandou objectos e lh'os pagou melhor.

Ainda não mandei os objectos da Aramenha porque tenho andado doente e ainda não arranjei caixa para elles.

Digne-se receber respeitosos cumprimentos de meu irmão José e mande com franqueza o que se subcreve com a maior consideração e estima

De V. Exc^a

amigo obgd^o

António Eusebio Benito Maçãs



p. 136 - de L. V. para A. M.

Alandr. 21.IV.916

Meu presado amigo

Aqui recebi a sua carta de 19, e outra dirigida p. Lisboa em que me falava de uma encomenda postal, cujo aviso não recebi. Tenha o meu am.^o o incómodo de ver se aí no correio lhe dão outra guia, p. se poder receber em Lisboa. Mt. agradeço os objectos que oferece ao Museu. Quanto à pergunta do homem, é melhor ele dizer quanto quer por cada objecto, especificando-os.

Eu demoro-me aqui até 25. Em 26 tenciono sair, e voltar aqui pelo fim do mês; partirei p. Lisboa, não por Elvas-Portalegre, que é muito maior jornada, mas por onde vim, isto é, por Estremoz.

O P. Simões efectivamente pediu-me que lhe colocasse em Lx.^a duas crianças, mas é difícilimo arranjar em Lx.^a qualquer colocação. Tudo acode lá!

Mtos. agradecimentos lhe dou pela sua nova carta. Envio cumprimentos afectuosos a seu Ex. Mano.

Tenho obtido mt. cousa e também estudado bastante. Mas não descanso nada!

Abraça-o o Seu am. mt.

grato

J.L. de V.

p. 138 - de L. V. para A. M.

Lisboa

Rua de D. Carlos Mascarenhas, 27

15.V.916

Meu presado am.

Já abri o caixotinho. As cousas que lá vem, são óptimas. Mt. e mt. obrigado. Queira dizer-me se ainda não obtive o livro do T. de Aragão acerca das Moedas Romanas da Ajuda, para eu estar alerta a ver se descubro algum.

Quando aparece por cá?

O tal Brás Soldado de Barbacena está p. a África ou Brasil. Eu estive perto de lá.

Cumprimentos ao Ex. Mano.

Seu am. o.

J.L. de V.

P.S. Estive com o Dr. S. e disse que me cedia os obj. romanos. Não deixe o meu am. a exploração dos Vidais.



MNA - 12226 - de A. M. para L. V.

Portalegre

18-6-916

Meu Exc. e presado amigo

No proprio dia em que recebi a sua presada carta mostrei ao Simões que veio a Portalegre nesse dia, ficando muito satisfeito por ver os bons desejos que V. Exc^a tem em lhe ser agradavel.

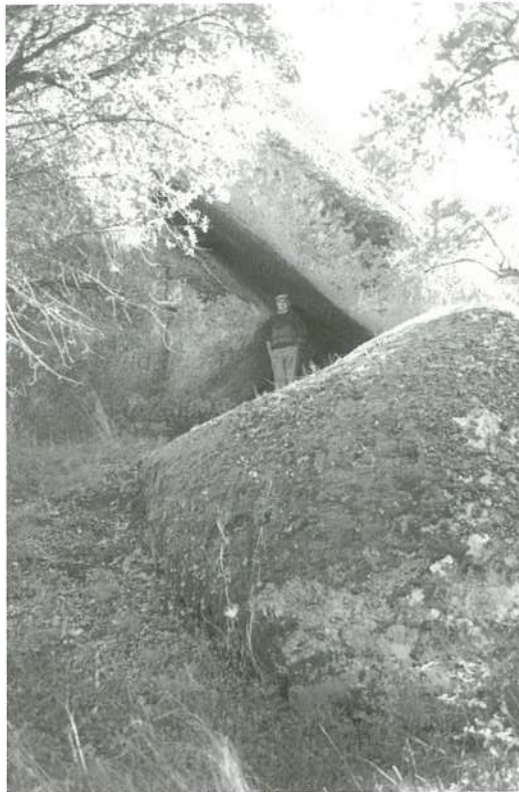
Da minha parte agradeço-lhe o incomodo que teve com o pedido desejando que se ofereça occasião em que lhe possa mostrar o meu reconhecimento.

Ultimamente apareceu mais uma sepultura onde estavam dois pregos grandes de ferro e uma bilha, objectos que já estão em meu poder.

Quando me escrever diga-me se de ha um anno a esta parte tem recebido alguma coisa da Aramenha que não seja enviada por mim.

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mando o seu muito grato amigo

António Eusebio Benito Maçãs



Vidais - Aspecto das Lapas de Abrigo com Ocupação Neolítica e Calcolítica

MNA - 12231 - de A. M. para L. V.

Portalegre 24-12-916

Meu Exc. e presadíssimo Amigo

Oxalá que o seu silêncio não seja motivado por doença.

Desejo-lhe festas de Natal muito felizes e que o anno que vem lhe seja muito prospero.

Não lhe falo nas perguiçosas porque já estou envergonhado com V. Exc^a mas se estou em falta é por me faltarem a mim também.

Acabo de sair de casa do Dr. Sardinha onde vi entre outras cousas diferentes objectos romanos em muito bom estado e dois de vidro romano um dos quais de —
— encantado.

Tenho em meu poder alguns objectos que lhe enviarei em ocasião oportuna.

Em Marvão apareceu um machado de bronze como ainda não vi outro igual e que eu e o Pinto Simões temos trabalhado para o adquirirmos mas em vão.

Digne-se receber respeitosos cumprimentos de boas festas de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subscreve com a maxima consideração e estima

De V. Exc^a

amigo obrigado

António Eusebio Benito Maçãs

p. 157 - de L. V. para A. M.

Lisboa,

Rua de D. Carlos Mascarenhas, 4

29.XII.916

Meu bom e presado am.

Efectivamente estive doente uns 10 dias, e até deixei de dar aula; mas já estou restabelecido. Agradeço o seu cuidado. A m^a. vida é o mais ocupada possível, e às vezes não sou pronto em escrever, porém nunca esqueço os sinceros amigos, como é V. Ex.^a.

Pela minha parte lhe envio, e a seu Ex. Mano, tenha muito boas-festas, e desejo a ambos ano próspero.

O S. é grande rato! O ano passado, quando me encontrou em Trás-os-Montes disse-me espontaneamente que possuía vários objectos romanos que me havia de vender para o Museu, a fim de com o produto da venda adquirir objectos da especialidade dele. Depois, encontrando-me num combóio do Alentejo, repetiu o mesmo, e que trataria do negócio em regressando de Vendas Novas. Eu escrevi-lhe p. se resolver isto, e qual não é o meu espanto quando me responde: *que fora ao Museu, e aí vira cousas iguais às que tencionava vender, e que portanto as não vendia, e as coleccionaria!* Eu dei-lhe uma desanda, dizendo que o juiz do Museu era eu, e não os de fora, mas que se ele mudara de opinião,



era outra cousa! Eu deixei cópia, e em o meu am. cá vindo, lha mostrarei. Também disse que se todos fossem como ele, o Museu havia de prosperar bem! É um ratão, como digo. Meteu a viola no saco, e nada mais me respondeu. Eu dispenso personagens destes!

Fico sobressaltado com a notícia do machado. Vamos a ver se o Simões o obtem. Mas se fôr pessoa que venda, o Museu compra.

Mt. agradeço tanto o que me diz disto, como dos objectos que lá tem para enviar. E de Vidais não há mais notícias?

Neste correio lhe envio um folheto de assunto alentejano.

E como vai a Numismática? Tem continuado a coligir moedas?

Há muito que não aparece por cá. Espero que não deixará de me avisar quando cá vier.

Envio um abraço p. seu Ex. Mano e outro p. o meu amigo de quem sou

mt. Dedicado e atentamente

Je. Leite de Vasconcellos

p. 162 - de L. V. para A. M.

Belém

Museu Etnológico

7.III.917

Ex. am.

Estimo que chegasse bem, e encontrasse de saúde seu Ex. Mano, a quem me recomendo.

Arrumando agora no Museu vários objectos que o meu amigo me trouxe* objectos de Vidais, vi com eles um vasinho de barro, tosco, do feitio de uma laranja, que não é dos Vidais. Sabe o meu am.º donde ele é? Não me deu indicação. Suponho seria da anta. De qual? Obsequiava-me respondendo-me p. o Museu: tenho o vaso à espera, p. o arrumar.

Adeus. Seu am. obr.

Leite de Vasconcellos

*há tempos,

MNA - 12233 - de A. M. para L. V.

8-3-917

Meu Exc. e presado amigo

Cheguei a Portalegre com vinte e quatro horas de atraso em vista do desastre que tivemos no automovel entre Veiros e Monforte das pinhas e abeberas.

Respondendo ao seu postal tenho a dizer-lhe que os objectos de que falla me foram vendidos como sendo dos Vidais e não como de antas.



Sei que estive com o nosso amigo Dr. Lino Netto. Sempre conseguiu arranjar as taças?
Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande em tudo o que
lhe possa ser prestavel os que se subscrevem com a maxima consideração e estima
De V. Exc^a amigo mt^o grato
Antônio Eusebio Benito Maçãs

p. 164 - de L. V. para A. M.

15/III/917
Meu presado amigo
Agradeço a sua carta, e já falei com o Figueiredo, que me dá todas as facilidades.
Então que desastre de automóvel teve? Como não foi coisa de cuidado é o
que estimo.
Cumprimentos ao Ex. Mano.
Do Lino Neto tenho poucas esperanças.
Há algumas notícias a respeito do machado de bronze?
Seu am. obr.
Leite de Vasconcellos
(só a assinatura é autógrafa)

MNA - 12234 - de A. M. para L. V.

Portalegre 24-5-917
Meu Exc. e presado amigo
Oxalá que o seu silencio não seja motivado por falta de saude.
Veio novamente a minha casa o homem dos Vidais e de exigencia em exigencia
quer que lhe de por sete machados de pedra, sete contas de barro, quatro pesos, dois
ponteiros de lousa, uma chapa de ferro e por uma lança muito ferrugenta 2.500 reis,
motivo porque venho pedir a V. Exc^a me diga se o Museu os quer comprar.
Se não lhe causar muito incomodo veja se pode saber para quem é que o Dr.
Possidônio Coelho, da Torre do Tombo, compra objectos porque esteve nos Vidais e
disse ao homem que não vendesse as contas por menos de 200 reis cada, motivo
que me leva a perder o gosto que tinha em comprar para o Museu estes objectos.
Pedi ha dias á Camara desta cidade em nome de V. Exc^a como director do Museu
copia em gesso da inscrição romana que se encontra numa sala da mesma camara
esperando pela resposta para a comunicar a V. Exc^a. Desculpe-me se procedi mal.
Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande no que lhe for —
———— o que se subscreve com a maxima consideração e estima
De V. Exc^a
amigo muito grato
Antônio Eusebio Benito Maçãs



p. 167 - de L. V. para A. M.

Lisboa, 25.V.917

Meu Ex. e bom amigo:

Ando há muito p. lhe escrever, mas sem um momento para isso!

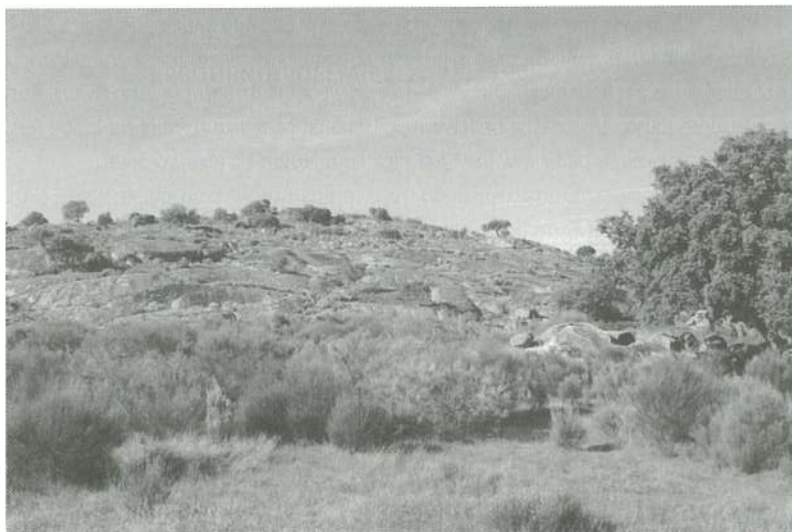
O Dr. Figueiredo foi mt. amável: ofereceu-me um machado de bronze. Ele disse-me que talvez um vizinho compre o terreno. Vamos a ver.

*Estou-lhe mt. grato por todas as suas amabilidades.

Falei logo com o Dr. Possidónio Coelho que ficou mt. impressionado. Disse-me que, como está a escrever uma monografia sobre Marvão (de que já publicou uma amostra), fora aos Vidais, e que encontrando o homem, este lhe cedera um peso já estragado, pelo qual pediu 50 rs.; o Possidónio deu-lhe 200 réis, sendo de gratificação, por ser pobre, os 150 rs. Mais me disse que o homem o informara de que tinha mais objectos em casa, os quais o Possidónio não tentou adquirir por saber que iam p. o am. Maçãs. Também me disse que se eu quisesse mandar fazer excavação, cedia uma casa que tem próximo, o que aceitarei a seu tempo.

Se o homem não ceder por menos de 2.500 réis os objectos, não tenho remédio senão aceitar, mas talvez se o meu am. lhe der a explicação que fica dada, ele se convença de que realmente não falou com inteira exatidão. Melhor seria ver se ele cedia cada objecto por 50 réis. O meu am. lá fará como entender. O que eu não queria era que deixasse de vir os objectos p. o Museu. O Possidónio disse que punha à m.^a disposição o peso.

*Mt. agradeço saber a remessa que quer fazer-me do decalque de gesso da lápide camarária.



Povoado da Idade do Ferro de Vidais

*À parte. O Sardinha escreveu-me querendo justificar-se de não me ceder os objectos, e falou-me em Lógica! Eu dei-lhe uma desanda delicada. Vejo que o homem não é muito esperto, e que quer ser espertalhão!

*Quando aparece por Lisboa?

* A m.^a casa agora está bonita, e o jardim cheio de flores. Mt. queria vê-lo cá. Cumprimentos ao Ex. Mano.

Seu am. mt. obr.

Leite de Vasconcellos

Num bocado de papel, sem data nem assinatura:

Estou a escrever, como lhe disse, na história da Numismática, onde menciono todos os coleccionadores. Já lá deixei um lugar p. o Sr. Maçãs.

Rogo o favor de me responder ao seguinte:

- Quando começou a coleccionar?
- Especialidade: moedas portuguesas e especialmente de ouro?
- Quantas tem?

MNA - 12235 - de A. M. para L. V.

Portalegre 8-6-917

Meu Exc. e presado amigo

Os objectos dos Vidais já estão em meu poder com mais um anel de cobre e um objecto de barro muito interessante mas incompleto.

Se não quer perder ocasião de tentar a compra das pedras com gravados que se encontram na Aramenha diga-me o maximo que o Museu pode dar por ellas para eu tentar a compra pois que me tenho encontrado amiude das vezes com o Corsino Caldeira dando-me esperanças.

Comprei ha dias vinte e tantas moedas de cobre romanas e interessantes.

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subcreve com a maior consideração e estima

De V. Exc^a

amigo mt^o grato

António Eusebio Benito Maçãs

p. 171 - de L. V. para A. M.

Lisboa,

Rua de D. Carlos Mascarenhas, 4

Presado amigo

Muito obrigado pela sua carta. Não corra com o homem, porque nos é preciso. Leve-o por geito, lembrando-se do que ele quer é lucrar alguma cousa. Fico mt. esperançado nas pedras. Não lhe posso fazer preço porque não é fácil. O meu am.^o



dê o que entender. A grande, que está no jardim, valerá mais. Que sei eu? Regulando-me p. compra que tenho feito: dei p. uma pedra que tem figurado um sacrifício, do tamanho de 1/2 metro quadrado ou quasi um metro, 2 000 réis. Não me lembro agora de outros preços, porque a maior parte das pedras m'as têm dado. O transporte é sempre o mais caro. O que eu desejava era as pedras, não faça questão de mais escudo ou menos escudo. - Depois me dirá, com franqueza, qual a importância total, disto e dos Vidais, para lhe enviar um vale.

Amanhã mando um empregado p. Torres Novas explorar grutas, que devem ser rendosas.

Eu em Julho, provavelmente, vou para os exames do Algarve (mas isto por ora é reservado, e de lá espero vir arqueologicamente rico!

O meu amigo não me responde à minha pergunta, quanto ao seu monetário.

As obras do museu vão andando. Tenho 4 salões a mais. O caso é que o Governo dê dinheiro, porque as excavações de T. Novas vão ser feitas em parte em abono meu. Outro dia estive cá o Ministro, e prometeu auxiliar.

Cumprimentos ao Ex. Mano.

Um abraço do Seu mt.

grato e ded. am.

Je. Leite

MNA - 12232 - de A. M. para L. V.

Portalegre 1-9-917

Meu Exc. e presado amigo

Entendo que não devemos dizer nada por enquanto ao Dr. Severino Marques sobre as pedras da Aramenha e deixe ver se com o tempo posso arranjar alguma coisa.

Amanha enviou os objectos dos Vidais entre os quaes vae parte de um objecto de barro que classificaram de cabeceira por se parecer com certas cabeceiras de madeira que uzam os pretos em Africa.

Logo que arranje caixote para as vasilhas da Aramenha seguirão para ahí.

Juntamente enviou a V. Exc^a a lista das moedas que desejava comprar com os preços que calculo rasoaveis em vista das informações que nos deu aquelle sujeito que me vendeu um pinto em oiro de D. José.

Se a D. Guilhermina arranjar alguma peça a V. Exc^a a fineza de me avisar para mandar a quantia correspondente pois não quero de forma alguma que V. Exc^a esteja a adeantar dinheiro pois não é pequeno o favor que me faz em me tratar deste negocio.

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subcreve com a maxima consideração e estima

De V. Exc^a

amigo muito grato e obgd^o

António Eusebio Benito Maçãs



MNA - 12236 - de A. M. para L. V.

Portalegre 8-9-917

Meu Exc. e presado amigo

Saí de Portalegre onde me encontro novamente.

Falei a V. Exc^a em tempos nas pedras da Aramenha com esperanças de as adquirir mas hoje encontro-me completamente desiludido e sem esperanças de as adquirir por não se vender já a propriedade onde se encontram.

Diga-me se quer que lhe envie os objectos romanos que tenho em meu poder e os dos Vidais, e no caso afirmativo se os devo mandar pelo correio ou pelo caminho de ferro.

Dizem-me que existe um castello por explorar como o dos Vidais entre a estação da Beirã e Castello de Vide e que deve possuir grande recheio de objectos prehistóricos.

Hoje venho novamente pedir-lhe um pedido caso não lhe cause muito incomodo e que é falar com a D. Guilhermina da Liquidadora, á Avenida, mas somente quando por lá passar, para saber se ella poderia arranjar por preços mais rasoaveis do que os do Cunha alguma das quatro peças de 8.000 reis que desejava comprar e que são a degolada de D. Maria II, a de D. Miguel de palmas para dentro, a de D. Pedro IV e a jarra de D. João VI e saber tambem se poderá arranjar a meia peça de D. Miguel de palmas para dentro e a de D. Pedro IV e qual o seu preço.

Depois de comprar estas irei ás de D. João V por causa da diferença de escudo.

Agradeço-lhe muito este favor e peço-lhe que me desculpe o muito que tenho abusado da amizade de V. Exc^a.

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande no que lhe for prestavel e que se subscreve com a maxima consideração e estima

De V. Exc^a

amigo muito grato e dedicado

António Eusebio Benito Maçãs

p. 175 - de L. V. para A. M.

Lx. 27.IX.917

Presadíssimo am.

Já estava estranhando a falta de noticias, e disposto a escrever a seu Ex. Mano.

Talvez o Severino possa fazer alguma cousa a respeito das pedras. Escrevo-lhe?

Os objectos pode enviar-mos como e quando quiser, mas bem acondicionados.

Estou respondendo à sua carta pela ordem dos assuntos dela.

Quanto às moedas, farei com todo o gosto o que o meu am. quiser, mas preciso de que me diga os preços, e se quer que compre logo, p. não fugirem. Sem me dizer o preço máximo por que hei-de comprar cada moeda, nada posso fazer. Espero, pois, as suas ordens.



Deve ter recebido carta que lhe escrevi do Algarve. Lá e no Alentejo adquiri bastantes objectos.

Quando o meu am. voltar ao Museu, encontra cá uma novidade na sala nova de Numismática.

Cumprimentos ao Ex. Sr. Je. Maçãs. Aceite um abraço

Do seu am.

mt. agradecido

e obrg.

J.L. de V.

MNA - 12238 - de A. M. para L. V.

Portalegre 21-10-917

Meu Exc. e presado amigo

Muito e muito obrigado pelas maçadas que teem tido por minha causa.

Fez bem em ter comprado as moedas e oxalá que se me proporcione ocasião para lhe poder mostrar o meu reconhecimento pela solicitude como me tratou deste assumpto. Juntamente enviei um vale de correio da importancia de sessenta e cinco escudos para prefazer a quantia de cento e sessenta e cinco pedindo a V. Exc^a a fineza de me dizer as despesas com o correio.

Quarta feira apareceu-me novamente o homem dos Vidais com dois machados, tres pesos, uma conta, tres pedras, uma fivela de cobre e parte de um objecto de cobre que devia ter sido fivela que juntamente ao anel que ainda não mandei, deve seguir para Lisboa logo que arranje caixotinho apropriado.

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subcreve com a maxima consideração e estima

De V. Exc^a

att^o e amigo obgd^o

António Eusebio Benito Maçãs

MNA - 12239 - de A. M. para L. V.

Portalegre 22-10-917

Meu Exc. e presado amigo

Acabo de receber as moedas que me satisfizeram plenamente.

Enviei hoje o resto dos objectos dos Vidais entre os quais vão os de cobre dentro d'um envelope.

Não se esqueça de me dizer para que servirá o tal objecto de barro que mandei ha dias.

O Cunha disse por acaso qual o preço das meias peças de D. Miguel palmas para dentro e se haveria facilidade em se arranjar?



A pedra pomes que enviei foi-me apresentada pelo homensinho como tendo sido encontrada nos Vidais e que, dize elle, é oiro por cozer.

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subcreve com a maxima consideração e estima

De V. Exc^a

amigo obgd^o

António Eusebio Benito Maçãs

p. 177 - de L. V. para A. M.

Lx. 3.XI.917

Ex. am.

Grande trabalho que tenho tido com exames, etc. tem-me impedido de lhe escrever, p. agradecer o belo presente arqueológico que me mandou, o que hoje faço mt. penhorado. O objecto de barro da anterior remessa talvez seja o que o Sr. Maçãs diz.

O Cunha não tem a moeda, nem a encontrei noutra ourives aonde fui. Vamos a ver se aparece.

Quando me enviar mais alguma coisa, rogo o obséquio de pôr: Museu Etnológico, Belém (sem falar em Lisboa).

Cumprimentos ao Ex. Mano.

Abraça-o

Seu mt. Grato am.

J.L. de V.

MNA - 12240 - de A. M. para L. V.

Portalegre

28-12-917

Meu Exc. amigo

Festas muito felizes e um novo anno cheio de prosperidades é o que sinceramente lhe desejamos tanto eu como meu irmão José.

Não tenho escripto devido aos muitos afazeres.

Comprei ha dias um machado de cobre que fica em meu poder para servir de amostra, tendo aparecido também um almofariz de metal amarelo com quatro car-rancas em volta da parte exterior e que pesa 1, k 750 pedindo o dono 4.000 reis. Se V. Exc^a o desejar por este preço peço-lhe que me avise.

Tem comprado muitas moedas?

Talvez vá qualquer dia a Lisboa para adquirir algumas de prata em casa da D. Guilhermina pois não devo abusar da amizade que V. Exc^a me tem dispensado.



Respeitosos cumprimentos de meu irmão e V. Exc^a mande o que se subscreve com a maxima consideração e estima
De V. Exc^a amigo m. grato e obg.
Antônio Eusebio Benito Maçãs

p. 181 - de L. V. para A. M.

Lx. 6.II.918
Meu Ex. A.
Há muito não lhe escrevo, por várias razões. No Natal estive no Baixo-Alentejo. Depois estive doente uns 8 dias. E por fim: sempre muito que fazer.
Desculpe.
Quando quiser, nunca me incomoda com encomenda de moedas.
Agradeço o machado. É melhor enviar-mo, e eu mando-lhe uma aguarela boa p. aí ter e mostrar, que faz o mesmo efeito. Já tenho feito o mesmo com outras pessoas.
E quando vem até cá?
Cumprimentos ao Ex. Mano.
Seu am. obr.
Leite de Vasconcellos

MNA - 12241 - de A. M. para L. V.

Portalegre 9-2-918
Meu E. e presado amigo
Acabo de receber a presada carta de V. Exc^a que muito agradeço.
Qualquer dia enviarei o machado pois que atualmente os muitos afazeres tomam-me todo o tempo.
Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subscreve com a maxima consideração e estima
De V. Exc^a
amigo obgd^o
Antônio Eusebio Benito Maçãs

MNA - 12243 - de A. M. para L. V.

Portalegre 24-2-918
Meu E. amigo
Enviei-lhe o machadinho de bronze pedindo a fineza de me mandar a estampa.
Com respeito a minha coleção entendo que não é coisa que mereça a pena mencionar no seu livro pois que só coleciono peças tendo apenas 89 de eras e



marcas diferentes entre as quais tenho as 3 de D. Maria II, as duas de D. Miguel, D. Pedro IV as de D. João VI, D. Maria I D. José tendo de D. João V apenas uma por não se me proporcionar ocasião de as adquirir quando tenho ido a Lisboa.

Com os tempos que vão correndo ninguém pode declarar o que tem em casa porque se arrisca muito.

Visto V. Exc^a se dar ao incomodo de me aturar qualquer dia lhe mando lista das moedas de prata que me faltam da ultima dinastia.

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subcreve com a maxima consideração e estima

De V. Exc^a

amigo mto grato e obg.

António Eusebio Benito Maçãs

p. 185 - de L. V. para A. M.

Belem - Lisboa

5.III.918

Meu Ex. A.

Só hoje recebi o machadinho. Como ele é muito pequeno, talvez seja melhor enviar o desenho aguarelado de outro maior, para dar mais nas vistas. Quer assim, ou quer o desenho deste? Nada me disse do almofariz.

Cumprimentos ao Ex. Mano.

Seu am. obr.

Leite

P.S. Quando fizer o favor de me enviar qualquer coisa mais, rogo mande p. Belem, e não p. Lisboa, porque recebo mais fácilmente.

Fiquei mt. contente com o machado e estou-lhe mt. grato.

P.S. Poderá saber donde procede o machadinho?

Fico às ordens p. as moedas qd.^o quiser.

MNA - 12244 - de A. M. para L. V.

Portalegre 7-3-918

Meu Exc. amigo

Se não lhe causar muito encomodo pese o maior machado de bronze que houver no Museu e mande-me dizer o que é grande favor pois desejo satisfazer a curiosidade de um amigo.

Deve ter recebido o machadinho que enviei ha dias pelo correio.

Respeitosos cumprimentos de meu irmão José e V. Exc^a mande o que se subcreve com a maxima consideração e estima



De V. Exc^a
amigo m. obg.
António Eusébio Benito Maçãs

p. 187 - de L. V. para A. M.

Belem
20.III.918
Ex. Sr. Maçãs
Só hoje, convalescente, vim ao Museu. O peso de um dos maiores machados de bronze de cá é 1,258 K, do Minho.
Fiquei bastante abatido da doença. No dia 23 vou p.^a o Alentejo Central, e por lá andarei uns dias.
Cumprimentos ao Ex. Mano
Seu am. obr.
J.L. de V.

MNA - 12245 - de A. M. para L. V.

Portalegre 4-5-918
Meu Exc. amigo
Oxalá continue a passar bem de saude.
Tenho para lhe mandar um machado de bronze com 250 gramas, um capitel de marmore e o tronco de uma estátua bem trabalhada, aparecida numa herdade onde em tempos houve um templo romano.
Respeitosos cumprimentos de meu irmão e V. Exc^a mande o que se sbs. com estima
De V. Exc^a
amigo m. obg.
António Eusebio Benito Maçãs

p. 189 - de L. V. para A. M.

Lx. 6.V.918
Meu Ex. Amigo
Não sei como agradecer tantos obséquios! Fico mt. comtente com a remessa. Mas, como já em tempos falámos, o Museu satisfaz o preço do que comprar; já não é pequeno favor intervir no caso o meu amigo, a quem o Museu já deve tanto.
Eu vou passar uns dias, de amanhã em diante, no distrito de Beja, em casa de um amigo que me convidou, e por isso rogo o obséquo de dirigir a guia para:



Saavedra Machado, Museu Etnológico, Belém. Os objectos devem ser despachados para: Museu Etnológico, Belém (sem se falar em Lisboa).

Quando aparece por cá?

Cumprimentos a seu Ex. Mano.

Um abraço do

Seu am. obr.

Leite de Vasconcellos

Escrevendo p. minha casa o meu amigo ou p. o Museu, recebo lá fora o meu correio.

p. 215 - de L. V. para A. M.

Belem 20.X.920

Meu mt. querido amigo

Nunca mais tornou a escrever-me acerca das moedas. Não sei se ficaria zangado. Eu depois fui p. o Norte. Agora estou às suas ordens outra vez. Porém não mandou dizer se queria as que lhe indiquei.

O meu am. fêz o favor de mandar para o Museu três pedras, peço o favor de me indicar as procedências no papel junto.

Também lhe peço me diga qual é a pronúncia da palavra *Casépio*, nome de um lugar na freguesia da Carreira, desse concelho: é *Casépio* ou *Casepio*? com acento no e ou no i?

Agradeço o convite que me faz para ir aí estrear o seu automóvel. No Natal tenho um convite também p. o Alentejo. O convite do meu am.º fica p. o Entrudo, se quiser.

Seu am. mt.g rato

Leite de Vasconcellos

P.S. A respeito dos Vidais. Em tempo falei-lhe em que havia uma dama que comprara cousas ao homem? Averiguou alguma cousa?

Desejava saber umas cousas a respeito dos Vidais, que vão no mesmo papel indicadas.

O meu amigo que adquiriu ultimamente de lá?

*E o tal homem de bronze quando o traz?

*Podendo responder-me brevemente, agradecerei.

Papel à parte:

Pedras mandadas do Alentejo pelo Ex. Sr. Maçãs.

Quais são as procedências?

- Capitel:

- outro capitel:

- fragmento de estatueta

*Nos Vidais terão aparecido: uns cilindros de pedra pequenos do feitio de (...) de 0,10 cm. de comprimento, mais ou menos?

- Terão aparecido ossos, dentes, ou quaisquer indicações de sepultura?

- Longe do morro ou ao pé?



MNA - 12251 - de A. M. para L. V.

Cartaxo

10-2-923

Meu Exc. e presado amigo

Já o procurei por duas vezes uma no Museu e outra em sua casa e como não o encontrei venho hoje escrever-lhe para lhe participar o meu casamento e oferecer-lhe as minhas novas casas na Quinta de St^a Eulália — Cartaxo e na rua 24 de Julho, 54, 2^o D. Lisboa onde terei muito prazer em o ver.

Afinal não apareceu em Portalegre a tal funcionario do Museu que tencionava explorar umas antas perto dos Fortios.

Ultimamente tenho adquirido algumas moedas romanas nos Olhos d'Agua e em Lisboa algumas portuguesas que estão pela hora da morte devido ao valor do ouro.

Brevemente irei passar uma temporada a Lisboa e nessa ocasião espero que me dê a honra de almoçar ou jantar em minha casa onde falaremos de algumas moedas que desejo adquirir.

Com a maior consideração respeito me subscrevo

De V. Exc^a

muito attento — e amigo muito grato

António E. Benito Maçãs

P.S. Esta vae registada por não saber ao certo o numero da porta

António Maçãs

p. 223 - de L. V. para A. M.

Lx.^a

R. de D. Carlos Mascarenhas, 4

15.II.1923

Meu presado Amigo

Muito agradeço a sua carta, e cordialissimamente o felicito pelo seu consórcio. Eu bem lhe dizia que era preciso haver uma Senhora na sua casa. O que estimo é que seja tão feliz como merece. Como sou literato, desejaria escrever qualquer coisa ou um folheto, como lembrança do seu casamento. Provavelmente vou fotografar (mando fotografar) todos os vidros e loiças que por intermédio do meu amigo obtive de Aramenha, junto-lhe as descrições e uns comentários e assim fazer um trabalhito oferecido ao amigo António Maçãs em lembrança do seu consórcio com a Ex.a Senhora D. etc. em tantos do tal. Isto ainda leva uns meses a publicar, porque ainda não está feito! Mas far-se-á e publicar-se-á.

Na Feira de Flor da Rosa aonde fui, encontrei o Dr. Barahona, que me disse ter lá uma pedra com inscrição para me mandar. Eu pedi-lhe que demorasse até vir também a que o Dr. Figueiredo me oferece e o am. Maçãs tem lá. Em o meu am. indo



a Portalegre virá tudo. Mas preciso de saber de ante-mão para dispor as cousas p. as pedras virem gratis no comboio.

O funcionário do Museu não foi escavar a anta, sempre à espera que o meu am. dissesse alguma cousa ou combinasse com o Reis Machado.

Mais uma vez os meus parabéns. E aceite um abraço de quem é com toda a estima,

am. mt. grato

Leite de Vasconcellos

P.S. Senti não nos encontrarmos quando fez o favor de me procurar.



O Seminário de Marvão

(Recordações de Vida)

Quando, em Outubro de 1953, terminado o 6.º ano no Seminário de Alcains, me apresentei em Marvão, para continuar os estudos, no Seminário então ali existente, estava bem longe de imaginar as condições que iria encontrar, e o que isso iria representar na minha vida futura.

Por impossibilidade de continuar a utilizar as instalações do antigo Seminário de Gavião, devolvidas ao seu proprietário, a família Pequito Rebelo, e perante atrasos na construção do novo Seminário de Portalegre, o saudoso D. Agostinho de Moura, então Bispo de Portalegre e Castelo Branco, viu-se na necessidade de, a partir de 1950 (creio não estar errado), utilizar os 4 edifícios generosamente postos à disposição da Diocese pelas entidades oficiais de Marvão.

A primeira impressão não digo que foi boa nem má. Foi estranha. Tinha estado 6 anos em dois seminários clássicos, Gavião e Alcains, que funcionavam num único edifício, não digo que com extraordinárias condições, mas que serviam perfeitamente à sua finalidade.

Ao chegar a Marvão, deparámo-nos com um Seminário totalmente diferente, diria quase anarquista, no seu aspecto logístico e no que daí decorria.

Num edifício contíguo à Igreja do Espírito Santo que funcionava como capela privativa e que, depois da saída do Seminário, serviu de asilo dos jovens e casa paroquial, estavam as salas de aula e estudo, a cozinha, o refeitório, instalações sanitárias e quartos de alguns professores.

Numa casa situada quase em frente da antiga Estalagem Ninho de Águias, propriedade do Sr. Jeremias e que hoje, creio, funciona como anexo da Pousada de Santa Maria, estava instalada a camarata dos alunos mais velhos, os “teólogos”.

Na Igreja de Santa Maria, que já há muito não estava ao culto, encontrava-se a camarata dos mais novos, os “filósofos”. Na sacristia estava instalado o prefeito — sacerdote encarregado de acompanhar um grupo de seminaristas — o saudoso P. Augusto Dias Lopes.

Espaços próprios para recreio, lazer e actividades desportivas não havia. Melhor, eram extraordinariamente amplos. Espaços de recreio e lazer eram toda a vila e arredores.



Campo de futebol era o terreiro junto à muralha nascente. Por detrás duma das balizas, instalada em plena calçada, ficava a garagem do Sr. Joaquim Raposo. Detrás da outra ficava a pensão. Se do lado da garagem não surgiam problemas por inexistência de vidros, já do lado da pensão assim não era. A sua proprietária, mal nos sentia chegar, apressava-se a abrir todas as janelas. Não que fosse grande admiradora das nossas habilidades futebolísticas. Queria sim evitar os resultados desastrosos da pontaria de alguns que acertavam mais facilmente com a bola no buraco pequeno da janela do que no grande da baliza.

E quando por aselhice, entusiasmo, vento ou outro imponderável, a bola saltava a muralha, então era esperar que algum mais ágil e afoito descesse, pondo mão e pé nas saliências e reentrâncias da muralha e a fizesse regressar ao seu reduto natural. O pior era quando não ficava entre o primeiro e segundo muro. Normalmente, nesses casos, ultrapassava a estrada e ia por aí abaixo. Algumas vezes a fui buscar perto da ermida de S. Brás. Imagino o que seriam os senhores Pintos, Jardéis e Leandros a praticar as suas habilidades em terreno tal, onde, para além de dominar bola e adversários, era preciso também saber evitar as pedras mais ou menos salientes e utilizar os muros como tabela de progressão... Ou então os senhores Baías e Prudhomes a mergulhar nas pedras da calçada para deter o projectil saído dos pés do adversário... Alguns testemunhos ainda posso apresentar espalhados por este corpinho rotundo, quase roliço, que agora possuo...

Apesar disso, que quantidades de adrenalina dispendíamos em renhidas e sempre discutidas partidas...

Como facilmente se depreende e imagina, as nossas condições de vida não eram, nem de longe, as melhores, como aliás não seriam para a maioria dos habitantes da Vila.

As condições de habitabilidade proporcionadas pela Igreja de Santa Maria, com a enorme altura da abóbada, estrutura e solo em alvenaria e granito, são bem fáceis de avaliar.

Às 6 da manhã, levantar, lavar a cara (alguns, no Inverno, só a aspergiam) com água fria, que outra não havia, fazer a barba... Às 6,30, rua abaixo, em passo de corrida para aquecer, com chuva, neve, gelo, vento ou os 4 simultaneamente, a caminho da Igreja para as orações da manhã, meditação e Missa.

Agradável...

E, sem dúvida, éramos os primeiros marvanenses a sair da cama.

Para aquecimento, umas braseirinhas de picão que davam maior calor psicológico do que propriamente físico...

Banhos só na casa principal. Às vezes, no Inverno, não havia porque a água congelara e se recusava a correr nos canos... Foi em Marvão que, pela primeira vez na vida, vi alguém ir à água com uma cesta, e com sucesso...

No entanto, nem tudo era desconforto e adversidade. A alimentação, sem exageros nem gulodices, posso considerá-la geralmente boa para a época. Às vezes, no Inverno — aí o Inverno de Marvão! — tínhamos de pôr a fruta da sobremesa ao sol antes de a comer, principalmente laranjas e tangerinas, por não apetecer demasiadamente um gelado.



Os sacerdotes da equipa — Cônego Brás Jorge, Ps. Manuel Pinheiro, Augusto Dias Lopes e Dr. Manuel Rodrigues — souberam encaixar-se bem na situação, que também eles viviam, e faziam o possível para nos tornar a vida menos dura.

A simpatia, quase diria empatia, da população por nós, era geral e “aquecia”.

O nosso “recreio” não era passado entre 4 muros, mas na vastidão enorme das vistas dos 900 metros de altitude com benéficas consequências na nossa formação.

Como a necessidade é mestra de engenhos, diz o povo e com razão, tínhamos os nossos esquemas para melhorar a situação e aguentar com cara alegre.

A mais pequena coisa servia para nos distrair e divertir. Ninguém poderá saber quantas das pedras existentes na encosta do lado do Salvador foram lançadas por nós do alto da muralha, em alegres concursos, a ver qual dava o maior salto ou chegava mais longe. Ou, de noite e com tempo seco, para admirar o extraordinário fogo de artifício proporcionado pelas inúmeras faíscas causadas pelas pedras a bater umas nas outras, encosta abaixo... Talvez o construtor do edifício da Câmara pudesse, esse sim, dizer quantas carradas mais teve de transportar para a obra...

E as trovoadas vistas de Marvão? Que espectáculo!

Que saudades dos relatos nocturnos dos torneios de hóquei em patins de Montreux, por alturas da Páscoa... Tínhamos um grande amigo. O Sr. Custódio, que era o electricista da Câmara e morava numa das primeiras casas, quando se desce do Castelo, logo a seguir à cabina da luz, punha o seu aparelho de rádio na janela, com os registos no máximo, para nós podermos ouvir, dentro da igreja-camarata. Púnhamos à janela, qual cacho de uvas bem apertado, a escutar em silêncio perfeito, não fosse o diabo tecê-las, e só nos deitávamos quando tudo terminava. E o bom do P. Augusto, bom amante do desporto, queixava-se aos seus colegas: “O Custódio não deixa sossegar ninguém. Põe o rádio em altos gritos. Ainda se os seminaristas pudessem ouvir...” Santa ingenuidade... E, se por acaso ele não ia para cima ao mesmo tempo que nós, ficávamos de ouvido na telefonia e olho na rua, até que se ouvia: “lá vem ele”. Pernas a caminho da cama, e em menos de 3 segundos toda a minha gente ressonava a bom ressonar.

Penso que a estadia do seminário em Marvão, tantas saudades desse tempo, foi benéfica tanto para a vila como para nós.

À vila, entre outras coisas, levou vida, levou animação, alegria - aí o dia de Carnaval, em que apresentámos a charanga formada com os instrumentos da antiga banda da vila, descendo do castelo, regidos pelo Marcelino, hoje D. António Marcelino, Bispo de Aveiro, demos uma volta pelas ruas, prrum pum pum, prrum pum pum... Parecia que os que nos viam estavam a reviver as glórias passadas. O Seminário enchia a vila, já então com uma população bastante reduzida e fez com que as pessoas, pouco a pouco, deixassem de olhar para nós como bicho raro, sempre de negro vestido. Éramos verdadeiramente da sua família, ou, até para alguns, a sua família. Marvão tornou-se mais conhecida. Já não era mais aquela vilazinha perdida junto à fronteira de Espanha. Era uma terra que tinha algo de que muitas mais importantes se não podiam vangloriar. Era um local onde vários jovens generosos se preparavam para o desempenho duma nobre missão. Era falada nas instâncias religio-



sas e, pelo menos, nas terras donde tinham vindo seminaristas. Mesmo no aspecto religioso alguma coisa ficou, como era de esperar e pude verificar, uns anos mais tarde, quando por algum tempo ali fui pároco, numa experiência maravilhosa que, talvez ainda aqui venha a partilhar com quem tiver a paciência de me aturar e ler.

A nós, trouxe-nos a palpação da realidade da vida de muitos cidadãos deste país e não só. Foi um banho de inserção na realidade. Fez-nos aterrar das estratosferas filosófico-teológicas, pôr os pés no chão. Fez-nos ver e sentir que a vida não é nem pode ser feita de facilidades, mas que tem o lado difícil, da luta que, em boa parte, é o que lhe dá o verdadeiro gozo. Deu-nos uma capacidade diferente de olhar, de ver, de escutar, de falar, de aguentar, de lutar, de sobreviver. Não me lembro de ninguém que tenha abandonado o seminário pelas duras condições de vida ali experimentadas. Antes pelo contrário, talvez muitos de nós tenham, com maior facilidade, feito frente às contrariedades do dia a dia, depois de termos caldeado a nossa vontade e resistência nos anos de Marvão.

Mais ainda, em Marvão deixámos de ser os apartados, os diferentes, mesmo por uma causa boa. Éramos da vila, éramos da vida daquela gente. E que bons amigos lá nos ficaram desse tempo. Uns ainda por lá estão, outros já o Senhor chamou a si...

A partir de Marvão passámos a ter uma nova maneira de ver o mundo, de olhar, de ver, de ouvir, de sentir, de "leitura dos sinais dos tempos", larga como os horizontes que dali se disfrutam e que tem, forçosamente, de ser diferente daquela que nos é proporcionada pela vivência entre 4 paredes, por mais arejadas que sejam. Mesmo depois da transferência para o novo Seminário de Portalegre, essa influência continuou a notar-se e já não foi possível fazer-nos viver o Seminário e no Seminário como se continuou a fazer em muitos outros, durante muitos anos. O espírito de Marvão perdurou durante muito tempo nos seminários da Diocese.

Marvão deu-nos uma capacidade diferente de sentir com as pessoas os seus problemas, as suas conquistas, as suas dificuldades, as suas alegrias. O tal "*flere cum flentibus, gaudere cum gaudentibus*"... Proporcionou-nos uma capacidade diferente de aguentar, de lutar, de esperar, de sobreviver, de sorrir...

Foi uma lufada de ar fresco que entrou no seminário, nessa altura. Não sei se ainda perdura. Mas não tenho dúvida que consistiu na introdução duma grande componente de modernidade no clero da Diocese de Portalegre e Castelo Branco, muito importante para os anos que se seguiram — os anos do Concílio do Vaticano II e principalmente os anos do Pós-Concílio.

* * *

Entretanto, chegou-nos às mãos um mimoso livrinho de versos intitulado "Uma noite no Castelo de Marvão", da autoria de Dias da Costa, também ele antigo aluno do Seminário.

Como os olhos dos poetas conseguem ver coisas que outros não vêem, ou pelo menos, vê-las de maneira diferente, pareceu-nos interessante dar a conhecer alguns poemas deste enamorado de Marvão, mormente do seu Castelo. A escolha foi nossa.



Como todas as escolhas, é passível de crítica e discordância. No entanto, conhecendo o local e o autor, e dada a inviabilidade da sua publicação na íntegra, achámos que estes se enquadram maravilhosamente num testemunho diferente duma idêntica vivência.

1. Invocação

1

Castelo de Marvão! ó solitário
dos ermos que são chaves de outros mundos,
aonde vamos, passos errabundos,
a que nos leve um estro perdulário!

Ah, um Castelo, assim, é escabelo
de certo assombro a se elevar no ar!
Em frente à Pátria, é um profano altar!
Ah, venham todos para poder vê-lo!

Castelo de Marvão! ó montanhês!
Pedestre estátua, em plinto volumoso,
e projecção, no céu azul, formoso,
do nosso solo pátrio português!

Como nos restam dispersados rastros
do que se foi, nas Pedras que nos ficam,
Contra o Tempo voraz, ah, se barricam
— testemunhais, à luz dos claros astros!

Castelo de Marvão, ó tão solene,
augusto ascenso! Além, toda a planura
é cólquico florido e a tua ventura
— é ser estame, odor, pólen perene!

No concerto da Vida, silenciou
dos séculos a Voz estrangulada?
Levantam-se estas Pedras — e do nada,
a alma do Passado grita: “Sou!”

2

Como visão estranha, singular,
de algo extraordinário, original,
Castelo, assim nos surges, colossal,
no teu segredo heróico, secular!



És grito erguido, forte, em frente à Espanha,
para dizer um grosso e pétreo “não!”
àquilo que demande a Ambição:
roubos e saque, afronta a terra estranha!

Em ti convoco a glória do Passado!
E colocado, em frente a nós, agora,
a tua História aqui nos rememora!
Que solte, em ti, excepcional teu brado!

Elevação no azul - a revelar
a força, o ardor, a raiva da Coragem,
que aqui se afirma, diante da paisagem:
“Aqui eu vivo — e o longe vou fitar!”

Ah! A tua luz, a tua treva, tudo
aquilo que tu foste e já não és,
— como do lodo, a flor de oloés,
ela nos brote do teu fundo mudo!

3

Nasce-te o Sol: tu vestes galas de ouro,
nessa morena cor da tua muralha.
E diz tão bem! Só o Sol é que é medalha
Que tu possas vestir sem ter desdouro!

Se advém a bruma, quando ela te envolve,
como te enfeita, em gesto de nimbar-te!
Tece-te jóias, com enlevo e arte,
nas perlas mil em que ela se resolve,

Abre-te e cede, sê o complacente
Dentro de ti, bem claro nos revela
a tua flama, em seios da procela!
é' o que escondes — mostra a toda a gente!

2. Apesar do Vento

E veio o Vento, tal e qual, um dia,
loba que a Dante foi coibir o passo
de ir atingir um cume pelo espaço
que ela, em sua frente, lhe proibia.



No alto cume desta Torre agreste,
fere-me, ó Vento frio, regelado,
— meu corpo todo! Eu cumprirei meu fado
de ser, assim, quem o teu sopro investe.

E veio o Vento, grave e sucessivo,
a agredir as horas vespertinas,
intempestivo, rude e agressivo,
sob asperezas duras e mofinas.

À ténue luz de mal submerso dia,
ao desfraldar dos mais negros farrapos
de Nuvens tão bojudas como sapos,
corta-me, ó Vento, como adaga fria!

E veio o Vento o devastante, ingente,
com seus entonos graves desastrosos.
Ah, este Vento, vindo, assim, em frente,
tem gestos duros, fortes, rancorosos!

Faz-me das vestes — velas, negras velas,
enfuna-as, já, no mar do teu desvairo!
Meu bergantim do verso vá ter paio,
em ilhas encantadas, sob estrelas!

Minha tarefa de nocturno aspeito
irei cumprir, ao cimo desta Torre!
Terei Visão: só ela me socorre!
De Febre e Ardor aqui eu sou eleito!

*

Fere-me! ó Vento dos impérios vagos
de aquém-estrelas, sobre o mundo todo,
— onde te leva, assim, o teu denodo,
cavaleiro sem cor, sócio dos magos!?

Ó ríspido — da ânsia indevassada,
de beijo-mordedura exasperante,
ao Sol, à Lua, em Treva a ir ovante,
louco de Vida! ó alma desvairada!



Ó Vento! Nem te domes, fere, fende!
É o poder hercúleo do teu braço
que une, num abraço, todo o espaço,
e faz da brasa — o incêndio que se acende.

Parece recolher-se, a seu consolo,
a Vida, ali em baixo, que tu feres!
A rezar malmequeres, bem-me-quieres,
tu lhe desfolhas flores, sobre o colo.

Ó Vento, nem te domes, fende, fere!
Como um abismo, atraís, quando me assombra!
Do cometido fantástico das sombras
a tua força oculta aqui desfere!

E veio o Vento, tal e qual, um dia,
loba que a Dante foi coibir o passo:
mas avançando, pela Noite, o espaço,
a essa loba — o vento, ah, eu venci-a!

Canto IV

A VOZ DO CASTELO

Que é um Castelo, sem haver sua Voz?
Tem valor esta, se não chega a nós?
Ela é reforço à pedra, é grito de alma:
sonora, ao alto, é pedra feita palma.

1. Ao construir do Castelo

1

Um dia, para a terra veio a prova,
e o tempo de afirmar-se, ao derredor,
— de à crua afronta, a ousado destemor,
dar a resposta com que se reprova.

A pedra foi montada no rochedo,
lá amassada a cal, de norte a sul,
o Vento lá parou e, já, no azul,
todo um Castelo teve o seu degredo.



Do sítio do Castelo lá se ouviram
estas palavras que se proferiram:

*“Quem me remove ti terra e a cava ao fundo,
a procurar as bases deste mundo?”*

No meio do escuro, ali, alguém lhe diz:

— *“É D. Dinis!”*

2

E, enquanto se ergue, assim, este Castelo,
de pá a pá de cal, de pedra a pedra,
— a Pátria lá subia. E cresce e medra,
em gesto forte! Vá o mundo a vê-lo!

Do sítio do Castelo se escutou,
esta pergunta que, por lá, soou:

*“Quem minha rocha de outra rocha cobre,
que a minha força de outra, força dobre?”*

No meio do espaço, a flor diz à raiz:

— *“É D. Dinis!”*

3

Ah, que ruído, em volta, aqui se sente!
Move-se um carro, sua o cabouqueiro...
Coroa-se uma serra... E assim roqueiro
o nobre exemplo dado a toda a gente!

No sítio do Castelo a ressoar,
lá, pelo ar, andou um perguntar:

*“Quem de alvoroço me cumula o cúmulo
e para a afronta já constrói o túmulo?”*

O meio da hora ouviu resposta-lis:

— *“É D. Dinis!”*

4

Que ave se espanta, por ali, ao ver
árdua tarefa que o homem realiza!
Que vaga de alma, já, ali, precisa,
tece e entretece gestos de fazer!



Anda nos peitos — o esforçar sem fim,
dever cumprido muito pouca a mágoa.
Já a cisterna está repleta de água!
Revoa ao alto, um brado de clarim!

Canto II

AO ANOITECER

Esta é a realidade: o Castelo de Marvão é a coroa de uma serra. E essa serra tem 10 quilómetros de perímetro e 862 metros de altitude.

Ah, vamos embarcar por esta Trova
a ver até aonde ela nos leva!

1. Aonde vamos

Ah, este anoitecer vai, na paisagem,
a já fechar os olhos sobre as coisas,
sentindo espinhos, ao perder as rosas,
e ao ver arrastar tudo, na voragem...

Ah, este anoitecer é prosseguir
e ir criar naufrágios à viagem...
Salvando só a alma, na equipagem,
é ir perder-se, para a redimir...

Ah, este anoitecer é o caminho
que a dentro do Mistério vai levar...
Recôncavo, sinistro, vou sondar...
e, enquanto me anoitece, me encaminho...

*

O que é, pelo Presente, este Castelo?
Naquilo que se vê é esqueleto.
Eu quero-o vivo, antigo e ainda completo,
em carne e alma. Assim, eu irei tê-lo!

Que este Castelo, esfíngico avatar,
possa, em momentos, reassumir a Vida!
E, ao ser assim — ardência ressurgida,
que o seio da Noite — eu vá a devassar!



O que é Passado eu vou a procurá-lo,
eu tenho as chaves para reavê-lo!
ó pedra adusta, velha, do Castelo,
à tua porta eu bato: um teu vassalo!

E eu me avanço, nesta hora, assim,
para essa porta, sobre o Tempo, aberta,
obscuro túnel, terra que é deserta,
mas com Ressurreição bem certa, ao fim!

Este o caminho que hei já percorrido
densa Floresta de me eu ir perder...
Floresta-Treva de o Passado haver,
fazendo do Presente já Olvido...

Ao amanhecer

O amanhecer — é esta Vida assim!
Que ela o seja, sempre, até ao fim!
E, enquanto a Vida assim nos amanhece,
a Eternidade chegue e nos comece!
Que o nosso amanhecer nos possa dar
um dia heróico, excelso, singular!

1

Quanto a Aurora enrubesceu, agora!
Que alto fastígio aponta, no horizonte!
Que raio de luz, de lago, mar — é fonte!
Que filho vai nascer à mãe Aurora?

Que ares são estes todos despertados,
que, pelo espaço, se erguem de alvoroço?
Já o Castelo surge do destroço
que a Noite, com suas sombras, lhe há doado.

Ascendo, ao cume, a Torre que descí,
na escura flor do horizonte vasto.
Aqui, a luz depõe um beijo casto,
harmonioso que na flor sorri.

Aonde vão as manchas nocturnais
e os seus fantasmas lúridos, letais?



2

Daqui deste Castelo se descobrem já
os longes perdulários que há, em volta.
E, assim, esta excelente, doce escolta
— se a distância aumenta, aumentará.

A débil Treva, imbele de vertigens,
sente a fatal contradição da sorte
de a luz no beijo dar a Vida e a Morte
— e desce ao nada — fundo das origens.

Sobem, no espaço, mausoléus da cor,
sobre a memória obscôndita da Treva...
raios de Alegria vão seguindo, em leva,
acompanhando a Aurora aonde esta for...

Que água lustral, assim, a nós chegasse
e de outras sombras mais purificasse!

3

Perfis longínquos do aflorar das serras,
de azul e névoa postos sobre os ombros,
dispondo, num limite feito escombros,
de duas Pátrias — as distantes terras.

Regatos que, por lá, andam piscando
seus olhos escleróticos das águas,
à luz das abstersões das cruas mágoas,
a doce cor de Céu nos espalhando...

Campos ornamentais, em clorofilas,
em aves de embalar com seus descantes,
nutridos, letíficos, distantes...
aldeias e casais, cidades, vilas...

É este, assim, o belo panorama,
se além-Castelo o olhar se nos derrama.



Ó Vento que ainda passas, mas de manso,
 quebrada a fúria de fazer tragédias,
 transformaste nas brisas intermédios,
 entre a suavidade e o remanso!

Sê essa mão que passa ternamente,
 nos íntimos favores do afago,
 de afagar as águas de algum lago
 de paz, de flor, de amor contente,

E, ao murmurar teus cícios, sobre as coisas,
 tu sejas, como um verbo de canção,
 matinal brinde, musical poção,
 a se beber, nos cálices das rosas!

ó Vento, que és a loba já domada,
 como um rafeiro manso, na Alvorada!

Este Castelo acorda, quando, em flor,
 sofreu da luz desvelos e surpresa,
 e ergue o corpo arfante de grandeza,
 a dominar paisagens, ao redor...

Ostenta o esforço desses muros seus,
 agudos, como lanças, nos taludes;
 e tais como eles são, — morenos, rudes,
 têm a tentação de arcar os Céus...

Oh, surtos de impossível, de asa exangue!
 Esses seus muros ficam-se em acenos,
 Mas crispam-se de força, e, se pequenos,
 ferem-se em luz e tingem-se de sangue

Castelo de esplendores matinais,
 janela de horizontes irreais!



6

Recorta-se o Castelo, em silhueta,
sobre o feliz painel da vastidão!
E nobre e calmo, como a oração,
florindo os lábios de um anacoreta.

Descensos dos Mistérios em que foi,
uma evasão de esferas de encantados,
saudades de ter Céus bem estrelados,
— ah, isso tudo, nada já lhe dói...

Convites a cruizas do concreto,
rebates de presenças aurorais,
— lhe douram fios de luz, finos, leais,
das graças ideais de um bom soneto!

Castelo de poética aventura
que, no fluir do tempo, nos perdura!

7

Nasceu o Sol... o Sol assim jucundo,
abrindo, num sorriso, o claro dia,
compondo em luz, a forte sinfonia
que o Sol pôde trazer de um outro mundo.

O Sol... o antiquíssimo fulgor,
sobre as cinzas dos séculos já mortos!
Seu esplendor excelso - a dar nos portos
da Alegria, Vida, — luz, calor!

Resplende a este Sol, infindamente,
resplende, ó meu Castelo, qual o Sol!
Se és do Passado exemplo de alto escol,
compõe, na pedra, um canto resplendente!

Um canto que soou, sobre os gemidos
das agonias lentas dos ocasos,
e paira, sempre, sobre os campos rasos,
à clara luz do Sol e astros floridos!

Um canto avassalante que soou
tão único e perene... e é o teu!
A ouvir esse teu canto, cesse o meu,
cismando, enfim, no que jamais cantou!



Poetas de S. Mamede (Brevíssima Apresentação)

“A terra não nos pertence.
Nós é que pertencemos à terra
e ao espaço que se levanta cada vez
que traçamos uma palavra.”

Edward Burton

As primeiras alusões que se conhecem a poetas naturais ou residentes na região da Serra de São Mamede (ou pelo menos intimamente ligados a ela) referem-se a um tal ANTÓNIO MENDES (“*poetas dos cancioneiros*”) e a JOÃO RODRIGUES DE CASTEL BRANCO (fidalgo de D. Afonso V), cujos nomes e produções poéticas nos são revelados pelo *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, colectânea dada à estampa em 1516, publicando a poesia portuguesa dos setenta anos anteriores. Muito embora o nome completo do primeiro – António Mendes de Portalegre – denuncie claramente a sua origem, e o segundo tenha casado com Catarina Vaz Carrasca, natural da cidade alto-alentejana, passando a viver provavelmente no velho solar da rua da Figueira (segundo o Marquês de São Payo, in *A Cidade*, n.º 10, nova série), não lhes cabe, no entanto, pela escassez de elementos sobre as respectivas biografias, o lugar indiscutível de primeiros construtores de uma vivência intrinsecamente poética no espaço do nordeste do Alentejo.

Para este lugar de primazia temporal recordemos antes CRISTÓVÃO FALCÃO, nascido em Portalegre na primeira metade do século XVI, poeta da Renascença literária portuguesa, cujas composições chegaram a influenciar decisivamente vários autores da época, entre os quais Luís Vaz de Camões. Autor da célebre égloga *Crisfal* (1540), obra em que se revela uma profunda psicologia em cuja realização textual se tocam em íntima comunhão um intenso dramatismo e uma certa sensualidade (num recurso permanente às fontes da imaginação), Cristóvão foi um poeta em cuja vida atribulada se misturaram o fausto e a riqueza da corte de D. João III com os rigores do cárcere — este último mercê devida aos amores proibidos que manteve com D. Maria Brandão. Pouco se conhece da sua restante vida, sendo o seu percurso formado por dúvidas e incertezas: é provável que tenha casado e enviuvado pouco tempo depois;



estudos recentes levantam a possibilidade de ter abraçado posteriormente a carreira eclesiástica, tendo falecido lá para finais do século de quinhentos.

Ainda no século XVI vemos ligados à região de São Mamede dois nomes importantes da literatura, mais precisamente da literatura versando sobre temática religiosa: D. Frei Amador Arrais (Beja, 1527 ou 1528 – 1600), bispo de Portalegre, autor dos conhecidos *Diálogos* (1589/1604) e o religioso FREI ANTÓNIO DE PORTALEGRE, autor de um poema narrativo sobre a paixão de Cristo, cuja beleza se reveste de uma singular intensidade dramática.

Nos duzentos anos que se seguiram, são escassos os valores da literatura que vemos de alguma forma ligados ao nordeste alentejano. Apenas nos aparece no século XVII, como original criador poético, MANUEL TAVARES CAVALEIRO, cultor das Letras, formado em Medicina, “poeta de transição, movediço” (Manuel Inácio Pestana), autor do volume *Ramalhete Juvenil* (1687), dado à estampa em Lisboa, na oficina de Miguel Deslandes.

* * *

Será necessário chegarmos ao limite entre o século XIX e o nosso para encontrarmos de novo Homens cuja postura e Arte justifiquem plenamente a designação de “Poeta”. Entre eles destaca-se um homem que “*sem ter sido nunca, como Artista, um grande escritor de Poesia, (...) foi na espontaneidade viável do desespero e experiências d’alma e corpo uma grande expressão bastante de ser Poeta*” (Carlos Garcia de Castro): – JOSÉ DURO. Sumamente influenciado pela poesia simbolista cultivada em Portugal em finais do século de oitocentos, este autor – na sua obra mais significativa, *Fel* (1898) – apresenta-se na sua escrita como seguidor de uma tendência fortemente decadentista, expressa em grande parte dos seus poemas por uma influência de Baudelaire e/ou António Nobre, numa aliança com a profundidade da dor que o minava (dor de uma doença moral e física...), revelando-o como poeta autêntico, límpido como um diamante por lapidar.

Ainda nesta centúria de oitocentos veremos em Portalegre o contista José Francisco Trindade Coelho (Mogadouro, 1861 – 1908), que aqui exerceu durante quatro anos o cargo de Delegado do Procurador Régio.

Nascidos ainda dentro deste século estão três poetas que se ligaram de perto a São Mamede: ANTÓNIO SARDINHA, ideólogo do movimento político do Integralismo Lusitano, poeta cuja obra – no dizer de Maria Amélia Gomes – é “*marcada pelo seu intransigente nacionalismo, com laivos saudosistas*”, ultrapassados no entanto por um lirismo “*viril, sadiamente realista e visual, que afunda as suas raízes na terra alentejana*”; FRANCISCO SEQUEIRA, sacerdote, autor de um certo misticismo e de uma certa transcendentalidade; FRANCISCO LEVITA, crítico e experimentador do nascente futurismo de Almada e Pessoa, poeta cuja originalidade não conseguiu porém criar asas e raízes.

Anos, quase duas décadas passaram... Eis-nos chegados a 1927. Em Coimbra um grupo de jovens poetas decide, num impulso de defesa da Arte e da Crítica livres



de compromissos, fundar a revista **Presença**, a qual viria a desempenhar um papel fundamental “no intransigente combate a tudo quanto ameaçava as prerrogativas do artista criador, os valores do humanismo e os poderes da imaginação” (David Mourão-Ferreira). Poetas de grandeza interior: João Gaspar Simões, Branquinho da Fonseca e José Régio. Os dois últimos ver-se-iam ligados pela via profissional a esta terra de São Mamede: em Marvão, BRANQUINHO DA FONSECA estaciona por pouco tempo, ainda que a experiência tenha sido suficientemente intensa para deixar marcas na sua escrita, nomeadamente em alguns textos de *Caminhos Magnéticos*; em Portalegre, Régio irá ficar a maior parte da sua vida.

A adaptação deste à pequena cidade alto-alentejana viria a ser lenta e extremamente difícil, lenta e difícil mas progredindo, crescendo até à afirmação de JOSÉ RÉGIO segundo a qual havia acontecido em Portalegre o seu “segundo nascimento”. Literariamente, Régio conseguiu, como poucos, construir “uma tão profunda atenção aos problemas do Homem de todos os tempos e, simultaneamente, uma tão subtil apreensão do efêmero, do concreto e do contingente” (David Mourão-Ferreira). Homem religioso por natureza e intrínseca necessidade, a sua Arte é a firme manifestação do seu mais fiel retrato, escultura ou aquarela de um ser onde vivem em mútua comunhão um Eu e um Outro – faces múltiplas de uma vivência que é fruto de um “profundo sentimento de Unidade fundamental e suprema” (in **Confissão dum Homem Religioso**).

Ligado, ainda que lateralmente, ao grupo presencista, enraizado entretanto profundamente neste recanto do Alentejo, encontramos o poeta FRANCISCO BUGALHO que, a partir da sua licenciatura em 1933, se fixa em Castelo de Vide dedicando-se à lavoura, trabalhando ao mesmo tempo no Registo Predial desta vila. A sua poesia, feita de uma “calma melancolia” (Adolfo Casais Monteiro), reveste-se de uma profunda autenticidade, numa linguagem tersa, limpa, ausente de sentimentalismos, de egoísmos, inseparável da “vida adormecida das planícies”.

* * *

Em 1951 António Luís Moita, António Ramos Rosa, José Terra, Luís Amaro e Raul de Carvalho fundam as “folhas de poesia” **Árvore**, atentas “à multiplicidade do real e à maravilhosa diversidade dos destinos poéticos” (do número inaugural). De entre eles é ANTÓNIO LUÍS MOITA que encontramos também, por razões familiares e sentimentais, em estreito e profundo enraizamento nestas serranias de São Mamede; poeta cujos textos oscilam entre uma interior reflexão filosófica acerca do mundo e uma intensa ligação ao real e ao quotidiano, tudo criado e transformado pelos ténues ritmos da linguagem poética, entre a tradição e a ruptura, entre a linha de fuga e a linha que se localiza no espaço do texto e do corpo.

* * *

É preciso, no entanto, recuar no tempo. Eis-nos na década de 1930... Um acaso (se “acaso” se lhe pode chamar) faz que nesta parte do Alentejo vejam pela



primeira vez a luz do dia cinco poetas hoje considerados de importância mais ou menos fundamental no campo das Letras portuguesas: na Escusa, Manuel Ramiro Salgueiro, a 28 de Outubro de 1933; meses depois, 8 de Fevereiro de 1934, em Portalegre, numa casa solarenga da velha rua da Sé, Almeida Firmino; Carlos Garcia de Castro, na cidade, em 12 de Novembro do mesmo ano; ainda em Portalegre, Orlando Neves, a 11 de Julho de 1935, e, por último, já em 38, Fernando J. B. Martinho. Na mesma altura (7 de Outubro de 1933) nasce em Lisboa aquele que tomaria o pseudónimo de Cristovam Pavia, filho do já citado poeta Francisco Bugalho. Poetas a quem a serra de alguma maneira deu berço e / ou estrutura interior; poetas seguidores, no entanto, de percursos poeticamente diferenciados.

Continuando e aprofundando de certa forma o espírito emanado do grupo da revista presença, a poesia de CRISTOVAM PAVIA é atravessada por linhas de fuga construindo a estrutura de uma escrita que se vê mergulhada no mistério das coisas e dos seres. Triste, porque religada ao espaço da infância perdida, nela existe uma discreta ascensão de momentos únicos e indivisíveis, superando assim pela sua escrita o sentimento de *"amor angustiado"*. Mistério e segredo interpretam o olhar, a respiração, a locomoção do corpo e das palavras, o silêncio que domina as noites, as aguarelas da infância.

Em MANUEL RAMIRO SALGUEIRO, forma e conteúdo circulam em busca de uma tradição a pouco e pouco reencontrada, porque transformada. Ser e poema constroem uma reflexão que fixa a memória, a sátira, o quotidiano, o ténue encantamento perante a verdade da paisagem e da música da paisagem. Reflexão que se interioriza, modificando o ser, meditando a unidade primordial.

Acerca de ALMEIDA FIRMINO – poeta de Portalegre, mas também dos Açores – e do seu percurso poético, isto nos diz Álamo Oliveira: *"possui a potencialidade de ser o retrato do Homem-Universo que, abismado à porta do coração, está tenazmente aferrado à sua dolorosa desmotivação existencial (...). (...) Poeta de todos os temas universais: Deus e o Homem, o Amor e a Morte, a Tristeza/Saudade, a Insularidade/Ilha"*.

CARLOS GARCIA DE CASTRO é, à semelhança de Cesário Verde, um poeta do quotidiano e da contingência do tempo e do espaço. Capta para a escrita um real que à sua volta vai desfilando, cristalizando-o em imagens que tanto tocam o realismo quase fotográfico quanto a asserção que, conscienciosamente, se reveste de mágoa e/ou revolta. Escrita que se cimeta tocando uma sensualidade quantas vezes erotizada, uma ironia que chega a incluir em si revoltas intrínsecas, numa expressão fina e subtil.

ORLANDO NEVES é um escritor portador de uma palavra em que se interpenetram silêncios e imagens num desafio permanente ao leitor. A sua voz leva-nos a um entendimento profundo de universos e construções, num conhecimento que se faz intimidade e meditação. O texto leva a cabo uma expressão, uma lógica, internamente filosófica, linguagem em que se visiona uma multiplicidade de vozes construtora de um ritmo que edifica a poesia como gémea futura do tempo e do espaço.

Nos textos poéticos de FERNANDO J. B. MARTINHO intercalam-se imagens, odores e sons, numa permanente assunção de ritmos e metamorfoses. Assiste-se a uma cuida-



dosa orquestração verbal, num universo em que as rotas da linguagem fotografam na memória presente e futura a palavra, as sombras, a música e o corpo, numa inquietação que revalida a pintura e a expressão do mundo e dos segundos.

* * *

Embora não sendo oriundo desta região da Serra de São Mamede, vamos encontrar nos anos 60 em Portalegre e seus arredores um dos poetas mais importantes da chamada segunda vaga do surrealismo português, ANTÓNIO JOSÉ FORTE, que aqui trabalhou como funcionário das bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian. Segundo António Ramos Rosa, avulta na sua poesia *“um sentido trágico a que ele soube dar expressão dentro do próprio espírito do surrealismo”*. Tudo isto aliado a uma leitura dos grandes mistérios da existência, dos enigmas contidos no quotidiano *“que lhe pareciam ultrapassar os outros em interesse e estranheza”* (Nicolau Saião).

Outro poeta intimamente ligado ao segundo movimento da surrealidade (movimento surgido na década de 1960), vivente de São Mamede pelas vias do físico, do corporal e do imaginário, é NICOLAU SAIÃO. Autor de uma certa *“metafísica objectual”*, é, por excelência, o escritor de um surrealismo magoado, fruto de uma vivência em que se constrói enquanto constringido participante. Sua é uma inquietante ligação com os ritmos do mundo, traçados entre o levantar dos interiores, de labirintos e de mistérios, de uma paisagem mágica porque fermentada no forno do tempo e da matéria.

* * *

Ao interior do espaço da Serra, espaço físico e geográfico, mas sobretudo domínio poético, outros nomes, outras escritas, permanecem ou permaneceram indissolúvelmente ligados. Nomes que, sem serem grandemente epigrafados na sua produção poética, são de fixar pela sua interioridade lírica, pela expressão textual que congrega no seu interior a interpretação do silêncio, construindo-o enquanto palavra escrita. Nomes que de alguma maneira se ligam ou ligaram à Serra, quer pelo seu nascimento, quer pela sua criação, quer por laços familiares ou afectivos, quer ainda por dever de profissão:

- AMÉRICO PAIVA, navegador de algumas águas do neo-realismo, situado numa postura de tendência regionalista;
- ANTÓNIO BENTO, poeta de uma certa mágoa e nostalgia rural e cidadina;
- JOÃO APOLINÁRIO, escritor comprometido com a sociedade e com a palavra;
- MARIA TAVARES TRANSMONTANO, com textos em que a terra e os ritmos da terra se fazem palavra ao encontro da mais profunda textura dos seres e das coisas;
- MARIA GUADALUPE ALEXANDRE, com uma poesia intensamente intimista, cuja riqueza psicológica tanto toca o dramatismo quanto a subtil mágoa de uma existência vivida em universo múltiplo;
- RAUL DIAS CÔIAS, constringido observador da construção das imagens interiores, dentro das transformações a que nos sujeita o texto;



- ANDRÉ GAMEIRO, poeta que no domínio da surrealidade construída nas linhas do poema propõe o ritmo narrativo do tempo;
- ANTÓNIA S. CAMPOS, que procura na unidade dos seres encontrar o ponto fulcral da estrutura e conteúdo da poesia;
- JOÃO GARÇÃO, construindo, entre o lirismo magoado e a sátira que encontra o desalento, a linguagem simultânea da escuridão e da claridade;
- CARLOS BAPTISTA, autor de versos de cariz melancólico, reflexivo e introspectivo.

Para além destes, convém registar nesta curta apresentação o nome de outros poetas e escritores que (por várias razões) passaram pela região de Castelo de Vide, Marvão e Portalegre: D. João Zarco da Câmara, Joaquim Namorado, Matilde Rosa Araújo, Fernanda de Castro, Garibaldino de Andrade, David Mourão-Ferreira, Maria Aliete Galhoz, José Correia Tavares, António Maria de Sousa e José Vieira. E também o nome de alguns autores que foram / têm sido presença frequente em São Mamede, por afinidade com escritores aqui residentes: Sebastião de Gama, Saul Dias, José do Carmo Francisco, Carlos Martins, José Alberto Marques, José Carlos Breia, Lud, António Silva Pinto, Rodrigo de Lima, Juan Ribeyrolles, Fernando Batalha, etc.

Sobre a região da Serra de São Mamede escreveram poemas Fernando Pessoa, Mário Cesariny de Vasconcelos, Armindo Reis, Luís Filipe Maçarico, entre outros.

De entre os poetas daqui, convém referir ainda: Luiza Grande, Arlete de Paixão Correia, Isaura Correia Santos, Manuel Velez Tavares, para além de Domingos Fernandes, Teofa da Escusa, José do Rosário Fernandes, Manuel Cebolas, etc., todos já falecidos^(*).

* * *

Da maior parte deles ficam, entretanto, alguns poemas...

(*) Individualidades há que, nas suas obras, se têm dedicado à nobre arte do verso: A M. Vaz Gonçalves, C. Abafa, Carlos Ceia, Clara P. Oliveira, J. P. Castanho, J. R. Eustáquio, Jaime C. Soares, José Bizarro, José M. S. Conde, José da Silva Máximo, Luísa Lopes da Silva, Maria Albertina Dórdio, Mário Esquetim, Paco Manso, Vasco Câmara Pestana, etc.



ALMEIDA FIRMINO

Portalegre, 08.02.1934 – Moinho da Lapinha (Açores), 14.11.1977

NARCOSE

E eu a diluir-me em astros.
Em memória de mim,
O espaço e os mastros
Duma angústia sem fim.

Nave torna-viagem
É o que sou.
Nenhum grito de aragem
Sacode o ventre do céu
Quando voo.

A um Deus sem acesso
E vadio.
Inútil erguer os braços,
Atravessar o rio.

Se ganhei medalhas?

Inscrições a giz
Em duas ou três maravalhas.

Astronauta infeliz.

(in *Narcese*)

O RUMO É ESTE INSTANTE

Despeço-me de mim
Como se o cais fosse breve.
O rumo é este instante. E o mar
Gaiola inventada pelos deuses
Vai tão manso... E a brisa
Com a distância aos ombros
É tão leve... A brisa
É como a vida
No cais
Onde o vento
Se debruça e escreve.

(*id.*)

AMÉRICO PAIVA

Évora, ? – ? (século XX)

O MONTE

Por toda a larga corte alentejana,
Que vai do Sul alegre à triste Beira,
O claro “monte” é rei na terra plana
Ou Santa Capelinha bem cimeira.

Não há na velha nesga lusitana,
Que lança no seu rol tanta lareira,



Pousada portuguesa mais ufana
De ser, em poucos palmos, Pátria inteira.

Não busquem, noutra parte, o “monte” branco,
Nem branco mais clarinho noutra flanco
Da terra desta terra de mil montes:

Ermida e rei a ter por seu brasão
A honra de emergir do próprio pão
– Seu ninho no cartaz dos horizontes...

(do jornal *Serpa Informação*)

ANDRÉ GAMEIRO

(Pseudónimo de António Adriano P. Ventura)

Portalegre, 01.02.1953

PASSEIO ENTRE AS NOITES, AS SOMBRAS E O CAMINHO

I

Ontem saí da minha gaveta imaginária.
Saí do retábulo da minha decisão
caminhei de noite entre os fados e as moscas tentando abarcar
as estrelas com um só bocejo.
Não foi num dia qualquer, segunda, sábado
foi precisamente ontem, no dia em que as sombras dos monstros
marinhos ditavam leis sobre a terra.
O meu passeio foi breve, quinhentos séculos bem contados
com vazios
e vozes
e instrumentos musicais
e um coro de mortos de onde sobressaíam os esgares
da cólera.
Não vi príncipes nem deuses, eu procurei
até por baixo dos arbustos
virei os ombros de cabeça para baixo e só o rugir do mar
nas planícies lunares
respondeu ao meu chamamento.
No alto das colinas
que não têm nome porque são somente
colinas
cantei em festas com os lobos (e, caso curioso, não me olharam
antes abriram a boca mostrando os dentes de ágata)



“Quero um príncipe!
Quero um girassol e escadas de raios de luz”.

Foi um afluir de recordações da casa onde as veias
rejeitam o falso azul dos conteúdos.
Em todo o meu passeio, entre as casas e os olhos
que aos milhares me inquiriam quem era e para onde ia
somente colhi as estrelas uma a uma
sem outro propósito se não agradar à Morte.
Possivelmente, nesse mesmo dia ou noite (que noite é dia)
numa distante estrela
ou num coração de jovem mendigo
um pagem me olhe do alto de um ziggurah
e me estenda a mão como um príncipe
ou um deus

ou uma águia.

(...)

(do jornal *O Distrito de Portalegre*)

ANTÓNIA S. CAMPOS

Portalegre, 1958 (?)

Mete dentro de mim
o que sem mim te sobra -
a torre de marfim,
o chifre de oiro, a cobra.
Acende uma fogueira
com as mãos vagarosas,
a única fogueira,
a eterna fogueira
do esplendor das rosas.
Faz de nós dois um só
ou um só pensamento
até sermos só pó
ou vestígios de um nó
na corda que é o tempo.

(da colectânea *Anuário de Poesia*, 1985)



ANTÓNIO BENTO

Nisa, 1924

AS TUAS MÃOS VELHAS

Serenas – as tuas mãos parecem
brandas ondas do Mar!

Branças, serenas e trémulas
– Qual velho pavilhão ao vento,
farrapos, deixados no caminho,
de roupas tuas que foram flamejantes.

Serenas, brancas de cera,
lembrando rosas velhas fenecidas
– Cheirando mais assim porque,
ressequidas,
lembram também velhos perfumes
que as tuas mãos usaram.

Branças, chorosas e tristes
– as tuas mãos agora...
Ah! como elas choram
os beijos que negaram!...

Serenas — as tuas mãos parecem
brandas ondas do Mar!

(da colectânea *Poetas Alentejanos do Século XX*)

ANTÓNIO JOSÉ FORTE

Póvoa de S.^{ta} Iria (V.^a Franca de Xira), 10.02.1931 – Lisboa, 15.12.1988

POEMA

Alguma coisa onde tu parada
fosses depois das lágrimas uma ilha
e eu chegasse para dizer-te adeus
de repente na curva duma estrada

POEMA

Na paisagem que amanhece
jaz o corpo de ninguém

maior do que a noite
e os olhos que ela tem



alguma coisa onde a tua mão
escrevesse cartas para chover
e eu partisse a fumar
e o fumo fosse para se ler

alguma coisa onde tu ao norte
beijasses nos olhos os navios
e eu rasgasse o teu retrato
para vê-lo passar na direcção dos rios

alguma coisa onde tu corresses
numa rua com portas para o mar
e eu morresse
para ouvir-te sonhar

(in *40 Noites de Insónia...*)

jaz um pouco de lado
voltado para a lua

coberto de nada
na paisagem nua

nunca teve um nome
não espera o Além

o corpo que jaz
e é de ninguém

(in *Desobediência Civil*)

ANTÓNIO LUÍS MOITA

Lisboa, 1925

MANSÃO FILOSOFAL

Erguem-se o dedos. Crispam-se no todo.
Mas algo falta para o todo ser.
Algo que mora num dedal de fogo,
nessa palavra que não sei dizer

mas salta certa, célere, no sopro
irreprimível que de Urano vem
dar de repente vida nova ao corpo,
ceder razão ao que razão não tem.

É o dédalo negro, o labirinto,
a chave justa para libertar
no firmamento a névoa do que sinto.

Mas é também oráculo. O olhar.
O ver, sem fim, distinto, o indistinto
no desfazer da pedra tumular.

(in *Cidade Sem Tempo*)



ANTÓNIO MENDES DE PORTALEGRE

Portalegre (?), ? – ? (século XV)

CANTIGA

Lembranças, a que viestes?
Saudades, que buscais?
Se ver-me vivo, tardais;
se morto, vós o fizestes.

Vós folgais com minha vida,
eu folgo de ver perdê-la,
pois que não tenho mais dela
que tê-la sempre perdida.

Mas no tempo que viestes
não tenho de vivo mais
qu' a ter vivos os sinais
dos males que me fizestes.

(da colectânea *Cancioneiro Geral*, de G. de Resende)

FREI ANTÓNIO DE PORTALEGRE

Portalegre, ? – 1593

Vai a Virgem nossa Senhora pranteando, caminho do monte Calvário e diz:

(...)

Como poderei viver,
sem ti que será de mim,
oh triste, quão tarde vim,
e quão cedo hei-de ver
tua fim e minha fim.
Oh filho tão desejado,
em pureza concebido,
em virgindade parido,
em tal doçura criado,
em mãos de algozes metido.

Oh meu bem, que não te vejo
e não posso já contigo,



tão francamente te sigo
quão fortemente o desejo
me leva a morrer contigo.
Oh quem pudesse chegar
antes do fim um momento,
a ver teu padecimento,
por que ver-te matar
me mate teu sofrimento.

(...)

(in *Auto dos Passos da Paixão*)

ANTÓNIO SARDINHA

Monforte, 09.09.1888 — Elvas, 10.01.1925

VERSOS DO TRINCO DA PORTA

Versos do trinco da porta,
– Louvado seja o Senhor!
A casa é Deus quem na guarda,
Ninguém a guarda melhor!

Batem os pobres à porta,
– Batem com ar de humildade.
“Eu sei que é pouco, irmãozinho!
É pouco, mas de vontade!”

Quem é que a porta abriria
Com modos de atrevimento?
São coisas da criadagem!
Não foi ninguém, – é o vento!

Mexem no trinco da porta.
– “Levante, faça favor!”
A entrada nunca se nega
Seja a visita quem for!

Não vês a porta batendo?
Que aragem essa que corta!
Em toda a volta do dia,
Não pára o trinco da porta!



Trinco da porta caindo
Sobre a partida de alguém...
Oh, quantos vão e não voltam?!
São os que a morte lá tem!
(in *Quando as nascentes despertam...*)

BRANQUINHO DA FONSECA

Mortágua, 04.05.1905 – Cascais, 07.05.1974

POEMA DO MAR E DA SERRA

Ó mar de que não sei nada
nem vejo que desvendar,
és só a mais larga estrada
para ir e voltar!

Eu só lá dos montes
que medem o céu,
sou das frias serras onde primeiro o sol nasceu
e onde os rios são apenas fontes.

Sou donde as árvores falam
a língua que eu conheço,
onde de mim sei tudo
e do resto me esqueço.

Lá, tenho olhar de estrelas a luzir,
e tenho voz de guardador de rebanhos,
passos de quem só desce pra subir,
mãos sem perdas nem ganhos.

Contigo falo, ó mar,
se a lua vem do céu passear no mundo
tornando-te a planície do luar
sem ecos nem mistérios de profundo.

Mas só lá sou da terra e a terra é minha,
só lá eu sou do céu e o céu é para mim,
ó serra aonde há tal serenidade
que nada tem começo
nem fim.

(da revista *Litoral*)



CARLOS BAPTISTA

Portalegre, 1966 (?)

1. as palavras são os animais
do meu poema busco-as
nos seus secretos refúgios
humildemente lhes peço que brilhem
tornem transparente a fala
e mais clara a espessura

2. o olhar exangue, regista
cada mínimo movimento, incapaz
no entanto de o denunciar
incorpora-o, tornando-se onda
viva, dor intransmissível

(da colectânea *Anuário de Poesia*, 1987)

CARLOS GARCIA DE CASTRO

Portalegre, 12.11.1934

CÉU DOS PARDAIS

Todos os dias Portalegre é tarde,
por lá se passa sem ninguém lá estar,
Rua Direita, salvação cobarde
dum céu de casas brancas por cair.
Cidade contra, vários carros novos,
todos os dias, do emprego à Praça,
Rua Direita, salvação dos povos
num céu de casas que ninguém trespassa.
Todos os dias por aqui são calmas,
de mais ninguém, as horas nas calçadas,
Rua Direita, salvação das almas
no céu das suas casas – consoladas.

(in *Os Lagóias e os Estrangeiros*)

NA RUA DA MOURARIA...

(...) permanece na procura
quotidiana que passa
o tempo, como escritura
do bafo numa vidraça.

Escondida na curvatura
do saber quem por lá passa,
há sempre qualquer figura
por detrás duma vidraça.
E as janelas, quadratura
da Cidade, uma ameaça,
no tempo fazem escritura
das ruas de ver quem passa.
Que a toda a hora a ternura
duma rua a ver quem passa
das janelas faz escritura
no bafo duma vidraça.
Cidade que é formosura
traçada numa vidraça,



todo o dia uma aventura
das ruas de ver quem passa.

Por isso o tempo de altura
das janelas com vidraça
não se escreve sem escritura
de saber e ver quem passa,

– em Portalegre, a futura
Cidade de ver quem passa
no tempo, como escritura
do bafo numa vidraça.

(*id.*)

CRISTOVAM PAVIA

(*Pseudónimo de Francisco António L. Bugalho*)
Lisboa, 07.10.1933 — id., 13.10.1968

O SÓTÃO

Nestas tardes de Verão
Enquanto lá fora sobe devagar a frescura das flores regadas
E paira, adormecida,
Esperando a noite,
No sótão fechado e escuro não se respira.
Concentram-se ali os pesadelos surdos de canícula
Numa espécie de poeira que sufoca, desprendida com esforço da poeira mais velha...
Mas amanhã, quando o sol brilhar demasiado sobre as flores,
Em chispas de vidro alcatroado
E a manhã for escaudando o meio-dia,
No sótão
Fechado e escuro, em calma,
Encontrarei subitamente a frescura da noite
E há-de parecer-me que mergulho nela,
Nas suas águas límpidas...

(in *35 Poemas*)



MISTÉRIO

Eu estou aqui quando me esqueces.
E tu em mim – gota no cálice –
Quando adormeces sossegada...

Quando adormeces, sossegada,
O teu olhar vai nos meus olhos
Poisar em tudo que não vejo...

E quando sonhas (nunca o saibas!)
Sou eu que volto à minha infância
Que dorme em ti – gota no cálice...

(in *Poesia*)

CRISTÓVÃO FALCÃO

Portalegre, 1515 ou 1518 — ?

Como dormirão meus olhos?
Não sei como dormirão,
pois que vela o coração.

Toda esta noite passada,
que eu passei em sentir,
nunca a pude dormir,
de ser muito acordada.
Dos meus olhos foi velada;
mas como não velarão,
pois que vela o coração?

As horas dela cuidei
dormi-las, foram veladas;
pois tão bem as empreguei,
dou-as por bem empregadas.
Todas as noutes passadas
neste pensamento vão,
pois que vela o coração.

Pássaros, que namorados
pareceis no que cantais,
não ameis, que, se amais,

Iremos pela estrada
por onde os tristes vão,
por nela, por rezão
deve ser de nós achada,
achada consolação.
Sobir-me-ei ao pensamento,
qu' é alto; de ali verei,
verei eu se poderei
ver algum contentamento
de quantos perdidos hei.

Mas o que poderá ver
quem já da vista cegou?
(...)

Verei a vida, que em vida
bem vista tanto aborrece,
aborrece a quem padece
tristeza mal merecida,
que minha fé mal merece.
Levarom-me toda a glória,
com quanto bem dessejei,
dessejei e alcancei;



de vós sereis desamados.
Em meus olhos agravados
vereis se tenho rezão,
pois que vela o coração.

(in *Crisfal*)

ficou-me só a memória,
por dor, de quanto passei.
(*id.*)

FERNANDO J. B. MARTINHO

Portalegre, 16.09.1938

Dizer do vento a primeira sílaba
a primeira semente
quando a terra ainda
se não tinha desprendido
do caos
referir da lembrança
o que mais dói
nos seus recessos
como custa suportar
a luz crua
das salinas
que eleva nas margens
do nosso desespero.

(in *Resposta a Rorschach*)

Foram feitas as mãos para
antever a morte. Escondem
flores, misturam
perfumes, resinas. Corrompem,
na pele, o tempo. Colhem
o nardo puro – as veias
dilatadas. Na tarde,
explodem voláteis.
Um rio de sombra
em contraluz. Quem
as diria abertas,
em levitação?

(in *Razão Sombria*)

FRANCISCO BUGALHO

Porto, 26.07.1905 — Castelo de Vide, 29.01.1949

TARDE NA PRAÇA

Há um remendo de Sol,
Pairando, ao canto da praça.
Nem uma só folha bole...
E cintila uma vidraça...

Garotos brincam, ao fundo,
E há uma voz a cantar
Que parece de outro mundo
E vem dum terceiro andar.

Frescos perfumes vieram,
De alguma cerca parada,

CHUVA

Chuva, caindo tão mansa,
Na paisagem do momento,
Trazes mais esta lembrança
De profundo isolamento.

Chuva, caindo em silêncio
Na tarde, sem claridade...
A meu sonhar de hoje, vence-o
Uma infinita saudade.

Chuva, caindo tão mansa,
Em branda serenidade.



Ali perto.
E, sobre a praça, desceram
Chilreios da passarada
Vindos dum jardim deserto.
(in *Margens*)

Hoje minh' alma descansa.
- Que perfeita intimidade!...
(in *Paisagem*)

FRANCISCO LEVITA

Portalegre, 1894 – Luanda (Angola), 1924

SONETO

Sinto perder a vida a pouco e pouco.
E eu que outrora chamava, à morte, querida,
Vejo o apego que hoje tenho à vida,
E que no meu passado fui um louco.

Louco perdido, sim, um louco errante
Que me matava pelo doce amor
Quem em “meu peito nascia com ardor”,
Quando avistava uma mulher galante!

Louco de sonhos, de ilusões perdidas,
De desventuras negras como a noite,
Louco por mil desgraças de má sorte!

Agora vou morrer, folhas caídas
Irão cobrir a campa em que eu me acoite
P'ra perfumar o sono bom da morte!

(in *Ilusões!...*)

FRANCISCO SEQUEIRA

Alpalhão (Nisa), 26.02.1877 — Portalegre, 25.02.1955

XL

Sorri a Primavera... que cantares!...
Desde manhã até ao fim do dia,
Ouve-se uma dulcíssima harmonia
De aves gorjeando, alegremente, aos pares.



Vibra o hino terníssimo nos ares
Inundados de sol e de alegria,
E de aromas que exala a ramaria,
Reflorindo, mímosa, nos pomares.

Como é linda esta música amorável,
Duma simplicidade e dum encanto
Que alegra a natureza todo o dia...

Mas se isto é belo!... o que será o canto
Aquele hino de Anjos inefável,
Cantando sempre em honra de Maria!...

(in *Sine Mácula*)

JOÃO APOLINÁRIO

Belas (Sintra), 1924 – ?, 22.10.1988

CASTANHEIRO VERDE

Castanheiro verde
fruta da madeira
placenta de neve
com flores de ouriço

Raízes tamanhas
que dão Primavera
na casca dos troncos

Poente de Verão
que põe horizontes
e poesia no chão

Outono dourado
magusto na boca
fruta da madeira

Placenta de neve
com flores de ouriço

Castanheiro verde
(da revista *Ibn Maruán*)



JOÃO GARÇÃO

Portalegre, 10.12.1968

INVENTÁRIO PORTALEGRENSE

ao Orlando Neves

Um senhor muito sério que lixou uma Empresa,
certas madames que dizem sempre *sim!*
Alguns políticos que só jogam à defesa,
jovens drogados pròs lados do Bonfim...

O Ensino que aqui é bestial,
o Comércio que comercia muito bem.
A Cultura que é fenomenal
— entre os vivos e os que o Senhor lá tem...

Um quotidiano que só nos dá prazer,
um futuro esperançoso a toda a hora.
Pena é que a malta jovem, ao crescer
p'ra ter emprego tenha que ir embora...

Um Alentejo calmo e sossegado
conforme diz o Chefe da Polícia
agente competente e informado
que isto revela sem qualquer malícia...

*"Mas, caros eleitores, o que se há-de fazer
se isto é assim aqui e em qualquer banda?"*
pergunta um político com a voz a tremer...
— Deus guarde Portalegre e quem lá anda!

(in *Líricas e Satíricas*)

Tenso, ele aguarda o momento
do disparo, do chuto inverosímil
que libertará os gritos roucos
de centenas de gargantas.

Em suspenso, olho-o nos olhos
estudo-o calmamente dos ombros aos joelhos
preparo o salto, o sopro rápido
dum vento que me transportará.



A bola é um sinal fechado
de amargura ou gargalhada
seja no relvado
ou na bancada.

Atento como um caçador
eu espero o truque e o remate
do meu oposto – o jogador
entregue ao momento do “penalty”.

E sobre nós o sol brilha como se nada fosse.
(do jornal *A Bola*)

JOÃO RODRIGUES DE CASTEL BRANCO

?, ? — ? (*século XV*)

CANTIGA, PARTINDO-SE

Senhora, partem tão tristes
meus olhos por vós, meu bem,
que nunca tão tristes vistes
outros nenhuns por ninguém.

Tão tristes, tão saudosos,
tão doentes da partida,
tão cansados, tão chorosos,
da morte mais desejosos
cem mil vezes que da vida.
Partem tão tristes os tristes,
tão fora d’ esperar bem,
que nunca tão tristes vistes
outros nenhuns por ninguém.

(da colectânea *Cancioneiro Geral*, de G. de Resende)

JOSÉ DURO

Portalegre, 22.10.1875 — Lisboa, 18.01.1899

EM BUSCA...

Ponho os olhos em mim, como se olhasse um estranho,
E choro de me ver tão outro, tão mudado...



Sem desvendar a causa, o íntimo cuidado
Que sofro de meu mal – o mal de que provenho.

Já não sou aquele Eu do tempo que é passado,
Pastor das ilusões perdi o meu rebanho,
Não sei do meu amor, saúde não na tenho,
E a vida sem saúde é um sofrer dobrado.

A minha alma rasgou-me o trágico Desgosto
Nas silvas do Abandono, à hora do sol posto,
Quando o Azul começa a diluir-se em astros...

E à beira dum caminho, até lá muito longe,
Como um mendigo só, como um sombrio monge,
Anda o meu coração em busca dos seus rastros...

(in *Fel*)

O MEU CREPÚSCULO

As palavras cruéis que o meu relógio fala,
Num gélido estertor, num íntimo cansaço,
Lembram-me o gargalhar dum mórbido palhaço
Que roubasse a ironia ao ventre duma vala...

Encontro um não sei quê na sua voz estranha,
Quando, por essa noite, a apunhalar-me o sono,
Me diz pausadamente: – “És filho do Abandono,
Hás-de sofrer a vida até que a morte venha”.

Mas gosto de o ouvir, e, às vezes, tenho pena
Que a sua predição, que tanto me envenena,
Perturbe a minha alcova apenas um instante...

Porque julgo ver nele uma alma a soluçar
– Mercê do mau Destino –, a mágoa extravagante
Que sofre do meu mal por não poder chorar!

(*id.*)



JOSÉ RÉGIO

(Pseudônimo de José Maria dos Reis Pereira)
Vila do Conde, 17.09.1901 – id., 22.12.1969

LIBERTAÇÃO

Menino doido, olhei em roda, e vi-me
Fechado e só na grande sala escura.
(Abrir a porta, além de ser um crime,
Era impossível para a minha altura...)

Como passar o tempo?... E diverti-me
Desta maneira trágica e segura:
Pegando em mim, rasguei-me, abri, parti-me,
Desfiz trapos, arame, serradura...

Ah, meu menino histérico e precoce!
Tu, sim!, que tens mãos trágicas de posse,
E tens a inquietação da Descoberta!

O menino, por fim, tombou cansado;
O seu boneco aí jaz esfarelado...
E eu acho, nem sei como, a porta aberta!

(in *Poemas de Deus e do Diabo*)

PEQUENO POEMA

Quando eu agonizar, Senhor,
Vencido sob a cruz que me impuseste,
Não permitas que seja de amargor
O derradeiro instante que me reste.

Tenta-me, até ao fim, com toda a provação!
Só essa, Pai!, só essa não.

Para tanto bastara que deixaras
Que a criança mais nova da família,
Por um acaso extraordinário,
Desses que tu preparas,
Velasse, inconsciente, a minha última vigília
No frio quarto solitário.



Já cego, eu poderia, então, inda sonhar
A minha última lágrima aquecida
Por seu sorriso, seu olhar...

Isso me bastaria, Pai!, para acabar
Sem maldizer a vida.

(in *Colheita da Tarde*)

MANUEL RAMIRO SALGUEIRO

Escusa (Marvão), 28.10.1933

Tu levas-me a boiar no Infinito
em cada micron que nunca serei,
porque é igual o logos pensar mito
ou mito ver no logos o seu esteio,

saudade imensa que recreie
a existência extensa do teu grito
já nada do passado escreva ou lei-
a que desfaça rito atrás de rito

de futuro esperado em consenso
com tudo o que acarinho no olhar
para limpar depois com o lenço,

pobre lenço que fica a baloiçar
na pestilência podre do leicença
inóspito ao direito de o curar. (*)

(inérito)

MANUEL TAVARES CAVALEIRO

Portalegre, 1644 – ?

SONETO XLIX

Amor nunca de pranto satisfeito,
Quis, que a não ser, com terna rosciada,
Em líquidos fragmentos derramada
Pelos olhos a dor, oprima o peito.

(*) À memória do Eduardo Pereira dos Santos que, com todo o amor de que foi capaz, fez deste farrapo um ser humano. “Quando estiveres preparado o guia aparece.”



Mal pode alívio tal (bem que imperfeito)
Logo da vida ser tão magoada,
Que o tormento, a que morre vinculada,
Não busca os olhos em licor desfeito.

É pois de um puro amor gostosa a frágua,
Se é muito mais, com dura tirania,
Grande a dor, a que os olhos negam água.

Fonte de amor, que choras de alegria,
Se experimentaras bem saudosa mágoa,
Seca ficaras, como a Pedra fria.

(in *Ramalhete Juvenil*)

MARIA GUADALUPE ALEXANDRE

Castelo de Vide, 19.12.1946

GRAVURA

Em Portalegre se sofre,
em Portalegre se é bicho...
no fundo escuro dum cofre
ou num contentor de lixo...
Em Portalegre se aquece
a alma ao frio dos brasões
e a raiva, a raça arrefece
no pasmo vil dos balcões.
E há um verdete sanguíneo
nas minhas recordações.
Sei baús e porcelanas,
tapeçarias azuis
retratos amarelecidos
impressoais corroídos
no bojo dos gavetões.
Há um verdete sanguíneo
nas minhas recordações.
Velhas valsas de organdi
a farrapos cor-de-rosa,
como aranhas de cetim
pulsaram anos sem fim
da fundura dos salões.
Há um verdete sanguíneo



nas minhas recordações.
Sei relógios incrustados
a madrepérola e loucura
e espadas de heróis falhados
e ainda ferros forjados
torcidos com amargura.
Sei castiçais — borboletas
vernizes, luvas, serões
e o roer das ampulhetas
e o veludo das saletas
e um mundo de bocas pretas
torcidas de convulsões.
Há um verdete sanguíneo
nas minhas recordações.
Sustenta-me a voz dum sino
tecendo um velho rebate:
regatos de violino
a desmentir um destino
que não assusta nem bate.
E corro nas notas soltas
dum cântico de desterro
como alguém que andasse às voltas
nos labirintos do erro.

Qualquer dia,
qualquer ano,
qualquer noitinha dorida,
o ermo traçará ecos
duma batalha vencida.

(inédito)

MARIA TAVARES TRANSMONTANO

Carreiras (Portalegre), 31.12.1924

POEMA DO OUTONO

Sementeira à porta, pão da ceia,
Noivo da terra, água nova,
Cavalo a relinchar por mais aveia.



Passos de outrora, medo de estar só,
Almas à espera do seu canto,
Luz da candeia de minha avó.

Barbas bentas, penhor e juro,
Sol dos velhos, romeiro eterno,
Bandeiras de pêssegos e avelãs maduras.

(da revista *A Cidade*, 1.ª série)

NICOLAU SAIÃO

(Pseudónimo de Francisco L. Cleto Garção)
Monforte, 22.02.1946

AS LUZES

Vagamente inquietos
sobre a secretária
como anões cercados de lodo
como insectos enormes e ofegantes

iluminados flutuam

e violentam a carne
das praias quando amanhece

e a trovoadá aparece
com seu sexo de safira

Na invenção mais mortífera
que o nevoeiro contém
lentamente se despenham
incorruptos

Os poemas esqueceram
revoltaram-se e são homens
com o seu hálito de arsénico

como amantes invisíveis.
(in *Os Objectos Inquietantes*)

UMA ALELUIA a J.U.G.S.

Recordo a casa
e seus pequenos utensílios
um só campo e as vozes
de aldeia a aldeia.

Recordo a égua
o burro, a cegonha, o pato
a formiga na trave
os bácoros completamente saciados.

Sobrevivência e um pouco
de amor. A corda na garganta
foi apenas desmesurada oferta.

Nada invejava, senão a tília
a penugenta aveia, o agrião
mesmo fora de seus tempos. O esplendor
do Sol nunca fechou meus olhos
porque cada ser em si transporta
a sua cicatriz.

Recordo as vozes
– como não recordá-las? –
pouco a pouco morrendo
entre pinheiros e cerros.



A lepra foi apenas
desmesurada oferta
da serenidade
das quatro estações do ano.

Até ao fim amei
a alma e os sentidos.
Até ao fim suspensos
nos meus ossos.

Entre carne e
esqueleto.

(in *Flauta de Pan*)

ORLANDO NEVES

Portalegre, 11.07.1935

Morrerão antes de mim as estrelas,
as dóceis plantas movidas pelo vento,
o instante que foi canto, o eterno
que nos vazios espaços habita?

Aceito a sombra, a emoção que me fere,
a pedra no centro do coração,
o fascínio da voz de Safo em mim,
suplício em que assoma a morte, a ílesa alma.

Não renasce das cinzas a paixão.
Não vivo, não vejo. O que subsiste
do céu e tudo o que é posto a meu lado

se cala. Não tem nome a pedra. Vogou
no topo da água, pedaço de um corpo
difuso no destroço das estrelas.

(in *Odes de Mitilene*)

Em cada poço de verão,
na impaciência da terra,
entre as fábulas do vento
e os galos de olhar louco,

desorganiza-se
a solidão.

Em cada árvore que adormece,
na memória dos cheiros,
entre as chamas da planície
e os cães perfumados de uvas

é nas palavras
que os deuses morrem.

(in *Trovas da Infância na Aldeia*)



RAUL CÓIAS DIAS

Portalegre, 1947

QUANDO O POETA MORREU

O poeta, de cansado
morreu à pouco, coitado.
No tédio da consciência,
vulcão em carne viva,
tinha ao rubro a resistência
do coração em ogiva.
E era a esfera maldita
da palavra sempre esquiva...
Era a solidão infinita,
à beira do útero informe,
onde o verso tosco habita...
E aquele silêncio, enorme,
da sua vida parada
assim entre tudo e nada...
Morreu há pouco, coitado,
sem amigos, sem dinheiro.
Um leve sorriso vago,
de ironia, meio magoado,
e olhar firme e inteiro,
como se num gesto sereno
fechasse, enfim, o tinteiro,
e, vendo o cigarro pequeno,
o esmagasse no cinzeiro.

(in *Poemas esquecidos*)

RUY VENTURA

Portalegre, 27.12.1973

em coruche (não apenas de passagem)
entre o sol e sombra do autocarro
olhando a estrada e o voo das cegonhas
fotografámos no espaço e nas palavras
o calendário e as folhas da laranjeira

buscámos talvez perto das árvores
ou no ribeiro arquivado na memória



um local ou armário a meio da tarde
qualquer coisa feita de mistério
um envelope o som dos automóveis
percorrendo-nos o cérebro e o olhar

dentro e fora de nosso próprio corpo
erguendo as persianas que se ajustam
à estreiteza de nossa escuridão
a grande lezíria do silêncio
ficou-nos no bolso ou entre as mãos
como um relógio já sem bracelete

mas a tarde por classificar
tão vaga quanto o sabor que vem do pão
atravessou-nos objecto particular fotografia
vulto que no horizonte nos rodeia
como se fora um cachecol de lã

(in *Arquitectura do Silêncio*)

ALGUMA BIBLIOGRAFIA POÉTICA FUNDAMENTAL

- De ALMEIDA FIRMINO: *Narcose* [obra poética completa] (Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores)
- De ANTÓNIO JOSÉ FORTE: *Corpo de Ninguém* [obra poética completa] (Hiena)
- De ANTÓNIO LUÍS MOITA: *Cidade Sem Tempo* (Ulmeiro)
- De CARLOS GARCIA DE CASTRO: *Portus Alacer* (Ed. Autor) e *Os Lagóias e os Estrangeiros* (Câmara Municipal de Portalegre)
- De CRISTOVAM PAVIA: *Poesia* [obra poética completa] (Moraes)
- De CRISTÓVÃO FALCÃO: *Crisfal* (Sá da Costa)
- De FERNANDO J. B. MARTINHO: *Resposta a Rorschach* (Ed. Autor) e *Razão Sombria* (Inova)
- De FRANCISCO BUGALHO: *Poesia* [obra poética completa] (Portugália)
- De JOÃO GARÇÃO: *Líricas e Satíricas* (BSA)
- De JOSÉ DURO: *Fel* (Guimarães)
- De JOSÉ RÉGIO: *Poemas de Deus e do Diabo, Biografia, Fado, Colheita da Tarde*, etc. (Brasília)
- De MANUEL RAMIRO SALGUEIRO: *Paira o Açor* (MIC)
- De NICOLAU SAIÃO: *Assembleia Geral* (BSA), *Os Objectos Inquietantes* (Caminho) e *Flauta de Pan* (Colibri)



De ORLANDO NEVES: *Poesia* (Sol XXI)

De RUY VENTURA: *Arquitectura do Silêncio* (Difel, no prelo)

Antologias:

Anuário de Poesia — autores não publicados, 1985 (Assírio & Alvim)

Anuário de Poesia — autores não publicados, 1987 (Assírio & Alvim)

Palavras — *Sete Poetas Portugueses Contemporâneos* (Átlio)

Antologia de Poetas Alentejanos, org. Orlando Neves (Câmara Municipal de Vila Viçosa)

Poetas Alentejanos do Século XX, org. Francisco Dias da Costa (Ed. Organizador)

Antologia do Cancioneiro Geral, de Garcia de Resende (Ulisseia)



varia



P. Bueno Ramirez*; R. de Balbín Behrmann*
R. Barroso Bermejo*; M.^a A. Aldecoa Quintana*; A. B. Casado Mateos*
Ibn Maruán, n.º 8, 1998, 135-182

Sepulcros Megalíticos en el Tajo: Excavación y Restauración de Dólmenes en Alcántara, Cáceres, España

*"A Patricia Martín Babello,
toda ilusión e voluntad.
No te olvidaremos."*

Introducción

En el curso de 1997 la Junta de Extremadura y el Ayuntamiento de Alcántara promovieron una actuación en algunos de los dólmenes conocidos en el término de Alcántara con el fin de ponerlos en valor desde el punto de vista turístico y arqueológico.

Nuestra relación con el megalitismo extremeño llevó a la Junta de Extremadura a proponernos el proyecto en su dirección arqueológica. La acción afecta a seis monumentos y un menhir que forman parte de dos rutas monumentales propuestas por C. Montano y el Ayuntamiento de Alcántara.

Los monumentos documentados en el término sobrepasan la treintena y son conocidos desde los años 70 gracias a la labor de prospección de Fernando Tostado. Fué él mismo quien años después dió a conocer la riqueza de Alcántara a Cleofé Rivero que excavó algunos de los monumentos, a uno de nosotros (BUENO RAMIREZ, P. 1987) que de este modo pudo incluirlos en su Tesis doctoral y a C. Montano (1987) para obtener el material de su Tesis de Licenciatura. Pese a conocerse el mencionado conjunto desde hace más de treinta años, los trabajos que aquí se presentan son los primeros realizados que ofrecen una documentación arqueológica contrastable.

Con anterioridad fueron efectuadas excavaciones, por parte de C. Rivero. Los materiales procedentes de éstas sólo se conocen por las referencias expuestas en otros trabajos (MONTANO, C. 1987; BUENO RAMIREZ, P. 1987, 1994). Afectaron a los dólmenes del Retamar y el Pizarrón. De las primeras tenemos constancia a través de una publicación de A. Guillén Oterino (1983) al que se le dieron unas tierras para

* Area de Prehistoria. Universidad de Alcalá de Henares
C/Colegios n.º 2 28801 ALCALA DE HENARES



efectuar análisis de polen, extraídas un metro por debajo de la situación de las fosas de los ortostatos. Quizá este mismo sistema se realizó en el dolmen del Pizarrón y ello explicaría el lamentable destrozo que afecta a la totalidad de la cámara del monumento.

No disponemos de más noticias acerca de los materiales extraídos.

Contexto Geológico y Geográfico (Figura 1)

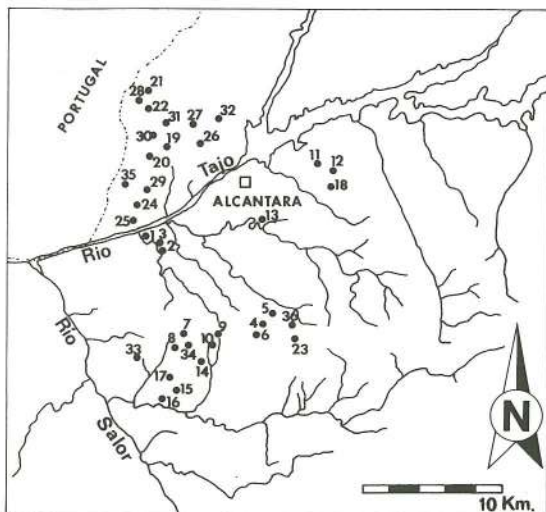
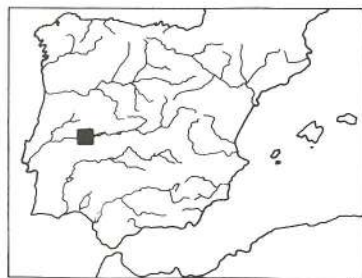
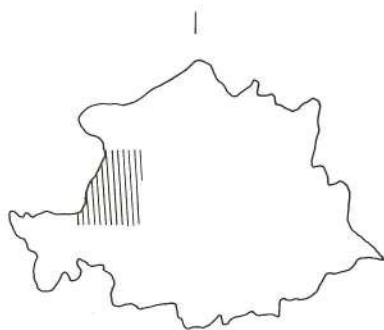


FIGURA 1 - Situación de los dólmenes de Alcántara a partir del mapa publicado por C. Montano, con indicación de las actuaciones realizadas en los monumentos.

1. Trincones 1 A EXCAVAR EN LA CAMPAÑA DE 1998
2. Trincones 2 A EXCAVAR EN LA CAMPAÑA DE 1998
3. Trincones 3
4. Maimón I EXCAVADO Y RESTAURADO EN EL 97
5. Maimón 2 EXCAVADO Y RESTAURADO EN EL 97
6. Maimón 3
7. Miras 1
8. Miras 2
9. Juan Rón 1 EXCAVADO Y RESTAURADO EN EL 97
10. Juan Rón 2
11. Carrascal 1
12. Carrascal 2
13. Fraila
14. San Jordán
15. Torre Oviedo 1
16. Torre Oviedo 2
17. La Fragua
18. Belbís
19. Retamar EXCAVADO POR C. RIVERO. DATOS NO PUBLICADOS
20. Carbonero
21. El Pizarrón EXCAVADO POR C. RIVERO. RESTAURACIÓN PREVISTA EN CAMPAÑA DEL 98
22. El Santo
23. Camisones
24. San Martín
25. Calderones
26. El Cabezo. EN SUS PROXIMIDADES SE ENCUENTRA EL MENHIR CUYA REINTEGRACIÓN ESTÁ PREVISTA EN LA CAMPAÑA DEL 98
27. La Llorona
28. Barcollero
29. Comejo
30. Cerro Conejo 1
31. Cerro Conejo 2
32. Noguer
33. Torre Botello
34. Holmillo
35. Moheda
36. Casas Viejas.



La situación de los dólmenes en un contexto paisajístico concreto forma parte, evidentemente, de la cultura del momento.

Los monumentos funerarios se construyen en lugares elegidos previamente por los habitantes de la zona y tratar de averiguar cuales son los componentes culturales de esa elección constituye en sí un elemento necesario para comprender los parámetros sociales, económicos, mitológicos, etc., de estas poblaciones.

Ya tuvimos oportunidad de tomar muestras de pólen en Valencia de Alcántara y en Santiago (BUENO RAMIREZ, P. 1994), siendo ambas los únicos elementos de que disponemos para la reconstrucción del paisaje del IV y III milenio a. C. en esta zona de la Extremadura española.

Los datos que consigamos de las muestras tomadas en Alcántara, completarán el panorama y contribuirán a conformar una idea lo más exacta posible del clima y de las explotaciones que el hombre tuvo ocasión de realizar en ese medio ambiente.

Alcántara forma parte de la planicie Trujillo-Cáceres-Garrovillas-Alcántara, en la que penetra el río Tajo, provocando fuertes cortados. Por lo demás, es poco accidentada y su subsuelo está formado por pizarras y granitos. Dicha planicie es uno de los hechos más representativos del relieve del Occidente peninsular.

Predominan las pizarras, pero también aparecen rocas hipogénicas graníticas que conforman los característicos paisajes de batolitos graníticos. Así son los de Trujillo, Montánchez y, más al oeste, arrancando de Portugal, los de Alcántara.

El subsuelo que hemos descrito someramente da lugar a suelos de tierras pardas meridionales, es decir, muy difíciles de drenar, con poca capacidad de retención de agua, pobres en nutrientes y frecuentes en afloramientos rocosos. Su utilización más frecuente es para pasto, aunque es posible que un nivel mayor de humedad – como parece derivarse de los datos polínicos citados (LOPEZ, P. 1994; 97-100) –, supusiera la existencia de pastos de mejor calidad que los que hoy pueden conseguirse y, desde luego, la existencia de un paisaje adehesado con encinas y alcornoques de posible explotación forestal, hoy en su mayor parte desaparecido. El dato recogido por Madoz (1848, t. I; 406) de la presencia de olivar y pinar en el siglo XIX, da idea del destrozo reciente que han sufrido estas tierras debido a la deforestación

Criterios de Restauración y Consolidación

La restauración de monumentos megalíticos en España ha sido efectuada con diferentes criterios, según la autonomía en la que se han llevado a cabo los trabajos, según el presupuesto en ellos invertido y, desde luego, según la época en que ésta haya sido realizada.

La asociación de arqueólogos y arquitectos sólo se da en el caso de que el proyecto disponga de una inversión importante, pues los arquitectos cobran por obra, mientras que si la inversión es mínima, es el arqueólogo el que se hace cargo de la restauración. Este es el caso de la consolidación de los dólmenes de Alcántara.

Prácticamente todas las restauraciones recientes se basan en un respeto máximo hacia las estructuras antiguas, manteniendo los materiales originales y la situación



de los mismos. Dicha situación se conoce a través del necesario informe arqueológico previo a cualquier movimiento de tierras que se efectúe en el monumento.

Por tanto, la primera premisa es no inventar nada, sino reponer lo que ya existe, en todo caso, recolocando los ortostatos movidos por la presión de las tierras o por la acción humana reciente. Si resulta necesario recrecer alguna zona por cuestiones de estabilidad, ésta se marca de modo diferente. Y, desde luego, obtener toda la información arqueológica posible pues ésta no se podrá recuperar jamás.

Cada uno de los monumentos consolidados por nosotros será descrito en profundidad en las páginas siguientes. Los trabajos efectuados en este sentido, también se describen minuciosamente, pues pueden servir para actuaciones similares y, en caso, de restauraciones futuras o reexcavaciones futuras, existirá una información suficiente.

Como norma general, nos hemos limitado a poner en pie los ortostatos caídos, resituar los que disponían de una fosa contrastable por la información arqueológica y recrecer el túmulo. El objeto último es que el espectador consiga una imagen lo más próxima posible de lo que fue el monumento, del lugar que ocupaba en el espacio y de lo que suponía como intervención humana en el territorio. Toda idea equivocada que demos de ello, será la que reciba el espectador e integre como real, contribuyendo así a la desinformación.

Un capítulo fundamental en este tipo de proyectos de consolidación y restauración es la información gráfica que se adjunte. Esta debe ser básicamente de dos tipos: la fija que se hace constar en cartelería "in situ" y la móvil, es decir trípticos, guías breves y publicaciones especializadas.

La información de cartelería ha de ser concisa y tremendamente visual, mientras que la información que puede llevar consigo el espectador interesado, debería reflejar detalles arquitectónicos, análisis de los ajuares, propuestas cronológicas y culturales.

Ambos tipos de información requieren de un presupuesto específico que en este momento aún no existe en el caso que nos ocupa de los dólmenes de Alcántara, pero que esperamos se concrete en breve para poder finalizar la labor que hemos empezado.

Trabajos Arqueológicos de la Primera Campaña – Julio 1997

Como decíamos arriba, el plan previsto por la Junta y el Ayuntamiento afectaba a seis monumentos, de modo que los trabajos debían efectuarse en un mínimo de dos campañas.

La primera de ellas se desarrolló durante el mes de Julio de 1997 mediante un presupuesto librado por el Ayuntamiento de Alcántara y un apoyo para los informes arqueológicos subvencionado por la Junta de Extremadura. El arqueólogo de la Junta, D. Javier Jimenez Avila se encargó de gestionar las condiciones de los trabajos de excavación y restauración y a él debemos en gran parte que se hayan podido realizar dignamente. Los dólmenes de Alcántara se restaurarán, pero además tendremos de ellos una buena documentación arqueológica.



En el Ayuntamiento de Alcántara tenemos que agradecer muy especialmente el apoyo directísimo y la ayuda de D. Pablo Pérez, Teniente de Alcalde y D. Calixto Agúndez, verdaderamente interesados en potenciar la valoración cultural de estos monumentos alcantarinos. También queremos expresar nuestro agradecimiento al alcalde D. Jacinto Cuño.

El pleno del Ayuntamiento aprobó la creación de un campo de trabajo de universitarios como apoyo fáctico de los trabajos, dotando un presupuesto para el mismo respaldado por el Instituto de la Juventud de la Junta de Extremadura. El Patronato Pedro de Ibarra nos proporcionó medios de transporte y materiales de trabajo.

Los componentes del campo de trabajo – universitarios de Alcalá de Henares, Cáceres y Madrid – realizaron su labor con ahínco y dedicación, pese al fuerte viento o las altas temperaturas del verano junto al Tajo. Siempre les quedó humor para ser buenos compañeros, para divertirse y para ayudar en otros trabajos. Crearon un ambiente magnífico que nunca olvidaremos. A todos ellos queremos expresarles nuestro agradecimiento: Raúl Albarrán Rodríguez, Miriam Alhambra Moreno-Arrones, Vanessa Becerra Sanchez, Isabel Borrego Pajuelo, M.^a Carmen Borrego Pajuelo, Enrique Cerrillo Cuenca, M.^a Angeles Cantillo Vazquez, Raquel Expósito Capilla, Francisco Javier Heras Mora, Javier Galán Montano, Hitos Galán Montano, Verónica Dominguez Morales, Lourdes Galvez Pérez, M.^a Soledad Galvez Perez, Jesús García Domiguez, Cristina García Moreno, Begoña Gomez Amado, Ana Belén Gonzalez Salamanca, Ana Jardón Ruiz, Angel Luis Manso Iglesias, Jorge Mantilla Gonzalez, Patricia Martin Barona, Patricia Martin Cabello, Victor Martinez Palacios, Angela M.^a Martinez Sempere, Armando Mendez Rubio, Cristina Navarro Martín, Yolanda Pereira Ramos, Francisco Javier Pello Sanchez, David Perez Gil, Alicia Prada Gallardo, Roque Rojas Martin, Vanessa Bermejo Plata, Ainhoa Costa Fanega, Rocio Cisneros Carrasco, Sara Fernández Gracia, Nuria Requejo Lozoya. Patricia y Jesús me faltan.

El campo de trabajo estuvo dirigido por Clemente Montano, quien, aunque no tuvo mucho tiempo para participar directamente en nuestros trabajos, fué uno de los impulsores iniciales de la idea de la restauración de los dólmenes. También queremos hacer constar nuestro débito personal con José M.^a López Calvache, animador del grupo al que siempre le parecieron bien nuestras propuestas de excursiones arqueológicas y a Concepción Tobías Cordobés, la cocinera que tan cariñosa fue con todos y de la que siempre recordaremos sus magníficas lentejas.

Las excavaciones empezaron en los dólmenes de Maimón y continuaron, una vez finalizados los trabajos de documentación y excavación, en el dolmen de Juan Rón I. Todo el conjunto se encuentra en las proximidades de la carretera Alcántara-Membrío.

Maimón I

Situación: Término de Alcántara. Hoja 676 del mapa 1: 50.000. Coordenadas: 39° 39'59" N/3 12'20" O.

Se accede a él por la carretera Alcántara-Membrío, por un carril que sale a la izquierda de la misma. El carril se bifurca: en dirección Este se llega a Maimón II y en



dirección Oeste a Maimón I. Entre los dos monumentos hay pocos metros de distancia, aunque Maimón I se encuentra a menor altitud que Maimón II, lo que permite la visibilidad entre ambos.

Del monumento sólo se observaban cuatro ortostatos, dos a cada lado, como consta en la planta ya publicada (BUENO RAMIREZ, P. 1987, 1994; MONTANO, C. 1987).

Trazamos una cuadrícula de 6m.x7m. orientada E-O. abarcando el pequeño levantamiento que podía interpretarse como túmulo. En el lateral Este, sólo excavamos un corte de 3,5m. de lado para localizar algún resto del corredor. Una primera constatación de las posibilidades del monumento se efectuó a partir de una subcuadrícula situada entre los ortostatos visibles de 1m x 4m orientada N-S. Todos estos datos quedan reflejados en el PLANO 1. El P.O. queda situado en el ortostato más alto de los dos del sector Norte (Figura 2).

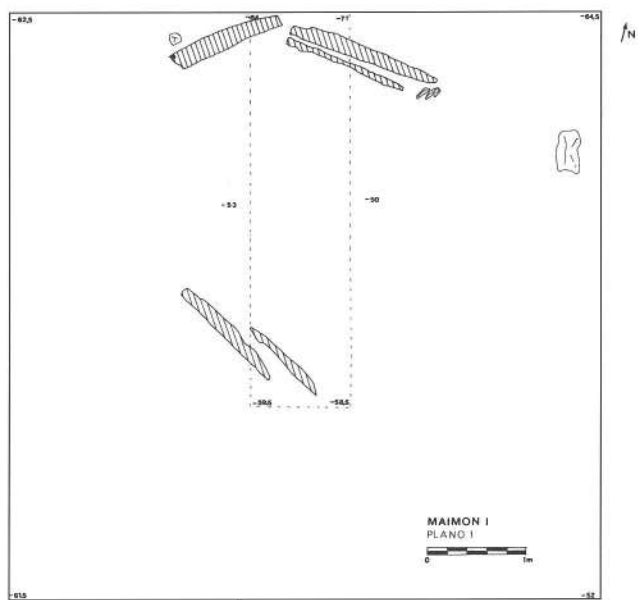


FIGURA 2 - Maimón I. Plano 1.

Al igual que en el resto de los monumentos, levantamos niveles artificiales de 5cm, acotando los hallazgos uno por uno con su situación en cada uno de los planos. Ya en los primeros niveles aparece material megalítico mezclado con objetos recientes. Esta mezcla es más notoria junto a los ortostatos de mayor altura que se sitúan en la zona Norte. De hecho, personas que trabajan en la finca y el dueño del terreno nos dijeron que este sector se utilizaba para calentar la comida cuando se sembraba en estos campos.

La mayor parte del nivel arqueológicamente fértil está incrustado en una capa de arcilla dura que interpretamos como parte del suelo original del monumento y que se empieza a localizar en torno a -0,80m del P.O., exactamente sobre la pizarra del terreno y a treinta centímetros de la superficie actual.

Inmediatamente comienzan a delimitarse piedras de tamaño mediano fundamentalmente de cuarzo en un círculo que se constata bien en la parte trasera de los ortostatos de la zona Sur. Estos quedan reflejados en el PLANO 2, junto con restos de piedras que son especialmente notorios en el sector Oeste de la cámara, lugar en el que localizamos un ortostato caído. Al interior de la estructura, el suelo natural, la pizarra del terreno aparece muy pronto y en algunas zonas, sobre las losas de pizarra que nos permiten pensar en la existencia de un enlosado como el que localizamos en Maimón II, aunque mucho más disperso y menos constatable.

Todo este nivel es especialmente fértil en materiales tanto líticos como cerámicos, además de algunas placas decoradas. Aún así continúan apareciendo elementos recientes que nos indican la mezcla de los depósitos en el sector Norte, pegado a los ortostatos que indicábamos arriba que se habían utilizado para comer. Lo que sale en el sector Sur, próximo a los ortostatos, está claramente más intacto. Este depósito contiene varios cuencos, puntas de flecha, ídolos, etc.

Entre los ortostatos del sector Sur y en el punto en que ambos se encajan uno en el otro, localizamos la placa de arenisca con restos de pintura y la hoja de sílex blanco completa.

Constatado ya que nos encontrábamos ante un monumento destruido que poseía restos de su nivel original muy próximos al nivel de suelo actual, debíamos encontrar explicación a la falta de ortostatos, tanto al Este como al Oeste de la sepultura. Para ello, nos dedicamos a limpiar la tierra entre la pizarra, buscando las fosas del resto de los ortostatos. De este modo, localizamos una fosa de gran tamaño, cerrando los ortostatos que quedan en su zona Este y dos más, cerrándolos por el lado Oeste. Todas ellas quedan reflejadas en PLANO 3 y nos permiten reconstruir el dolmen de Maimón I como una cámara circular, cerrada o quizá con apertura al Sureste, rodeada de un túmulo del que resta un anillo circular de menos de un metro de ancho. No queda clara cual sería la altura de los ortostatos puesto que en la actualidad están muy mermados por la acción humana (Figura 3).

Algunos materiales cerámicos fueron documentados en el cuadrante Noroeste del corte, prácticamente en superficie. Su situación en las proximidades del círculo tumular, permitiría identificarlos como materiales bajo túmulo suponiendo que éste hubiera tenido mayor envergadura. De no ser así, podría tratarse de un habitat circunstancial, mientras que se realizaba el monumento. En un caso o en otro, la presencia de dos bordes almendrados, supone un buen momento de referencia para la construcción dentro de la primera mitad del III milenio a.C.

La excavación de las fosas proporcionó material lítico que siglamos aparte, pues su situación nos permite afirmar que constituyeron el primer depósito del monumento.

El sistema constructivo queda claro en el alzado del monumento (Figura 4). Se ha excavado una fosa en la pizarra del terreno aprovechando un sector más alomado



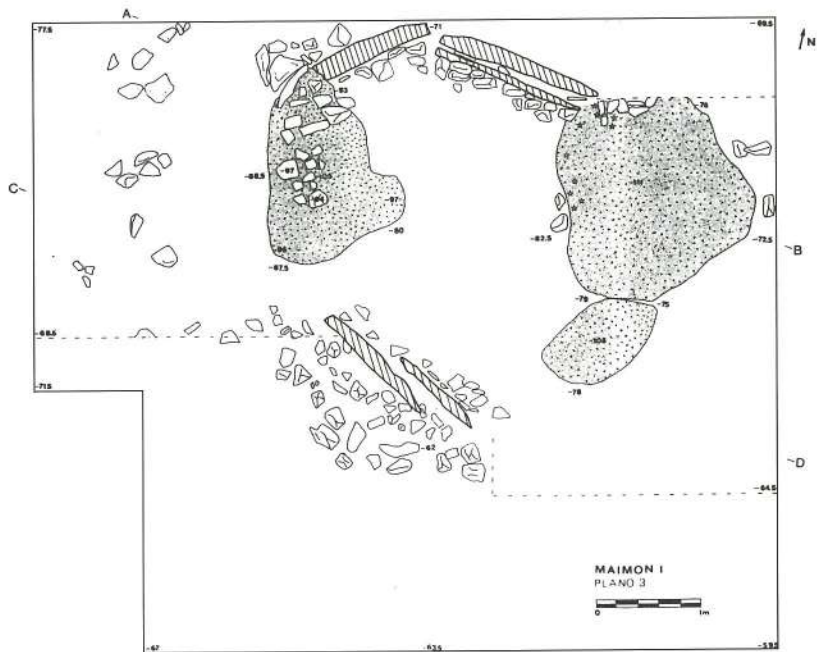
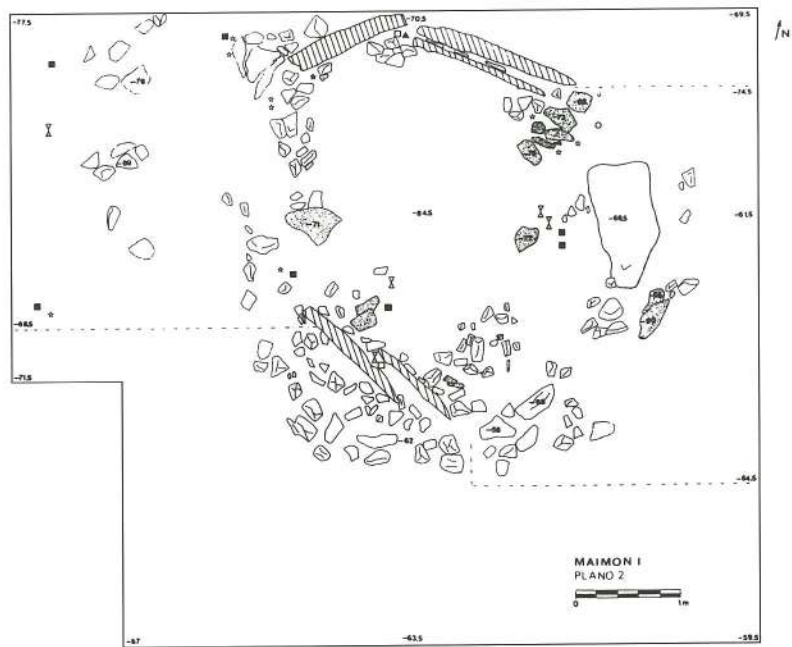


FIGURA 3 - Maimón I. Plano 2 con localización e identificación de hallazgos del Nivel I y Plano 3, con delimitación de las fosas de los ortostatos desaparecidos y situación de los materiales líticos localizados.

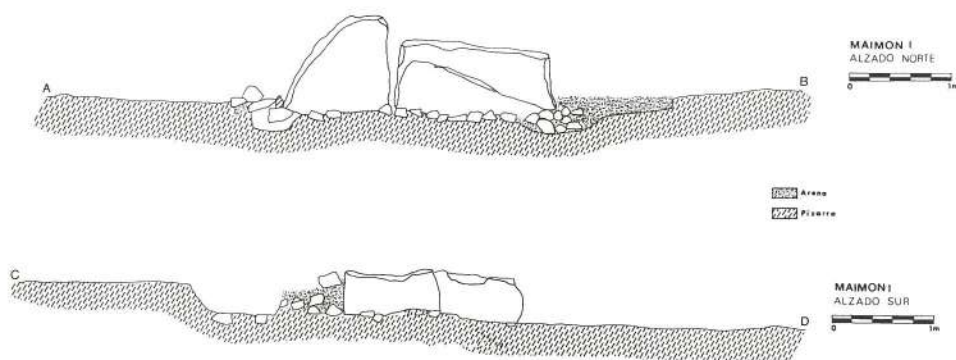


FIGURA 4 - Maimón I. Alzados Norte y Sur del monumento.

sobre un pequeño montículo. En esta zanja inicial se han introducido los ortostatos y sus calzos, además de las primeras hiladas del anillo tumular, actuando este primer anillo como contrafuerte de los ortostatos de la cámara. De este modo se consigue una construcción absolutamente compacta.

Los materiales

Como decíamos, desde el principio de la excavación comienzan a detectarse materiales pertenecientes al depósito original, más mezclados en el sector superficial con restos modernos, sobre todo en los ortostatos de la zona Norte, lugar en el que tradicionalmente se calentaban la comida los obreros de la finca.

Hemos siglado como SUPERFICIE, los materiales procedentes de la excavación desde el inicio de la misma. Al material que documentamos inmediatamente después de la primera limpieza, lo siglamos ya como NIVEL I pues estamos claramente en el depósito de la cámara, como queda corroborado por la cantidad de material antiguo. A -0,80m del P.O., comenzamos a localizar la base de pizarra, por lo que los materiales localizados en esta profundidad forman parte de la base del nivel que hemos venido excavando. Aparecen siglados como NIVEL II.

La limpieza del suelo de la cámara nos permitió delimitar tres grandes fosas, que debieron corresponderse con el asentamiento de potentes ortostatos en las cuales, documentamos algún material que interpretamos como el más antiguo de todos, pues se depositó al inicio de la construcción del monumento. Por ello lo siglamos como NIVEL III.

A continuación relacionamos un inventario del material según los niveles descritos:

SUPERFICIE NORTE

Como tal, quedan recogidos los materiales procedentes del exterior de la cámara, en su sector Norte, aquellos que hemos interpretado como resto de la base del túmulo, por su altura respecto al P.O., o como indicio de una ocupación somera mientras que se realiza la construcción.



Sólo se localiza material cerámico a mano. Contabilizamos 43 fragmentos de pared y siglamos 15 formas entre las que destacan dos fragmentos de bordes almenrados pertenecientes a platos de buen tamaño y un fragmento de creciente.

Es evidentemente un material muy diagnóstico que nos permite establecer una cronología relativa para el monumento dentro de la primera mitad del III milenio a.C., ya sea para los inicios de la construcción – si admitimos que estarían en la base del túmulo –, ya como fecha contemporánea, si establecemos que se trata de un habitat utilizado en el momento de la construcción.

SUPERFICIE GENERAL

Como tal se recogen todos los materiales procedentes de la primera limpieza del monumento.

Prácticamente sólo se localizó cerámica a torno. Contabilizamos gran cantidad de fragmentos de pared de cerámica corriente de color rojo-anaranjado (236) y algunas paredes vidriadas, tanto en marrón (13), como en blanco y azul (6).

Siglamos 23 formas a torno. Los tratamientos mencionados y las formas, permiten clasificar este conjunto dentro de la loza moderna, sin fecha concreta.

CÁMARA NIVEL I

A partir de aquí comienzan a documentarse los materiales antiguos, los cuales siglamos siguiendo el orden que a continuación se especifica: cerámica, material lítico (silex, pizarra, cuarzo), ídolos y adornos.

En cerámica, contabilizamos 29 fragmentos de pared a torno, 26 fragmentos de pared a mano y siglamos 5 formas a mano y 2 a torno (Figura 5).

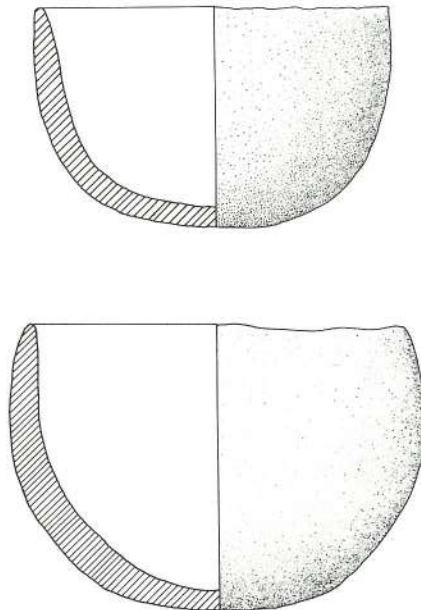


FIGURA 5 - Cuencos completos procedentes de la excavación de la cámara de Maimón I.

En material lítico, separamos las piezas según su materia prima. Siglamos ocho piezas en sílex y más de 300 en pizarra. Estas últimas son sobre todo puntas de flecha de mayor o menor tamaño. Destaca la presencia de cuatro palet-disque también en pizarra y alguna punta de cuarzo.

Útiles pulimentados, entre los que destaca una azuela de muy buena factura, están siglados del 371 al 377 (Figura 6).

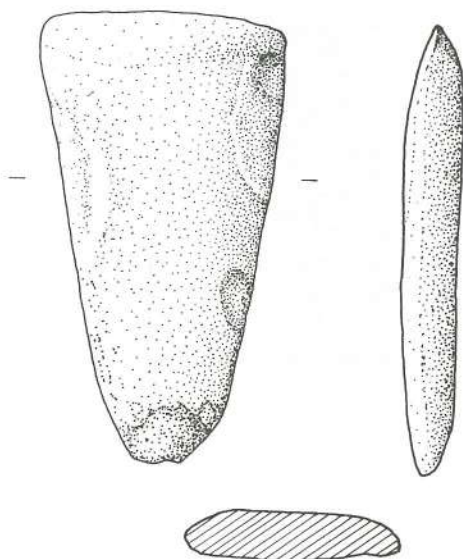


FIGURA 6 - Azuela del nivel I de la cámara de Maimón I.

Los ídolos y fragmentos de la 378 a la 388.

Por tanto, el material que siglamos como NIVEL I supone 388 piezas identificables, entre las que sobresale estadísticamente las puntas, hojas y otros útiles realizados en pizarra. Algunos de ellos son diagnósticos. Este es el caso de los Palet-disque, bien conocidos en contextos habitacionales de todo el Suroeste peninsular, tanto de Neolítico Final como de Calcolítico.

CÁMARA NIVEL II

En cerámica contabilizamos 7 fragmentos de pared a mano, uno de ellos perteneciente a un cuenco como el que siglamos con el n.º 1, y 4 fragmentos de pared a torno. Se siglan cuatro formas, una de ellas completa, la citada pieza n.º 1.

El material lítico en sílex lleva las siglas 5 a 11; el de pizarra, 12-42 y el de cuarzo, 43 a 45.

En este nivel hay dos ídolos especialmente destacables por su buena conservación y por su decoración. La pieza que siglamos como 46 (Figura 7) es una placa de arenisca con restos de piqueteado suave que parecen haber delimitado un diseño para pintarlo. De hecho se aprecian restos de pintura roja. Mide 25cm, por tanto





FIGURA 7 – Placa de arenisca. Maimón I.

posee una envergadura considerable. En conjunto, puede afirmarse que es una pieza excepcional tanto por su materia prima como por su decoración, además de que posee muy pocas referencias en la Península, lo que permite considerarla como una pieza de gran valor museístico y científico.

La placa siglada como 47 (Figura 8) está realizada en esquisto y posee una cabeza netamente destacada. El cuerpo está grabado mediante triángulos rellenos dispuestos en franjas horizontales y destaca su muy buena factura.

Ambas pueden clasificarse como material de prestigio.

Con el n.º 48 se sigla una cuenta de collar discoidal, pequeña, probablemente realizada en hueso o concha. Hemos de realizar análisis de las materias primas de los adornos, que no son fáciles de identificar.

CÁMARA NIVEL III

Siglamos bajo esta denominación los materiales procedentes de nuestra limpieza de las fosas de implantación de los ortostatos.

Aparece un solo fragmento cerámico pues la mayoría del material es lítico. Hay una cuenta de collar, del mismo material y forma que la siglada como MI/C/II/48. Esto nos permite plantear que como las fosas son tan anchas y profundas, al haber sido levantados los ortostatos es posible que algunos materiales del nivel de base de la cámara (NIVEL II), fueran arrastrados hacia las mismas, lo que explicaría la semejanza de ambas cuentas de collar. Por otra parte, el material lítico documentado no se diferencia en nada del localizado en el mencionado NIVEL II.

No obstante, si efectivamente se tratase de materiales introducidos o perdidos en la realización de las fosas, su relación tipológica con los del depósito de la cámara,

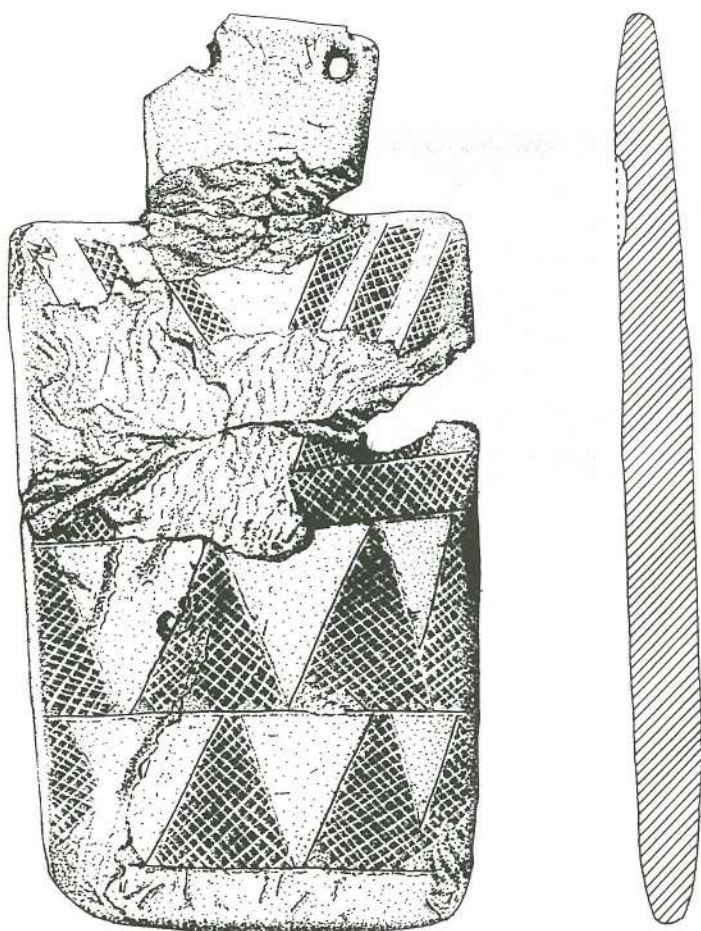


FIGURA 8 - Ídolo-placa n.º 46 de Maimón I.

nos permitiría decir que construcción y depósito son muy próximos cronológicamente, deducción que, por otra parte, entra dentro de la lógica más elemental.

Se sigla una pieza en sílex, de la 2 a la 206 en pizarra, un núcleo de cristal de roca y una cuenta de collar como número 208.

Una apreciación global del material del dolmen de Maimón I nos hace ver en primer lugar la riqueza del mismo, en el sentido de la documentación de materias primas poco corrientes como la arenisca de la placa n.º 46 o el hueso de las cuentas de collar. La riqueza también se manifiesta en la magnífica factura de las piezas de



silex, entre las que destaca especialmente la gran lámina en silex blanco (Figura 9) asociada a la pieza de arenisca mencionada.

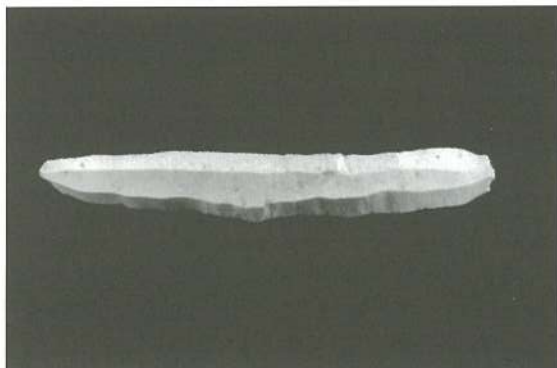


FIGURA 9 – Hoja de silex blanco de Maimón I.

Otro hecho a constatar es la casualidad de la conservación de un ajuar excepcional prácticamente en superficie que sólo se explica suponiendo que la erosión y la acción humana, han ido mermando un monumento de gran calibre, del que ahora localizamos la base del depósito.

La presencia de útiles variados en pizarra, viene a incidir en un tema muy poco estudiado, ya mencionado por uno de nosotros en sus trabajos sobre el megalitismo extremeño (BUENO RAMIREZ, P. 1987, 1988), cual es el uso de materias primas muy variadas en el utillaje lítico, especialmente la pizarra, con el interés añadido de su documentación en contextos habitacionales extremeños, especialmente en la zona de Guadiana (ENRIQUEZ, JJ. 1990) con fechas Neolítico Final/Calcolítico.

Recordemos la existencia de piezas de pizarra en Valencia de Alcántara (BUENO RAMIREZ, P. 1988; 168-169), en la Pizarrilla (ALMAGRO BASCH, M. 1966), en Lácara (ALMAGRO BASCH, M. 1959) y en muchos megalitos del Norte Peninsular, sobre todo en Galicia.

Trabajos de consolidación y restauración

Una vez excavado el monumento, se procedió a la consolidación de los restos existentes. Ciertamente que estos eran muy pocos, pues no teníamos constancia de más ortostatos que el que se encontraba caído al interior de la cámara y que por su porte, bien pudiera haber formado parte de los contrafuertes posteriores que hemos constatado en otros monumentos.

Dicha consolidación se llevó a cabo con los medios materiales proporcionados por el Ayuntamiento de Alcántara y con el apoyo técnico de Pedro Machacón, aparejador de dicho Ayuntamiento. Realizaron las labores los operarios Felipe Galán y José M.^a Díaz.

Ante el estado del monumento, nos limitamos a compactar los restos conservados con una capa muy fina de mortero al 5/1 extendida por todo el diámetro de la

cámara. El ortostato caído fué levantado y situado en la posición indicada por la fosa del sector Oeste más próxima a los ortostatos de la zona Norte.

El pequeño anillo tumular se aseguró igualmente con la mencionada capa de mortero y se marcó en los lugares en los que había desaparecido siguiendo el círculo exterior delimitado por la posición de las fosas.

Nuestra intención es ofrecer la imagen al espectador de la ruina de un monumento circular rodeado por un pequeño anillo tumular y así se explicará en la cartelería y en la información detallada que se le adjunte, destacando el interés y valor de los hallazgos que formaban parte del ajuar.

Maimón II

Situación: Hoja 676 del mapa 1:50.000. Coordenadas 39° 39'63"N/3 12'20"O. Altitud 345m.

Se accede al monumento por la carretera que saliendo de Alcántara se dirige a Brozas. El primer cruce se dirige a Membrío. El carril sale del kilómetro 2,800 de la carretera comarcal CC 220 Alcántara-Membrío (Figura 10).



FIGURA 10 – Visión de la reconstrucción del dolmen de Maimón II.

El corte inicial fue de 8mx10m, orientado E-O. Este nos permitía abarcar la totalidad del túmulo y comprobar su relación con el terreno de alrededor. El Punto 0 se situó en el ortostato más alto del sector Sur de la cámara, número 14 (Figura 11).

Maimón II es una arquitectura de pizarra de tamaño medio compuesta por cámara y corredor largo, envueltos en un túmulo cuya delimitación externa es muy clara.



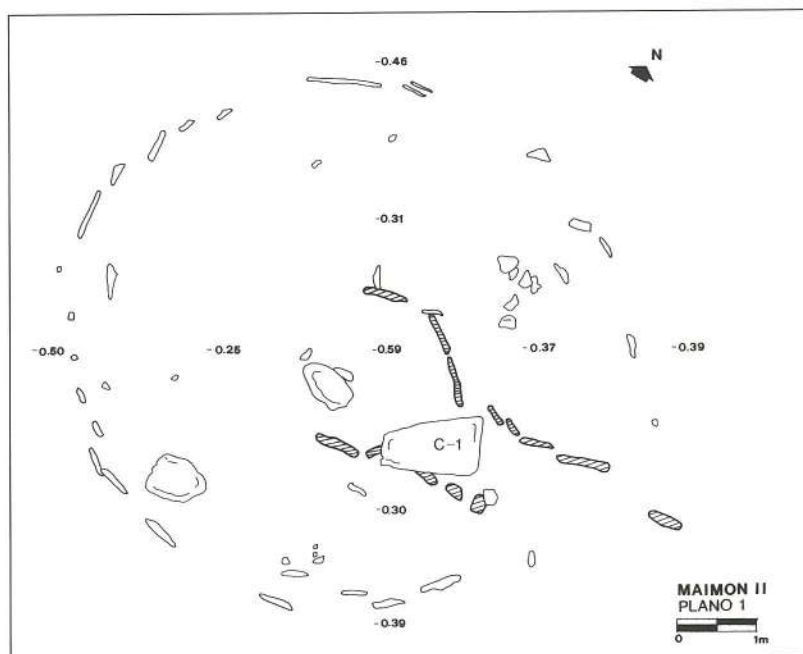


FIGURA 11 – Maimón II. Plano 1.

La cámara tiene 2,30m de diámetro y la altura máxima de los ortostatos es de 1,30m hasta la base de los mismos, si consideramos la documentada en la pieza número 9 que creemos la más completa. Evidentemente, parte de esta altura estaría enterrada en la fosa de cimentación por lo que podemos estimar la altura máxima de la cámara en torno al metro.

Todos los ortostatos que componen el monumento son de pizarra y parte de ellos, los de la cámara, han sido decorados con grabados piqueteados, cuya descripción detallada aparece más abajo.

La estructura era conocida desde antiguo por las personas de la localidad y había sido usada como fogón para calentar la comida y como depósito de piedras, cuando los campos se cultivaban, además de como aguardo de cazadores en tiempos más cercanos. Por tanto, teníamos motivos para sospechar que debía haber sufrido remociones de antiguo.

Una vez trazada la cuadrícula, comenzamos a limpiar para poder realizar una primera planta del estado del monumento. En esta limpieza superficial apareció un microlito de sílex blanco, además de muchos materiales cerámicos y metálicos de carácter reciente.

Una piedra de tamaño considerable apareció sobre los ortostatos de la intersección cámara/corredor. Se trata de una pieza de pizarra, de sección más gruesa que la de los ortostatos y de forma trapezoidal. Eran muy visibles cazoletas en un lado de la misma y también tiene grabados piqueteados en la otra cara. Mide 1,12m x 0,63m x 0,13m y aparece en el plano 1 marcada como C-1 (PLANO 1).

En esta limpieza localizamos un fragmento de pieza de pizarra que también tiene cazoletas. Queda descrita como F-1. Mide 55cm x 35cm x 13cm.

También en este nivel documentamos una pieza sobre la cámara que interpretamos como un ortostato extraído de la misma, por lo que lo denominamos CA-1. Mide 93cm x 54cm x 9cm. En la posterior restauración quedó incorporada a la misma como ortostato 7, pues la fosa que localizamos en la excavación respondía a sus medidas.

En las proximidades de ésta y, por tanto, también procedente de la cámara, localizamos otra pieza de pizarra que denominamos CA-2. Mide 62cm x 68cm x 8cm. Quedó resituada como ortostato 10, una vez localizada su fosa de inserción.

De esta misma limpieza superficial procede una laja cuya situación no podemos interpretar y que siglamos como S-1. Mide 71cm x 65cm x 5cm.

La excavación comienza, tras la limpieza, mediante niveles artificiales de 5cm. Todos los materiales documentados se acotan y se sitúan en los sucesivos planos correspondientes a cada uno de los niveles artificiales que levantamos. En la primera capa de la cámara aparece un fragmento de cerámica a mano con gruesas acanaladuras junto con muchos materiales recientes, entre ellos restos de hierro.

Muy pronto quedan bien visibles la mayor parte de los ortostatos de la cámara y el corredor, como queda reflejado en el PLANO 2. El hecho patente de que nos faltan ortostatos en el frontal de la cámara y en el sector norte del corredor, nos lleva a plantear subcuadrículas en los mencionados lugares (Figura 12).

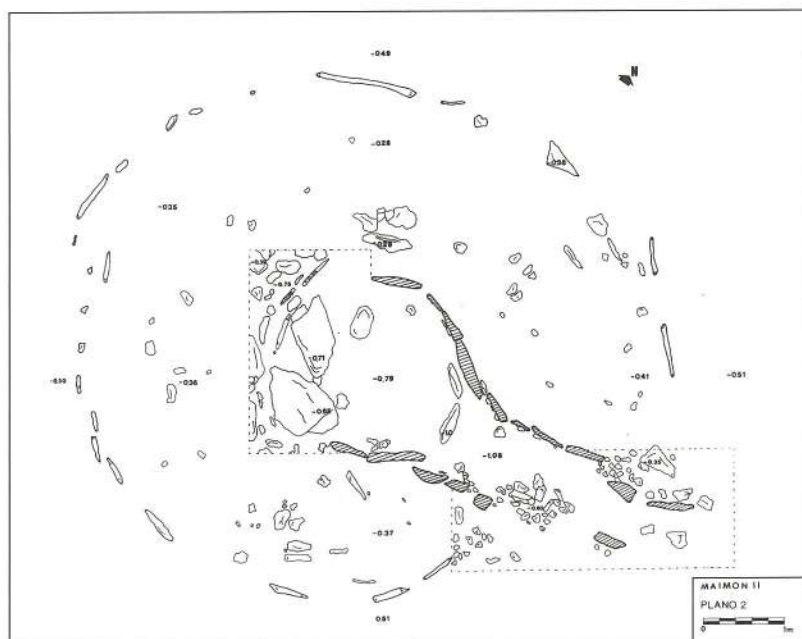


FIGURA 12 – Maimón II. Plano 2 con cortes en zona Norte cámara y sector Norte corredor.



En el frontal de la cámara se profundiza un metro hacia el Oeste y se delimitan 2,5m en sentido E.O. En la zona Norte del corredor, delimitamos una ampliación hacia el Norte siguiendo la línea marcada para la cámara. Tiene 1,5m de ancho y 3,5m de largo. Estas ampliaciones quedan recogidas en el Plano 2.

La ampliación del frontal de la cámara nos permite constatar a -0,70m del P.O. dos piezas caídas con sus fosas bien marcadas y, lo que es también muy interesante, parte del entramado interno original del túmulo. Una de las mencionadas piezas es un contrafuerte del túmulo, tiene menor altura que las conservadas de la cámara y es mucho más fina de sección. La otra es claramente un ortostato. Ambas aparecen reflejadas en el PLANO 2. En sus proximidades, en la zona central de la cámara recogimos carbón.

Tras los ortostatos de la cámara se han situado piezas de pizarra hincadas verticalmente, de menor altura que los mencionados ortostatos, ejerciendo el papel de contrafuertes de los mismos. Toda la estructura queda compactada por una acumulación de lajas de pizarra y tierra colocada ordenadamente como puede observarse de modo bien claro en la sección correspondiente.

Estas piezas verticales de menor tamaño se insertan a intervalos en el túmulo formando círculos como se ve en la planta. El último de ellos delimita el contorno túmular conteniendo los empujes y señalando visualmente el recorrido de éste. El diámetro del mismo es 13m en sentido N-S y 15m en el eje E-O. Su forma es ligeramente oval y destaca el mayor desarrollo del cierre en el sector Sur del monumento, quizá porque la zona Norte ha sido más afectada por construcciones posteriores.

Precisamente los problemas de interpretación que nos planteaba la zona Norte del corredor nos llevaron a ampliar la ampliación hasta el tope de la cuadrícula inicial, como aparece reflejado en el PLANO 3 (Figura 13).

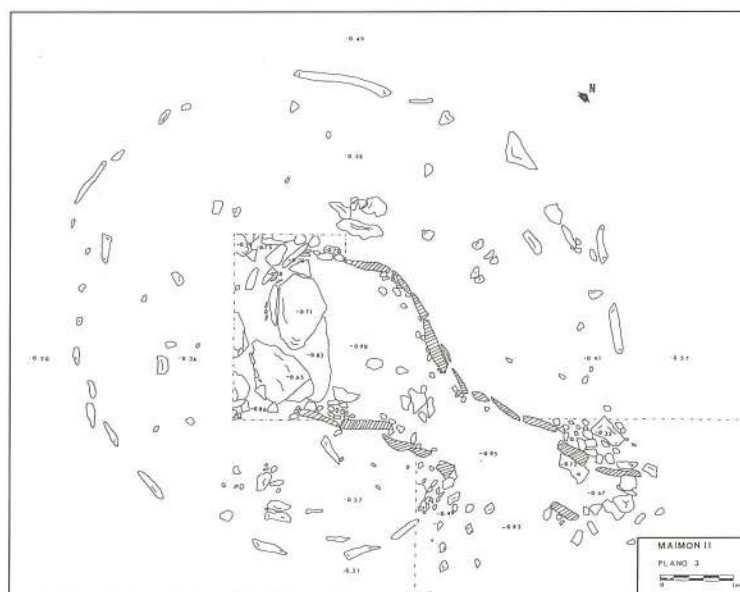


FIGURA 13 – Maimón II. Plano 3 con situación piezas caídas Norte Cámara.

La excavación del corredor muestra la presencia de una gran cantidad de piedras y prácticamente nada de material. Concretamente hacia el sector norte donde faltan ortostatos, sólo hay tierra muy suelta, piedras de pequeño y mediano tamaño y fragmentos de ladrillo que nos permiten identificar un agujero antiguo, quizá pequeño refugio de pastores que dejaría un tiempo al aire el corredor, momento en el cual se depositaron piedras de los campos próximos para limpiarlos. Ello explicaría la inexistencia de ortostatos, la disimetría del túmulo en este sector y la casi total ausencia de materiales arqueológicos, además de la cantidad de piedras ya mencionada.

A la altura de -0,72cm en el inicio del corredor y -0,80m en la cámara, descubrimos restos de un enlosado de pizarra compuesto por lajas de tamaño inferior a 50cm y que se conserva de modo muy irregular. En el comienzo del corredor es más visible haciéndose claramente más dispersos en la cámara. La situación del enlosado nos permite constatar una vez más el declive existente entre el suelo en el corredor y el suelo en la cámara, como ocurre en dólmenes de mayor tamaño (BUENO RAMIREZ, P. 1988, 1991).

Estos restos de enlosados aparecen documentados en el PLANO 3, en el que también se sitúan los dos ortostatos caídos de la cámara y uno de mayor tamaño, que aparece bajo ellos.

Los materiales documentados en este nivel son siglados como Nivel I. Se sitúan exclusivamente en la cámara y aunque no son muchos, sí son significativos: puntas y otras piezas talladas en pizarra, algunas puntas de cuarzo y un microlito de sílex.

En el PLANO 4 queda claramente delimitada la pieza situada bajo los ortostatos caídos de la cámara, muy posiblemente el ortostato 9, caído de antiguo y, por tanto, mejor conservado en altura que todos los demás. Es también de pizarra y mide 1,34m x 0,66m x 0,15m (Figura 14).

También en el Plano 4 quedan reflejadas la totalidad de las losas de pizarra que se conservaban. Dichas losas debían estar compactadas mediante piezas medias de cuarzo que se observan especialmente bien en el contacto Corredor/Cámara. En este nivel se acrecientan los restos líticos, especialmente de pizarra, documentándose un cuenco entero colocado boca abajo, bajo el ortostato 5, a -1,05m del P.O. Tomamos la tierra que contenía para realizar muestra de polen y en sus proximidades recogemos algo de carbón. Tomamos otra muestra de carbón en la zona Oeste de la cámara, en la que ya habíamos recogido otra muestra en el nivel anterior. Este nivel es la base del que hemos señalado con anterioridad. Parece menos tocado y nos permite constatar – al ser los depósitos idénticos – que el nivel más antiguo de los ajuares coincide con lo documentado en las zonas más revueltas. Todos estos materiales son siglados como NIVEL II.

En el corredor continúa sin aparecer material pero destaca la presencia de piezas de pizarra encajadas que interpretamos como restos de un posible enlosado de pizarra. Estas piezas, junto con algunas más dispersas de la cámara aparecen documentadas en los planos 4 y 5.

Llegados a este punto, levantamos la losa caída de mayor tamaño de la cámara, observando que su cara interior está completamente llena de grabados piquetados.



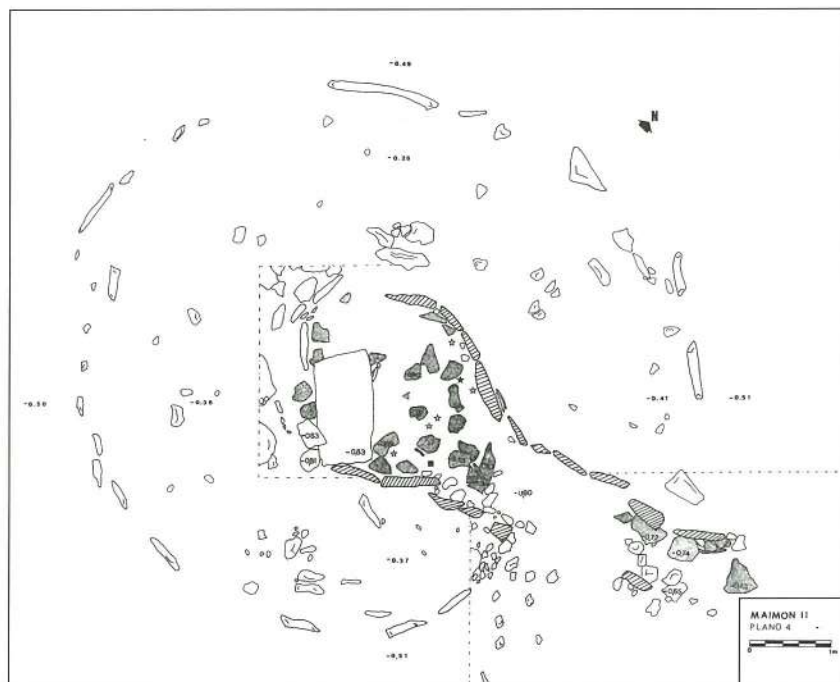


FIGURA 14 – Maimón II. Plano 4 con situación de los restos del enlosado de pizarra y del ortostato caído n.º 9 de la cámara.

Al levantar dicha losa, constatamos además restos del enlosado disperso del que hablamos. Todo este nivel de la cámara que se localiza entre 1,05 y 1,10m refleja el buzamiento de la pizarra natural hacia el centro del monumento y está repleto de puntas de flecha, alabardas, láminas etc., más concentradas en las proximidades de los ortostatos. Hay también restos de cerámica. Todas estas cuestiones quedan reflejadas en el PLANO 5 (Figura 15).

En este plano, incluimos también la situación y cotas en que se han tomado dos muestras de polen. Ambas se han extraído del sector más occidental, tras el frontal de la cámara, en plena zona de construcción del túmulo y, por tanto, en tierra original del mismo.

Las fosas de los ortostatos también fueron excavadas y el material documentado en las mismas aparece siglado como NIVEL III pues su situación en el contexto del monumento nos permite certificar su situación clara de depósito inicial (Figura 16).

Arte Megalítico

El dolmen de Maimón II posee además de las mencionadas características arquitectónicas y ergológicas, el interés de presentar grabados en muchas de las losas de la cámara. Aquí hacemos una primera descripción de los mismos, pero la elaboración de los datos nos llevará aún un tiempo.

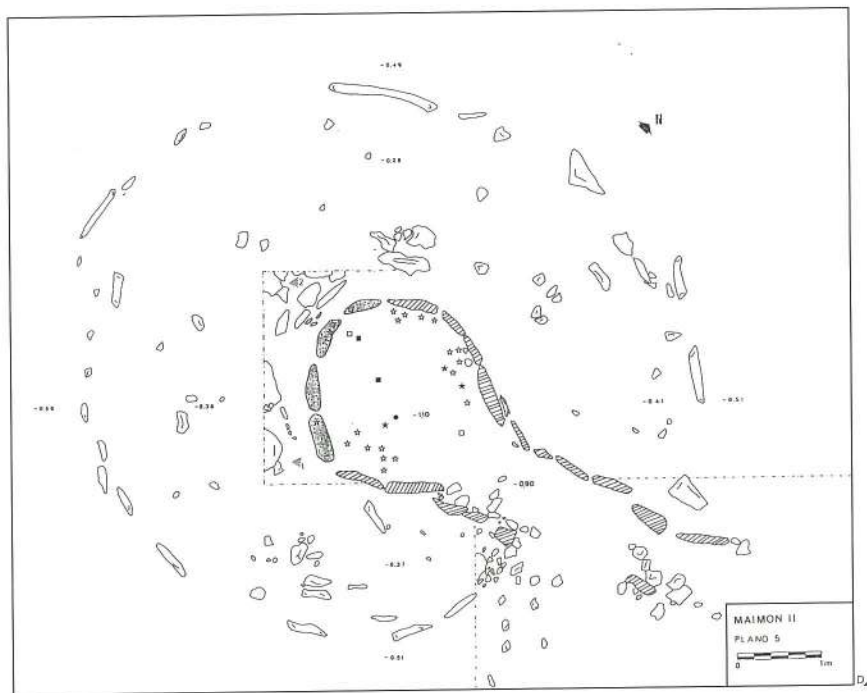


FIGURA 15 - Maimón II. Plano 5, con delimitación de fosas y sus hallazgos en la zona Norte de la Cámara y situación de los hallazgos en el nivel de base de la misma.

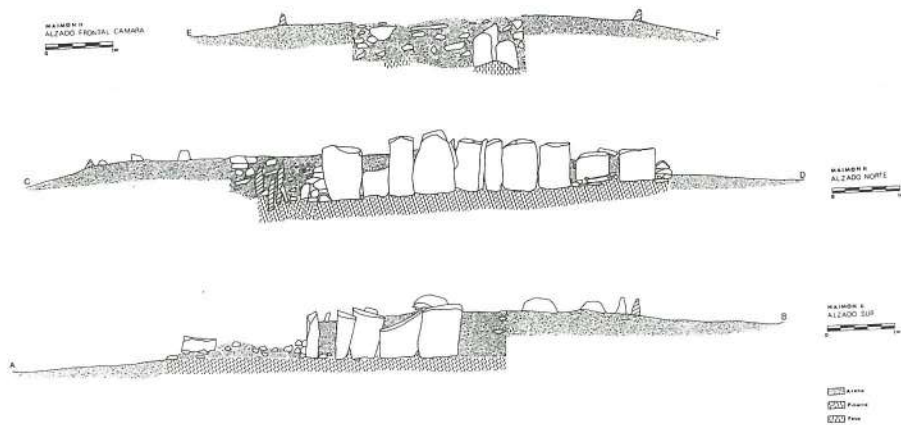


FIGURA 16 - Alzados norte y sur del monumento, además de corte Norte de la Cámara.

Para describirlos utilizaremos una referencia numérica que tiene en cuenta el cómputo de los ortostatos desde la entrada del monumento hacia la salida, en el sentido de las agujas del reloj (Figura 17). Por tanto, la primera losa a la izquierda de la cámara es el ortostato 5.



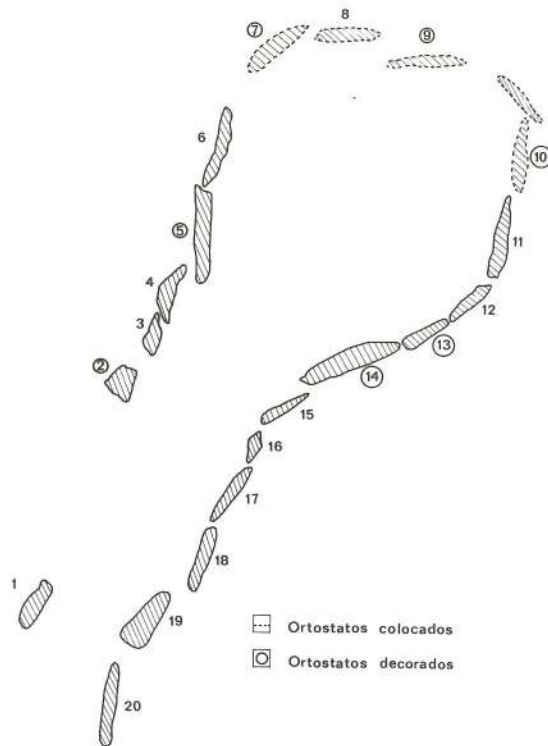


FIGURA 17 - Esquema de la planta de Maimón II con situación de ortostatos grabados y resituados en la restauración.

- **Ortostato 5** - Pieza de pizarra de forma aproximadamente rectangular, aunque rota en su parte superior, en forma oblicua. Es de suponer que en su situación original tendría mayor altura. Mide 65cm x 63cm x 9cm.

Presenta un grabado piqueteado de sección ancha en el lateral izquierdo configurado por una línea horizontal de la que parte cuatro trazos verticales y paralelos entre sí. Lo interpretamos como una animal esquemático. Quizá ciervo (Figura 18).

- **Ortostato 6** - Pieza de pizarra rectangular, muy deteriorada en la zona superior. Mide 75cm x 63cm x 10 cm.

Posee un motivo piqueteado de trazo ancho en su zona media derecha formando una línea curva.

- **Ortostato 9** - Pieza de pizarra bastante completa localizada caída al interior de la cámara lo que evidentemente preservó su integridad. Mide 1,34m x 0,66m x 0,15m. Sus dimensiones y su situación nos permiten interpretarla como el ortostato de cabecera.

Presenta grabados piqueteados en toda su superficie, a excepción de los últimos 25cm que quedan sin nada y que interpretamos como la zona que estaba clavada en la fosa. Ello nos permite reconstruir la altura máxima del monumento, en torno a algo más del metro (Figura 19).



FIGURA 18 - Grabados del ortostato 5 de la cámara. Maimón II.

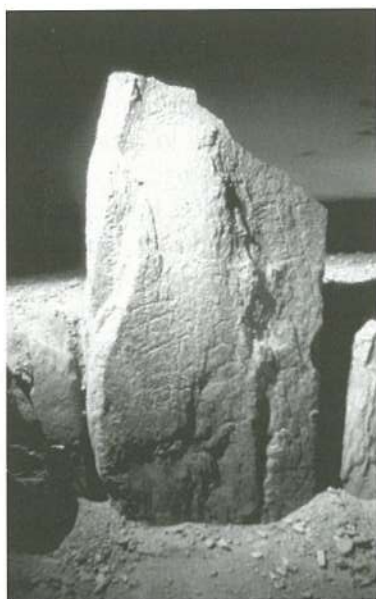


FIGURA 19 - Grabados del ortostato 9, frontal de la cámara. Maimón II.

Todos los temas se han trazado mediante una técnica de piqueteado disperso y entre ellos destaca la presencia de varios ramiformes. Es decir, en la losa de cabecera parecen concentrarse las representaciones humanas, al igual que tenemos documentado en otros megalitos peninsulares.

- Ortostato 10 - Pieza alargada de pizarra, con la zona superior rota, localizada al interior durante la excavación. Mide 1,10m x 0,51m x 0,10m.

En su sector inferior presenta grabados piqueteados de trazo grueso que forman un motivo oblongo en la zona izquierda y, probablemente otro muy similar en la derecha.

- Ortostato 13 - Pieza rectangular de pizarra. Mide 90cm x 43cm x 7cm.

Presenta en su zona media derecha un motivo piqueteado de trazo grueso de forma rectangular, dividido internamente por una línea vertical.



– Ortostato 14 - Pieza rectangular con ligera inflexión en la zona media. Mide 0,95m x 0,76m x 0,09m.

Presenta en su zona media piquetado de trazo grueso que forma motivos lineares y circulares.

La losa de cubierta que documentamos al principio de la excavación entre la cámara y el corredor, está completamente grabada en sus dos caras. Por un lado, cazoletas y por el otro, temas oblongos, al estilo de los documentados en la cámara.

En la reconstrucción ha quedado en su lugar original, de modo que pueden apreciarse los grabados.

Los materiales

Las siglas se han establecido siguiendo el mismo criterio que para las de Maimón I: cerámica, material lítico (silex, pizarra, cuarzo), ídolos y adornos.

Como se hace constar en la descripción de los trabajos de excavación, diferenciamos un nivel de SUPERFICIE GENERAL. La mayoría de lo recogido son adobes, restos de hierro y fragmentos de pared de cerámica moderna.

Los materiales recogidos en el cuadrante TUMULO Norte, se siglan como Superficie Norte. El motivo es que los adobes recogidos en Superficie General proceden de esta zona, pues allí debió realizarse una construcción que provocó el destrozo del túmulo en ese sector y la desaparición de dos ortostatos de ese lateral del corredor. Esta destrucción explicaría la falta de materiales del corredor y el microlito que localizamos en ese sector, lo interpretamos como procedente del destrozo del corredor.

Como decíamos, hay gran cantidad de adobes y además contabilizamos 94 fragmentos de pared a torno, dos fragmentos de pared a mano, un microlito y una pieza tallada en pizarra. Se siglan ochos formas cerámicas y las mencionada piezas líticas como Túmulo Superficie.

En el Corredor los hallazgos son muy escasos y se limitan a dos fragmentos de pared a mano, que no se siglan. Es interesante señalar que se situaban a -0,95m del P.O. y, por tanto, marcan bien la rampa respecto a la mayoría de los materiales localizados en la Cámara en los restos del Nivel de ocupación, equivalente a nuestros Niveles II y III, entre -1m y la base del terreno

A partir de -0,80m del P.O. en la Cámara comenzó a detectarse algún material antiguo, por lo que diferenciamos un NIVEL I. Pese a ello, el revuelto era manifiesto pues continúan saliendo adobes, restos de hierro y loza moderna.

Contabilizamos 17 fragmentos de pared a torno y siglamos una pared a mano con acanaladuras y una piedra de fusil en silex.

Entre -1m y -1,10m comenzaba a dibujarse la base del monumento, sobre la cual constatamos materiales cerámicos y líticos que se siglan como NIVEL II.

Siglamos un cuenco completo localizado a los pies del ortostato 5 y contabilizamos tres pequeñísimos fragmentos de pared a mano. En pizarra siglamos 52 piezas,

una de las cuales – la hoja siglada con el n.º 49 – se encontraba al interior del cuenco mencionado. En cuarzo, siglamos tres piezas.

Como Nivel III, siglamos los materiales localizados tras el levantamiento del ortostato que se encontraba al interior de la cámara. Un fragmento de hierro reciente nos permitió saber que dicho ortostato debió caer en una intrusión moderna en el enterramiento. No obstante, el resto de los materiales localizados son bastante coherentes, todos ellos antiguos.

Contabilizamos tres fragmentos de pared a mano, uno de ellos perteneciente a una vasija grande, probablemente de almacenamiento, tratada a la almagra. No siglamos ninguna forma.

El material lítico está compuesto por un microlito en silex 174 piezas de pizarra, la mayor parte de ellas puntas de flecha de muy buena calidad y 7 piezas de cuarzo.

Al igual que en el dolmen de Maimón I, los materiales documentados en las fosas de implantación de los ortostatos del frente de la cámara, se siglan como NIVEL IV, entendiendo que nos están señalando el momento más antiguo de ocupación del monumento.

Documentamos un fragmento de pared con inflexión, quizá una cazuela de carena baja y 62 piezas líticas de pizarra, la mayor parte de ellas puntas de flecha, de apariencia muy similar a las de los Niveles II y III.

A la luz de los descritos, queda claro que el corredor fué absolutamente expoliado, muy posiblemente a raíz de la realización de la construcción localizada en el sector Norte del Túmulo y, que la Cámara, en parte muy posiblemente por estos mismos trabajos y, en parte, por su utilización como refugio de cazadores, estaba muy revuelta. No obstante, los materiales siglados como Nivel II son evidentemente resto del nivel original de los depósitos y en el caso del cuenco, no cabe ninguna duda de que se encontraba "in situ".

Las piezas localizadas bajo el ortostato caído de la cámara, quedaron así desde la primera remoción del monumento y, en ese sentido, son también indicativas del nivel más antiguo de la misma. Las documentadas en las fosas de implantación se corresponderían con un momento de construcción del monumento o de fundación del mismo y, por tanto, suponemos que contemporáneo o muy próximo a la realización de los depósitos iniciales.

Destaca, una vez más, la utilización masiva de la pizarra como materia prima para la realización de diversas piezas, especialmente puntas de flecha y hojas de alabarda. Entre las piezas en pizarra destaca por su interés diagnóstico la presencia de un Palet-Disque situado en el centro de la Cámara, en el NIVEL II que sitúa bien el depósito entre Neolítico Final y Calcolítico, coincidiendo con lo que puede decirse para el resto de los materiales.

Trabajos de consolidación y restauración

Siguiendo con nuestro trabajo, el paso posterior a la documentación arqueológica consistía en realizar la necesaria consolidación para dejar visitable el monumento.



Dichos trabajos se realizaron en colaboración con Pedro Machacón, aparejador del Ayuntamiento de Alcántara y los operarios Juan Tobías Salgado, Felipe Galán Muñoz y José M.^a Díaz.

El criterio que seguimos fue el de respetar estrictamente lo documentado en la excavación y, por tanto, únicamente se consolidó la generalidad de la estructura, se recreó el nivel en la cámara para desaguar y se reubicaron los ortostatos caídos.

Así, el que ocupa el lugar número 7 es el documentado en nuestro PLANO 4 como caído en ese sector de la cámara y con la fosa correspondiente. El ortostato número 8 es el único localizado fuera de la excavación, pero sus dimensiones se corresponden con la fosa documentada en esa zona frontal de la cámara.

El ortostato de mayor tamaño que aparece en PLANO 4 y PLANO 5, fue extraído para poder excavar bajo él y posteriormente fue remontado en esa zona de la cámara, como ortostato 9.

El 10 estaba caído como aparece en PLANO 4 y 5 y fue levantado.

La base de la cámara se compactó con mortero de 5/1, el mismo utilizado en la consolidación de los mencionados ortostatos y se recreó con una capa de lanchas de pizarra y otra de tierra con un doble fin: el ya mencionado de compactar y el de aumentar el nivel del suelo de la cámara para conducir las aguas hacia el corredor. Sólo de este modo pueden tener una salida. La rampa original iba en sentido contrario: más nivel en el suelo del corredor que en el de la cámara, pero las condiciones actuales no son las originales, puesto que no existe ya el túmulo completo, ni la techumbre completa.

Como nuestro principal objetivo es la conservación del monumento, nos ha parecido lo más correcto propiciar el desagüe de éste, al igual que se ha hecho en otras restauraciones recientes: las de la Lora Burgalesa, las bretonas. Experiencias en sentido contrario, como la realizada en el dolmen de Soto (Huelva) en el que el arquitecto decidió mantener la rampa original y en las primeras lluvias se inundó por completo y la cámara quedó muy afectada, nos sirven para no caer en este error.

El desagüe se terminó de realizar con un tubo de polivinilo desde la cámara hasta el último tramo del corredor que conduce las aguas fuera del monumento.

En el corredor, levantamos los dos ortostatos que faltan en el sector Norte para impedir que con el tiempo quedara cubierto por tierra y recreemos el nivel del mismo con tierra.

El túmulo también fué recreado con una mezcla de grava y tierra de la extraída del monumento compactada con una masa de bajo porcentaje para evitar que la erosión la hiciera desaparecer.

Juan Ron I

Situación: Término de Alcántara. Hoja 676 del mapa 1: 50.000.

Coordenadas: 39° 39'N./3 12'30"O.

Se accede a él por la carretera Alcántara-Membrío, por un carril que hacia el kilómetro 4 se abre a la izquierda de la misma, y que hay que seguir unos 300m para llegar al monumento, desde cuyo emplazamiento se pueden ver Maimón I y II.



La cámara consta de 6 ortostatos, dos de ellos vencidos hacia el interior. La altura máxima en su estado actual era de 1,26m, manteniendo dos de ellos una posición inclinada que hacía impracticable la excavación en la cámara, por lo que nos vimos obligados a levantarlos y situarlos algo más atrás. Del corredor, orientado al este, sólo se observaba en superficie su zona norte (BUENO RAMIREZ, P. 1987, 1994; MONTANO, C. 1987), formada por tres ortostatos, y uno, contiguo a la cámara, de la zona sur. Todo él está realizado en pizarra, y el túmulo está arrasado prácticamente en su totalidad por el arado de la finca hasta época reciente.

La limpieza y planteamiento de la cuadrícula comenzó en la segunda quincena de Julio de 1997. Procedimos a la realización de un corte de 9m x 5m orientado al Este. Posteriormente ampliamos la cuadrícula en dirección Este para comprobar la presencia de materiales en el atrio, quedando el corte en 11,5m x 5m. El P.O se colocó en el ortostato más alto de la cámara, el primero a la izquierda entrando desde el corredor

Eliminamos gran cantidad de piedras acumuladas sobre los ortostatos para su utilización como aguardo de caza y realizamos el primer dibujo en planta. Este Plano 1 (Figura 20) nos permitió tomar las primeras profundidades y observar la existencia de dos piezas de pizarra suelta. Una de ellas en la cámara (S-1) que procedimos a retirar para poder trabajar en el interior. Mide 40cm x 55 cm pudiendo corresponder a parte de algún ortostato o a alguno de los contrafuertes de la cámara, pues el túmulo está absolutamente desmontado. La otra (S-2) localizada al exterior de la cámara es de menor tamaño.

Del mismo modo comprobamos la existencia sobre el comienzo del corredor de una gran acumulación de piedras de mediano tamaño que posiblemente proceden del túmulo, entre -0,80m y -0,90m de profundidad. Una de ellas (C-1) mide 55cm x 50cm.

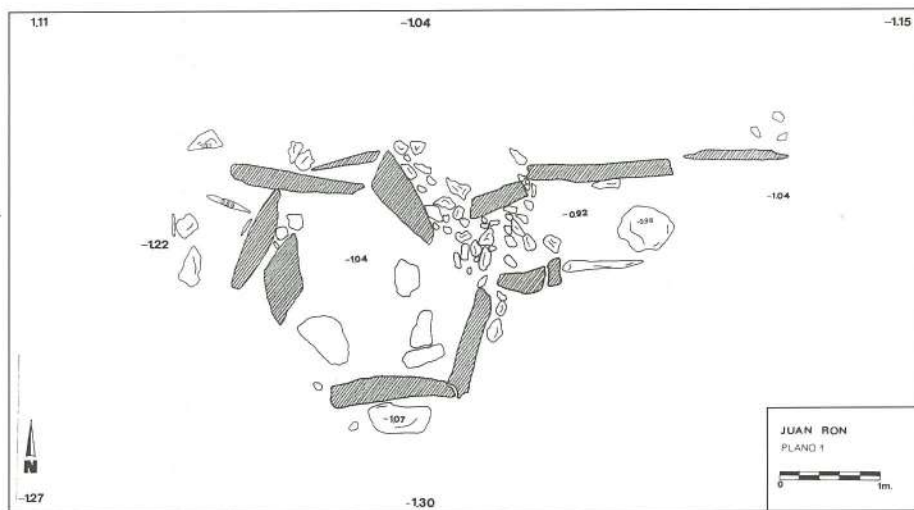


FIGURA 20 - Juan Rón I. Plano 1.



Ya con esta limpieza inicial del monumento, tanto en cámara como en corredor, comenzó la aparición de material, en su mayor parte en pizarra y situado en las proximidades de la cámara y lo interpretamos como un vertido producido por un agujero clandestino en la cámara.

Siguiendo la metodología ya indicada para el resto de los monumentos, rebajamos niveles artificiales de 5cm tanto en cámara como en corredor, en este último tras retirar el amontonamiento de piedras indicado. En la cámara, la tierra, de coloración algo más oscura, estaba muy suelta, y el material no era muy abundante, acompañado de cartuchos de caza que confirmaban el revuelto de estos niveles iniciales, muy alterados.

En el corredor continuaba la acumulación de piedras en toda su extensión, sin indicio alguno de colocación intencionada. Quedan recogidas en el Plano 2 (Figura 21), destacando de manera especial dos lajas, una de ellas (C-2) procedente de la zona de contacto de cámara y corredor que estaba ladeada junto a uno de los primeros ortostatos del corredor. Presenta cuatro cazoletas en una de sus caras, pudiendo pertenecer a la tapa de este tramo. La segunda apareció en el tramo medio del corredor (C-3), y mide 1,10m x 0,50m.

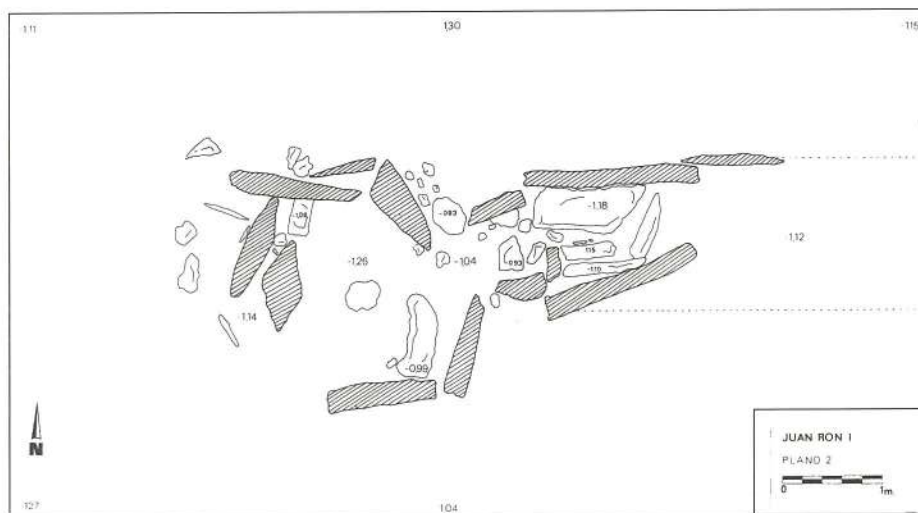


FIGURA 21 - Juan Rón I. Plano 2, con situación piedras caídas de la cubierta del corredor.

En la limpieza del túmulo se confirmó su estado de arrasamiento y la presencia exclusivamente de algunas lajas de pizarra planas pegadas a los ortostatos, el resto es tierra y a diferencia de los otros no hay nada de cuarzo.

Puesto que tras rebajar unos 20cm seguíamos sin conocer la zona sur del corredor, en la que se veía un único ortostato frente a los tres de su lado paralelo, marcamos un corte interno de 4 x 1,50m, en la mencionada dirección. La profundización en esta zona nos permitió localizar el resto del corredor formado por dos piedras más, una de ellas, la central, de mayor tamaño, tumbada. En la zona central apa-

La mayor concentración de pulimentados se da en las proximidades del ortostato decorado del corredor, situado en el lateral norte del mismo.

El tramo más próximo a la cámara está compuesto por dos losas verticalmente situadas, de medidas muy similares y con idéntico corte. En el lateral sur, a dicha losa recortada le acompaña otra situada de canto y en el lateral sur, esta pieza de canto no existe, pero se ha situado una pieza alargada y más corta en el suelo, delimitando claramente una zona en el monumento. Esta delimitación espacial tiene más sentido de considerar que unicamente en este lugar del monumento se han localizado restos atribuibles sin duda al horizonte campaniforme.

Nos referimos al vaso, cuenco con umbo y laminita metálica que aparecen recogidos en PLANO 5 (Figura 24). Interpretamos esta delimitación como un uso específico del monumento, probablemente un enterramiento individual.

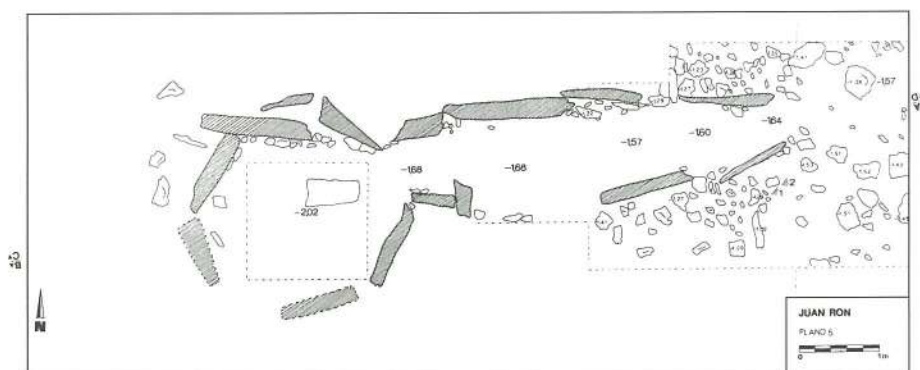


FIGURA 24 - Juan Rón I. Plano 5.

El nivel general del corredor es bastante rico en hallazgos y pueden interpretarse en relación con él los restos cerámicos documentados en el atrio, quizás ofrendas situadas en la entrada del monumento.

Los hallazgos en la cámara son menos, pues obviamente ha sido agujereada hasta el fondo y las piezas están dispersas, no "in situ" como muchas de las que documentamos en el corredor. Se sitúan a una profundidad inferior, en relación con la rampa de entrada al monumento que proporciona un desnivel al suelo utilizado.

Localizamos en la cámara una pieza caída que interpretamos como parte de la cubierta de la misma. Posiblemente cayó cuando se realizó el gran agujero que ha revuelto el depósito por completo. Aún así localizamos muchos restos líticos en cuarzo, pizarra y en menor cantidad, en sílex, además de fragmentos de ídolos-placa. De la zona central de la cámara hemos recogido muestras de carbón a -1,60m del P.O.

Una vez limpio y recogido el nivel que describimos en el corredor, levantamos la piedra del tramo inicial en contacto con la cámara y continuamos excavando. Siguen apareciendo materiales en los mismos lugares: más pulimentados junto al

ortostato de las cazoletas, cuentas de collar, cerámica, etc., es decir, material idéntico al descrito en el nivel anterior.

En la cámara continúa el revuelto indicado y los hallazgos son escasos.

Tras este nivel, aparece tanto en la cámara como en el corredor una arcilla muy compacta, propia del terreno, que interpretamos como el suelo del monumento. Las profundidades de este nivel, indican muy claramente la rampa desde la entrada del monumento hasta la cámara. Desde 1,50m a la entrada hasta 1,70m en la cámara. En este último nivel, sólo la cámara depara algunos hallazgos, entre ellos una placa decorada de gran tamaño con cabeza destacada.

Creemos que este nivel de base es un nivel continuo que indica la ocupación más antigua del monumento. El depósito campaniforme debió pertenecer a un enterramiento individual delimitado espacialmente. Posiblemente son ocupaciones sucesivas, pero nos parece destacable el hecho del "arreglo" estructural realizado por las gentes que usan el campaniforme (Figura 25).

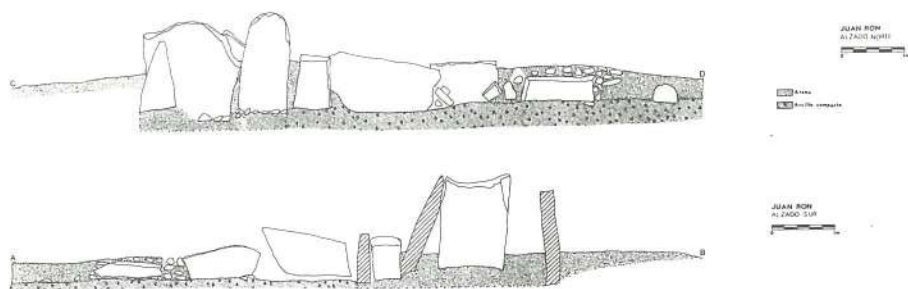


FIGURA 25 - Alzados del dolmen de Juan Rón.

Arte Megalítico

En el lateral Norte del corredor, documentamos una losa, concretamente la más alargada del tramo central con su zona inferior derecha con cazoletas. Se trata de una pieza de pizarra, como todas las demás del monumento de 1,60m x 0,95m x 0,20m.

Estas se disponen de un modo peculiar, en la zona inferior derecha, en filas compactas de manera que semejan un tablero de juego. Están ordenadas en tres filas de cuatro cazoletas cada una.

Un interés añadido y fuera de lo común es que estas cazoletas estaban literalmente tapadas por el depósito del corredor, con lo que se certifica su factura megalítica sin ninguna duda.

Otras cazoletas aparecen dispersas por el resto de la pieza.

En la zona izquierda destaca la existencia de grabados en una técnica más fina, conectando con la variedad de técnicas que estamos documentando últimamente en muchos megalitos hispanos (BUENO RAMIREZ, P. - DE BALBIN BEHRMANN, R. 1997). Entre los temas así desarrollados, nos parece identificar un báculo, pero no



queremos pronunciarnos hasta estudiar detenidamente los diseños, estudio que debido a su sistemática nos llevará algún tiempo (Figura 26).



FIGURA 26 - Ortostato decorado del lateral Norte del Corredor.

Parte de las losas que formaban la cubierta del corredor tenían cazoletas, como en su día documentaron los Leisner (1959) en algunos megalitos alentejanos y como hemos documentado en Maimón II.

Los materiales

Lo recogido en una primera limpieza, se sigla como SUPERFICIE GENERAL y, posteriormente, dividimos entre lo recogido en Cámara y Corredor, como SUPERFICIE CÁMARA Y SUPERFICIE CORREDOR.

En SUPERFICIE GENERAL contabilizamos 34 fragmentos de pared a torno y siglamos 4 formas.

Como material lítico, documentamos piezas en pizarra, una placa de arenisca y una punta de cuarzo.

La diferencia entre el agujero realizado en la cámara y lo intacto del corredor, provoca inevitablemente una diferencia entre los niveles que es posible establecer en uno y en otra.

En la Cámara, los primeros materiales “in situ” aparecen pegados a los ortostatos en torno a -1,35m por lo que lo documentado anteriormente se sigla como SUPERFICIE CÁMARA.

Bajo este epígrafe contabilizamos tres fragmentos de cerámica a mano y 35 de pared a torno, siglando cuatro formas a torno. En material lítico documentamos 5 elementos en cuarzo y de los números 6 al 33 en pizarra. Destaca en el conjunto un ídolo placa de pizarra de mala factura, siglado con el número 34.

A partir de -1,35m diferenciamos un primer nivel que tiene más sentido en su zona Norte, ya que ésta estaba más intacta que en su zona Sur. Este primer nivel, teniendo en cuenta la rampa del suelo podría equivaler al Nivel I que establecemos en el corredor y, por tanto, formar parte de la misma ocupación.

En cerámica siglamos dos cuencos completos a mano (Figura 27), localizados junto a los ortostatos de la zona Norte y dos bordes. Hay además ocho fragmentos de pared a mano y tres a torno.

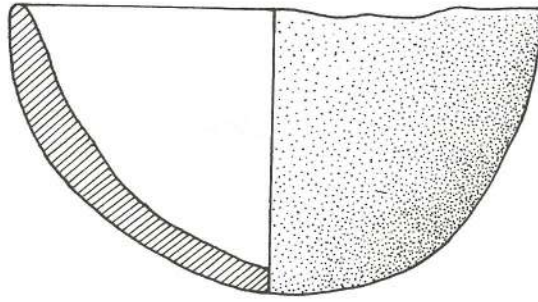


FIGURA 27 - Cuenco completo del nivel I de la Cámara de Juan Rón.

El material lítico proporcionó una pequeña hoja de sílex y 193 piezas de pizarra, dos de las cuales (7 y 8) estaban al interior del cuenco n.º 1. Aparecen colgantes de diversas formas y materias primas: un colgante triangular en esquisto, una cuenta en oliva probablemente de azabache y una cuenta discoidal también de esquisto (Figura 28).

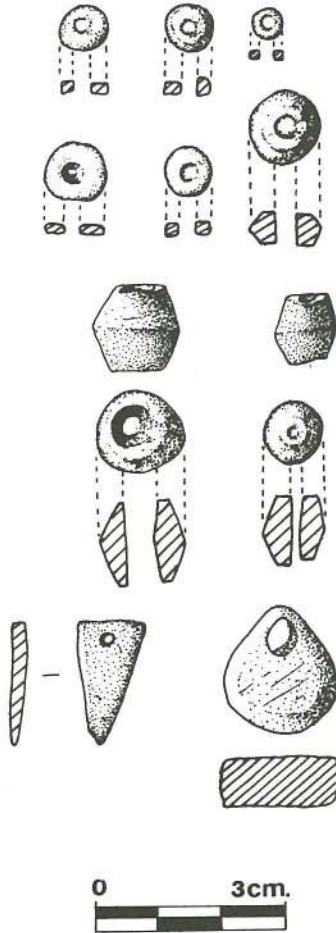


FIGURA 28 - Colgantes y cuentas de collar de la cámara de Juan Rón.



La dificultad de la excavación en la proximidad de los ortostatos por la situación peligrosa de éstos, nos obligó a delimitar una cuadrícula en la zona central de la cámara, a -1,65m del P.O., por lo que a partir de este momento diferenciamos un nivel II que podría corresponderse con la base del nivel del Corredor (Figura 29).

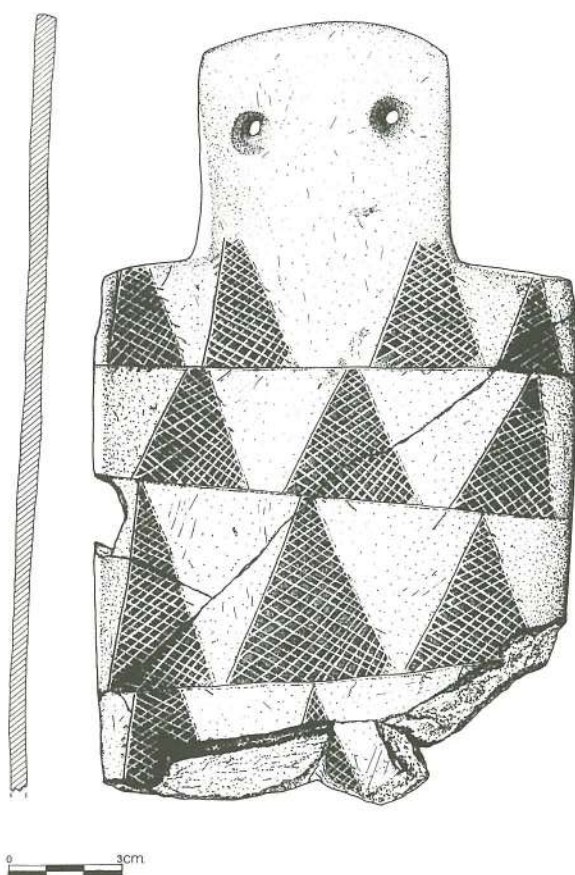


FIGURA 29 - Ídolo-placa del nivel II de la cámara de Juan Rón.

Lo cierto es que la situación arqueológica de la Cámara no nos permite establecer auténticos niveles, pero los pequeños datos señalados posibilitan cuando menos hacer equivaler algunos de los materiales de la Cámara con los ricos materiales del Corredor.

Como insistimos, el Corredor tiene un depósito prácticamente intacto, sobre todo a partir de -1,40m en que documentamos parte de sus cubiertas hundidas.

Por tanto, establecemos un nivel de SUPERFICIE, anterior a -1,40m, en el que contabilizamos 22 fragmentos de pared a mano, muchos de ellos con superficies tratadas a la almagra y siglamos dos bordes de cuencos pequeños.

En pizarra, siglamos 25 piezas y una en cuarzo.

Entendemos el depósito del Corredor como un único depósito en el que el campaniforme se ha destacado especialmente con una pequeña estructura de separación del resto que, probablemente, indica su carácter de enterramiento individual. De lo que no nos cabe duda es de que las pequeñas diferencias respecto al P.O. de la situación de los materiales responde más a acumulaciones intencionales, a modo de depósitos que estrictamente a Niveles arqueológicos en el sentido de indicar diferencias temporales.

De ahí que en nuestras siglas hayamos diferenciado la situación espacial de los hallazgos y su relación respecto al P.O., más próxima al depósito campaniforme o más próxima a la base del monumento.

Establecemos tres tramos: el de entrada a la cámara, el central y el tramo final del corredor y en cada uno de ellos realizamos la sigla de los materiales por el orden normal: cerámica, lítico, ídolos, adornos y metal, haciendo dos grupos con las siglas, como decíamos arriba: el asociado al campaniforme, que se refleja en PLANO 3 y el directamente asentado sobre el suelo del corredor, que se refleja en PLANO 4.

Corredor Tramo Entrada:

Contabilizamos 27 fragmentos de pared a mano, entre los que están muchos pertenecientes al cuenco con umbo, n.º 2, que no podemos unir al mismo.

De -1,56m -1,58m del P.O., siglamos tres formas cerámicas: vaso campaniforme, cuenco con umbo (Figura 30) y borde de plato. En pizarra de los números 4 al 82 y, en cuarzo, el n.º 83. A continuación hay que situar la laminita metálica, actualmente en estudio por el Dr. S. Rovira.

De -1,59m a -1,67m del P.O., siglamos dos piezas de sílex (84-85), de la 86 a la 151 piezas en pizarra y como 152 una cuenta de collar en piedra verde.

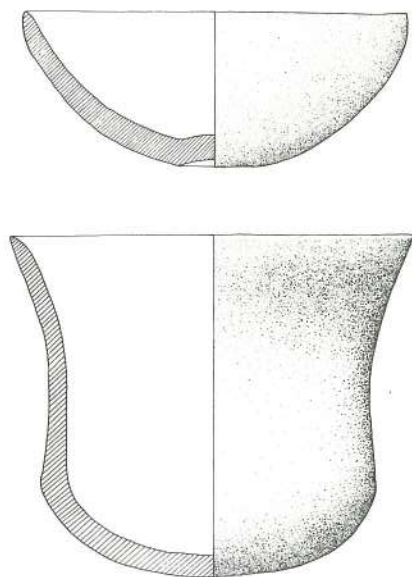


FIGURA 30 - Vasos campaniformes lisos del tramo de entrada del Corredor de Juan Rón.



Corredor Tramo Central

De -1,56m -1,58m del P.O., se siglamos dos formas cerámicas, una pieza de sílex (3), una de cuarzo (4) y de la 5 a la 17 de pizarra. Los pulimentados se siglan de la 18 a la 21. Una cuenta de collar, tiene el n.º 22 y un colgante, el n.º 23.

De -1,59m -1,67m del P.O. se siglan tres fragmentos de cuenco. En pizarra de la 27 a la 73; en cuarzo de la 74 a la 75. Pulimentados de la 76 a la 81 (Figura 31), un machacador (82) y dos cuentas de collar (83-84).

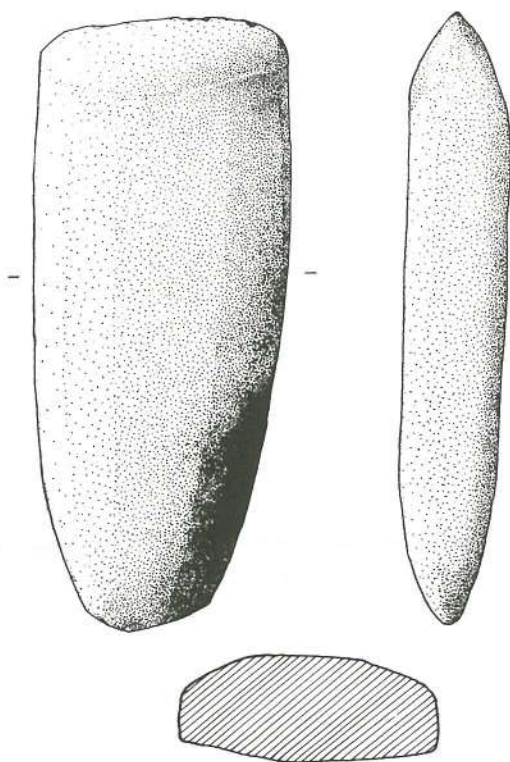


FIGURA 31 - Hacha del tramo central del corredor de Juan Rón.

Corredor Tramo Final

De -1,44m -1,57m del P.O., se siglan un borde de cerámica (1), 23 piezas de pizarra (2-25) y una cuenta de collar (26).

De -1,58m -1,70m del P.O., una pieza en sílex (27), de la 28 a la 41 en pizarra, un pulimentado (42) y una cuenta de collar (43).

Nuestra excavación permitió documentar parte del Atrio o espacio abierto anterior al comienzo del corredor en el que contabilizamos 29 fragmentos de pared a mano, sin ninguna forma siglada, 5 piezas de pizarra y dos fragmentos de ídolo (Figura 32). Estos materiales pueden entenderse como la huella de los rituales que se desarrollasen al exterior del monumento y que han sido documentados en otros contextos funerarios del occidente peninsular (BUENO RAMIREZ, P. 1988).

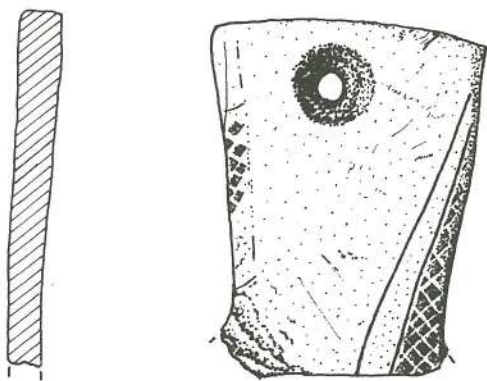


FIGURA 31 - Fragmento de ídolo del Atrio de Juan Rón.

Trabajos de consolidación y restauración

Como en los dos monumentos de Maimón, una vez terminada la información arqueológica, se procedió a la restauración y consolidación del monumento.

En estos trabajos participaron los mencionados Juan Tobías, Felipe Galán y José M.^a Díaz, además de Adolfo Lumbreras y Rafael Agundez.

En este caso, se trataba de un monumento de mayor envergadura que los anteriores. Los ortostatos son de pizarra y de gran tamaño, sobre todo en la cámara, lo que dificultaba enormemente la tarea, pues están en muy mal estado de conservación y en su mayor parte con líneas de fractura evidentes. Este era el caso sobre todo para los que componen la zona sur de la cámara, incluido el ortostato de cabecera.

Teniendo en cuenta su situación y el hecho de que habíamos de realizar la intervención con una notable escasez de medios: no disponíamos de grúas o de restauradores especializados de piedra, optamos por no mover estas piezas, pese a que la situación que ahora ostentan no es la mejor de las posibles.

En el corredor, en su lateral sur, recolocamos a su verticalidad las piezas del tramo inicial, levantamos la que localizamos caída en nuestra excavación, y volvimos a la verticalidad, la de la entrada. En el tramo norte, sólo recolocamos verticalmente las de la entrada, pues se encontraban en mejor estado de conservación.

El corredor es disimétrico, tanto en la cantidad y colocación de los ortostatos, como en el modo en que estos se insertan en el terreno. Están más profundos los de la zona Sur que los de la zona norte.

El atrio quedó marcado con dos piezas que indican su abertura, como las localizadas en la excavación y pudimos incorporar la cubierta del primer tramo del corredor.

En la cámara rellenamos de piedras y tierra el corte realizado y la parte superior del mismo para compactar las piezas de gran tamaño que componen la estructura. La parte superior quedó vista de tierra.

En el corredor, para conseguir una rampa que propicie el desagüe, rellenamos menos que en la cámara, colocando una primera capa de mortero al 5/1 para compactar.



Posteriormente introdujimos una pequeña capa de tierra, colocando la pieza que delimitaba la célula campaniforme sobre este relleno. De este modo podemos explicar en cartelería esta interesante delimitación espacial.

El túmulo había desaparecido por completo debido a las labores agrícolas y para reconstruirlo espacialmente teníamos el problema de no poder contar con la información arqueológica necesaria que nos permitiera conocer su composición, forma y diámetro. Por otra parte, el dueño del terreno puso muchos problemas a nuestra actuación, por lo que sólo nos remitimos a recrear suavemente el terreno en las proximidades del monumento, en torno a 50cm del mismo.

Arquitecturas Megalíticas en el Tajo Extremeño

El río Tajo entra en la Extremadura española por la zona sur del término de Alcántara, afectando su recorrido en parte a los términos de Herrera de Alcántara, Cedillo y Santiago de Alcántara y penetrando hacia el interior por término de Garrovillas. Su nacimiento en el Sistema Ibérico central dibuja un recorrido desde el Noroeste de Guadalajara hacia la zona ya descrita, constituyendo, pues, una importante vía de comunicación a tener en cuenta entre la Meseta y el Atlántico.

Todo este recorrido está jalonado por monumentos megalíticos. En Guadalajara, el Portillo de las Cortes (BUENO RAMIREZ, P. et alii, 1994, 1995); en Toledo, los dólmenes de Azután, la Estrella y Navalcán (BUENO RAMIREZ, P. 1990, 1991; BUENO RAMIREZ, P.-BALBINBEHRMANN, R. de 1996 y e.p.; BALBIN, R. de-BUENO, P.-VILLA, R. 1989); en Cáceres, todos los documentados en la zona de la Vera (BUENO RAMIREZ, P. 1987) y acercándonos la zona que no interesa todos los de los términos mencionados arriba (BUENO RAMIREZ, P. 1994).

Naturalmente, el Tajo posee también un recorrido portugués hasta su desembocadura en la Península de Lisboa. Quizá uno de los conjuntos dolménicos más ricos de la zona de la que hablamos es el de Castelo Branco, en la Beira Baja (LEISNER, G. y V. 1959; 279) desgraciadamente muy poco conocido, aunque sabemos que se han clasificado más de 100 monumentos (BATISTA, J. 1983; LEITÃO, M. 1979).

El término de Alcántara se encuadra geológicamente en un sector del río Tajo caracterizado por un sustrato mayoritariamente pizarroso, el cual posee unas determinadas implicaciones respecto a la calidad de los suelos y, desde luego, respecto a la materia prima utilizable. En ese sentido, nuestra propuesta de ambientación cultural para los dólmenes de Alcántara incidirá en los megalitos documentados en zonas geológicamente afines con el fin de observar si puede delimitarse algún tipo de adecuación arquitectónica a la calidad, altitud y usos posibles de estos terrenos.

En la Extremadura española, este territorio abarca los términos de Brozas, Herrera y Santiago de Alcántara, parte del de Valencia de Alcántara, Cedillo, Garrovillas y Cáceres. En todo este sector tenemos importantes manchas de esquistos, a veces alternando con granito y, en otras ocasiones, sin él.

Un trabajo reciente (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 55-74) realizado por uno de nosotros recoge los datos de los sepulcros documentados en zonas con éste sustrato

geológico en los términos de Valencia de Alcántara, Alcántara, Brozas, Garrovillas, Cáceres y Santiago de Alcántara. El término de Cedillo ha sido también recientemente publicado (OLIVEIRA, J. 1994).

Lo que hasta hoy conocemos conduce a afirmar un cierto predominio de necrópolis relativamente amplias con monumentos normalmente de pequeño tamaño realizados en pizarra. Ello no obsta a que algunos de estos monumentos compartan territorio con arquitecturas de mayor tamaño – caso equiparable al de Juan Rón I –, también en pizarra.

Como decíamos arriba, en ocasiones sepulcros de pizarra se han realizado muy próximos a sepulcros de granito. Quizá el ejemplo más evidente en la zona seleccionada es el de Valencia de Alcántara (BUENO RAMIREZ, P. 1988).

La incidencia de la materia prima en la forma y tamaño de las sepulturas ha constituido un tema recurrente en los análisis de las arquitecturas del Suroeste pues ya los Leisner (1951) señalaron la marcada preferencia de los “tholoi” por la pizarra y del granito para las cámaras con corredor. Más tarde (LEISNER, G. y V. 1955) reparan también en el hecho de que la pizarra es utilizada en monumentos pequeños que proponen entender como una expansión tardía del megalitismo alentejano a tierras más pobres y, por tanto, menos favorables. No obstante, también plantean la situación antigua de algunas de estas formas pequeñas como origen del megalitismo alentejano.

Esta versión de que las formas pequeñas constituían el inicio de una secuencia evolutiva según la cual las arquitecturas de mayor tamaño suponían el reflejo de una evolución arquitectónica, ritual y social de modo que el apogeo del megalitismo queda reflejado por la afluencia de cámaras con corredor largo, prevaleció en gran parte de la investigación del megalitismo peninsular hasta fechas muy recientes. Sólo la progresiva acumulación de fechas C14 procedentes de distintas arquitecturas ha contribuido a proponer serias dudas sobre este modelo rigidamente evolucionista (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 90-91). Es posible que existan pequeñas cámaras en fechas antiguas pero lo que no puede afirmarse con los datos de que disponemos en la actualidad es que en todas las regiones, las cámaras de pequeño tamaño sean el origen de las arquitecturas más elaboradas. Es más, los elementos utilizados para la argumentación del origen antiguo de estas pequeñas cámaras son en ocasiones más que dudosos (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 74-87).

La asunción de un polimorfismo mayor al aceptado en fechas antiguas parece hoy una explicación plausible. Sólo nos queda argumentar el porqué de dicho polimorfismo, en el que las arquitecturas pequeñas no suponen igual inversión en fuerza de trabajo que las de mayor tamaño. El trabajo de uno de nosotros sobre el megalitismo extremeño (BUENO RAMIREZ, P. 1987) insistió más en razones de índole social o cultural que en el hecho de la obligación que imprime la materia prima al tipo de arquitectura a realizar. Es decir, para nosotros la pizarra no necesariamente aboca a realizar arquitecturas de pequeño tamaño pues tenemos buenos ejemplos de arquitecturas de mayor tamaño en esta materia prima. Nombraremos de nuevo Juan Rón I o el de Bordalo, en término de Valencia de Alcántara (BUENO RAMIREZ, P. 1988; 31). A ello hay que añadir que también con granito se han ejecutado arquitecturas de



pequeños tamaños como los del Garrote (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 66), en término de Garrovillas.

Para J. de Oliveira, las arquitecturas en pizarra y las arquitecturas en granito están realizadas por gentes distintas que explotan de formas diversas dos tipos de territorio: el de las dehesas con alcornocales propio de los sustratos graníticos, con más posibilidades agrícolas y el de las tierras más pobres de sustrato pizarroso. Incluso ve posible una delimitación de cada una de las zonas realizada mediante la presencia de menhires visibles a uno y otro lado de esa "frontera" (OLIVEIRA, J. 1993).

Establecido, pues, que existen argumentos para afirmar que la materia prima no condiciona el tamaño de los monumentos, habremos de sopesar otros elementos relacionados con la situación de los monumentos en su entorno, con los materiales que albergan. En suma, una comparación con ubicaciones y ajueres de arquitecturas graníticas realizadas en zonas próximas y por tanto, susceptibles de haber mantenido algún tipo de interacción con las que ahora nos ocupan.

Los monumentos excavados en esta campaña en término de Alcántara pueden clasificarse como una cámara con corredor largo de altura máxima no muy superior al metro, otra cámara con corredor largo de gran envergadura y un monumento que también debió ser de envergadura y que se dibuja como una cámara sin corredor o con corredor incipiente. Veremos a continuación sus paralelos más cercanos en la zona de estúdio.

Ya en nuestro trabajo de 1994 (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 86) hacíamos referencia a la existencia en el megalitismo occidental de estructuras con cámara y corredor en torno al metro de altura, cuya existencia había sido escasamente considerada en la investigación. Son sepulcros de pequeño tamaño con alturas comparables a las pequeñas cámaras uniespaciales que sí han dispuesto de un tratamiento específico. Estas cámaras con corredor de poca altura suelen aparecer en necrópolis españolas y portuguesas asociadas a otras arquitecturas de pequeño tamaño, además de a cámaras con corredor de mayor tamaño y a sepulcros de falsa cúpula.

Consideramos su presencia de gran interés, pues repiten formas arquitectónicas más grandes, posiblemente realizadas contemporáneamente. En este sentido, Maimón II es un dato más a sumar a los conocidos, de los cuales recordaremos alguno por su proximidad al núcleo de Alcántara.

El conjunto de Santiago de Alcántara estudiado por nosotros (BUENO RAMIREZ, P. 1994) ofrece algunos datos: la Agapita (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 32), Gorrón Blanco (IDEM, 1994; 32-33), Baldío Morchón (IBIDEM, 1994; 38-39). Todos ellos repiten unas mismas características: cámaras de más de siete ortostatos en torno al metro de altura, corredor largo con piezas de menor tamaño – sobre 0,50m de altura – y túmulo ceñido al monumento y delimitado por piezas de pizarra verticalmente. Desgraciadamente, la información arqueológica de estos monumentos es nula pues no están excavados. No obstante la cámara de Baldío Gitano I, pese a tener los espacios poco diferenciados, podría entenderse como una cámara con corredor desarrollado (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 33-37). Está realizada en pizarra, su altura máxima ronda el metro y tiene cazoletas grabadas en el ortostato frontal de la cámara. El



material localizado en la excavación no es muy diagnóstico, aunque por sus características tipológicas podemos situarlo en torno a Neolítico Final.

Otros materiales procedentes de la misma necrópolis, pero de otro sepulcro – el de Valle Pepino I (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 40-41) –, permitirían precisar la utilización máxima del conjunto sepulcral de Santiago en torno al 3.000 a.C.

En este momento en la localidad de Valência de Alcántara se están realizando cámaras de granito de gran tamaño. Además de la convivencia de formas diversas, queremos destacar la proximidad geográfica que debió permitir el conocimiento de unas arquitecturas y otras por parte de sus autores. El término que comentamos posee una franja de subsuelo pizarroso en la que también se han documentado arquitecturas en pizarra.

La primera de ellas es el dolmen de Terriás, cámara circular en pizarra con más de siete ortostatos. Está sin excavar por lo que el corredor no se observa y conserva bastante bien un túmulo ceñido al monumento y delimitado por piezas de pizarra (BUENO RAMIREZ, P. 1988; 25-27). Los materiales recogidos en superficie: dos palet-disco, una lasca y un fragmento de placa tipo B4 (BUENO RAMIREZ, P. 1992) encajan nítidamente con los que conocemos de Alcántara.

Otra cámara con corredor cuya planta no conocemos en su totalidad es la de Porqueros I. Es de pizarra y tiene nueve ortostatos que apenas alcanzan el metro de altura. Los materiales (BUENO RAMIREZ, P. 1988; 27-28) reiteran la misma adscripción cultural Neolítico Final/Calcolítico. La inmediata cámara de Porqueros II repite tipo arquitectónico. En la misma necrópolis se han documentado otros sepulcros de pequeño tamaño en pizarra, y de uno de ellos procede una cabecita antropomorfa que nos indica una cronología similar a la propuesta: Neolítico Final/Calcolítico (BUENO RAMIREZ, P. 1988; 29-30).

La necrópolis de Porqueros en Valencia de Alcántara reitera el polimorfismo comprobado en la de Santiago de Alcántara: agrupaciones de pequeños sepulcros en pizarra de plantas variadas entre las que se documentan cámaras de corredor largo que difícilmente pudieron ser utilizadas de la misma manera que las de mayor tamaño que tenemos documentadas en el mismo sector geográfico.

Otros ejemplos en pizarra del núcleo de Valencia de Alcántara son Palomares y Bordalo (BUENO RAMIREZ, P. 1988; 31), esta última de tamaño considerable y similar al sepulcro de Juan Rón I.

En término de Cedillo, los sepulcros en pizarra son también mayoría y han sido dados a conocer por J. de Oliveira (1994). Para este autor, la divisoria natural marcada por el Sever entre el macizo granítico y la pizarra se señaló por parte de los habitantes del sector mediante menhires visibles a uno y otro lado: Meada, Carvalhal, Corregidor, Pom-bais y Porra del Burro, delimitándose así una frontera territorial (OLIVEIRA, J. 1994; 9).

Cedillo se encontraría en el territorio pizarroso y sus dólmenes repiten las características que venimos mencionando: materia prima: la pizarra, escasa altura, túmulo ceñido al monumento y delimitado por piezas de pizarra y cuarzo blanco en su composición y agrupaciones numerosas de variada tipología arquitectónica. Destaca la presencia de monumentos de mayor tamaño, igualmente realizados en pizarra: Tierra Caída



I y II (OLIVEIRA, J. 1994; 18). Una cámara con corredor de un metro de altura máxima es la de los Cuatro Lindones (IDEM, 1994; 36). El del Cerro de la Caldera posee una planta con los espacios menos diferenciados (IBIDEM, 1994; 42) como el de Baldío Gitano I, en Santiago de Alcántara. Un argumento más acerca todos estos monumentos a los ya mencionados de Alcántara, Valencia y Santiago, la presencia de una laja de pizarra con cazoletas del dolmen de Lindón de Campete, desgraciadamente destruido (OLIVEIRA, J. 1994; 38) de composición muy similar al frontal de la cámara de Baldío Gitano I (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 35) en Santiago de Alcántara.

También en término de Herrera se conocen sepulturas en pizarra, aquí de gran tamaño, tipo la de Juan Rón I o la de Bordalo. Nos referimos a la que recoge J. de Oliveira (1994; 23) como Cerro de la Caldera o a la que señalamos nosotros en Vereda (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 43).

En término de Garrovillas existe también sustrato de pizarra además de manchones graníticos. Aquí se da una circunstancia interesante: la cámara simple de Garrote I que repite todas las connotaciones arquitectónicas de los dólmenes de pequeño tamaño en pizarra, ha sido realizada en granito, una prueba más de que la materia prima no condiciona la arquitectura a realizar. La próxima cámara de Garrote II sí se ha construido con pizarra además de los sepulcros de falsa cúpula de valle próximo, cuyos materiales están depositados en el Museo de Cáceres y en el Arqueológico Nacional (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 65-68).

El último término que vamos a comentar en este recorrido por el sustrato pizarroso del Tajo español es el de Cáceres. Concretamente nos centraremos en la Sierra de San Pedro con estratos alternantes de pizarras, cuarcitas y calizas (REDONDO GONZALEZ, A.-RIO LAFUENTE, I. 1977; 238). Allí se localizan dos cámaras simples en pizarra asociadas a sepulcros de falsa cúpula, reiterando la asociación de Garrovillas (BUENO RAMIREZ, P. 1994; 68-70).

En el lado portugués hemos de recurrir a los trabajos de los Leisner para obtener una idea aproximada de la distribución de estas formas de cámara y corredor en pizarra, con poca altura. En el núcleo de Évora (LEISNER, G. 1949), Georg Leisner señala el Anta da Herdade do Poço de Saraiva (IDEM, 1949; 49) que posee la particularidad de disponer de una cubierta de granito completamente llena de cazoletas. El túmulo es bajo, de muy poco diámetro y ceñido al monumento. En la Herdade do Almo recoge la asociación de cámaras simples de poco tamaño con una cámara con corredor, también en pizarra de poca altura (LEISNER, G. 1949; 20).

En Marvão, recientemente J. de Oliveira (1992) ha publicado un caso similar: el Anta dos Pombais, una estructura de cámara y corredor en pizarra y con la cubierta de granito. La cámara tiene diez ortostatos con una altura más en consonancia con el monumento de Juan Rón I que con el de Maimón II. Los materiales incluyen placas en grés con los ojos marcados o sin nada que recuerdan mucho los que hemos señalado en Maimón I. Incluso no nos extrañaría que la placa de arenisca n.º 106 (OLIVEIRA, J. 1992: 61) hubiera tenido restos de pintura roja. A ello se suman puntas de flecha de variada tipología, cazuelas de carena baja, placas decoradas, cuentas de collar en esquisto, piedra verde y ambar y pulimentados.



En Nisa, el mismo autor (OLIVEIRA, J. 1991) excava otra cámara con corredor de tamaño importante, realizada en pizarra y con cazoletas en uno de sus ortostatos.

En Reguengos, la necrópolis de Herdade de Areias reitera la misma asociación: cámaras de pequeño tamaño en pizarra y arquitecturas diversas entre las que se encuentran nueve cámaras con corredor, ocho de altura normal y una de un metro (LEISNER, G. y V. 1951; 274-275).

En Herdade da Falcoeira, a una cámara de corredor de un metro de altura, se adosa una cista. El dolmen proporcionó fragmentos de cerámica calificados por los Leisner como Eneolíticos (LEISNER, G. y V. 1951; 282-283, Est. XXXIII).

La necrópolis de Besteiros, en Montargil muestra de nuevo la presencia de cámaras de pequeño tamaño en asociaciones arquitectónicas diversas, entre las que se encuentra una cámara con corredor de 0,90m de altura máxima (LEISNER, G. y V. 1953; 235).

Como decíamos arriba, los datos conocidos recientemente amplían mucho los conjuntos del sector próximo portugués. En el distrito de Castelo Branco, M. Leitão (1979) recoge la presencia de muchos monumentos según testimonios dejados por Tavares de Proença Junior (LEITÃO, M. 1979; 8) y poniendo como ejemplo el Anta de Capa Rota, restos de una cámara con corredor de un metro de altura máxima, pero en granito. El material es escaso pero contiene una punta de flecha en pizarra, fragmento de un ídolo placa y un pulimentado.

J. Batista (1983) en un trabajo posterior retoma la cuestión del megalitismo de la Beira Baixa, recordando que existe una importante necrópolis en Sarnadas, parte de cuyos monumentos han sido estudiados por Henriques y Caninas (1979). La riqueza de los materiales es obvia según se deduce de las particulares placas de esquistos recogidas por Almeida y Ferreira (1956) y analizadas recientemente por uno de nosotros (BUENO RAMIREZ, P. 1992). Por último, insiste en la necesidad de estudiar todos estos megalitos por el interés que poseen para la interpretación del megalitismo beirano.

Esta preocupación por el desconocimiento del megalitismo en la Beira Baixa es reiterada en los arqueólogos portugueses y la recoge en otro trabajo F. A. P. da Silva (1991) a propósito de su trabajo sobre la Mamoá de Charneca das Canas. Junto a la mámoa se observaban muchos materiales dispersos que permitían pensar en un asentamiento Calcolítico. Los restos localizados pertenecen a una estructura de esquistos muy destruida con dos ortostatos de en torno al metro de altura y puntas de flecha con aletas, láminas de sílex de buen tamaño, cazuelas de carena baja, fragmentos de placas de esquistos y cerámica decorada de aspecto Calcolítico.

Más al Sur, en el conjunto de Pavía, V. Correia (1921; 37) recoge en Casa Branca una cámara con corredor, con restos de enlosado y un metro de altura máxima. En sus proximidades hay otro monumento de mayor altura con placas, vasijas y puntas de flecha.

Próximo a este sector se encuentran los sepulcros de Tera, necrópolis de sepulcros de pizarra de variada tipología entre ellos cámaras de corredor largo de poca altura (LEISNER, G y V. 1955) que los Leisner relacionaron con las minas de cobre de Rapozeira, en sus proximidades. Uno de estos sepulcros posee una deposición cam-



paniforme. Recientemente M. Calado ha excavado en una zona próxima el Anta 1 de Lucas (CALADO, M. 1994). Se trata de una necrópolis de monumentos pequeños en pizarra en la que se encuentran los restos de esta sepultura de cámara y corredor de poca altura, cuyo ajuar está formado por pulimentados.

Podríamos extendernos más en el repertorio que venimos señalando, pero nos parece suficiente para hacer ver que, dentro del megalitismo alentejano de grandes cámaras graníticas, existe una faceta mucho menos conocida, pero no por ello menos importante, compuesta por cámaras de pequeño tamaño construidas en pizarra mayoritariamente, que reproducen tipos arquitectónicos de mayor tamaño.

Dichas formas poseen asociaciones significativas: cámaras pequeñas/cámaras grandes; cámaras pequeñas/tholoi; cámaras pequeñas/cámaras pequeñas. Estas asociaciones junto con el análisis de los ajuares han permitido a uno de nosotros (BUENO RAMIREZ, P. 1994) proponer el desarrollo de estas formas en la transición del IV al III milenio a.C., por tanto en fechas contemporáneas a la erección de sepulcros de mayor tamaño.

El conjunto de monumentos excavado en Alcántara (Cáceres) reitera todo lo que venimos mencionando: asociación de cámaras de menor y mayor tamaño, construcciones en pizarra, túmulos muy ceñidos al monumento, materiales transición Neolítico Final/Calcolítico.

Las cámaras de Maimón II y Juan Rón I responden a estos presupuestos, de los que sólo Maimón I escapa algo quizá sobre todo por su mala conservación. Está realizada en pizarra, probablemente con ortostatos de buen tamaño y la duda es si habría tenido corredor, pues no quedan huellas de él. Lo que es cierto es que en la generalidad de estas construcciones, las fosas de los ortostatos del corredor no son tan marcadas por lo que resulta más que posible que éste hubiera existido y, por tanto, que arquitectónicamente Juan Rón I y Maimón I fuesen monumentos similares.

No obstante, la estructura tumular o de contrafuerte que posee Maimón I no es tan común. Un anillo de piedras de tamaño mediano se ha encajado tras los ortostatos en la misma fosa que éstos, lo que implica la realización de fosas muy amplias en las que se introduce el ortostato, los calzos delanteros y el anillo de contrafuerte. Se produce así una construcción muy sólida para la que tenemos un buen paralelo en un sepulcro recientemente excavado por Gomes (1997) en Reguengos de Monsaraz: el Anta de Belhoa junto al menhir del mismo nombre con materiales que igualmente nos remiten a los momentos de transición neolítico/calcolítico.

Los materiales procedentes de nuestras excavaciones reiteran formas cerámicas, líticas, ídolos y adornos bien documentados en este panorama. No tenemos más que consultar los procedentes de Valencia de Alcántara para localizar buenos paralelos a los colgantes triangulares (BUENO RAMIREZ, P. 1988: 109) a las placas (IDEM, 1988: 54-55), etc. En suma, un conjunto material bastante diagnóstico como ejemplo del apogeo de la cultura alentejana. Algunas piezas destacan especialmente, así la presencia de placas de arenisca con ojos marcados o lisas con pintura, de las que conocemos algunos ejemplares en la zona próxima (OLIVEIRA, J. 1992: 59-61; BUENO RAMIREZ, P. 1988: 88). Estas piezas resultan especialmente interesantes a la hora de



plantear un sistema establecido de figuraciones antropomorfas (BUENO RAMIREZ, P. 1992) que ocupan lugares concretos en el espacio funerario (BUENO RAMIREZ, P.-BALBIN BEHRMANN, R. de 1994).

Otro material diagnóstico es la presencia de discos en cuarcita o en pizarra, elementos bien localizados en poblados de transición neolítico/calcolítico, además de en algunos monumentos funerarios (BUENO RAMIREZ, P. 1988; 27).

Entre el material lítico destaca la abundancia de industria en pizarra. Esta ya era conocida en megalitos extremeños (BUENO RAMIREZ, P. 1988) y, desde luego, en poblados (ENRIQUEZ, J. J. 1990), pero no en la abundancia y variedad que hemos detectado en estos dólmenes. Ello nos permitirá realizar un estudio tipológico exhaustivo que consideramos de gran interés.

La presencia de campaniforme en megalitos extremeños es poco conocida. Sólo tenemos datos de poblados y ningún conjunto tan compacto como el de Juan Rón I con vaso, cuenco con umbo y lámina metálica, con la particularidad de no poseer decoración.

Conjuntos similares de campaniforme liso con metal están documentados en Portugal y en la Meseta. Así el de Fosa dos Passos con una punta Palmela o el más cercano del sepulcro de falsa cúpula de Monte de Outeiro con siete cuencos y tres vasos, todos ellos lisos (DELIBES, G. 1977; 101) que para Delibes deberían ubicarse en momentos paralelos al apogeo de Ciempozuelos.

Los megalitos alcantarinos poseen otra peculiaridad más y es la de presentar decoraciones. Ya hemos comentado en párrafos anteriores que la presencia de cazoletas es relativamente abundante entre las arquitecturas en pizarra próximas al Tajo. Lo que ya no es tan abundante es la existencia como en la cámara de Maimón II de grabados piqueteados formando temas circulares, lineales o ramiformes.

En nuestros trabajos sobre Arte Megalítico en la Península Ibérica (BUENO RAMIREZ, P.-BALBIN BEHRMANN, R. de 1992, 1994, 1997) hemos reiterado la existencia de este modo gráfico en toda la Península con ejemplos conocidos en la Extremadura española desde antiguo: Guadancil, Jerez de los Caballeros, Magacela y ampliados recientemente con la figuración antropomorfa de Huerta de las Monjas (BUENO RAMIREZ, P. 1988: 72; BALBIN BEHRMANN, R. de-BUENO RAMIREZ, P. 1989).

Los grabados de Maimón II tienen el interés añadido de localizarse en una zona muy próxima al famoso conjunto al aire libre del Tajo, una de cuyas localizaciones se ubica en el mismo término de Alcántara (MONTANO-IGLESIAS, 1988), lo que nos permite proponer una relación entre ambas expresiones que se sustenta tanto en la técnica de los grabados como en las grafías presentes. Esta conexión supone un argumento sólido para la idea que hemos venido manteniendo sobre la contemporaneidad de distintas grafías sobre distintos soportes en el conjunto del Arte Esquemático peninsular (BUENO RAMIREZ, P.-BALBIN BEHRMANN, R. de 1992). La sociedad megalítica es, pues, una sociedad con variedad de vehículos lo que da una cierta idea de la posible complejidad de sus mensajes. Consideramos esta cuestión de gran interés y desarrollaremos un estudio detallado de las representaciones de Alcántara en un trabajo próximo.



Una última cuestión que queremos comentar respecto al conjunto que hemos excavado es su ubicación en una zona de paso del Tajo tradicional, tanto que los romanos la "oficializaron" con la construcción del puente. Se trata de una de las mejores vías de paso entre el Sur y el Norte y Centro de la Península que, de hecho formaba parte de los caminos reales o Cañadas establecidas durante la Mesta (BUENO RAMIREZ, P. 1991; 12-13).

En la ubicación de los dólmenes debieron tener su papel el control de estas importantes vías de paso, además del acceso a determinadas materias primas como el oro, del que existen placeres en los ríos Salor y Sever (SANCHEZ-PALENCIA, F. J. 1989: 48) y muy probablemente el cobre (BUENO RAMIREZ, 1994: 43). La reconstrucción de polínicos en zonas próximas (LOPEZ, P. 1994) permite plantear la existencia de pastos. Esperamos que los análisis procedentes de las muestras tomadas en nuestra excavación ayuden a concretar la información sobre paleoambiente de este sector tan desconocido del megalitismo del Suroeste peninsular.

La diferencia entre las arquitecturas de mayor o menor tamaño no puede explicarse por la preponderancia de una materia prima u otra, como ya hemos visto. Sólo el estudio pormenorizado de las regiones pizarrosas que se ha emprendido en los últimos años, posibilitará definir elementos que aclaren la preferencia de unos conjuntos sociales por arquitecturas pequeñas copiadas de formas de mayor tamaño. ¿Quizá este hecho está en relación con la estandarización de las sepulturas que se observa claramente en el III milenio a.C.?

Bibliografía

- ALMAGRO BASCH, M. 1959: Excavaciones en el sepulcro de corredor megalítico de Lácara, Mérida (Badajoz). *Rev. de Estudios Extremeños*, 14. 2; pp. 249 y ss.
- 1963: Excavaciones en el dolmen de la Pizarrilla, Jerez de los Caballeros, (Badajoz). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, vol. 10.
- ALMEIDA, D. F.-FERREIRA; O. da V. 1956: Placas de xisto antropomórficas do Museu Lapidar Igeditano (Idanha-a-Velha). *Revista de Guimarães*; pp. 40-50.
- BALBIN, R. DE-BUENO, P.-VILLA, R. 1989: El dolmen del Pantano de Navalcán. *Revista de Arqueología*. Madrid.
- BATISTA, J. 1983: Subsídios para o estudo do megalitismo da Beira Baixa. A anta da Urgueira. *O Arqueólogo Português, Série IV*, 1, pp. 90-101.
- BUENO RAMIREZ, P. 1984: Megalitos en Extremadura. *Actas de la mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*. Madrid; pp. 45-50.
- 1987: *Megalitismo en Extremadura*. Tesis doctoral. Universidad Complutense. Madrid. 3 vols. 3.000 p.
- 1987: Megalitismo en Extremadura: estado de la cuestión. *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid; pp. 72-84.
- 1988: *Los dólmenes de Valencia de Alcántara*. Excavaciones Arqueológicas en España. Madrid, vol. 155, 210 p.



- 1989: Cámaras simples en Extremadura. *XIX Congreso Nacional de Arqueología*. Vol. I. Zaragoza; pp. 385-397.
- 1991: *Megalitos en la Meseta Sur: los dólmenes de Azután y La Estrella (Toledo)*. Excavaciones Arqueológicas en España vol. 159. Madrid. 139 p.
- 1992: Les plaques décorées alentejaines: approche de leur étude et analyse. *L' Anthropologie*. París, t. 96, n.º 1; pp. 85-110.
- 1994: La necrópolis de Santiago de Alcántara (Cáceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. t. LX. Valladolid; pp. 25-100.
- BUENO RAMIREZ, P.-BALBIN BEHRMANN, R. de 1991: El proyecto arqueológico "Valencia de Alcántara: El Jardinero y yacimientos megalíticos de la comarca de Valencia de Alcántara (Cáceres)". *Extremadura Arqueológica II*, Cáceres; pp. 89-101.
- 1992: L' Art Mégalithique dans la Péninsule Ibérique. Une vue d'ensemble. *L' Anthropologie*. t. 96, n.º 2-3. París; pp. 499-572.
- 1994: Estatuas-menhir y estelas antropomorfas en megalitos ibéricos. Una hipótesis de interpretación del espacio funerario. *Museo y Centro de Altamira. Monografías*, n.º 17. Santander; pp. 337-347.
- 1996a: Dólmenes en la zona Sur de la Meseta española. U. I. S. S. P. P. *Series Colloquia*. Forlì, t. 9. Col. XVIII; pp. 97-102.
- 1996b: El papel del elemento antropomorfo en el Arte Megalítico ibérico. *Révue archéologique de l'Ouest*. Suppl. n.º 8; pp. 41-64.
- 1996c: La decoración del dolmen de Alberite en RAMOS MUÑOZ, J. - GILES PACHECO, F. eds: *El dolmen de Alberite (Villamartin). Aportaciones a las formas económicas y sociales de las comunidades neolíticas en el Noreste de Cádiz*. Cádiz; pp. 285-312.
- 1997a: Arte Megalítico en el Suroeste de la Península Ibérica ¿Grupos en el Arte Megalítico Ibérico? *Saguntum*, 30. Valencia. Hom. a Mila Gil-Masarell, t. II; pp. 153-161.
- 1997b: Ambiente funerario en la sociedad megalítica ibérica: Arte Megalítico peninsular. *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo*. A. Rodríguez Casal ed. Santiago de Compostela; pp. 693-718.
- BUENO, P.-BALBIN, R. DE-ALCOLEA, J.-BARROSO, R.-JIMENEZ, P.-CRUZ, A. 1994: Hallazgos de Arte Megalítico en la provincia de Guadalajara. Portillo de las Cortes (Aguilar de Anguita) *Wadal-Hayara*, n.º 21; pp. 9-27.
- BUENO, P.-BALBIN, R. DE-BARROSO, R.-ALCOLEA, J.-VILLA, R.-MORALEDA, A. e.p.: *Poblamiento megalítico en las riberas del Guadyerbas: el dolmen de Navalcán (Toledo)*. Servicio de Arqueología de la Diputación de Toledo.
- BUENO, P.-JIMENEZ, P.-BARROSO, R. 1995: Prehistoria Reciente en el Noreste de Guadalajara. *Arqueología en Guadalajara*. Junta de Comunidades de Castilla – La Mancha; pp. 72-96.
- CALADO, M. 1994: A necrópole dolménica do Monte do Lucas (Terena, Alandroal). *V Jornadas Arqueológicas*. 2.º vol. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa; pp. 125-131.
- CORREIA, V. 1921: *El Neolítico de Pavía*. Com. de Inv. Paleontológicas y Prehistóricas. Madrid. 113 p., XXVIII láms.



- DELIBES, G. 1977: *El vaso campaniforme en la Meseta Norte española*. Valladolid.
- ENRIQUEZ NAVASCUES, J. J. 1990: *El Calcolítico o Edad del Cobre de la cuenca extremeña del Guadiana: los poblados*. Museo de Badajoz. 371 p.
- GOMES, M. V. 1997: Anta de Belhoa (Reguengos de Monsaraz, Évora). Resultados da campanha de escavações de 1992. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Boletín Municipal, n.º 1, pp. 39-69.
- HENRIQUES, F. J. R.-CANINAS, J. C. P. 1979: Breve relatório da Campanha arqueológica de Sarnadas. *Portas de Ródão*. 125.
- LEISNER, G. 1949: *Antas nos arredores de Évora*. Évora, 76 p. XXVIII Est.
- LEISNER, G. y V. 1951: *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz Instituto para a Alta Cultura*. Lisboa.
- 1955: *Antas nas Herdades da Casa de Bragança, no concelho de Estremoz*. Lisboa.
- 1959: *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlín.
- LEITÃO, M. 1979: A anta da Capa Rota. *Estudos de Castelo Branco*, n.º 4. Nova Série; pp. 5-15, 4 Est.
- LOPEZ, P. 1994: Análisis polínicos. Apéndice en: BUENO RAMIREZ, P.: La necrópolis de Santiago de Alcántara (Cáceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid, t. LX; pp. 97-100.
- Mapa de cultivos aprovechamientos de la provincia de Cáceres*. Escala 1: 200.000. Memoria. Madrid, 1983.
- MADOZ, P. 1848: *Diccionario histórico-geográfico*. t. 5. Vocablo: Cáceres. Madrid; pp. 62-108.
- MONTANO DOMINGUEZ, C.-IGLESIAS ALVAREZ, M. 1988: *Grabados rupestres en Alcántara. Cáceres*. Ayto. de Alcántara. 54 p.
- OLIVEIRA, J. de 1991: A Anta da Nave do Padre Santo – Nisa (Necrópole megalítica de Montalvão). *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa; pp. 201-213.
- 1993: O rio Sever e as fronteiras no 3.º milénio a.C. *Seminário Cooperação e desenvolvimento transfronteirizo*. Actas. Vila Velha de Ródão; pp. 62-69.
- 1994: *Sepulturas megalíticas del término municipal de Cedillo – Provincia de Cáceres* – Ed. Ayto. de Cedillo. 54 p.
- REDONDO GONZALEZ, A.-RIO LAFUENTE, I. 1977: Cáceres en E. Martínez de Pisón et alii: *los paisajes naturales de Segovia, Avila, Toledo y Cáceres*. Madrid; pp. 177-245.
- SILVA, F. A. P. da 1991: *Mámoa de Charneca das Canas. Fratel*. Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão. 23 p. 17 figs.

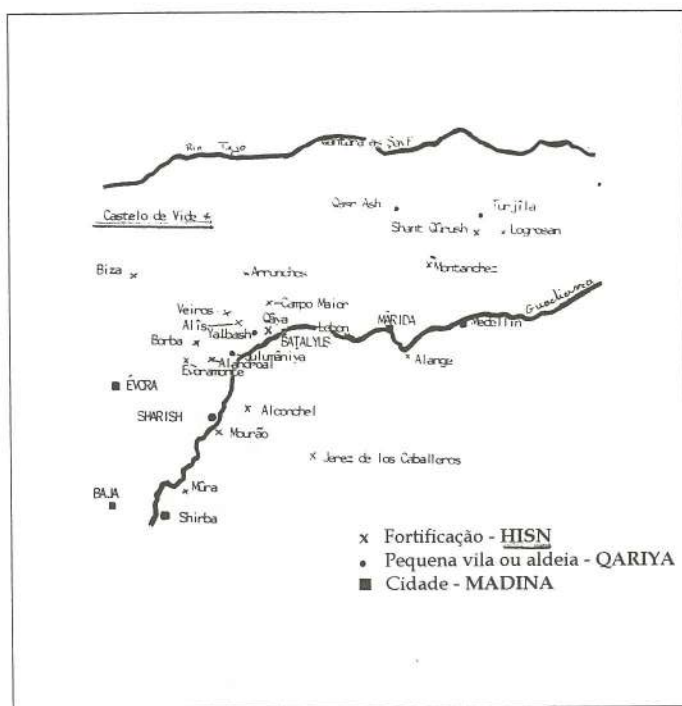
Ocupação Humana no Concelho de Castelo de Vide desde a Pré-história até à Alta Idade Média

O concelho de Castelo de Vide localiza-se no Nordeste Alentejano, pertence ao distrito de Portalegre, e é delimitado a Norte pelo concelho de Nisa e por Espanha, a Sul e a Oeste pelos concelhos de Portalegre e Crato e a Este pelo de Marvão. Estende-se por uma área de cerca de 260 kms², dividida pelas quatro freguesias que constituem o concelho. São elas: Santa Maria da Devesa, São João Baptista, Santiago Maior e Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas.

Ao nível geológico, a região situa-se na sutura entre a zona de Ossa-Morena e a zona Centro-Ibérica, justificando a complexidade geológica da área em estudo. Os terrenos a Norte estão essencialmente representados pelo Complexo Xisto-Grauváquico e pelas séries metamórficas, estas originadas pela intrusão do granito de Castelo de Vide, aquando da terceira fase Hercínica. A Sul encontram-se igualmente metamorfiçadas as unidades paleozóicas (Ordovícico, Silúrico e Devónico Inferior) e os granitos tectonizados de Portalegre. Relativamente ao granito de Castelo de Vide, granito monzonítico, de grão normalmente muito grosseiro, contendo duas micas, apresenta fracturação tardi-hercínica, um jogo de falhas, filões, intrusões graníticas, granodioríticas e granito-dioríticas, o que justifica a acção conjunta de movimentos orogénicos a que a região esteve sujeita. Estas condições geológicas permitem a existência nesta região de numerosas nascentes de água, bem como excelentes zonas agrícolas. A abundância de água, de espécies vegetais e animais, aliadas às condições climatéricas e geomorfológicas, proporcionaram e ainda proporcionam a fixação de comunidades humanas nesta região.

Os vestígios de ocupação humana neste concelho, devem ser vistos de uma forma global e inter-regional, retirando do nosso pensamento as fronteiras e





Localização de Castelo de Vide durante o período islâmico.
(Adaptado de Fernando Branco Correia e Christophe Picard)

Relativamente ao Paleolítico Médio que se prolonga até há cerca de 30 000 anos, ainda não foram encontrados quaisquer vestígios, mas a relativa proximidade da região do Ródão, onde existem algumas jazidas arqueológicas deste período, poderá indiciar o seu alargamento até este concelho. Finalmente, o Paleolítico Superior que preenche o espaço cronológico grosseiramente compreendido entre cerca de 30 000 e 10 000 anos a.C., é um período do qual ainda não possuímos vestígios.

Por volta do 6.º milénio a.C. surgiram as primeiras comunidades de agricultores desta região, passando de uma vida nómada para a sedentarização. Como consequência tiveram que aperfeiçoar os meios técnicos possíveis para aumentarem a produtividade do seu trabalho e assegurarem o alimento dos seus povos. Este aperfeiçoamento terá conduzido à adopção de uma economia mista, dependente de uma agricultura/horticultura incipientes, complementada pela pastorícia e pela caça ou a pesca, acabando por fixar algumas comunidades neste território. Esta fixação terá levado ao aparecimento de novas actividades, que terão sido criadas de forma a permitir um maior controlo e coesão das comunidades. Como resultado destas transformações sociais poderemos inserir o aparecimento da Cultura Megalítica, entre o 5.º e o 6.º milénio a.C., e que se terá prolongado até ao 2.º milénio

O fenómeno Megalítico corresponde a uma das culturas pré-históricas mais conhecidas e estudadas neste concelho, sendo numerosos os vestígios desta época, as antas ou



dólmenes e os menires. As primeiras serviriam de sepulcros colectivos e às quais estão associados inúmeros artefactos que acompanhariam os mortos (machados de pedra polida, enxós, micrólitos, vasos cerâmicos, adornos, ídolos-placa em xisto, etc.).

A arquitectura funerária megalítica existente neste território é provavelmente constituída na sua maioria por sepulturas de corredor, embora futuras escavações nos possam apresentar outros tipos de monumentos.

No que diz respeito a rituais de enterramento destaca-se a possibilidade destes monumentos ultrapassarem o simples culto dos mortos e transformarem-se em marcos territoriais ou locais de reunião cultural.

São dois os menires existentes na área do concelho, destes realço o menir da Meada que é considerado o maior da Península Ibérica. Estes monólitos poderiam ser locais de culto à fertilidade, ou também possíveis marcos delimitatórios entre povos vizinhos. Esta última função parece comprovada pelo alinhamento de que fazem parte os menires da Meada e do Carvalhal, que marcam a fronteira entre os solos graníticos e os xistosos, e conseqüentemente entre dois povos rivais.

A ausência nesta região de habitats declaradamente contemporâneos dos monumentos megalíticos poderá denunciar um povoamento disperso, formado por pequenas cabanas que se situariam nas proximidades dos monumentos funerários.

Devo salientar o facto de as primeiras escavações em antas com algum carácter científico, tendo sido desenhadas e descritas, foram efectuadas no concelho de Castelo de Vide por Pereira da Costa, em 1865. Estas escavações foram realizadas nas antas da Melriça, Pombal e em outras duas situadas na Coutada do Alcogulo. Para além deste investigador muitos outros se interessaram por este tipo de monumentos sendo de destacar o casal Leisner e mais recentemente o Prof. Jorge de Oliveira.

No Neolítico Final terão surgido os grandes monumen-



Menir da Meada



Anta 1 do Alcogulo

tos megalíticos, como a Anta da Tapada de Matos, próximo dos Mosteiros, em Póvoa e Meadas, já reveladora de um modelo social mais evoluído.

Foi provavelmente nesta altura que algumas sociedades adoptaram, em contacto com o mundo Mediterrânico durante o terceiro milénio, novas tecnologias de fabrico de artefactos, passando a utilizar matérias-primas cujas potencialidades eram até então desconhecidas: o Cobre, mas este metal continuava acompanhado pelos artefactos líticos e cerâmicos de tradição neolítica.

A metalurgia do cobre terá sido adoptada pelas populações dos finais do Neolítico, abrindo novas perspectivas de progresso, acentuando a divisão de tarefas. Cada vez mais a produção de bens alimentares estava desligada dos ofícios, surgindo assim uma divisão social do trabalho cada vez mais evidente. Estávamos já no Calcolítico.

Durante este período, paralelamente ao desenvolvimento de uma economia baseada na agricultura e na criação de gado, responsável pelo aparecimento de grandes excedentes, dá-se a introdução da metalurgia do cobre que vai acentuar a divisão social

do trabalho, a acumulação de riqueza e incentivar as trocas comerciais. Serão estes os fenómenos que provocaram a desagregação das comunidades primitivas e o surgimento de conflitos entre povos. Surgiram, assim, povoados em locais elevados com boas condições naturais de defesa e possuindo por vezes muralhas como é o caso do Castelo Velho no norte do concelho, próximo da fronteira com Espanha. Tra-



Povoado do Castelo Velho

ta-se de um povoado que ocupa uma pequena elevação com uma altitude de cerca de 295m, ladeada pelo rio Sever no lado Este e pela ribeira de Vide a Oeste, possui duas linhas de muralhas construídas com lages de xisto. O primeiro autor que lhe faz referência é M.^a Conceição Rodrigues (1975), que encontrou no local alguns materiais arqueológicos (um peso de rede, um alisador e fragmentos de cerâmica).

Relativamente à Idade do Bronze não conhecemos até ao momento qualquer habitat característico desta época, mas possuímos vestígios que nos demonstram a



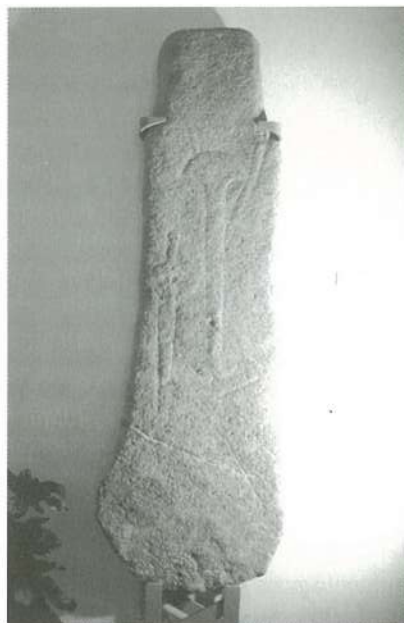
Anta 2 dos Coureiros



existência de comunidades utilizadoras deste tipo de metalurgia. A Estela da Tapada da Moita, dois machados em bronze que estão no M. N. Arq. e um outro que existe na Secção de Arqueologia., são exemplos de materiais arqueológicos desta altura e possivelmente não serão os únicos.

A Idade do Bronze terá surgido na viragem para o segundo milénio antes de Cristo. O seu aparecimento não significará a ruptura com o Calcolítico, mas sim uma continuidade em vários aspectos. Ao nível da metalurgia o bronze supõe apenas um maior aperfeiçoamento deste tipo de técnicas, às quais acrescentaremos uma grande diversidade de instrumentos fabricados com este novo material. Enquanto que no início da Idade do Bronze Peninsular alguns grupos seguem as tradições calcolíticas tardias, outros reflectem influências trazidas pelo comércio mediterrânico e atlântico, que levam a diferentes culturas materiais, mas que definem esta época. São sobretudo as transformações sociais, que de uma forma progressiva, se vão acentuando no interior das comunidades. Começam a surgir hierarquias de privilégios e de benefícios económicos, que eram transmitidas e acentuadas de geração em geração, dando origem a um novo tipo de sociedades. Estas são caracterizadas pela concentração do poder nas mãos de grupos mais restritos, em que a valorização do indivíduo perante a comunidade encontra fundamento na hierarquia dos laços de sangue. O aparecimento de diferentes estratos sociais apoiados na riqueza de cada grupo, levava a que o que controlava as armas submetesse os outros ao seu poder, recorrendo ao mito dos antepassados e da violência. Estas transformações orientam cada vez mais as comunidades no sentido da sociedade de classes, reflectindo-se este facto na cultura material. Estas transformações sociais corresponderão sensivelmente ao Bronze Final entre cerca de 1250 e cerca de 700 a.C.

A Estela decorada da Tapada da Moita, poderá ser integrada no tipo de *tampas de sepultura insculturadas do chamado grupo Alentejano* que surgiu em algumas cistas da Idade do Bronze, mas em meu entender ela reflete uma zona de contacto entre as estelas já referidas e as de tipo extremenho, a sua grande particularidade assentará na utilização de elementos decorativos existentes nos dois tipos já referidos, aos quais a representação humana é feita através do seu antropomorfismo. Cronologicamente poderá ser balizada entre os séculos X-IX a.C., para além da sua forma antropomórfica possui uma espada gravada, uma figura bi-ancoriforme e correias de fixação. A representação do motivo ancoriforme é interpretado como um símbolo de autoridade segundo alguns autores. A reprodução da arma, das insígnias e do seu



Estela da Tapada da Moita

antropomorfismo acentua o valor da função social desempenhada pelos chefes, a quem são dedicadas estas estelas funerárias.

Quanto ao tipo de povoados desta época, desconhecemos os sistemas de povoamento relacionados com a emergência das elites cujo poder se expressou desta forma, embora possam ter existido nas proximidades destes monumentos, em zonas abertas com habitats constituídos por frágeis cabanas, ou, já numa fase mais tardia, povoados com boas condições naturais de defesa e outros fortificados.

No que diz respeito à Idade do Ferro, que convencionalmente se terá estendido desde o séc. VIII a.C. até à mudança de era. Esta é genericamente caracterizada pelo aparecimento e difusão da siderurgia, pelo nascimento de uma arte decorativa essencialmente geométrica, pela expansão de ritos funerários de incineração e pela construção e progressiva consolidação de uma estrutura social. Estrutura esta que parece ter como elemento preponderante uma organização social baseada na família e nos laços de consanguinidade, estando por certo agrupados em unidades de carácter tribal, e o poder centrado numa aristocracia guerreira dominada pelos chefes da classe militar normalmente estabelecidos em povoados de carácter defensivo.

Embora não possuamos ainda qualquer vestígio material que nos ateste a presença de comunidades desta época, parece por demais evidente que a sua existência terá sido uma realidade. A minha convicção assenta na existência de sociedades indígenas nesta região na altura em que chegaram os primeiros colonizadores romanos. Este facto é comprovado pelos achados epigráficos de época romana existentes na região e que mencionam indivíduos identificados com a onomástica indígena, de raiz indo-europeia.

Relativamente ao período romano, a conquista deste território e a sua ocupação por este povo poderá ter ocorrido por volta da segunda metade do século II a.C., altura em que parece estar concluída a conquista de todo o Alentejo, prolongando-se até ao século V d.C.

O processo de romanização terá levado à alteração das estruturas socioeconómicas dos povos indígenas da região, o exército teve então uma acção importante no seu desenvolvimento, devido aos seus múltiplos contactos e ainda devido ao recrutamento de tropas auxiliares entre os povos indígenas. Esta sobreposição da civilização romana à indígena manifestou-se por uma gradual transformação do território assente em variados aspectos, dos quais apenas referirei os mais importantes:

A **Urbanização do território**, surgem novas cidades que contribuem para a expansão da vida urbana como é o caso da cidade de *Ammaia*;

A **difusão da propriedade privada e a introdução de um novo sistema de exploração agrícola, que apoiado numa tecnologia mais avançada provocará transformações profundas no mundo rural**, começam a surgir pequenos casais agrícolas e *villae* estas constituídas pela *pars urbana*, isto é, a residência do proprietário e pelas partes *rústica* e *frumentaria*, ou seja, os alojamentos de criados, os lagares, celeiros e demais instalações necessárias à exploração da herdade. Na área do concelho são inúmeros os sítios com vestígios da época romana, destes destaco a *villa* do Vale da Bexiga (pesos de lagar, silhares e fragmentos de coluna)



que se situa na zona sudoeste do concelho, *villa* dos Mosteiros (*fornax*, mosaico, pavimento em *opus signinum*) e a *villa* da Meada (Barragem romana, pesos de lagar, lápides epigráficas, etc.), ambas em Póvoa e Meadas, para além de muitos outros vestígios desta época. Existem também alguns locais que poderão corresponder a simples casais agrícolas dependentes das *villae*, como é o caso de alguns sítios próximos do Vale da Bexiga (Tapada das Guaritas, Tapada da Mesa, Vale da Manceba). A produção agrícola assentaria no vinho, no azeite e possivelmente na produção cerealífera, que não seria tão rentável como as anteriores, estes produtos seriam encaminhados para a cidade capital deste território. Para além disto, devo também salientar a riqueza mineira desta região, e a atestar pelos materiais arqueológicos que alguns sítios de ocupação romana demonstram, estes parecem indiciar práticas de mineração que vão desde o chumbo argentífero, à prata, ao ouro e mesmo à extracção de gemas e de cristal de rocha.

Outro dos factores foi a **imposição do sistema político-administrativo e judicial romano e a expansão de uma nova organização socioeconómica**, o concelho de Castelo de Vide estava inserido na *Província da Lusitânia* cuja capital era *Emerita Augusta* e no território do *Conventus Emeritensis* (*Emerita Augusta - Mérida*), para além disto pertencia ao território da cidade de Ammaia que foi elevada a *Civitas* (44-45 d.C.) e posteriormente a *Municipium* (166 d.C.), tendo sido concedida a cidadania romana aos seus habitantes indígenas, inscrevendo-os na tribo Quirina. Possuía ainda magistrados municipais que governavam a cidade e o seu termo;

A construção de uma extensa rede viária foi outro dos agentes, **facilitando a circulação de pessoas, de bens e também a propagação da civilização e cultura romanas**, relativamente à rede viária romana, uma das vias que ligava a cidade de Ammaia à via principal Lisboa/Mérida passaria próximo da vila de Castelo de Vide dirigindo-se para o Vale da Bexiga por um caminho rural, onde poderá ter existido uma *Mutatio* (estação de muda de cavalos). Este traçado coincidirá com algumas calçadas medievais que existem próximo da Vila e com caminhos rurais que provavelmente foram usados desde a Pré-história. Existiria outro caminho que ligava esta via ao norte do concelho passando pelo povoado Romano e Tardo-romano situado na Barragem da Póvoa e que seguiria em direcção à *villa* dos Mosteiros, passando próximo da serra de S. Simão onde após a passagem do rio Tejo ligaria à cidade romana de *Egitania*.

A adopção da língua latina e a sua generalização favoreceu a divulgação da religião romana, que no entanto nesta região assimilou outros cultos indígenas, como: *Ocrimira*, *Toga* e *Andaiecus*, este último terá tido mesmo um local de culto no povoado romano da Barragem da Póvoa, a atestar pela abundância de vestígios aqui existentes. Não poderia falar na religião sem lhe associar o mundo dos mortos e o seu estudo através das lápides funerárias romanas encontradas no concelho. Estas são provenientes na sua maioria de sítios com ocupação desta época. No entanto, uma leitura mais atenta de algumas epígrafes leva-nos a referir a existência já nesta altura de migrações entre áreas distintas do império romano, como é o caso de uma lápide que apareceu na herdade de Santo Amarinho e que nos revela um indivíduo natural de *Clunia* (Encarnação, 1985). Provavelmente esta pessoa estaria ligada à

mineração ou à transumância, actividades já atestadas em outras regiões e que normalmente eram realizadas por pessoas provenientes dessa região. Associado aos enterramentos surge-nos um dos vestígios mais importantes da ocupação romana neste concelho, que é sem dúvida uma urna de chumbo que apareceu na zona dos Mosteiros e que está actualmente depositada na Câmara Municipal.

A junção de todos estes factores terá contribuído para a unificação de todo o território e para as transformações políticas, socioeconómicas e culturais que surgiram na época romana e que de certa forma condicionaram o futuro desta região.

Por volta do século IV o Império Romano começa a mergulhar numa crise profunda e vê-se confrontado com a ascensão de forças hostis. Surgem então as Invasões Bárbaras que vão destruindo o império a pouco e pouco, mas de entre estes povos apenas os Suevos instalam um reino duradouro, que a partir de meados do século V se vê confrontado com os Visigodos; da luta entre estes dois povos saem vencedores estes últimos, ficando este espaço sob o domínio da monarquia Visigótica, cuja fixação nesta área terá durado do séc. VI ao VIII. A sua capital estava localizada em Mérida, dependendo desta cidade um vasto território ainda ferido das guerras internas provocadas por um vazio de poder que se tinha instalado nesta zona da península. Para além destes problemas a monarquia visigótica vai-se enfraquecendo devido aos constantes afrontamentos entre a nobreza e o clero, por um lado, e o rei, por outro, todos estes factores enfraquecem cada vez mais o estado e põem-no à mercê dos inimigos externos. Os vestígios mais evidentes desta época são os locais de enterramento, sendo conhecidas diversas necrópoles de sepulturas tipo cista: tais como Santo Amarinho, Boa Morte, entre outras; para além deste tipo de sepulturas existem espalhadas por toda a área do concelho sepulturas escavadas na rocha, cuja cronologia irá desde o século VII ao X. No entanto existe uma contínua ocupação dos espaços habitacionais de época romana, aos quais se sobrepõem os desta época, sendo visível o aparecimento de vestígios tipicamente visigóticos, demonstrativos da sua cultura material. Um desses exemplos é a herdade do Mascarro, onde apareceram numismas deste período, tendo sido possível a Maria Conceição M. Rodrigues (1975) identificar uma como sendo de Egica, rei que governou entre 687 e 702 d.C., para além de toda a zona próxima de Póvoa e Meadas, mais concretamente na área dos Mosteiros e Pai Anes.

A expansão muçulmana, que se propagou com uma enorme rapidez, terá penetrado na Península Ibérica em inícios do século VIII. O primeiro testemunho da existência de uma fortificação em Castelo de Vide foi feito por Ibn Hawqal no séc. X, que faz referência a um *Hisn*: Trata-se de um castelo isolado, um pouco afastado das povoações, com cisterna e habitações no interior, sobrelevados em relação a uma zona de povoamento, ou associados a aldeias com muralhas. A citação deste cronista árabe poderá confirmar a existência de um povoado muçulmano, no perímetro do castelo desta vila, anterior à Reconquista.

Quanto à ocupação humana e ao desenvolvimento urbano da Vila, muitos são os aspectos que poderiam ser abordados, mas só depois de novas análises a efectuar no âmbito da Arqueologia Urbana é que poderemos discutir devidamente este assunto.



Arte Rupestre no Parque Natural da Serra de S. Mamede

Os Ambientes

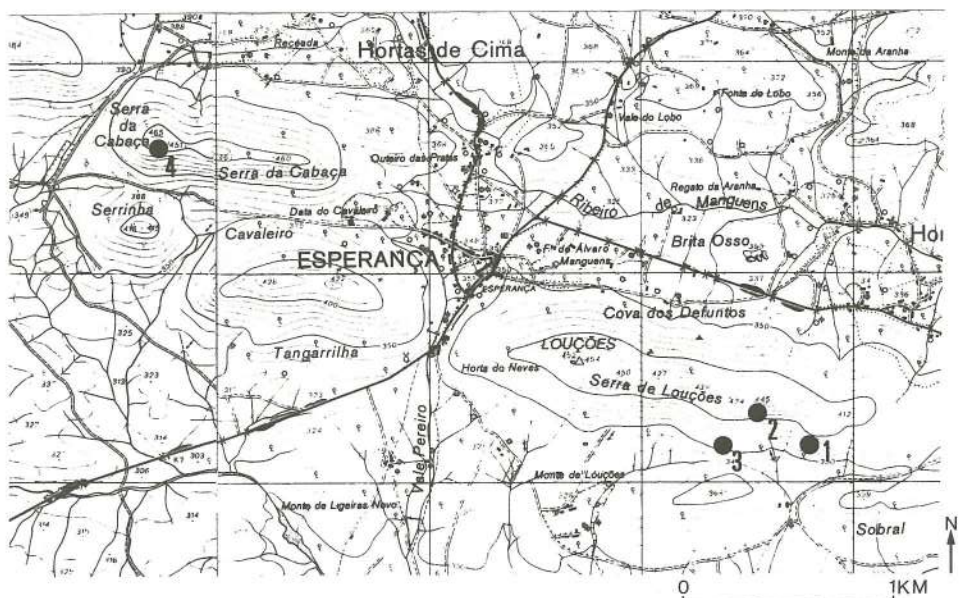
A Serra de S. Mamede foi, desde sempre, local procurado pelo homem. A evolução da capacidade humana para domesticar a natureza reflecte-se na irregular dispersão dos vestígios arqueológicos pela multiplicidade de ambientes que esta serra oferece.

Nos vales mais aplanados dos principais cursos de água, convivem, lado a lado, testemunhos do paleolítico e da presença romana. Os primeiros, deixados por comunidades de caçadores e recolectores, que deambulando ao longo das ribeiras e rios aí encontraram os recursos alimentares que a natureza lhes oferecia. Os segundos, detentores de tecnologias que lhes possibilitavam a exploração dos solos pesados e confiantes no poder das suas legiões, exploraram os terrenos de baixa, neles deixando sinais indeléveis da sua economia e da sua sociedade.

Em épocas de maior instabilidade social as comunidades humanas preferiram as cotas médias da Serra de S. Mamede. Aí construíram os seus habitats fortificados, geralmente sobranceiros a vales férteis. Os patamares médios envolventes da serra, especialmente os que possibilitavam grande domínio visual, foram escolhidos pelas comunidades da Idade do Ferro. Alguns destes locais foram, posteriormente, refortificados nas conturbadas épocas de confronto entre cristãos e muçulmanos, dando origem a vetustas povoações como Marvão, Castelo de Vide ou Alegrete.

Na periferia do traçado actual do Parque Natural da Serra de S. Mamede, encontram-se os solos mais leves e bem drenados, os declives menos acentuados e as grandes formações graníticas. Era este o contexto ambiental propício ao estabelecimento das primeiras comunidades agro-pastoris. A periferia da serra, oferecendo uma multiplicidade de re-





1 - Abrigo dos Gaivões; 2 - Lapa dos Louçães; 3 - Igreja dos Mouros; 4 - Abrigo Pinho Monteiro

curso, foi escolhida pelas comunidades neolíticas e calcolíticas. Aqui encontravam solos compatíveis com a sua, ainda incipiente, tecnologia agrícola, aqui, porque não muito distantes do denso coberto arbóreo da serra, encontravam recursos cinegéticos em abundância e madeira para os seus abrigos. Aqui abundava a matéria-prima para a sua arquitectura funerária. É neste contexto que se identifica a vasta mancha megalítica do Alto Alentejo e é neste contexto que teremos que compreender os abrigos naturais que serviram de suporte a mensagens pictóricas deixadas pelas primeiras comunidades agro-pastoris que se estabeleceram na área envolvente do maciço central da Serra de S. Mamede.

Os Contextos

Pelo Neolítico, com a emergência da agricultura e da pastorícia e consequente domesticação da terra, a relação entre o homem e a natureza reforça-se. Com esta nova e mais forte relação entre o homem e o meio desponta um diversificado conjunto de rituais que vulgarmente se denomina por megalitismo. Se numa leitura imediata esta palavra quererá designar um tipo de arquitectura, ela contempla, contudo, um conjunto de manifestações rituais em que apenas uma ínfima parte, porque é a mais visível, se traduz em construções obtidas por grandes pedras (*mega + lithos*). O megalitismo não se reduz, assim e unicamente, à expressão arquitectónica. Da nova relação que o homem estabelece com a natureza nascem ou complexificam-se mitos que expressam a crescente consciência da sua dependência face ao ambiente que o rodeia. O megalitismo, porque outra palavra ainda não se criou, abarca esse universo

mitológico do qual se conhece, através de algumas segmentadas manifestações rituais, apenas uma ínfima parte. As antas, uma das variantes da arquitectura funerária, são, provavelmente, a expressão ritual mais divulgada, mas não e necessariamente a melhor compreendida. Os menires, explicitamente fálicos, ou não, isolados ou em grupo, assumem-se como outra das manifestações rituais que o megalitismo comporta e que na área da Serra de S. Mamede assumem particular volumetria. Mas, nesta serra, as expressões do megalitismo registam-se, também, através da pintura. Se na face norte da Serra de S. Mamede, especialmente nos patamares graníticos, o megalitismo se revela em monumentos funerários e menires, na face sul, especificamente na freguesia da Esperança no Concelho de Arronches, os abrigos, maioritariamente naturais, abertos nas formações quartzíticas foram eleitos para acolher outra das muitas e diversificadas expressões megalíticas.

Na freguesia da Esperança, situada num dos extremos da serra, um dos poucos locais onde as cristas quartzíticas descem até às cotas humanizáveis pelas primeiras comunidades agro-pastoris, encontramos um singular conjunto de mensagens pictóricas plasmadas nas superfícies naturalmente regulares de pequenos abrigos. Por toda a

serra os quartzitos estão presentes. Em todas as formações quartzíticas se conhecem recantos e diaclases que poderiam servir de abrigos, mas apenas alguns foram escolhidos para servirem de suporte a mensagens pictóricas pré-históricas.

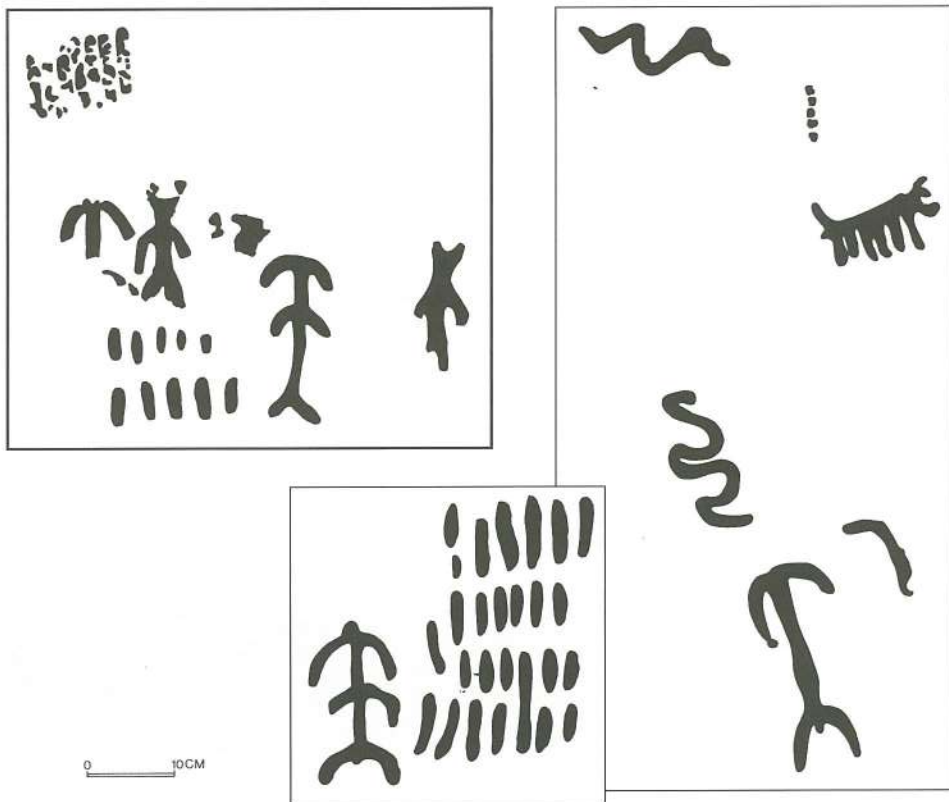
Os quatro abrigos onde se reconhecem pinturas abrem-se para o quadrante de maior exposição solar.

Qualquer deles oferece um domínio visual sobre largos territórios de exploração e abrem-se em ambientes que possuem as características que as primeiras comunidades sedentárias procuravam. Embora se tratem de abrigos não são, contudo, espaços de habitat. Para além de não possuírem capacidade para albergar várias pessoas, não propiciam as melhores condições de protecção aos elementos. O único contexto artefactual conhecido não está directamente ligado com os que por norma se conhecem em habitats contemporâneos, nem as estratégias de implantação das comunidades megalíticas apontam para a ocupação vivencial de abrigos naturais com estas características. Estaremos, assim, em presença de espaços que não sendo de habitat, nem de tumulação, assumiriam um sentido essencialmente simbólico.



Lapa dos Gaivões – Figura antropomórfica e pontos digitados.





Painéis do Abrigo dos Gaivões.

Se a compreensão dos espaços dos mortos e mesmo dos vivos é matéria problemática e sempre passível de interpretações pouco consistentes, muito mais perigoso será desenvolver qualquer abordagem explicativa para locais como estes, onde o mundo do simbólico estará presente no mais pequeno recanto de cada abrigo.

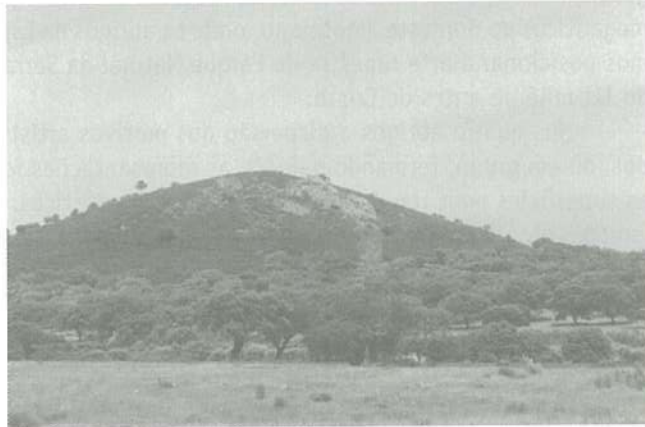
Passados quase noventa anos sobre a descoberta do primeiro abrigo da freguesia da Esperança (Lapa dos Gaivões), por Aurélio Cabrera, pouco mais sabemos sobre eles do que aquilo que E. Hernández-Pacheco, em 1916, escreveu, ou, um ano depois e após algumas aventuras inesquecíveis, H. Breuil publicou. Em 1957 e em 1960, L. A. Castro e O. da Veiga Ferreira descobrem dois novos abrigos com pinturas, a Igreja dos Mouros e a Lapa dos Louções. Nos inícios da década de oitenta, outro abrigo, é descoberto por J. Pinho Monteiro e por M. Varela Gomes, na Serra do Cavaleiro. O precoce desaparecimento de um dos seus descobridores veio a baptizar com o seu nome este último abrigo, Abrigo Pinho Monteiro. O seu companheiro de investigação iniciaria, algum tempo depois, escavações neste local. Aí identificou um parco conjunto artefactual atribuível ao Calcolítico.

Tanto estes como outros autores, e por várias vezes, sobre o significado das pinturas e suas cronologias foram esboçando interpretações e estabelecendo paralelos. Todos, pelo menos num aspecto, são concordantes. Trata-se de arte pós-paleolítica.

A Arte

Contrariamente ao que sucede com a chamada Arte Paleolítica, mais homogênea no que concerne aos temas e cor, e reconhecida por um estilo mais naturalista, a arte pós-glaciária em que estes abrigos se incluem, contêm um número variado de motivos, habitualmente de pequenas dimensões, geométricos ou geometrizantes, antropomórficos, zoomórficos, idolíformes e, ainda que raramente, representando artefactos. O esquematismo é a característica fundamental desta arte.

A arte esquemática dá maior importância à figuração humana, aparecendo nos diversos painéis em movimentadas cenas bélicas ou venatórias, e reflecte, tal como todos os vestígios arqueológicos, o tipo de sociedade que a produziu. Pelo contrário, na arte paleolítica a temática



Abrigo Pinho Monteiro.

zoomórfica é o espelho de uma sociedade onde a caça tinha um papel preponderante na economia. A arte pós-glaciária expressa as preocupações de comunidades mais sedentárias que praticam ainda a caça e mesmo a recollecção, mas onde a economia, mais desenvolvida, assenta já na pastorícia e na agricultura.

Nos quatro abrigos que compõem o conjunto pictórico da Esperança, predomina a figuração humana, em formas muito esquemáticas. A variabilidade das representações humanas está bem patente na Lapa dos Gaivões. Na Igreja dos Mouros e no abrigo dos Louções as esquematizações humanas parecem ser mais uniformes. No Abrigo Pinho Monteiro, o último e o mais recentemente encontrado deste conjunto, existem, igualmente, antropomórficos esquemáticos cuja representação parece divergir, pela sua simplicidade, dos patentes nos outros espaços.

Para além das esquematizações humanas, há, do mesmo modo, um número significativo de zoomorfos, os de maior e mais problemática interpretação. Próximo ou afastado das representações animais reconhece-se um não menos problemático conjunto de sinais, traduzidos em pontos digitados, uma possível máscara, oculiformes, cruciformes, serpentiformes e ainda uma provável mão, mais naturalista, à qual parece faltar um dedo.

Cromaticamente, verifica-se, nos vários abrigos, um leque de variantes assentes em três cores-base, o amarelo, o vermelho e o preto. As diferenças cromáticas, mais do que os motivos representados, ou o seu inter-posicionamento, têm servido



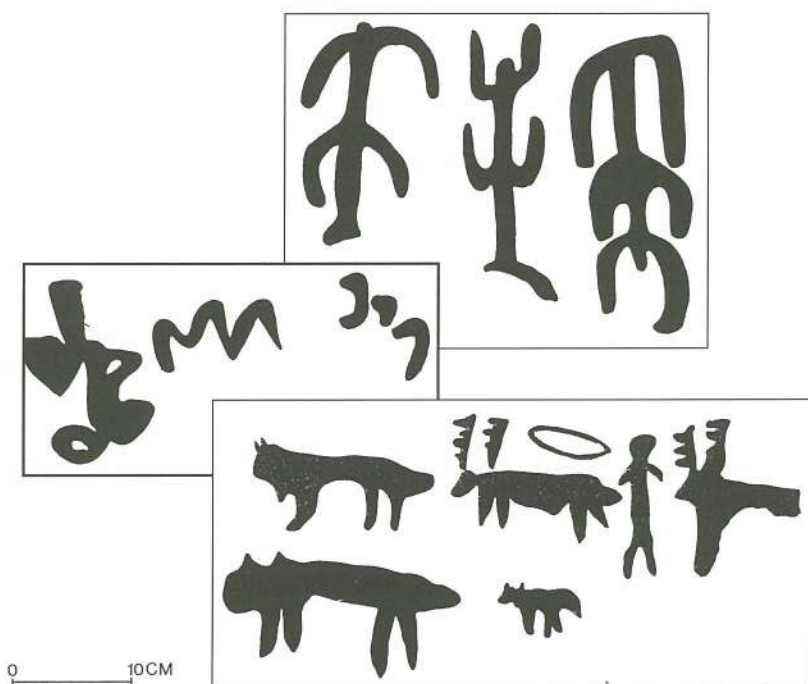
de tema a interessantes, mas pouco consistentes teses demonstrativas de várias fases de utilização destes abrigos.

Sem se negar a existência de várias fases na execução nos diferentes conjuntos pictóricos, bem atestadas sobretudo pelas várias sobreposições, denota-se uma coerência técnica e mesmo temática que inviabiliza grandes afastamentos cronológicos. O maior ou menor realismo dos motivos, a técnica de execução, as variantes cromáticas, mas sobretudo a temática abordada nos discursos pictóricos existentes nestes abrigos, aproximam-nos do ambiente simbólico das comunidades onde o megalitismo se enraíza. Perante as várias datações absolutas já disponíveis para contextos megalíticos do nordeste alentejano, onde os abrigos da Esperança se inserem, poderemos posicionar a arte rupestre do Parque Natural da Serra de S. Mamede nos meados do III milénio antes de Cristo.

Nos quatro abrigos a dispersão dos motivos artísticos não é uniforme. Isolados, ou em grupo, formando painéis, as representações foram pintadas aproveitando as superfícies mais regulares das formações quartzíticas. Em cada abrigo uma figura isolada, ou um painel, onde a representação humana está invariavelmente presente, ocupa a parte central do espaço disponível.

As Mensagens

Descodificar a ou as mensagens que as pinturas esquemáticas da Esperança podem conter é uma aventura perigosa.



Painéis do Abrigo dos Gaivões.

Penetrar por entre a neblina do universo do simbólico e tentar compreender, passados cerca de 5 000 anos, o que um conjunto de manchas e silhuetas queriam representar para uma comunidade que transformou pequenos abrigos quartzíticos em espaços sagrados, seria o mesmo que pedir aos seus autores que nos explicassem qual o significado do tamagotchi, ou das fitinhas coloridas atadas nos pulsos das gentes neste limiar do século XX. Todas as leituras são aceitáveis e todas podem, com facilidade, destruir as anteriormente formuladas.

Perante um campo minado rodeado por areias movediças, qual a atitude a tomar? Ficar eternamente à espera? Avançar e ter esperança? ou sair pelo ar?

Caberá a cada um que visitar estes abrigos escolher a opção que melhor se ajustar à leitura que conseguir fazer. Mas a chamada ciência não tem uma resposta para este problema? Vejamos alguns exemplos. No painel central do abrigo dos Gaivões, por entre um negro de fumo que parcialmente envolve a parte mais profunda da lapa, descortinam-se várias figuras. De entre estas, a que mais à direita se localiza foi, primeiramente, interpretada como se de um rinoceronte se tratasse. Passados alguns anos a ciência ditava que, uma vez que o rinoceronte se extinguiu na Europa durante a última glaciação, aquela silhueta nada mais seria que um animal representado em posição frontal, sobre o qual teria sido pintada uma outra figura zoomórfica. Actualmente aceita-se que represente um javali cujas presas foram sobrevalorizadas.

No mesmo abrigo um complexo e interessantíssimo painel, se disso se tratar, associa vários cervídeos a, pelo menos, um antropomorfo, que parece arremessar algo em forma de elipse achatada. Junto à representação humana que melhor se distingue, um zoomorfo de pequena dimensão compreende-se como um cão. Para este painel, existem, pelo menos, duas explicações. Ou se trata de uma cena de caça, ou representa uma bucólica cena de pastorícia. Na primeira leitura, a figura elíptica compreender-se-ia como um arco para arremessar flechas contra os cervídeos. Na segunda leitura, o arco de caça transforma-se em laço para prender com vida o animal do rebanho.

A poucos centímetros para poente deste painel descortina-se uma outra e muito problemática pintura. Nas primeiras descrições deste abrigo foi interpretada como sendo a representação de um elefante. Pelas mesmas razões que justificaram a saída do rinoceronte do painel central, também esta figura deixou de representar um proboscídeo e passou a representar uma máscara humana.



Painel do Abrigo dos Gaivões.





Lapa dos Louções.

Como se pode ver por estes três breves exemplos, aos quais muitos mais se poderiam associar, a ciência, e porque a verdadeira ciência é mesmo assim, não consegue responder, para já, com uma só e simples resposta a questões tão complexas.

Perante esta situação ou avançamos com outras novas e sempre

possíveis interpretações, ou, pelo contrário, reconhecemos o nosso absoluto desconhecimento face ao verdadeiro significado das mensagens que os homens pré-históricos quiseram, através de traços simples e tintas fortes, marcar para que, milénios passados, as suas aspirações, alegrias ou angústias fossem para nós matéria de discussão.

Resta-nos, assim, em breves linhas, salientar alguns dos aspectos que em cada abrigo ainda pode, hoje, o visitante observar.

Para Visitar

A acessibilidade a três dos quatro abrigos não é fácil. Ao abrigo dos Gaivões, o que apresenta maior número de pinturas, e porventura as de maior complexidade, foi facilitado o acesso e criadas as condições mínimas de segurança para o visitante e para a arte rupestre.

Abrigo dos Gaivões

Nesta lapa podem observar-se vários painéis que demonstram alguma complexidade.

Na extremidade esquerda deste abrigo existe um desses painéis, constituído por duas esquematizações humanas, uma representação zoomórfica, algumas representações serpentiformes e ainda alguns traços mal definidos, todos pintados a diferentes colorações de vermelho e laranja. A esquematização zoomórfica, que muitos defendem ser um canídeo, pintada a vermelho, aparece sobreposta a um anterior antropomorfo pintado a cor de laranja.

Do lado direito deste abrigo, apresentam-se outros grupos de esquematizações humanas pintadas a vermelho sangue-de-boi, e um conjunto de pontos digitados pintados a negro.

O painel central deste abrigo é o mais complexo e o mais enigmático. Nele descobrem-se vários antropomorfos, pontos digitados e uma polémica representação zoomórfica que, provavelmente, reproduz um javali.

No tecto desta lapa, surge uma das cenas mais interessantes de todo o conjunto da Freguesia da Esperança. Vários cervídeos, pelo menos um antropomorfo, e outras figurações menos explícitas, onde parece descortinar-se um canídeo, ocorrem associadas, formando um discurso pictórico. Cena de caça ou de pastorícia?

Também no tecto, reproduz-se a problemática figura que em tempos foi interpretada como a de um elefante.

Nesta lapa, repare-se nos pequenos painéis existentes nas superfícies externas.

Igreja dos Mouros

Este abrigo é formado por uma abertura com cerca de 3m de altura por cerca de 2m de largura e entre 2 e 3m de profundidade.

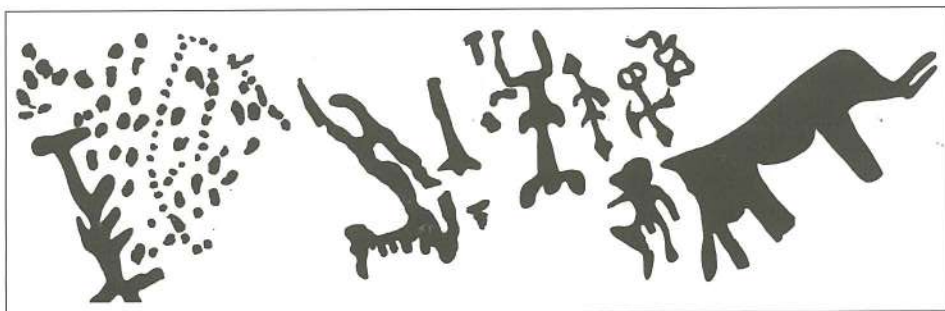
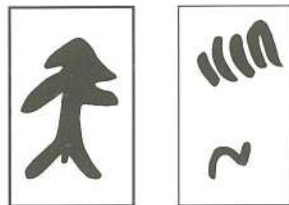
É a lapa que apresenta o menor número de pinturas de muito difícil interpretação. Três representações que parecem tratar-se de antropomorfos ramiformes em tons de vermelho, sangue de boi, descobrem-se por entre as manchas naturais do quartzito.

A *Igreja dos Mouros* continua, ainda hoje, a ser utilizada por pastores, como abrigo temporário. Em torno desta lapa lendas de moiras encantadas são matéria de desassossego de quem por ali passa.

Lapa dos Louções

Este conjunto pictórico, na lapa que tem o acesso mais difícil, reparte-se pelas paredes e tecto. As pinturas mais evidentes encontram-se logo à entrada. Apresenta uma esquematização cruciforme e representações cuneiformes ou fragmentos de anteriores representações antropomórficas. Para além destas, o abrigo exhibe ainda um conjunto de pinturas bastante complexo: uma representação esquemática humana amputada, acidental ou intencionalmente, um antropomorfo com as mãos na cin-

0 30CM



Painéis do Abrigo dos Gaivões.



tura, uma representação de vários antropomorfos em cadeia, representações de quadriculados mais ou menos regulares, representações ramiformes e outras de difícil leitura.

Abrigo Pinho Monteiro

Este abrigo, que se encontra distanciado dos outros três, situa-se na Serra da Cabaça ou do Cavaleiro. Foi identificado no Verão de 1981. É constituído por uma grande sala. As pinturas distribuem-se pelas paredes e pelo tecto do abrigo.

Das esquematizações que fazem parte deste abrigo, contam-se antropomorfos, alguns em forma de I ou barra, soliformes, pontos digitados, traços e riscos pintados de vermelho escuro, figura antropomórfica que parece segurar um báculo e possuir um capacete com cornos, podendo representar uma divindade guerreira.



Representação solar - Abrigo Pinho Monteiro.

É também neste abrigo que se pode compreender uma estreita relação entre o homem e os astros, provavelmente o Sol.

A Anta da Joaninha e a da Era de los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever

Nota Prévia

O estudo das antas da Joaninha e da Era de los Guardias que agora se divulgam decorrem da investigação que temos vindo a desenvolver sobre o megalitismo da bacia hidrográfica do Sever. Este rio, afluente do Tejo, serve de fronteira entre Portugal e Espanha, em mais de três quartos do percurso. Desde as nascentes à foz, drena três grandes contextos geológicos. Nasce por entre os xistos e quartzitos da Serra de S. Mamede, drena o longo patamar granítico e une-se ao Tejo, novamente, em terrenos xistosos. Ao longo da bacia hidrográfica isolam-se dois territórios megalíticos. O primeiro, no patamar granítico, balizado entre as cotas de 500 e 350 metros, é caracterizado por monumentos funerários de granito com corredor de dimensões variadas e câmaras poligonais, predominantemente regulares. O segundo território situa-se na zona dos xistos, junto à foz do Rio Sever e alarga-se ao longo da margem do Tejo. Este megalitismo, volumetricamente menor, traduz-se em câmaras funerárias fechadas ou abertas, maioritariamente em forma de saco, construídas exclusivamente com esteios de xisto. Separa as duas manchas megalíticas uma "terra de ninguém", em terrenos de xisto, que nalguns locais ultrapassa os doze quilómetros de extensão. Uma linha de cinco menires, alguns de grandes dimensões, implantados espaçadamente no limite do território dos granitos parece reforçar a identidade das duas manchas megalíticas. Durante vários anos desenvolvemos estudos em antas e menires na região dos granitos, na margem portuguesa. A destruição, no decurso da nossa investigação, de todos os sepulcros da zona dos xistos, provocada pela plantação de eucaliptos, inviabilizou que trabalhos aprofundados pudessem ser realizados na margem portuguesa. As intervenções aí efectuadas, nas antas da Nave do Padre Santo, Fonte da Pipa e Lomba da Barca, no concelho de Nisa, limitaram-se, praticamente, a reconstituir em planta os monumentos afectados e a recolher os espólios ainda existentes. Em alternativa desenvolvemos prospecções na área espanhola, contígua à que em Portugal sofrera os efeitos das subsolagens, vindo a revelar uma ocupação megalítica ainda superior à da margem portuguesa do Rio Sever.





Anta da Joaninha vista de sul antes da escavação.

Na sequência da publicação dos resultados do levantamento efectuado no Termo Municipal de Cedillo, obtivemos as autorizações necessárias para que com o apoio do Ayuntamiento de Cedillo e da sua comunidade, procedêssemos à escavação das antas da Joaninha e Era de los Guardias, monumentos que pelo seu bom estado de conservação poderiam vir a fornecer informações hoje já não disponíveis na região dos xistos da margem portuguesa do Rio Sever.

O estudo que agora divulgamos incorpora o relatório dos trabalhos desenvolvidos nestes dois monumentos e uma breve interpretação do contexto económico e social que terá estado subjacente à expressão megalítica da zona dos xistos e a sua interligação com o ambiente propiciador da monumentalidade do espaço dos mortos na zona dos granitos. As datações obtidas a partir de carvões recolhidos na anta da Joaninha serão, igualmente, relacionadas com as datas já disponíveis para monumentos implantados no patamar granítico da Serra de S. Mamede.

Importa aqui referir e agradecer ao Ayuntamiento de Cedillo, nas pessoas dos Senhores Primeiro e Segundo Alcaldes, Sr. António Gonzalez Riscado e Miguel Angel Morales, todo o apoio prestado a este e aos trabalhos anteriores, sem o qual esta investigação estaria completamente condenada. Uma palavra de agradecimento não poderei deixar de registar ao meu colega e amigo Professor Doutor Juan Javier Enriquez Navascues, arqueólogo da Junta da Extremadura e professor na Universidade de Cáceres que, pelo seu empenho, em muito se deve este estudo. Ao Eng. João Carlos Caninas que co-dirigiu a escavação da anta da Joaninha e nos ajudou a interpretar os seus resultados, manifestamos aqui os nossos agradecimentos.

1. Anta da Joaquina – Relatório de Escavação

Ficha Técnica

Direcção de escavação: Jorge de Oliveira

Co-direcção: João Carlos Caninas

Colaboradores: Maria del Pilar Nevado Semedo, Eduardo Carrilho, Rodriguez, Francisco Javier Sierra Sanchez, Juan Carlos Rodriguez Márquez, Regino Ramallete Marquez, Sónia de Jesus Martins Fernandes, Clara Oliveira, Elisete Maria Sepanas, Maria José de Jesus Soares e Susana Maria Luís Agostinho.

Apoios: Ayuntamiento de Cedillo – Junta da Extremadura; Universidade de Évora

Trabalhos realizados em: 1.ª Campanha – 17/09/95 a 28/09/95
2.ª Campanha – 8/11/95 a 10/11/95

1.1. Localização

A Anta da Joaquina localiza-se em Espanha, na Província da Extremadura, Termo Municipal de Cedillo, numa pequena elevação a 1000 metros para poente do centro urbano. No interior do complexo xisto-grauvâquico ante-ordovícico, o monumento implanta-se numa cota de 259 metros, na linha de festo que separa a bacia hidrográfica do Rio Sever do Regato del Pueblo.

Possui as seguintes coordenadas do sistema UTM, obtidas sobre a Carta Militar de Portugal, 1/25 000, n.º 315:

X-27 55
Y-90 55

1.2. Escavação

Depois de obtidas as autorizações da Junta da Extremadura, Ayuntamiento de Cedillo e do proprietário do terreno, Sr. Júlio Pires Maia, procedeu-se à elaboração de um levantamento topográfico da área de implantação do monumento, na escala 1/10 e com equidistância das curvas de nível de 0,25 m. Este primeiro levantamento foi efectuado antes da limpeza do terreno.

Os trabalhos de escavação iniciaram-se no dia 18 de Setembro de 1995 com a marcação de uma rede de quadrículas de 2 x 2 metros de lado, organizadas a partir de dois eixos ortogonais, orientados, respectivamente a Norte-Sul e a Este-Oeste. A rede de quadrículas abrangeu uma área de 288 m² por forma a que a estrutura tumular se localizasse no centro da malha e que fosse seccionada, longitudinalmente, pelo eixo dos XX.

Efectuada a marcação das quadrículas, iniciámos a extracção das pedras soltas acumuladas, quer no interior do espaço funerário, quer na área do *tumulus*. Estas pedras, compostas por blocos de quartzo leitoso e pequenas e médias lajes de xisto,



provenientes da destruição da mamoa, sobretudo da face sul, terão sido depositadas no interior do monumento durante as fainas agrícolas. Paralelamente à limpeza, construiu-se, fora da área de quadriculagem, um pilar em tijolo que serviu de base ao teodolito e que funcionou como ponto de cota fixa, arbitrária, de 0,00 metros.

Concluída a limpeza de superfície, constatou-se que o monumento se apresentava muito destruído na zona do corredor, especialmente na área dos quadrados G/7 e G/8. A maior parte dos esteios da face sul tinham sido arrancados ou partidos, depositando-se abundantes blocos de xisto em H/8 e G/9.

A escavação propriamente dita decorreu, paralelamente, em três áreas distintas: câmara, corredor e mamoa. Por forma a obter-se uma possível leitura estratigráfica manteve-se, até ao final da escavação, um testemunho na área da câmara, correspondente à potência de terra limitada pelos esteios da face sul e pela linha de separação dos quadrados G/6-H/6. Na face oposta procedeu-se a decapagens sucessivas de camadas de terra, nunca superiores a cinco centímetros. Uma massa de terra escura, envolvendo alguns blocos de xisto e quartzo leitoso, prolongou-se, de forma irregular, até cerca de 40 centímetros de profundidade. Nesta camada recolheu-se um bloco de xisto, no centro do qual se abre uma pequena covinha, obtida por percussão e posteriormente regularizada por fricção rotativa. Também e logo nas decapagens superficiais, recolheu-se um fragmento de bojo de recipiente cerâmico muito rolado, provavelmente pré-histórico. No mesmo nível, a cerca de 16 centímetros da superfície, recolheu-se um pequeno disco de xisto, com dois centímetros e meio de diâmetro, que poderá ter funcionado, em época indeterminada, como malha de jogo.

Ainda que de forma irregular, abaixo dos 40 cm, em relação ao topo, a coloração da terra começou a ser mais clara, com menor abundância de pedras e mais compactada. Esta camada, que se prolonga, igualmente, para a área do corredor, possui uma potência máxima, na câmara, de 50 cm, diminuindo gradualmente em direcção à entrada do monumento. Assenta esta camada de terra clara num lajeado de grandes, mas finos blocos de xisto que revestem toda a base do monumento, encontrando-se este piso parcialmente destruído junto à entrada. Os materiais megalíticos recolhidos neste monumento, localizavam-se, maioritariamente, na área do corredor, depositados no interior dos pequenos espaços existentes entre as lajes de revestimento do piso.

Paralelamente à decapagem no interior do corredor procedeu-se à identificação e escavação dos alvéolos dos esteios desaparecidos na face sul. Concluída a extracção da terra que se acumulava sobre o piso lajeado, e após o desenho e fotografia do testemunho, este foi desmontado. Sobre as lajes do piso, especialmente entre a câmara e o corredor, identificaram-se pequenas manchas de cinzas e carvões.

Observou-se, igualmente, que o lajeado da base do monumento não assentava directamente na rocha, existindo, ainda, uma fina potência de terra muito compactada. Por forma a que se compreendesse esta invulgar técnica de construção optámos pela desmontagem do lajeado e pela escavação das terras que sob ele existiam. Sob as lajes



Anta da Joaninha vista de nascente antes da escavação.

do corredor identificou-se outra mancha de cinzas e carvões. Tanto da primeira como da segunda mancha de cinzas e carvões recolheram-se amostras para datação. Verificou-se nesta sepultura que a rocha de base não foi regularizada, ao contrário do que ocorre noutros monumentos semelhantes, já escavados na margem portuguesa do rio Sever. Naqueles monumentos o solão xistoso foi parcialmente aplanado. No monumento em estudo, os seus construtores optaram por depositar terra argilosa muito fina e fortemente compactada sobre o irregular solão de base. Esta terra serviu de suporte a finas mas largas lajes de xisto que pavimentaram todo o espaço funerário.

Na área da mamoa, na face norte, único local onde ainda se depositam vestígios da couraça lítica que originalmente revestiria todo o monumento, procedemos à extracção das terras que se acumulavam sobre ela. A pouca estabilidade que os esteios da face norte, quer da câmara, quer do corredor, apresentam e perante a forte inclinação de alguns deles, optámos por não proceder à desmontagem da mamoa evitando perturbar, ainda mais, toda a estrutura arquitectónica. Assim, na mamoa foi possível verificar, unicamente, que ela é formada por blocos de xisto e quartzo leitoso, depositados imbricada e directamente sobre o solão. Originalmente, e à semelhança de outros monumentos com as mesmas características, toda a mamoa teria sido revestida por blocos de quartzo, contribuindo para uma maior monumentalidade da casa dos mortos.

Concluída a escavação procedemos ao desenho, cotagem e fotografia das estruturas postas a descoberto.

Por forma a que o monumento não venha a abater para o interior devido à extracção das terras, procedemos à remontagem do lajeado que cobria todo o espaço funerário. Sobre ele depositámos blocos de quartzo leitoso e terra crivada. Nos alvéolos identificados na face sul do corredor reimplantámos quatro blocos de xisto que se encontravam tombados em G/7 e que, pelas suas dimensões, poderão ter sido os esteios arrancados ao longo dos anos.



1.3. Arquitectura do Monumento

A Anta da Joaninha é um monumento megalítico funerário em forma de saco, formado por múltiplos esteios de xisto. Sem uma clara diferenciação entre a câmara e o corredor, quer em altura, quer em comprimento. Este monumento poderá, contudo, ser incluído no grupo dos sepulcros de xisto de corredor longo. Os esteios de maiores dimensões e que pouco ultrapassam hoje os 100 cm acima do solo, foram implantados em alvéolos e calçados com blocos de xisto e quartzo leitoso. Em planta denota-se um alongamento da câmara, o que a afasta dos monumentos estudados na área portuguesa do Rio Sever, onde estas apresentam uma forma muito mais arredondada.

O corredor parece ter sido dividido em dois espaços. Sensivelmente a meio do comprimento do corredor, sobre o lajeado, identificámos dois blocos de xisto justapostos que o seccionam transversalmente. Estes dois blocos aparentam ter uma função mais simbólica do que funcional, atendendo a que a sua altura não ultrapassa os 15 cm. Três blocos de xisto com alturas idênticas ao anterior foram descobertos na zona terminal do corredor, delimitando a entrada do monumento.

Numa primeira leitura poder-se-ia colocar a hipótese de ter havido, em época indeterminada, um prolongamento do corredor. Contudo, observa-se que o lajeado colocado na base do monumento não apresenta qualquer interrupção no local onde se identificou o separador, prolongando-se as lajes até à entrada do sepulcro.

O corredor encontra-se virado a Este com um desvio de 10° para Sul.

A mamoa é em tudo idêntica à dos monumentos de xisto já estudados da bacia do Rio Sever. Uma couraça formada por blocos de xisto e quartzo e por terra argilosa muito compactada envolveria, originalmente, toda a estrutura tumular. Blocos de quartzo de maiores dimensões identificados na periferia da mamoa parecem ter pertencido a um anel delimitador do monumento.

Das prováveis coberturas que este monumento possuiria já nenhuma subsiste.



Anta da Joaninha – aspecto da escavação.

ANTA DA JOANINHA
INVENTÁRIO DO ESPÓLIO

N.º	OBJECTO	MATERIAL	QUADRADO	X	Y	Z
1	Bloco	Ocre	G/7	10	190	139
2	Resto de talhe	Sílex	H/7	66	20	135
3	Ponta de seta	Sílex	H/6	190	10	127
4	Fragmento de lâmina	Sílex	G/7	32	155	157
5	Malha de jogo (?)	Xisto	H/6	45	45	76
6	Elemento de colar	Xisto (?)	G/7	93	192	148
7	Lâmina	Sílex	G/8	?	?	?
8	Geométrico	Sílex	H/7	50	12	130
9	Machado	Anfibolite	G/7	122	183	133
10	Elemento de mó	Grauvaque (?)	H/7	90	107	99
11	Pedra com covinha	Xisto	H/5	?	?	70
12	Machado	Anfibolite	H/7	67	22	137
13	Fragmento de cerâmica	Cerâmica	H/6	40	60	103
14	Objecto indeterminado	Quartzito	H/7	10	90	80

2. A Anta da Era de los Guardias - Relatório de Escavação

Ficha Técnica

Direcção de escavação: Jorge de Oliveira (Univ. de Évora)

Colaboradores: Maria del Pilar Nevado Semedo, Simón Semedo Tomaz, Ana Maria Robledo Tomaz, Ana Cristina Peixoto, Maria Margarida Ribeiro, João Parreira, Angélica Carreiras.

Apoios: Ayuntamiento de Cedillo; Junta da Extremadura; Universidade de Évora

Realização dos trabalhos: 14/7/97 a 27/7/97

2.1. Localização

O Dólmen da Era de los Guardias localiza-se na Província da Extremadura, Termo Municipal de Cedillo, na área da propriedade denominada La Regañada, à esquerda do caminho que conduz ao início da Loma de Mayamao. Situa-se a 1 500 metros para NW da casa de habitação de La Regañada e a 5 000 metros para SSE do centro urbano de Cedillo. À esquerda do caminho que acompanha o festo sobranceiro ao Rio Sever, do qual se afasta 2 000 metros para Este, o dólmen da Era de los Guardias insere-se num vasto conjunto de monumentos funerários megalíticos, em xisto, que se organizam em pequenas necrópoles implantadas nas várias linhas de cumeada da bacia hidrográfica do Rio Tejo. No interior do complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, o monumento implanta-se numa cota de 319 metros.



Possui as seguintes coordenadas do sistema UTM, obtidas por GPS:

X – 630228

Y – 4385711

2.2. Escavação

Os trabalhos realizados neste monumento inserem-se num projecto mais alargado que visa o estudo, reabilitação e valorização do património megalítico do Termo Municipal de Cedillo. Anteriormente a este trabalho, procedemos a uma prospecção sumária de todo o território e em 1995 à escavação e valorização do Dólmen de la Joaninha.

Depois de obtidas as autorizações da Junta da Extremadura, Ayuntamiento de Cedillo e dos proprietários do terreno, a escavação do monumento foi antecedida da elaboração de um levantamento topográfico da área de implantação (16 x 16 m), com equidistância das curvas de nível de 0,02 m. Este primeiro levantamento foi efectuado antes da limpeza do terreno.

Os trabalhos de escavação iniciaram-se no dia 14 de Julho de 1997 com a marcação de uma rede de quadrículas de 2 x 2 metros de lado, orientadas a partir de dois eixos ortogonais, orientados, respectivamente a Norte-Sul e a Este-Oeste. A rede de quadrículas abrangeu uma área de 256 m² por forma a que a estrutura tumular se localizasse no centro da malha e que fosse seccionada, longitudinalmente, pelo eixo dos XX.

Efectuada a marcação das quadrículas, iniciámos a extracção das pedras soltas acumuladas, quer no interior do espaço funerário, quer na área do tumulus. Estas pedras, compostas por blocos de quartzo leitoso e pequenas e médias lajes de xisto, provenientes da grande destruição que se observa na mamoa, terão sido acumuladas no interior do monumento pelas as fainas agrícolas. Durante os trabalhos de limpeza da terra vegetal, registou-se, à superfície, em I/8, um machado de pedra polida e uma lâmina de sílex.

Concluída a limpeza de superfície constatou-se que o monumento apresentava a maioria dos esteios tombados para o interior e alguns, sobretudo os que, posteriormente, viemos a verificar que pertenciam ao pronúncio de corredor, arrancados e depositados junto aos que na face norte definem a câmara. Nesta fase dos trabalhos e embora bastante destruído, este dólmen parecia definir uma planta ovalada aberta.

A escavação propriamente dita decorreu, paralelamente, no interior e no exterior do dólmen. Decapagens sucessivas de camadas de terra nunca superiores a cinco centímetros foram retiradas no exterior do monumento até se atingir o solão de base. No interior do monumento, após uma camada de terra humosa, que não ultrapassava os 10 cm, registou-se um forte enchimento de blocos de xisto e quartzo leitoso. A uma profundidade média de 40 cm, detectou-se uma camada de cinzas e alguns carvões que envolviam uma fragmentada travessa de faiança, pintada a tons de azul, no centro da qual aparece desenhada uma figura feminina tocando viola. Parece tratar-se de uma peça de cerâmica do tipo Talavera, muito comum entre as comunidades rurais dos finais do século passado e inícios do presente



século. Esta travessa assentava num informe empedrado, com claros sinais de fogo. Parece estarmos em presença de uma reutilização do espaço funerário pelas comunidades agrícolas dos finais do século XIX. Por informação oral sabemos que, localmente, algumas destas estruturas megalíticas são apelidadas de “fornillos”. Deriva este nome da utilização das estruturas funerárias como pequenos fornos para aquecimento, ou mesmo para confecção de alimentos, durante as fainas agrícolas. A concentração térmica que as pequenas câmaras funerárias propiciavam e ao mesmo tempo o controlo do fogo que facultavam, especialmente durante as ceifas, levou a que também o monumento da Era de los Guardias fosse reutilizado para esse fim. O lajeado que formava a base do “fornillo”, constituído, maioritariamente, por blocos de quartzo, não ultrapassava os 15 cm e concentrava-se apenas na área da câmara. À mesma profundidade, no espaço que poderemos definir por corredor, não se verificaram sinais de reutilização. Aqui a terra era mais clara e compacta, semelhante à que se verificou sob a base do “fornillo”. Na zona do corredor, à mesma profundidade do lajeado da câmara identificou-se um machado de pedra polida que apresentava um gume com claros sinais de utilização. Na câmara, já em terras mais compactas e claras, identificou-se um elemento de mó fracturado (movente) e um bloco de xisto com quatro pequenas covas na zona central.

Na câmara, já junto ao solão de base em terras muito compactas, recolheram-se pequenos fragmentos de cortiça carbonizada. Na área do corredor foi possível

identificar os alvéolos dos esteios que se encontravam arrancados no exterior. Também na câmara, sobretudo na face norte, foi possível identificar os negativos dos esteios que se encontravam tombados.

O solão xistoso identificou-se na área da câmara a uma profundidade máxima de 85 cm, em relação ao nível superior da terra.

Concluída a escavação do espaço interior do monumento alargaram-se as decapagens para a zona do *tumulus*, tendo em vista a identificação da sua técnica de construção. Assim procedeu-se à extracção das terras em H/9, I/9 e J/8. Em qualquer destes quadrados apenas se registaram algumas pedras que assentavam directamente no solão, não constituindo mais do que pequenas memórias de uma mamoa que envolveria, inicialmente, todo o monumento.



Anta da Joaninha – aspecto da escavação.

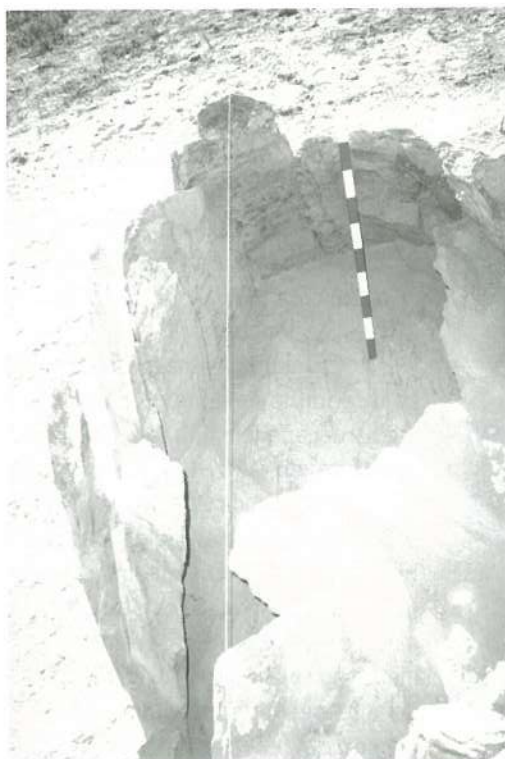


2.3. Arquitectura do Monumento

O dólmen da Era de los Guardias é um monumento megalítico funerário em forma de saco, formado por múltiplos esteios de xisto. Sem uma clara diferenciação entre a câmara e o corredor, quer em altura, quer em comprimento, este monumento poderá, contudo, ser incluído no grupo dos de corredor curto. Os esteios, de pequenas dimensões pouco ultrapassando hoje os 45 cm acima do solo, foram implantados em alvéolos e calçados com blocos de xisto e quartzo leitoso. Em planta denota-se um alongamento da câmara, o que a afasta dos monumentos estudados na área portuguesa do Rio Sever, onde estas apresentam uma forma muito mais arredondada.

O pequeno corredor orienta-se para Este, com um desvio de 25° para Sul, definindo, assim, uma orientação de 115° em relação ao Norte Magnético.

A mamoa é em tudo idêntica à dos monumentos já estudados da bacia do Rio Sever. Uma couraça formada por blocos de xisto e quartzo e por terra argilosa muito compactada envolveria, originalmente, toda a estrutura tumular. Provavelmente, blocos de quartzo de maiores dimensões colocados na periferia da mamoa poderão ter formado um anel delimitador do monumento.



Anta da Joaninha – lajeado de base.

Das prováveis coberturas que este monumento possuiria já não chegou nenhuma até hoje.

Para a construção deste sepulcro foi aberta, em rampa uma abertura no solão xistoso. Todo o perímetro foi guarnecido por lajes de xisto, que encaixam em pequenos alvéolos, igualmente abertos na rocha. Com uma pequena inclinação para o interior, as lajes de xisto foram calçadas nos alvéolos por argila compactada e por blocos de quartzo. Denota-se que os esteios implantados em frente à entrada apresentam uma maior robustez do que os restantes. Por outro lado são os que apresentam menor inclinação para o interior. Verificou-se que a rocha constitui base do espaço funerário. Ao contrário de outros monumentos de características arquitectónicas semelhantes, a rocha na base da câmara e do pequeno corredor anexo não foi

muito regularizada. Os principais abatimentos foram neutralizados com recurso à inclusão de argila compactada.

2.4. Recuperação do Monumento

Concluída a escavação, procedemos ao desenho, cotagem e fotografia das estruturas postas a descoberto.

Reconhecendo-se, pelas dimensões, que as lajes de xisto tombadas na parte superior do monumento coincidiam com os alvéolos identificados no corredor, procedemos à sua reimplantação. Estas lajes foram, de seguida, calçadas com blocos de quartzo e argila compactada. Na câmara procedemos à recolocação nos sítios originais dos esteios tombados. Concluída a remontagem da estrutura lítica do monumento, depositámos no interior da câmara as pedras daí extraídas durante a escavação, por forma a evitar o abatimento para o interior de toda a estrutura funerária. Posteriormente, depositámos a terra crivada sobre as pedras e procedemos à sua compactação. Na área escavada da mamoa foi reposta a terra daí extraída durante a escavação. Finalmente, procedemos à limpeza de todos os detritos na área envolvente do monumento.

DÓLMEN DE LA ERA DE LOS GUARDIAS INVENTÁRIO DO ESPÓLIO

N.º	OBJECTO	MATER.	QUAD	X	Y	Z
1	Lâmina	Sílex	-	-	-	superfície
2	Machado	Anfibolite	H/8	189	150	0,99
3	Machado	Anfibolite	I/8	0,90	0,90	0,77
4	Dormente de mó	Grauvaque	I/8	0,40	157	0,99
5	Laje com covinhas	Xisto	I/8	0,20	170	102
6	Bloco talhado	Quartzito	-	-	-	superfície

O espólio recolhido neste monumento foi depositado no Ayuntamiento de Cedillo.

3. As Datas Absolutas da Anta da Joaninha no Contexto do Megalitismo da Bacia do Sever

Até há pouco tempo os pequenos monumentos funerários de xisto passaram praticamente despercebidos à comunidade arqueológica. A Primitiva Bueno se devem os primeiros estudos de carácter sistemático, especialmente para a região de Santiago de Alcântara e, de alguma forma, também a eles se refere no estudo que desenvolveu em Valência de Alcântara.



Em trabalhos anteriores, tanto nossos como de Primitiva Bueno, uma das grandes questões que se colocavam em torno da expressão megalítica dos monumentos de xisto de pequena volumetria e na ausência de datas absolutas para este tipo de sepulcros, assentava, invariavelmente, no seu posicionamento cronológico, especialmente em relação aos monumentos de maiores dimensões obtidos em granito. A proximidade geográfica, as grandes semelhanças do ponto de vista arquitectónico e, de alguma forma, o paralelismo do conjunto artefactual, ainda que com as suas especificidades próprias, patente nos megálitos de xisto e granito, induzia-nos a uma contemporaneidade, pelo menos de utilização, dos dois universos megalíticos. Até à escavação da anta da Joaninha, no Termo Municipal de Cedillo, as únicas amostras datadas provenientes de monumentos semelhantes tinham sido obtidas sobre carvões recolhidos na Anta da Lomba da Barca, no concelho de Nisa. Estes carvões forneceram uma idade (anos BP) de 950 ± 80 . Este valor, ainda que transformado em anos-calendário, corresponderá, seguramente, a uma fase de violação, muito tardia do monumento. Os outros sepulcros escavados na margem portuguesa, sobretudo porque se encontravam muito afectados pela plantação de eucaliptos, não forneceram materiais datáveis. Encontrávamo-nos, assim, na ausência de um fundamental elemento de aferição das teses apresentadas anteriormente. As duas amostras recolhidas no monumento da Joaninha, submetidas a datação por radiocarbono, forneceram, respectivamente, as seguintes idades (anos BP): $3840 + 170$ e 5400 ± 210 . Estas amostras referem-se a carvões recolhidos em dois níveis distintos e estruturalmente separados. A primeira, Sac-1381: 3840 ± 170 anos BP, refere-se a um conjunto de carvões identificados na base do monumento, na zona de transição entre a câmara e o corredor, envoltos em terra muito compactada, sem sinais de violação e onde, igualmente, se recolheu a maioria dos artefactos. Estes carvões, associados a cinzas, encontravam-se incluídos em terras que assentavam directamente sobre o lajeado que formava o piso do espaço funerário. Sob este lajeado e entre a fina camada de terra que o separava da rocha de base, recolheu-se outro conjunto de fragmentos de madeira carbonizada, associados a pequenas manchas de cinzas, que forneceram a segunda data, Sac- 1380: 5400 ± 210 anos BP.

Embora estejamos em presença de apenas duas datações, elas revestem-se da maior importância, quer por serem as únicas até agora disponíveis para este tipo de monumentos e que, de alguma forma, não parecem resultar de actos de violação do sepulcro, quer por, de uma forma clara, encontrarem paralelos nas datas já disponíveis para monumentos de maiores dimensões, obtidos em granito e situados na área da bacia do Sever.

A primeira data da Anta da Joaninha, Sac - 1381: 3840 ± 170 , insere-se no contexto temporal já referenciado através das amostras 1 e 3 da Anta da Cabeçada, no concelho de Marvão, que forneceram, respectivamente, as seguintes idades: 3650 ± 110 anos BP e 3720 ± 45 anos BP. A primeira, resultou de carvões recolhidos no interior de um pequeno silo aberto na câmara do monumento, associados a taças abertas, com superfícies lisas. A segunda, refere-se a landes carbonizadas, recolhidas sob os esteios tombados da câmara, igualmente associadas a cerâmicas lisas. A Anta da Cabeçada é



Anta da Joaninha – reenchimento do espaço funerário.

um monumento de câmara poligonal muito regular, com corredor curto. Ainda que com algum afastamento, mas não muito significativo, sobretudo se atendermos às margens de erro, poderemos, igualmente, encontrar paralelos cronológicos para a amostra 1 recolhida na Anta das Castelhanas. Esta amostra (OXA-5432), de que resultou a idade de 3220 ± 65 anos BP, era formada por ossos humanos carbonizados, associados a recipientes semi-esféricos sem decoração, pontas de seta de sílex de base convexa e fragmentos de placa de xisto sem decoração. A Anta das Castelhanas é um monumento em granito de câmara poligonal regular com corredor curto.

A segunda amostra da Anta da Joaninha (Sac - 1380: 5400 ± 210 anos BP), recolhida sob o lajeado da base do monumento, sem materiais arqueológicos associados, parece enquadrar-se no conjunto de datas, vulgarmente consideradas muito antigas, já disponíveis para os monumentos graníticos da área em estudo. As amostras a que nos referimos, recolhidas em monumentos do concelho de Marvão, como na Anta das Castelhanas (ICEN-1264: 6360 ± 110 anos BP), na anta da Cabeçuda (ICEN-978: 7660 ± 60 anos BP) e na Anta da Figueira Branca (ICEN-823: 6210 ± 50 anos BP), referem-se a carvões incluídos em terras saibrosas na base da câmara, sem artefactos associados, provavelmente resultantes da abertura das fossas de implantação dos esteios ou, como no caso da Anta da Figueira Branca, de carvões de uma lareira não estruturada, identificada na base da mamoa. Neste último exemplo, os carvões encontravam-se associados a um elemento de mó fracturado e a fragmentos de cerâmica muito rolados.

Pelas datas obtidas na Anta da Joaninha, parece já confirmar-se a nossa anterior hipótese, que apontava para a contemporaneidade de utilização das duas expressões megalíticas situadas na bacia do Sever. Este paralelismo temporal parece, em face dos dados disponíveis, ter maior enquadramento nos monumentos de corredor curto, obtidos em granito, do que nos monumentos de corredor mais desenvolvido. A única amostra datada, até agora disponível, para esta re-



gião, relacionada com monumentos de corredor longo, foi obtida na anta IV dos Coureiros, no concelho de Castelo de Vide e forneceu a idade de 4240 ± 150 anos BP (ICEN-976).

Não deixa de ser interessante igualmente reparar como a idade dos carvões (Utc-4452: 6022 ± 40 anos BP), recolhidos na fossa de implantação do menir da Meada, no concelho de Castelo de Vide apontam para uma aproximação às datas consideradas muito antigas dos monumentos megalíticos de características funerárias agora apresentados.

Parece confirmar-se, com a data mais antiga agora disponível para o monumento da Joaninha, associada à série que, de alguma forma, começa a ser já significativa para esta pequena bacia hidrográfica, pelo menos nesta região, e sem entrar numa análise mais detalhada, como noutros textos anteriores já fizemos, que a construção megalítica se entrosa numa já tradicional apropriação do mesmo espaço.

4. O Ambiente Socioeconómico do Megalitismo de Xisto da Foz do Sever

Se as datações até agora obtidas parecem confirmar a contemporaneidade dos monumentos de xisto e granito, elementos existem que nos poderão ajudar a compreender a diversidade arquitectónica e artefactual dos dois conjuntos.

As pequenas câmaras funerárias de xisto, pequenas sobretudo em altura, começam agora a merecer a atenção dos investigadores que tentam compreender esta variante megalítica nas suas mais diversas vertentes. Uma das questões que em torno delas se pode colocar, diz respeito às suas características morfológicas. Constata-se, de imediato, que o investimento energético despendido na sua construção é muito menor do que, por norma, teria sido necessário para construção dos monumentos graníticos. Três a quatro pessoas, em poucos dias, poderiam cortar, transportar e construir um espaço funerário com estas características. Ainda que com outras prováveis variantes, reconhecem-se, até agora, três grupos arquitectónicos. Poderemos, sinteticamente, isolar câmaras fechadas, mais ou menos alongadas; câmaras abertas, em forma de saco e câmaras poligonais, muito regulares, com corredor. No grupo das câmaras abertas podem ainda identificar-se corredores de maior, ou menor comprimento. Na zona em estudo, extremo Nordeste do Alentejo e recanto Oeste da Extremadura espanhola drenado pelo Tejo, poderão servir de exemplo, para o primeiro grupo, o monumento de Baldio Gitano II (Santiago de Alcântara), para o segundo grupo, de corredor longo, o monumento da Joaninha, de corredor curto, o monumento da Era de los Guardias, ambos em Cedillo e para o terceiro grupo, o monumento da Lomba da Barca localizado no concelho de Nisa.

De uma forma genérica encontramos correspondência arquitectónica para estes três tipos nos monumentos obtidos em granito nesta região. Afastam-se, contudo, tanto na volumetria, como na forma de utilização da matéria-prima. Nos

monumentos graníticos as câmaras são formadas, genericamente, por esteios simples, cujo número, raramente, ultrapassa os sete. Os corredores, quando presentes, são formados por esteios, igualmente simples, variando o seu número em função do seu comprimento, mas que, maioritariamente, são constituídos por um máximo de quatro a cinco esteios de cada lado. Nos monumentos de xisto, tanto na câmara, como no corredor, os esteios são múltiplos, reforçados e por norma encaixados entre si. Poderíamos, numa primeira análise, considerar que a solução arquitectónica adoptada resultaria mais das características da matéria-prima do que da técnica construtiva, contudo, conhecem-se monumentos, igualmente obtidos em xisto, onde se identifica uma técnica de construção idêntica à utilizada nos monumentos de granito. Para exemplo bastará referir o

monumento de Tierra Caída 1 (Cedillo), Bordalo (V. de Alcântara), ou os grandes sepulcros recentemente estudados por Primitiva Bueno nos arredores de Alcântara. Nestes casos, para além das dimensões dos esteios, em tudo idênticos aos dos monumentos pequenos/médios de granito, a técnica construtiva parece ser semelhante. Verifica-se a utilização de um número limitado de esteios simples, implantados individualmente nos alvéolos. Assim, as dissemelhanças arquitectónicas dos monumentos de pequena volumetria parecem não depender exclusivamente da matéria-prima. Poderemos afirmar que estamos em presença de uma outra realidade arquitectónica, que reflecte um menor investimento na casa dos mortos. Se o investimento é de facto menor, do ponto de vista de cada monumento, ele parece multiplicar-se ao observarmos a grande densidade de túmulos por território megalítico. Esta observação é, claramente, notável na foz do Rio Sever, tanto na margem espanhola como na portuguesa. Várias dezenas de sepulcros são assinaláveis numa pequena área. Os pontos mais destacados das linhas de festo, tanto principais como secundárias, foram eleitos como espaços de tumulação. Esta situação contrasta, significativamente, com a realidade da zona granítica da bacia do Sever. Aqui, agrupamentos de, no máximo, quatro a cinco monumentos poderão ser considerados já como constituindo uma grande necrópole.



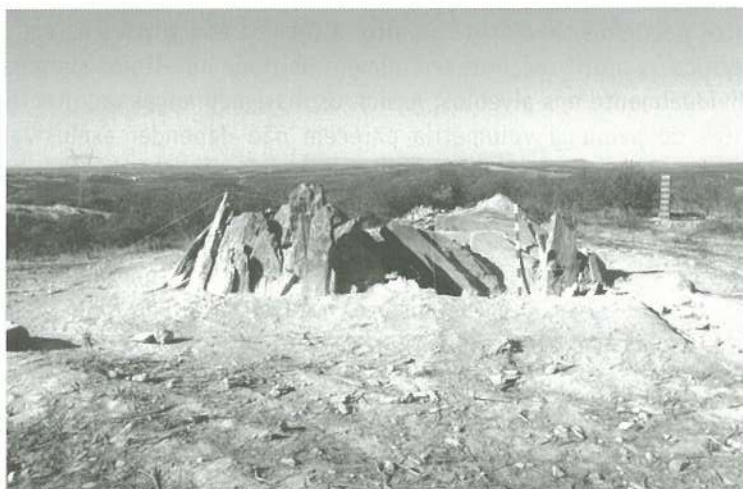
Anta da Joanhina – aspecto geral do monumento após a escavação.



Atendendo às diferenças, quer quanto ao número de monumentos por território, quer quanto às dimensões internas dos espaços funerários, parece poder deduzir-se que, provavelmente, estaremos em presença de atitudes distintas perante a morte, ou de contextos sociais diferentes. Na zona granítica da bacia do Sever a construção dos espaços funerários implicava, forçosamente, a congregação de um número muito maior de membros da comunidade e, paralelamente, os túmulos apresentam uma muito maior área funcional. A zona dos xistos revela, ao invés, espaços funerários muito menores e como consequência um reduzido número de pessoas envolvidas na sua edificação.

Perante estas observações poderemos ser levados a concluir que, enquanto na zona granítica os espaços funerários reflectem um claro comunitarismo, tanto na vida como na morte, na zona dos xistos a multiplicidade e dimensões dos túmulos poderão indiciar um maior individualismo. Se às observações do ponto de vista arquitectónico adicionarmos o que nos é dado a concluir perante o número, estado e diversidade de espólios recolhidos em monumentos das duas áreas em apreço, verificamos que o número de tumulados, tanto primários, como secundários, é significativamente distinto. Poderemos estimar que o número de depósitos funerários em monumentos de dimensões médias da região dos granitos, por norma, ultrapassa as duas dezenas, enquanto que nos monumentos de xisto e tendo, especialmente, como referência o parco espólio identificado, esse número era significativamente menor. Parece, assim, que as comunidades estabelecidas na foz do rio Sever, zona xistosa, ergueram monumentos funerários a que poderemos chamar de características familiares, contrapondo-se aos monumentos sintomaticamente de natureza comunitária que ocorrem na zona granítica.

Naturalmente, estas observações problematizam-se se considerarmos o que de há muito se vem afirmando, isto é, o sepulcro megalítico apenas acolhia um grupo restrito de membros da sociedade. Esta constatação parece deduzir-se com alguma



Anta da Joaninha vista de sul após a escavação.

facilidade na realidade megalítica dos grandes monumentos, contudo, torna-se mais difícil a sua aplicação aos numerosos e pequenos espaços funerários da zona dos xistos. Se for aceitável a nossa interpretação de que se tratariam de jazigos familiares, teremos, então, que questionar se todos ou apenas alguns membros dessas famílias teriam direito a ser aí tumulados. Se para os monumentos de granito sabemos que a idade e o sexo não eram motivo de exclusão, a inexistência, até ao momento, de restos ósseos, com dimensões mensuráveis, recolhidos em monumentos de xisto torna muito mais incerta qualquer interpretação. Fazendo uma, mas sempre perigosa, comparação com os tempos históricos verificamos que a densidade populacional das duas regiões em análise é substancialmente diferente. Os índices baixam significativamente na foz do Sever, se comparados com os patamares graníticos da Serra de S. Mamede. Esta realidade parece decorrer da multiplicidade de recursos que a serra oferecia e oferece, face à pobreza dos solos da região situada mais a norte. Transpondo esta realidade para épocas pré-históricas e atendendo às características e sobretudo ao grande número de sepulcros conhecidos, poderemos ser levados a concluir que o megalitismo dos sepulcros de xisto seria muito menos elitista, ou mesmo a última morada para todos os membros da comunidade.

Estaremos, assim, em presença de dois comportamentos sociais distintos. Os patamares graníticos da Serra de S. Mamede, propiciadores de uma grande diversidade de recursos, estimulariam um tipo de economia reforçadora dos laços sociais. As práticas agrícolas constituiriam a base económica destas sociedades, implicando uma relação mais estreita entre o homem e a terra e uma crescente domesticação e apropriação dos solos. Deste tipo de economia resultaria uma maior complexificação da organização social, onde as normas de sociabilidade conduziriam à emergência de líderes e consequentemente à criação de elites. Só comunidades suficientemente organizadas podem gerar espaços funerários monumentais, como os que ocorrem nas encostas da Serra de S. Mamede. Monumentos como o da Tapada de Matos, Coureiros II ou Alcogulo II - Castelo de Vide, formados por esteios com pesos superiores a 5 toneladas, só seria possível a sua construção em ambientes com lideranças fortes e em sociedades coesas. Obrigatoriamente, a comunidade teria de sustentar um número significativo de horas / homem para o corte, transporte e construção de tão gigantescos monumentos megalíticos. Esta capacidade de disponibilização de recursos não se revê no ambiente megalítico presente na foz do Sever e margens do Tejo. Aqui é notória a pobreza de recursos naturais. As fortes pendentes, os vales profundamente cavados, os solos fracos e secos inviabilizam uma economia sustentada, unicamente na agricultura. Na foz do Sever, a pastorícia, à semelhança dos tempos históricos, deverá ter sido, ao tempo dos construtores de sepulcros megalíticos, a base económica predominante. Neste contexto, a relação do homem com a terra é mais frágil, assumindo aspectos distintos das sociedades agrícolas. A sedentarização efectiva que a domesticação da terra implica não assume a mesma expressão nas sociedades dependentes de uma economia assente na pastorícia. A mobilidade dos agregados familiares decorrente do apascentamento de gados gera relações sociais menos estruturadas e consequentemente inviabilizadoras da congregação de um número elevado de horas/



/homem conducentes a uma maior monumentalização da casa dos mortos. Parece-se nos ser esta uma das hipóteses explicativas para a reduzida volumetria dos monumentos megalíticos na zona mais a norte da Serra de S. Mamede, junto à foz do Sever. Somos levados, assim, a concluir que os monumentos volumetricamente menores, obtidos em xisto, terão sido construídos por comunidades de pastores, enquanto que os monumentos de maiores dimensões, por norma obtidos em granito, serão um produto de comunidades socialmente mais estruturadas alicerçadas em economias agrícolas e geradoras de maior número de excedentes. Digamos que estas observações poderão ser aplicáveis à paisagem em estudo e não, necessariamente, generalizáveis a outros contextos. Contudo, não deixará de ser interessante verificar como de alguma forma elas parecem ter expressão idêntica em ambientes onde, ainda hoje, a pastorícia assume uma importância acrescida na economia das comunidades. Exemplos desta situação poderemos encontrá-los nas margens do Guadiana, especificamente em solos de pouca aptidão agrícola, como seja o caso de parte dos concelhos de Mourão e Mértola.

Se, paralelamente às características arquitectónicas, analisarmos o mobiliário fúnebre recolhido, quer em monumentos de xisto, quer em monumentos de granito, verificamos, mais uma vez, um claro reflexo dos recursos disponibilizáveis para o espaço dos mortos. Sem que enveredemos, aqui, por uma análise detalhada de materiais arqueológicos, constatamos que existe uma relação directa entre a monumentalidade do túmulo e o espólio aí depositado. Essa relação directa revela-se no número, na diversidade e sobretudo na riqueza ou prestígio dos artefactos.

Também no universo artefactual se espelha, claramente, o tipo de economia que o justifica e sustenta. Entre a panóplia de artefactos fúnebres identificáveis nos monumentos de grandes dimensões, as cerâmicas ocorrem em grande profusão. Trata-se de um produto indispensável às sociedades agrícolas e sedentárias e, de alguma forma, pouco compatível com comunidades em constante deambulação. Nestas, os artefactos de contenção são obtidos, por norma, de matérias de origem animal ou vegetal, que pela sua fácil deterioração não chegaram até nós. Nos monumentos de pequenas dimensões da zona dos xistos, as cerâmicas ou estão completamente ausentes ou, quando ocorrem, são em pequeno número. Assim, a ausência de cerâmicas neste tipo de monumentos poderá ser mais um elemento que reforça a sua relação com comunidades predominantemente pastoris. Eventualmente, os tumulados seriam acompanhados por alguns artefactos de contenção, que em vida fariam parte do seu mobiliário, mas, por serem obtidos em materiais orgânicos, não chegaram até nós. Com facilidade poderemos aceitar que os recipientes em pele, madeira, ou corno fariam parte do equipamento normal dos guardadores de rebanhos e que com eles fossem depositados nos espaços funerários, substituindo os recipientes cerâmicos conotáveis com as comunidades mais sedentárias.

Os elementos de mó são outro dos artefactos que ocorrem em grande quantidade nos monumentos da zona dos granitos. Dispersos nas colinas tumulares, reutilizados como calços de esteios, ou mesmo como artefactos fúnebres, podem ultrapassar a





Anta da Joaninha vista de norte após a escavação.

meia centena num só monumento. Como exemplo desta situação refira-se a Anta da Cabeçuda no concelho de Marvão. Nas pequenas sepulturas da zona dos xistos a presença deste artefacto é rara. Nos vários monumentos por nós estudados nessa região apenas as antas da Joaninha e a da Era de los Guardias, em Cedillo, e a da Lomba da Barca, no concelho de Nisa, forneceram cada uma um dormente. Contudo, no que se reporta ao dormente da Anta da Lomba da Barca não poderemos estabelecer uma relação directa com o monumento funerário. Encontrava-se à superfície, a uma dezena de metros da anta, encostada a uma velha azinheira. Servia e continuou a servir de assento ao pastor que aí apascentava ovelhas e cabras.

As mós serão, seguramente, de entre todos os artefactos, aqueles que maior relação directa terão com as práticas agrícolas, não deixando de ser sintomática a sua quase ausência no contexto do megalitismo da foz do Sever.

De entre os espólios funerários provenientes de sepulcros da zona dos xistos, destacam-se, pelo seu número e robustez, os instrumentos líticos polidos. Neste conjunto, as enxós/enxadas são raras. São os machados, de grandes dimensões, geralmente polidos só no gume, de secção quadrangular, ou rectangular, que dominam as percentagens artefactuais. Nos monumentos da zona dos granitos, os instrumentos líticos polidos, para além de ocorrerem num número proporcionalmente reduzido, dividem-se, em partes muito idênticas, entre enxós/enxadas e machados, dominando, nalguns monumentos, especialmente nos de corredor mais longo, as enxós/enxadas. Embora os instrumentos líticos polidos estejam, na sua globalidade, intimamente relacionados com actividades agrícolas, são, naturalmente, as enxós/enxadas que, diariamente, são utilizadas pelos que na exploração da terra baseiam a sua economia. Comparando os machados provenientes dos dois tipos de monumentos verifica-se que eles se diferenciam sobretudo pelo peso, secção e especialmente, na



relação entre o largura do gume e o comprimento total da peça. Os machados da zona dos granitos são mais pequenos, melhor acabados, geralmente de secção rectangular ou elíptica e com gumes alargados e bisel mais fechado. Tratam-se de instrumentos adaptados ao corte de madeira. Ao invés, a maioria dos machados recolhidos em monumentos da foz do Sever, pouca capacidade de corte apresentam. Apercebe-se, pelas suas características que o objectivo do gume não seria tanto o corte perfeito, mas antes apresentarem uma maior capacidade de perfuração ou contusão. Funcionariam, assim, preferencialmente, como armas. O pastor, muito mais exposto aos perigos do que o agricultor, far-se-ia acompanhar, com maior frequência, de instrumentos de defesa. Poderá ser também este mais um elemento a corroborar a diferença de estruturas económicas existentes nas duas regiões, que se reflectiram em investimentos distintos no ritual da morte.

Leituras semelhantes poderemos fazer a partir da frequência de pontas de seta identificadas nos dois contextos megalíticos em análise. Entre os monumentos já escavados, situados nos patamares graníticos da Serra de S. Mamede, conhecem-se mais de um milhar de pontas de seta, maioritariamente em sílex. As pontas de seta recolhidas em monumentos da foz do Sever o seu número dificilmente ultrapassa as duas dezenas. Tratando-se de artefactos, especialmente dirigidos à actividade cinegética e encontrando-se os grandes sepulcros nas imediações da floresta, que revestia as cotas mais altas da Serra de S. Mamede, rica em espécies animais, as pontas de seta poderão ser outro indiciador da diversidade de recursos que estas comunidades explorariam. Ao invés, embora a caça não fosse, naturalmente, estranha às comunidades das margens do Tejo, ela parece não ter uma grande expressão nos conjuntos artefactuais identificados nos sepulcros de xisto, indiciando, provavelmente, menores recursos cinegéticos naquela zona. Embora a matéria-prima preferencial para a obtenção destes artefactos seja o sílex, conhecem-se inúmeros exemplos de pontas de seta obtidas em xisto. Reveste-se do maior interesse verificar que o monumento que forneceu o maior número de pontas de seta em xisto é a Anta das Castelhanas, situada em pleno patamar granítico e construída, igualmente, com esteios de granito. Acresce o interesse por estes artefactos se verificarmos que para qualquer das comunidades em estudo, mas especialmente às que deambulavam pelas margens do Tejo, o xisto, como matéria-prima para obtenção de pontas de seta, estaria muito mais disponível do que o sílex. Esta rocha, que, se ocorre na área em estudo, estará presente em quantidades muito pequenas, incompatíveis com o número e sobretudo com as dimensões da maioria dos artefactos conhecidos. O sílex, seria, assim, importado em bruto, ou já talhado de outras regiões, provavelmente da costa atlântica. Esta importação reflectiria um acréscimo de prestígio nos que foram tumulados acompanhados de artefactos de sílex e, conseqüentemente, espelhará uma economia mais desafogada entre os construtores dos grandes monumentos, contrapondo-se à das comunidades estabelecidas na foz do Sever. Entre estas, embora os artefactos de sílex também estejam presentes, ocorrem em número e dimensões muito reduzidas. Destaque-se a ausência das grandes lâminas, ou das vulgarmente denominadas "alabardas", entre os espólios dos pequenos monumentos de xisto.



Assim, poderemos ver na zona onde a pastorícia teria maior incidência um fenómeno megalítico semelhante ao das comunidades cuja economia assentava na exploração agrícola, mas expresso em rituais modelados à escala dos seus recursos económicos.

Decorre, de tudo o que acima afirmámos e, sobretudo, da série de datas já disponíveis, que, pelo menos, os espaços funerários da zona dos granitos tiveram uma longa utilização funcional, servindo várias gerações. Importa agora verificar, a partir de outros trabalhos a desenvolver em sepulcros da zona dos xistos, se esta constatação é aplicável aos monumentos volumetricamente menores, de características mais familiares.

Bibliografia:

- BARATA, J. Pedro Martins (1965); O Menir da Meada, *Ethnos*, 4, Lisboa.
- BASSO, Júlio (1911); Antas nos concelhos do Crato, Nisa e Castelo de Vide, *O Archeólogo Português*, vol. 1, Lisboa.
- BATISTA, J. e LEITÃO, M. (1980); Um Monumento Dolménico nas Naves (Montalvão - Nisa), *Estudos de Castelo Branco*, n.º 5, Nova Série, Castelo Branco.
- BERGES, M. (1959); *Megalitismo en Extremadura*, Tesis de Licenciatura, Universidad Complutense, Madrid.
- BERHMANN, R. B. e BUENO, P. (1989); Arte Megalítico en el Suroeste: El Grabado del Dolmen de Huerta de las Monjas (Valencia de Alcántara), in *XIX Congreso Nacional de Arqueología*, 1987, Castellón de la Plana.
- BUENO, Primitiva (1986); Megálitos en Extremadura, in *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*, España-Portugal, 1984.
- Idem (1987); Megalitismo en Extremadura: Estado de la Cuestión, in *El Megalitismo en la Península Ibérica*, Ministerio de Cultura, Madrid.
- Idem (1988); Los Dolmenes de Valencia de Alcántara, *Excavaciones Arqueológicas en España* n.º 155, Ministerio de Cultura, Madrid.
- Idem (1989); Camaras Simples en Extremadura, *XIX Congreso Nacional de Arqueología*, 1987, Castellón de la Plana.
- Idem (1994); *La Necropolis de Santiago de Alcántara (Cáceres), una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental*, Seminario de Estudios de Arte Y Arqueología, Universidad de Valladolid.
- BUENO, P. e BERHMANN, R. de B. (1994); El Arte Megalítico como Factor de Análisis Arqueológico: El Caso de la Meseta Española, in *Actas del 6 Congreso Hispano-Ruso de Historia*, Fundación Cultural Banesto, Madrid.
- CANINAS, J. C. Pires e HENRIQUES, F. J. (1985); Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa, in *Actas das 1.ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.
- Idem (1987); Megalitismo de Vila Velha de Ródão e Nisa, in *Arqueologia no Vale do Tejo*, I.P.P.C., Lisboa.

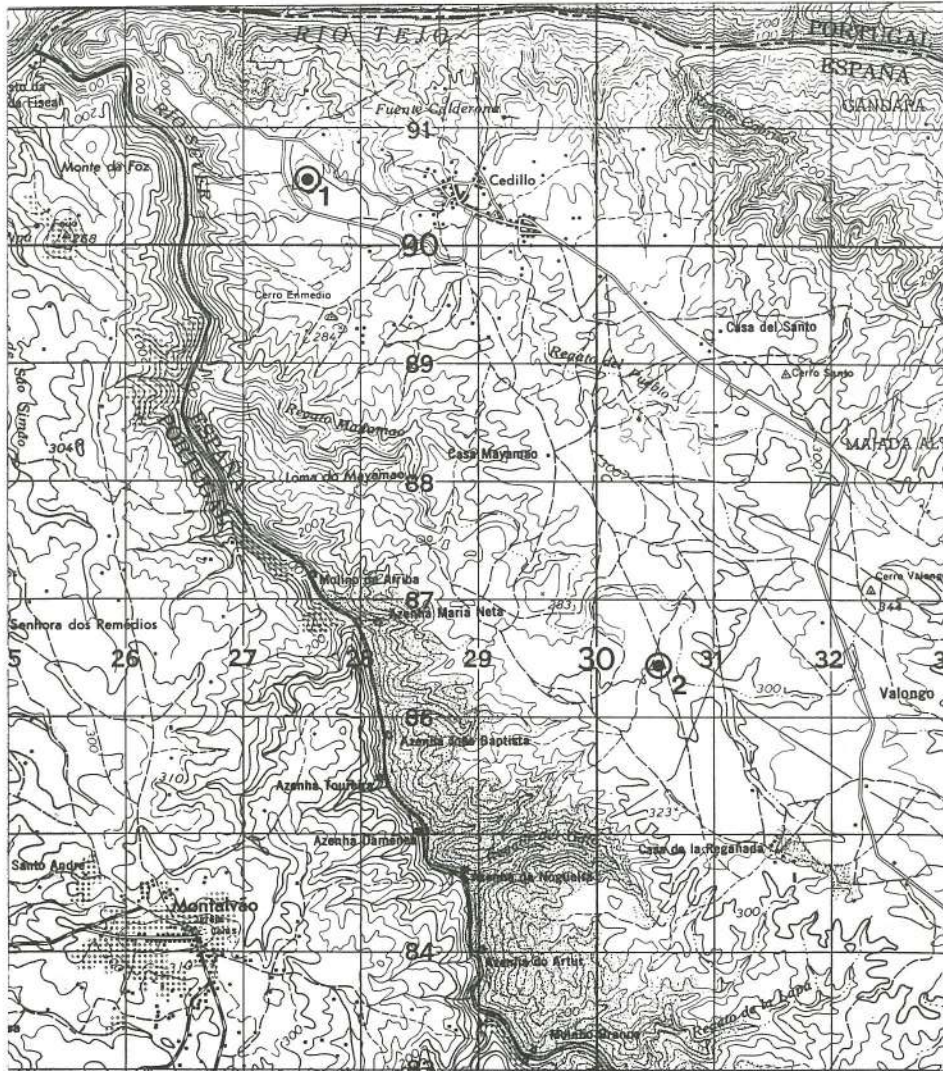


- CARBALLO, Gonzalo Muñoz (1983); Menhires de Valencia de Alcántara, *Boletim de la Asociación Espanola de Amigos de la Arqueología*, n.º 17, Junio, Madrid.
- DIAS, Ana Carvalho e OLIVEIRA, Jorge Manuel (1981); *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.
- DIEGUEZ LUENGO, Elias (1965); Nuevas Aportaciones a la prehistoria de Extremadura, *Zephyrus*, XVI, Universidad de Salamanca, Salamanca.
- Idem (1976); Los Dolmenes de Valencia de Alcántara, in *V Congreso de Estudios Extremeños*, Badajoz.
- GONÇALVES, Vitor (1989); Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular: 1. Deusa(s)-Mãe, placas de xisto e cronologias, uma nota preambular, in *Colóquio Internacional de Arte Pré-Histórica, Almansor*, n.º 7, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- GONZALEZ CARBALLO, Juan Luis (1993); El Conjunto Dolmenico de San Vicente de Alcántara (Badajoz), *Norba* 11-12, Universidad de Extremadura, Cáceres.
- HENRIQUES, F. J. R. e CANINAS, J. C. P. (1980); Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, N.R.I.A. Vila Velha de Ródão.
- Idem (1986); Nova contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, N.R.I.A. Vila Velha de Ródão.
- LEISNER, George e Vera (1943); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel: Der Suden*, Walter de Gruyter, Berlin.
- Idem (1956); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel Der Westen (1)*, Walther de Gruyter, Berlin.
- Idem (1959); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel Der Westen (2)*, Walther de Gruyter, Berlin.
- Idem (1965); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel Der Westen (3)*, Walther de Gruyter, Berlin.
- LEISNER, Vera (1963); Primeiras fechas de radiocarbono 14 para la cultura megalítica ibérica, *VIIIº Congreso Nacional de Arqueología*, Sevilla-Málaga, Zaragoza.
- MONTEIRO, J. Pinho, e GOMES, Mário Varela (1977); Os Menires da Charneca do Vale do Sobral - Nisa, *Revista de Guimarães*, LXXXVII, Guimarães.
- OLIVEIRA, Jorge (1985); O Menhir da Água da Cuba - Marvão, in *Actas das 1.ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.
- Idem (1986); *A Estela Decorada da Tapada da Moita*, Câmara Municipal de Castelo de Vide.
- Idem (1988); *Introdução ao Estudo das Sepulturas Megalíticas da Margem Esquerda do Sever*, Universidade de Évora, Évora (estudo policopiado).
- Idem (1990); Aspectos do Megalitismo no Nordeste Alentejano in *Actas do 1.º Encontro Regional de História*, Universidade de Évora, Évora.
- Idem (1991); A Anta da Nave do Padre Santo - Nisa, in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- Idem (1992); A Anta dos Pombais - Marvão - Notas de escavação, *Ibn Maruán* n.º 2, Câmara Municipal de Marvão, Portalegre.



- Idem (1993); *Sepulturas Megalíticas del Termino Municipal de Cedillo – Provincia de Cáceres*, Ayuntamiento de Cedillo, Cáceres.
- Idem (1993); Conservação de Monumentos Megalíticos – Aspectos de uma problemática, *Correio da Natureza*, n.º 17, Serviço de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- Idem (1993); Reutilizações e Reaproveitamentos de Materiais em Sepulturas Megalíticas do Nordeste Alentejano, in *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Actas 1, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.
- Idem (1993); O Rio Sever e as Fronteiras no 3.º Milénio a.C., in *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*, C. M. de Vila Velha de Ródão.
- Idem (1994); Intervenções em Monumentos Megalíticos no Nordeste Alentejano, in *Actas do Encontro sobre Património Transfronterizo*, Junta de Extremadura/IPAAR, Badajoz (no prelo).
- Idem (1995); *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, Universidade de Évora (tese de doutoramento policopiada)
- Idem (1995); A Recuperação do Menir da Meada – Castelo de Vide, *Ibn Maruán* n.º 5, Câmara Municipal de Marvão.
- Idem (1996); Inventário dos Vestígios Arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede, *Ibn Maruán* n.º 6, Câmara Municipal de Marvão (em colaboração com António Bairinhas e Carmen Balesteros).
- Idem (1996); Datas absolutas de monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever, in *Actas do 2.º Congreso de Aqueologia Peninsular*, Zamora (no prelo).
- RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1975); *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa.
- SOARES, M. Monge (1993); Datações Absolutas para os IV e III Milénios a.C.: Uma análise crítica, *Actas do 1.º Simpósio Transformação e Mudança – O 4.º e 3.º milénio no Centro-Sul de Portugal*, Uniarq / C.M. de Cascais, 1993 – preprint distribuído pelo autor.
- WHITTLE, E. H. e Arnaud, J. M. (1975) Thermoluminescent dating of Neolithic and Chalcolithic pottery from sites in Central Portugal, *Archaeometry*, n.º 17, fasc. 1.



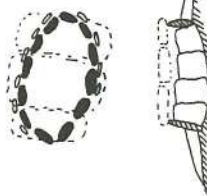
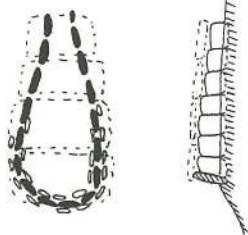
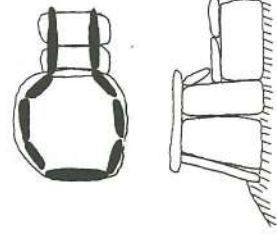
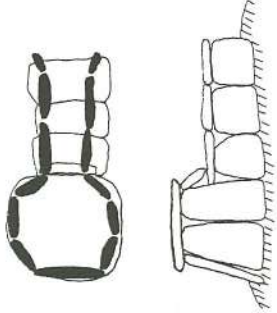


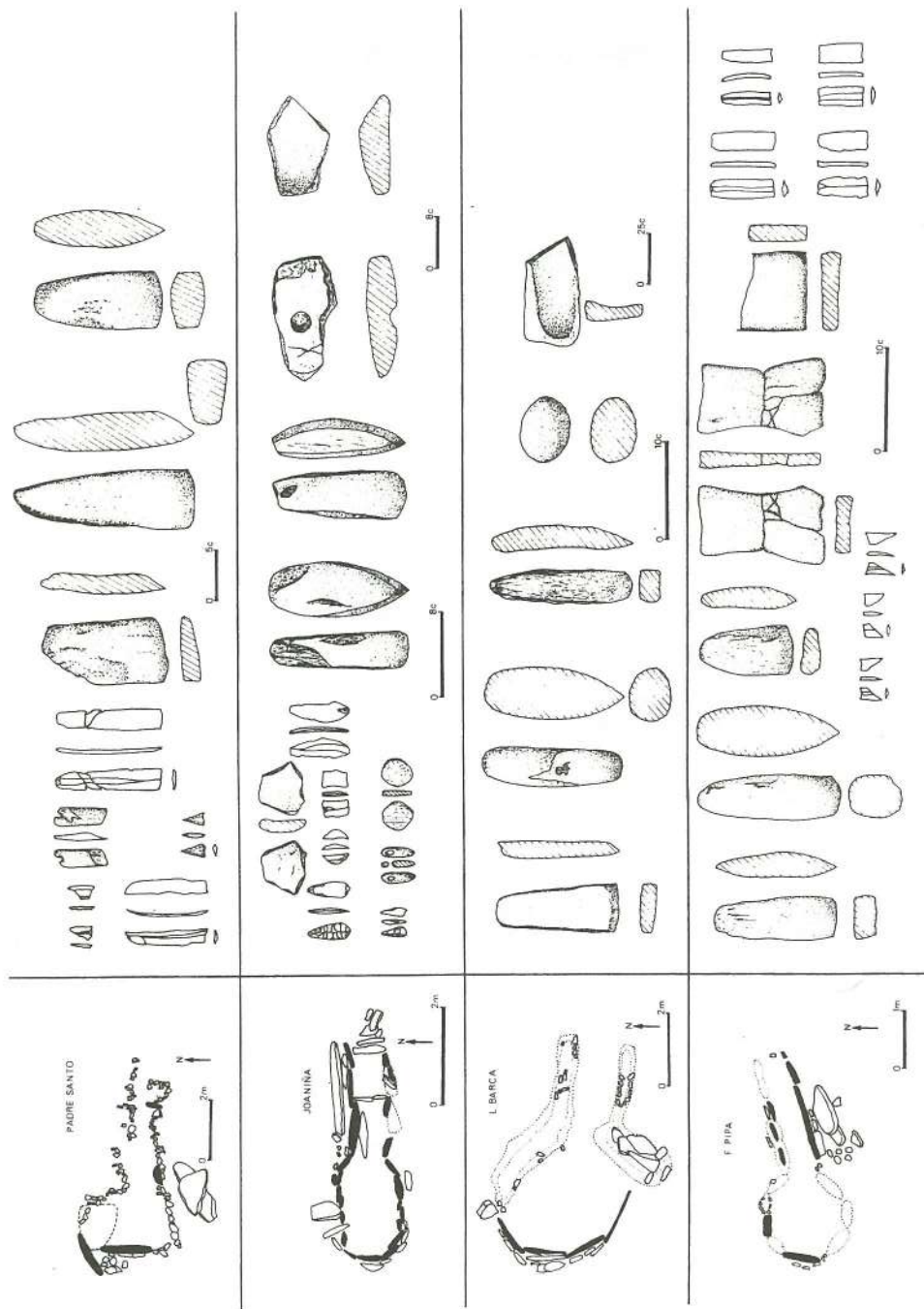
1 - Anta da Joaninha. 2 - Anta da Era de los Guardias.

A Anta da Joaninha e da Era de los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever



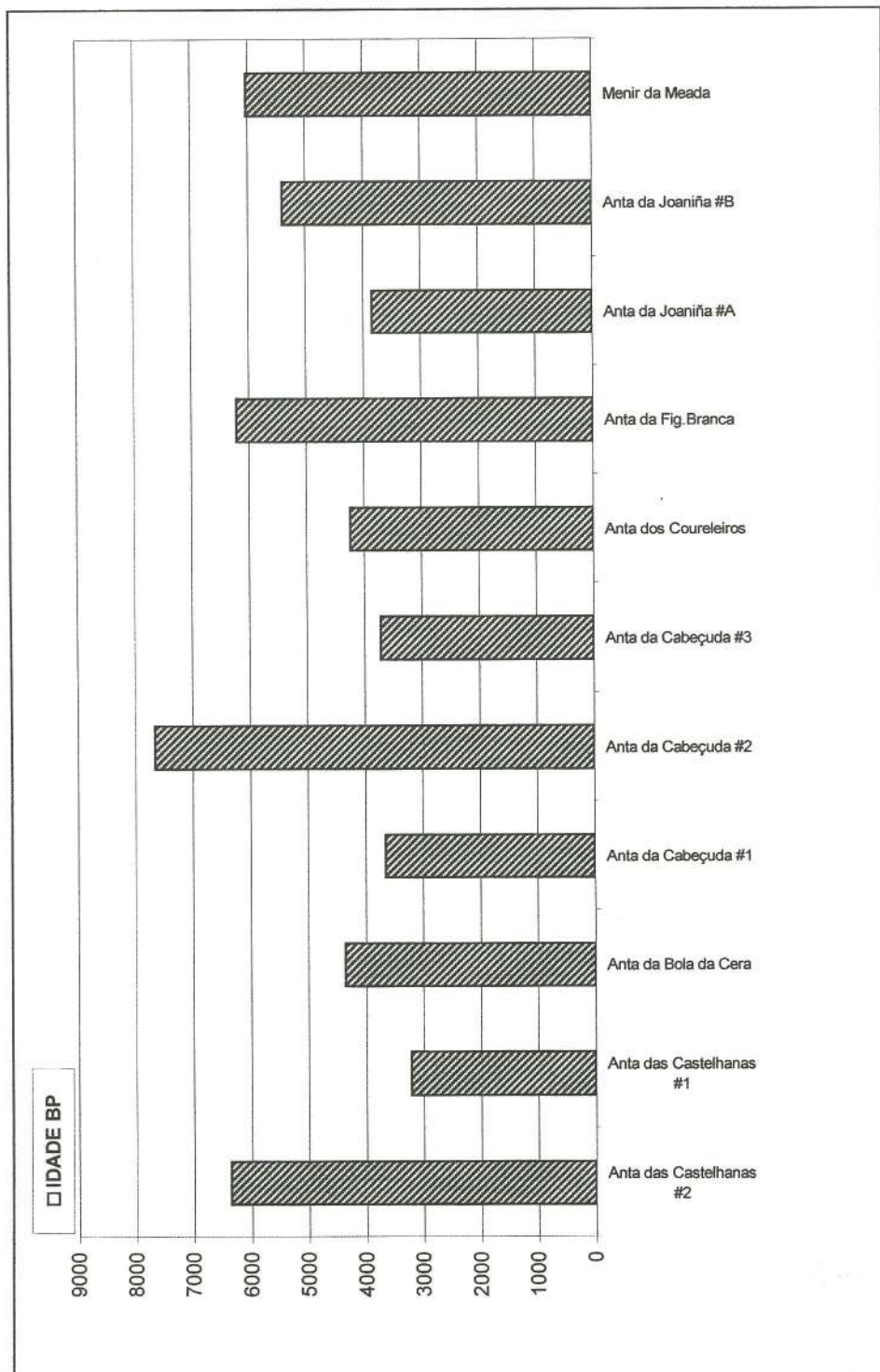
SEPULTURAS MEGALÍTICAS DA BACIA DO RIO SEVER - NORDESTE ALENTEJANO

CÂMARAS SIMPLES		CÂMARAS COM CORREDOR DIFERENCIADO	
<p>CÂMARAS FECHADAS</p> <ul style="list-style-type: none"> -Construídas em xisto -Planta sub-retangular ou sub-circular -Formadas por múltiplos esteios -Implantadas nas linhas de cumeeira -Eixo maior orientado maioritariamente a SE -Presença de blocos de quartzo na mamoa -Espaço funerário sob a linha de terra 	<p>CÂMARAS ABERTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> -Construídas em xisto -Corredor sem diferenciação em planta e alçado -Planta em forma de saco -Formadas por múltiplos esteios -Implantadas nos pontos mais evidentes da linha de cumeeira -Aberturas orientadas a Este -Abundantes blocos de quartzo na mamoa -Espaço funerário ao nível da linha de terra 	<p>CÂMARAS COM CORREDOR CURTO</p> <ul style="list-style-type: none"> -Construídas em granito -Corredor diferenciado em planta e alçado -Câmaras octogonais de sete esteios -Clara identificação do esteiro de cabeceira -Mamoas diversificadas -Raramente isoladas -Implantadas em encostas suaves -Quando associadas a uma de corredor longo ocupam locais menos notáveis 	<p>CÂMARAS COM CORREDOR LONGO</p> <ul style="list-style-type: none"> -Construídas em granito -Corredor diferenciado em planta e alçado -Câmaras octogonais de sete esteios principais -Clara identificação do esteiro de cabeceira -Mamoas diversificadas -Quando associadas a outras de corredor curto ocupam o local mais notável
<p>Sem datas</p>	<p>Datas disponíveis: Joaninha A ---- 3840±170 BP Joaninha B ---- 5400±210 BP</p>	<p>Datas disponíveis: Castelhanas ---- 6360±110 BP Castelhanas ---- 3220±65 BP Bola da Cera ---- 4360±50 BP Cabeçuda ---- 3650±110 BP Cabeçuda ---- 7660±60 BP Cabeçuda ---- 3720±45 BP Fig. Branca ---- 6210±50 BP</p>	<p>Datas disponíveis: Coureiros IV: 4240±150 BP</p>
			



A Anta da Joaninha e a da Era de los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever





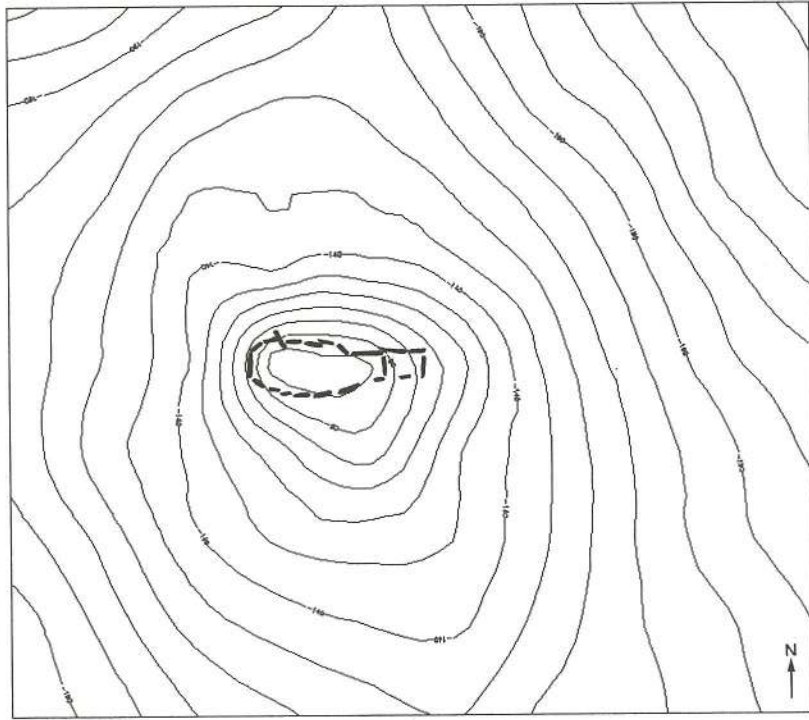
MONUMENTO Laboratório	IDADE BP	1 SIGMA cal BC	2 SIGMA cal BC	COMENTÁRIO
Anta das Castelhanas - Marvão (amostra 2) ICEN-1264	6360±110	5430-5394 5387-5222	5448-5059	Carvões na base da câmara, associados a pontas de seta de base recta, ou convexa, em xisto. Anta de corredor curto.
Anta das Castelhanas - Marvão (amostra 1) OXA-5432	3220±65	1520-1420	1630-1380 1340-1320	Ossos humanos carbonizados associados a semi-esféricos lisos, pontas de seta de sílex de base convexa e fragmento de placa de xisto sem decoração. Anta de corredor curto.
Anta da Bola da Cera - Marvão ICEN-66	4360±50	3038-2916	3258-2900	Ossos humanos carbonizados associados a placa de xisto de recorte antropomórfico, na base da câmara do monumento. Anta de corredor curto.
Anta da Cabeçada - Marvão (amostra 1) ICEN-977	3650±110	2178-2166 2142-1881	2328-1736 1715-1698	Carvões no interior do "silo" na base da câmara, associados a taças abertas com superfícies lisas. Anta de corredor curto.
Anta da Cabeçada - Marvão (amostra 2) ICEN-978	7660±60	6477-6418	6593-6577 6564-6378	Carvões no interior da câmara sobre o solão granítico. Anta de corredor curto.
Anta da Cabeçada - Marvão (amostra 3) ICEN-979	3720±45	2185-2162 2144-2033	2274-2252 2204-1971	Landes carbonizadas sob os esteios tombados da câmara, associadas a fragmentos de cerâmica lisa. Anta de corredor curto.
Anta dos Correiros - Cast. de Vide ICEN-976	4240±150	3021-2984 2927-2611	3335-2459	Carvões no interior do corredor associados a placa de xisto de contorno e decoração geométricos. Anta de corredor longo.
Anta da Figueira Branca - Marvão ICEN-823	6210±50	5235-5201 5097-5085	5302-5270 5014-5007	Carvões na base da mamoa provenientes de lareira não estruturada, associados a dormente fracturado. Anta de corredor curto.
Anta da Joaninha - Cedillo (amostra A) Sac-1381	3840±170	2550-2540 2490-2030	2870-2800 2770-2720 2700-1870 1840-1780	Carvões sobre o lajeado da base do monumento, associados a machado de anfibolite e ponta de seta e lâmina em sílex. Anta em xisto.
Anta da Joaninha - Cedillo (amostra B) Sac-1380	5400±210	4460-3980	4710-3770	Carvões entre o lajeado da base do monumento e o solão, em terras compactadas sem materiais arqueológicos
Menir da Meada - Cast. de Vide ÚIC-4452	6022±40	4860-4940	4810-5010	Carvões na base do Menir da Meada, no interior do alveolo de implantação.

Principais datas para monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever.

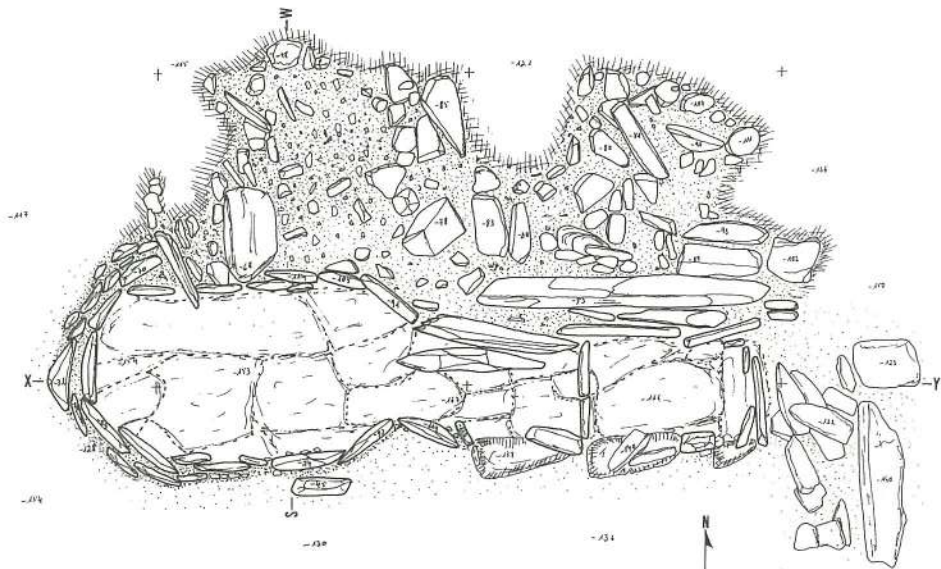
A Anta da Joaninha e a da Era de Los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever



Joaninha

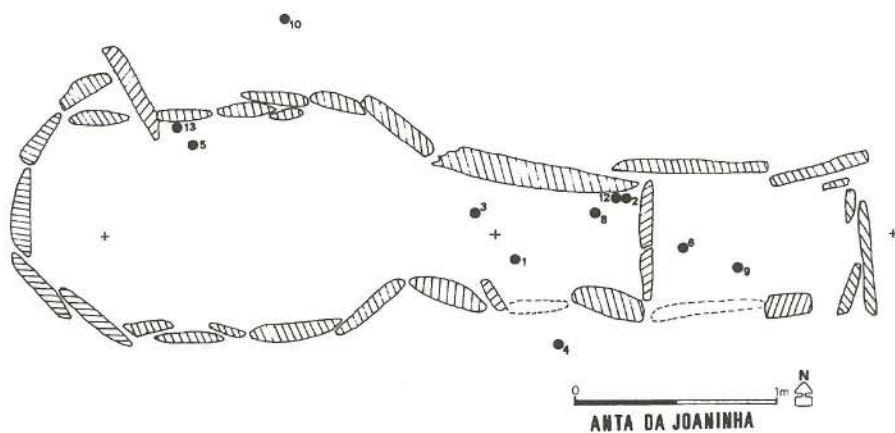
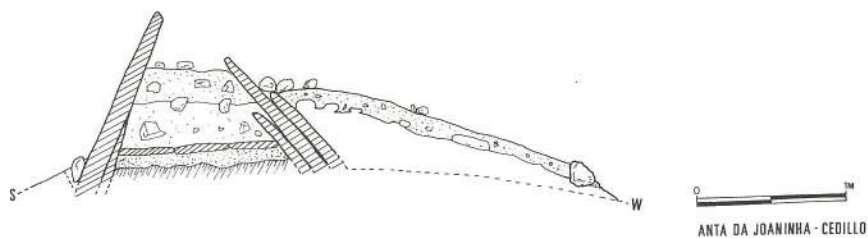
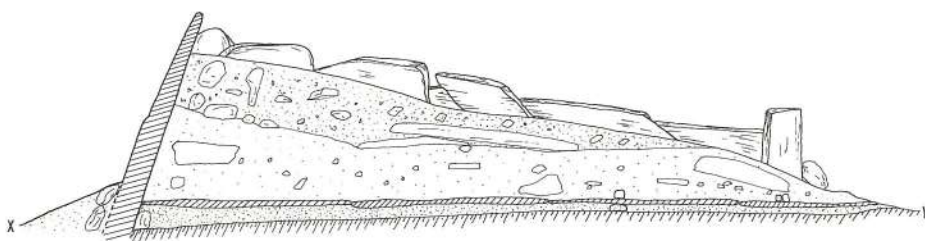


0 4m



ANTA DA JOANINHA - CEDILLO



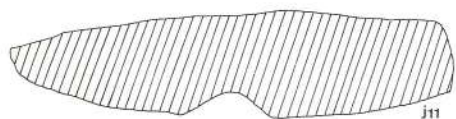
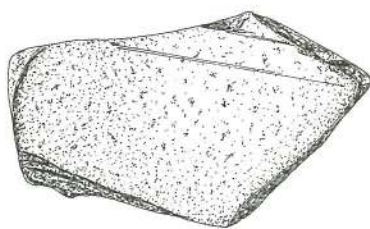
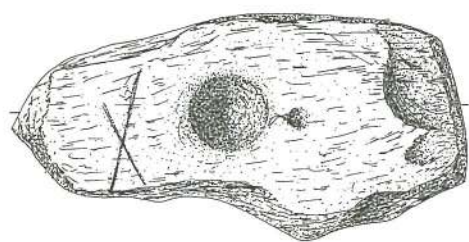


Localização do Espólio

- 1 - Bloco de ocre 2 - Resto de talhe 3 - Ponta de seta 4 - Fragmento de lâmina 5 - Malha de jogo
 6 - Elemento de colar 7 - Lâmina 8 - Geométrico 9 - Machado 10 - Elemento de mó
 11 - Pedra com covinha 12 - Machado 13 - Fragmento de cerâmica 14 - Objecto indeterminado

A Anta da Joaquina e a da Era de los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever

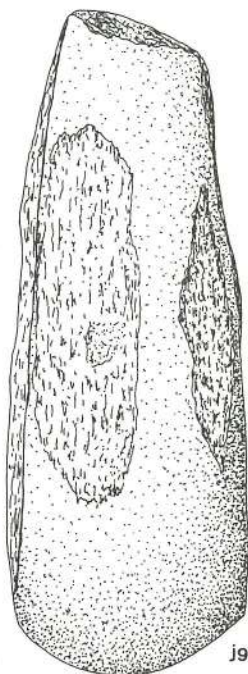
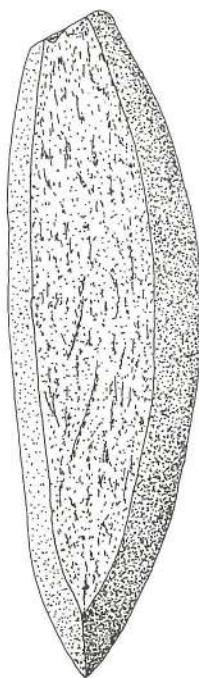
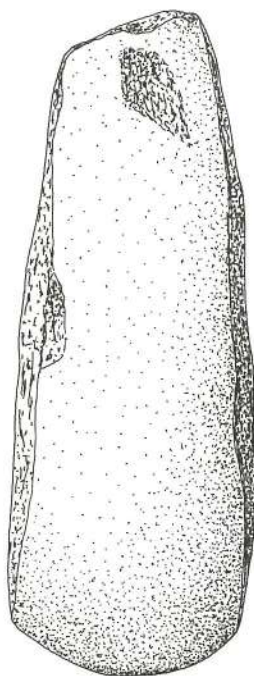




j11



j10

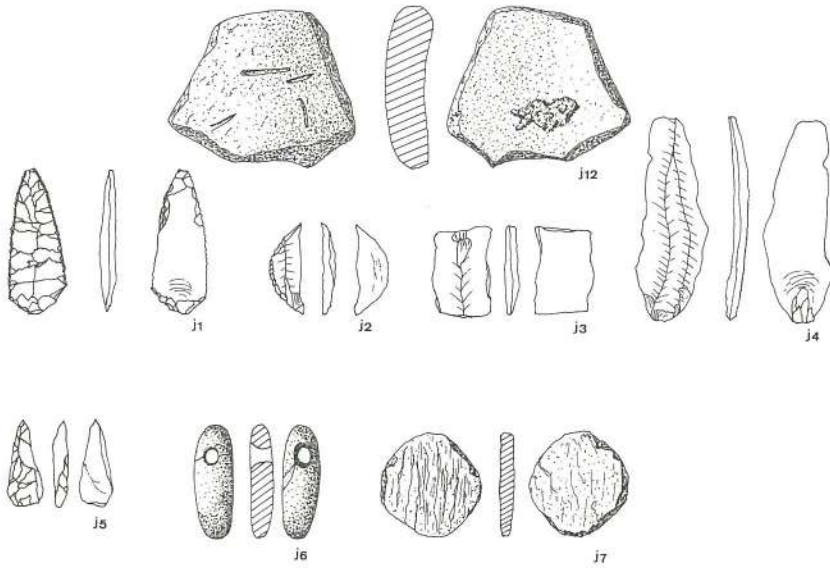
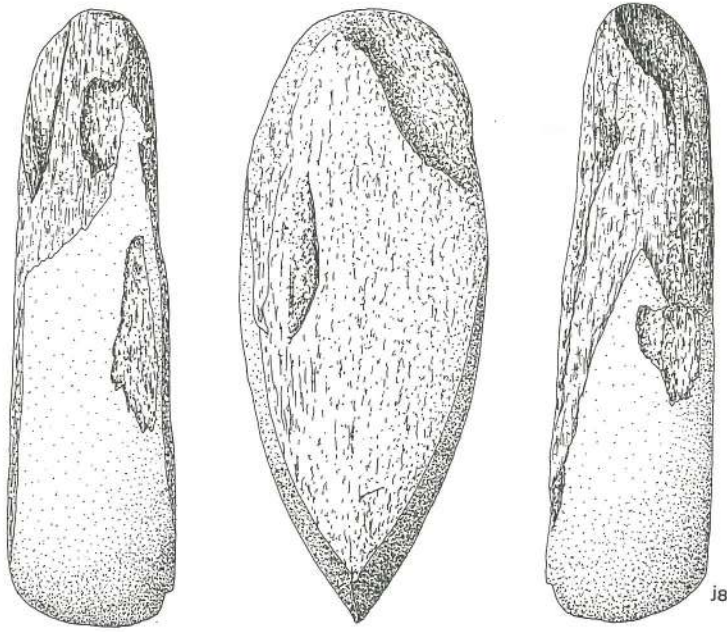


j9



Materiais da Anta da Joaquina

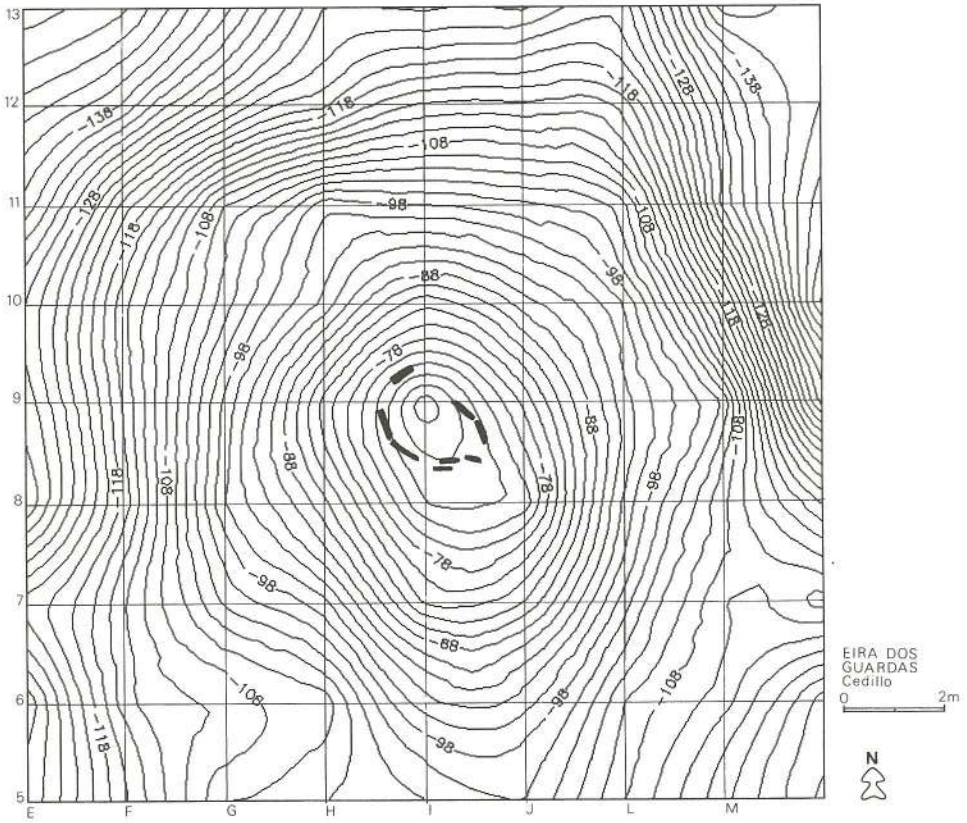


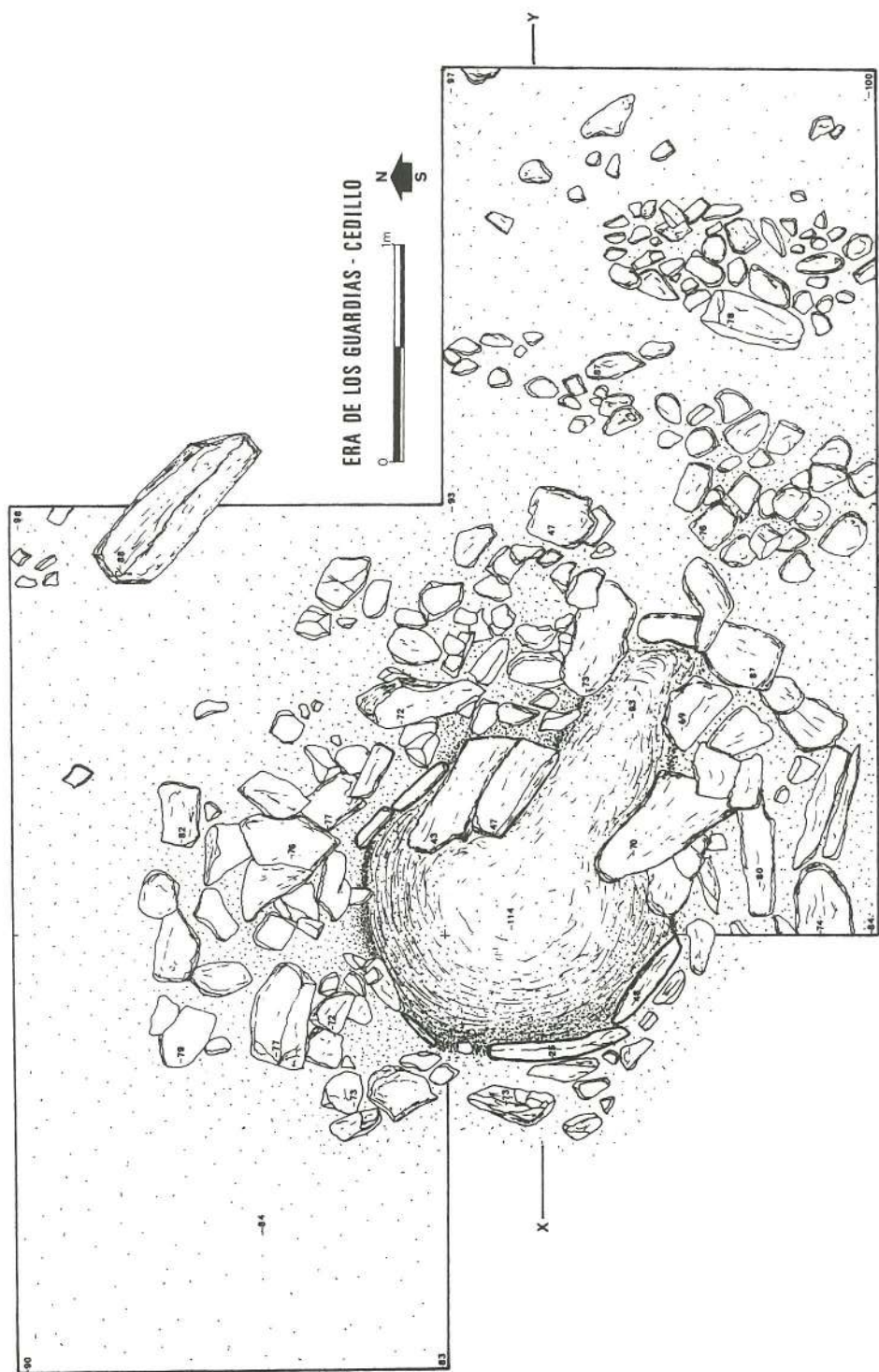


Materiais da Anta da Joaninha



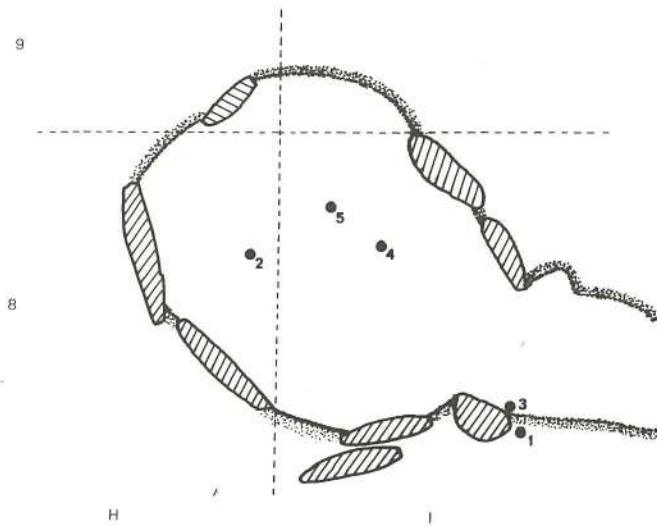
Era de los Guardias



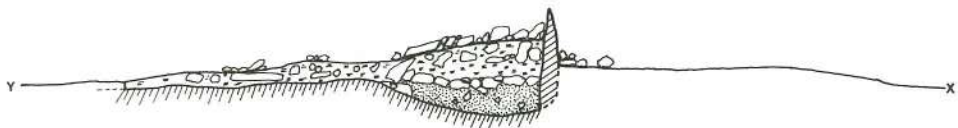


A Anta da Joaninha e da Era de los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever



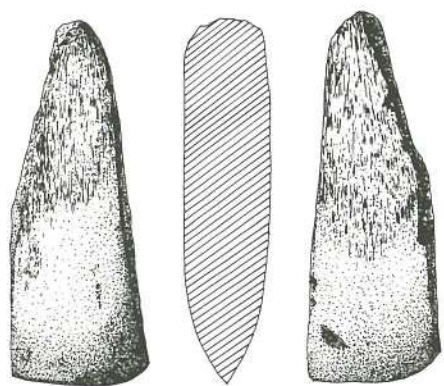


Era de los Guardias
Localização do espólio

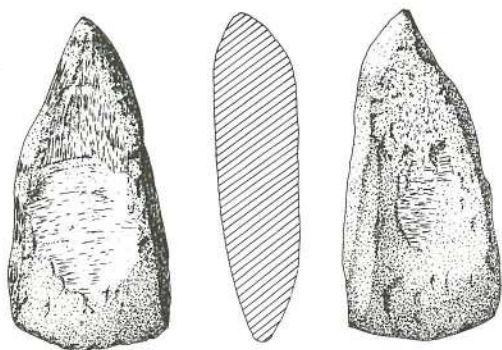


ERA DE LOS GUARDIAS - CERILLO
0 1m



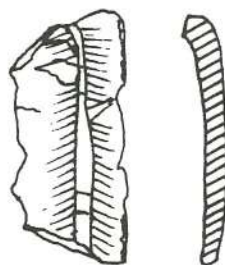


EG1



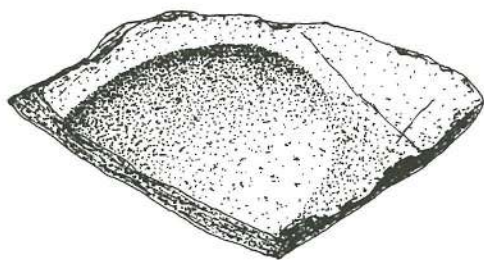
EG2

0 3cm



EG1

0 1cm



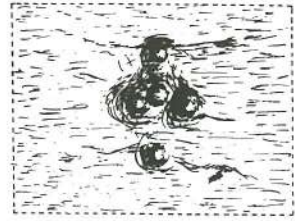
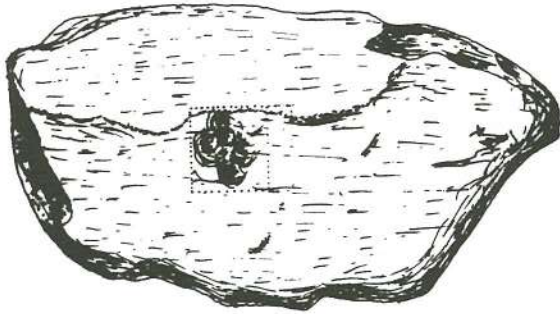
0 16cm

EG4

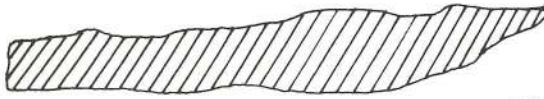
Materiais da Anta Era de los Guardias

A Anta da Joaninha e a Era de los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever



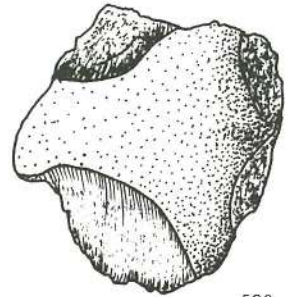
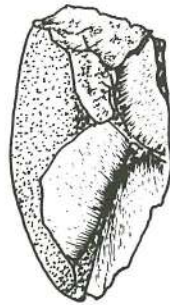
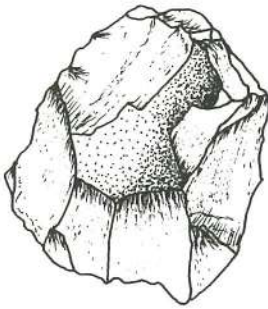


0 1cm



EG5

0 16cm



EG6

0 8cm

Materiais da Anta Era de los Guardias



Fotografias



Dólmen da Era de los Guardias antes dos trabalhos.



Dólmen de la Era de los Guardias - início da escavação.

A Anta da Joaquina e a da Era de los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever





Dólmen da Era de los Guardias – reimplantação dos esteios.



Dólmen da Era de los Guardias – enchimento da câmara com pedra.



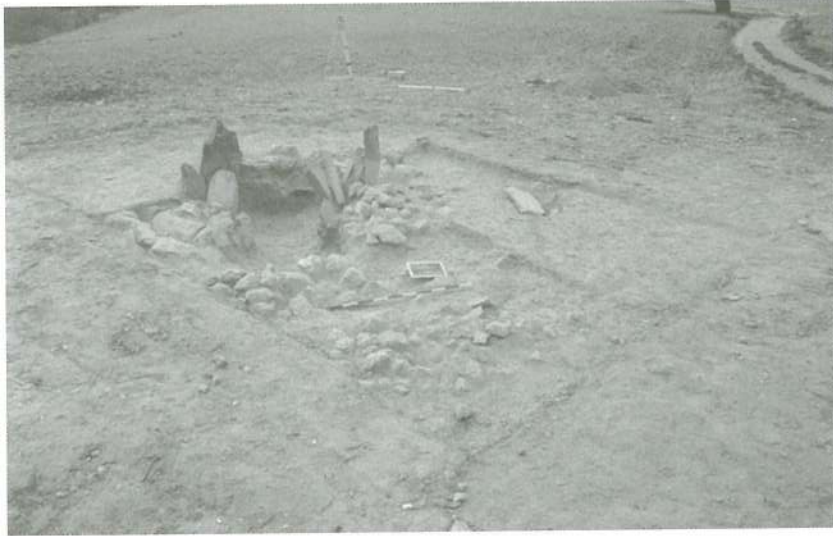
Dólmen da Era de los Guardias – aspecto da escavação.



Dólmen da Era de los Guardias – aspecto da escavação.

A Anta da Joaninha e a da Era de los Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do Sever





Dólmen da Era de los Guardias – vista geral da área escavada.



Dólmen da Era de los Guardias – vista do espaço funerário.



Dólmen da Era de los Guardias – recobertura da área escavada.



Aspecto do monumento após os trabalhos.



o Nordeste Alentejano nos Geógrafos Árabes

Introdução

Esta notícia é um primeiro produto, ainda não estudado de forma crítica e sistemática, obtido a partir dos trabalhos de investigação do Projecto "O Sudoeste Peninsular no Período Árabo-Islâmico", da responsabilidade do Prof. Doutor Adel Sidarus, e sediado no Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical (CEAA-IICT).

De entre os materiais que estão a ser trabalhados contam-se as *fontes geográficas árabes*, a maior parte delas ainda inéditas em língua portuguesa. O objectivo, relativamente a essas fontes, é o de traduzi-las directamente dos textos árabes, e publicá-las acompanhadas do aparato crítico que se torne necessário para uma melhor compreensão e contextualização.

É a partir da exploração dessas fontes geográficas que se elaborou esta notícia.

Fontes Árabes sobre o Nordeste Alentejano

Esta vasta região, que na época islâmica se situava, grosso modo, entre Santarém, a oeste, o rio Tejo, a norte, Évora, a sul, e Badajoz, a leste, não é muito referida pelos geógrafos árabes.

Os documentos que trazem alguma informação sobre esta região são:

- a *Crónica del Moro Rasis*, ed. Catalán-Andrés, Madrid, Gredos, 1975, pp. 86-87 (texto espanhol);

e obras geográficas do tipo itinerários:

- o de Ibn Hawqal (séc. X), *Kitâb Surat al-Ard* (Livro da Configuração do Mundo), BGA, vol. II, ed. J. H. Kramers, Leyden, E. J. Brill, 1967, p. 115 (texto árabe);
- e o de al-Idrîsî (séc. XII), *Uns al-Muhâj wa Rawd al-Furâj* (Prazer dos Corações e Jardim das Contemplações), ed. & trad. *Los Caminos de al-Andalus en el Siglo XII*,



de Khassim Abid Mizal, Madrid, CSIC, 1989, tex. p. 50; trad. p. 82 (texto bilingue árabe-espanhol).

O Termo de Egitânia (Idanha-a-Velha)

A *Crónica do Mouro Rasis*, tradicionalmente entendida como repositório das descrições do famoso historiador e geógrafo cordovês al-Râzî, foi traduzida para português por ordem do rei D. Dinis.

Tendo-se perdido a versão original dessa tradução, restaram as cópias castelhanas da mesma tradução, com as quais Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés elaboraram a edição multitextual atrás referida.

Entendida esta Crónica como fonte da *Crónica Geral de Espanha* de 1344, a verdade é que os textos da primeira apresentam a notícia referente ao Termo de Egitânia (Exitania), que surge entre as notícias de Coimbra e Lisboa, respectivamente; mas está ausente da Crónica de 1344, aliás como também a notícia sobre Coimbra.

Assim, esta notícia sobre o Termo da Egitânia deverá ser tida em consideração com os cuidados que merece, precisamente pelas problemáticas que se levantam relacionadas com a sua originalidade ou posterior interpolação.

Esta notícia diz-nos então que a Egitânia / Idanha-a-Velha tinha vários castelos no seu Termo, entre os quais refere os seguintes: Monsanto, não muito longe da Idanha, e também constatável nos alvares do Reino de Portugal (Ruy de Azevedo, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Tomo I, Lisboa, Ática, 1937, pp. 60-61); Marvão, que dispensa apresentações; Arronches, que também é conhecida; e Alcântara, hoje parte do território espanhol, e em relação à qual também é referida a ponte, a famosa ponte, que deu origem ao topónimo, e que entre os árabes era conhecida como “da Espada”.

Temos pois que, segundo o que foi transmitido, o termo da Egitânia se repartia pelas duas margens do Tejo, e dele faziam parte duas fortalezas do actual nordeste alentejano: Marvão e Arronches. Se para a primeira há informações para o período islâmico (Cf. Adel Sidarus, “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”, *Ibn Maruán*, n.º 1, 1991, pp. 13-26), o mesmo não se passa com Arronches, sendo esta, eventualmente, a única notícia a ela respeitante.

Itinerários islâmicos no Nordeste Alentejano

a) itinerários terrestres

O primeiro, e mais antigo, do século X, da autoria de Ibn Hawqal, diz que de Santarém (*Shantarîn*), para leste, até Aviz (*Bîza*), se levavam 4 dias de viagem, e de Aviz a Juromenha (*Julmâniya*), 2 dias; de Juromenha a Elvas (*Ilbash*), 1 dia; e de Elvas a Badajoz (*Batalyaws*), 1 dia.

A segunda fonte, do século XII, de al-Idrîsî, refere um itinerário que se desenvolve de leste para oeste, iniciando-se em Badajoz: desta cidade a *Marj al-Abâlîs*



(Monforte?), 1 jornada; desta última à Ponte de Seda (*Qantarat al-Shayba*), 1 jornada; e da Ponte à cidade de Santarém (*madīnat Shantarīn*), 1 jornada.

Na tradução espanhola, (*Los Caminos de al-Andalus en el Siglo XII*, cf. supra), *Marj al-Abâlīs* aparece traduzido como "Prado de los Diablos". Pela situação cremos poder tratar-se de um lugar ou espaço algures no actual concelho de Monforte. Haverá que buscar pois, nessa área, a existência de um topónimo que possa ser semelhante na fonética ou no sentido, e que possa confirmar esta hipótese de situação, ou não; eventualmente remetendo-a para um outro concelho vizinho.

A Ponte de Seda, que já fazia parte da rede viária romana, continuou sendo usada no período islâmico (confirmado aliás pela informação oral dada pelo Prof. Jorge de Oliveira, que referiu que junto a essa mesma ponte foram encontradas muitas moedas do período islâmico), e terá continuado a sê-lo já no período português, pois surge como ponto de delimitação da doação territorial de Aviz, feita à Ordem de Calatrava (Cf. C. S. Tarouca, "As Origens da Ordem dos Cavaleiros de Évora (Avis)...", *A Cidade de Évora*, n.ºs 13-14 (1947), pp. 25-39).

A questão das distâncias nestas obras é um outro ponto a merecer estudo atento, pois há grandes diferenças de valores apresentados; e variam muito os geógrafos na aplicação desses valores, quando se trata de os fazer coincidir com dias de viagem. Isto é fácil de perceber lendo as descrições e olhando para o mapa.

b) itinerário fluvial

Ainda um outro itinerário, que não vem referido como tal, mas se intui, em várias obras geográficas e que aparece, podemos dizê-lo, confirmado, na *Nuzhat al-Mushtaq...*, também de al-Idrīsī (ed. E. Cerulli, Napoles-Roma, IUON-IIMEO, E. J. Brill, 1975), pois este autor refere todos os pontos intermédios entre Lisboa e Toledo, ao longo do rio Tejo. Estes pontos ou paradas são, no sentido oeste-leste: Santarém, *Qunaitra Mahmūd* (Gavião ou Belver?), Alcântara (da Espada), *Makhâda* (?) e Talavera. Estes 3 últimos já em espaço actualmente espanhol. Quanto a *Qunaitra Mahmūd*, será também um ponto a tentar confirmar.

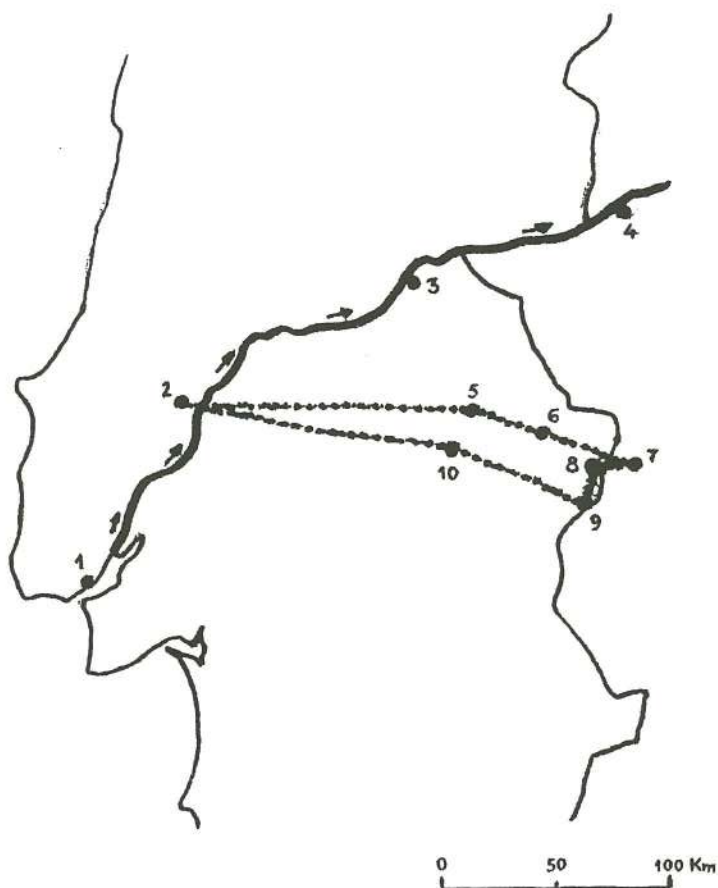
Através de um outro geógrafo do século XI, al-Bakrī (ed. A. Leeuwen & A. Ferré, Cartago-Tunísia, al-Dâr al-‘Arabiyya li-l-Kitâb, 1992; trad. esp. parc. de E. Vidal Beltrán, in *Textos Medievales*, n.º 53, Saragoça, Anubar, 1982), temos a informação de que este itinerário fluvial iria só até Talavera, após a queda de Toledo, em 1085.

Apesar da não existência de grandes núcleos urbanos nesta área, hoje alentejana, nem por isso ela terá deixado de ser uma zona de intercâmbios entre as zonas mais a ocidente e as mais a oriente do Gharb al-Andalus; ao mesmo tempo que algumas das suas fortificações terão também desempenhado um papel castrense significativo, principalmente em épocas de crise: séculos IX-X, durante



a fitna muladî; no século XI, quando a Taifa de Badajoz teve que suster, enquanto pôde, as investidas dos cristãos de Castela; e no século XII, quando finalmente vão estar na linha da frente, contra os ataques do Senhor de Coimbra, Afonso Henriques e as suas gentes.

Itinerários islâmicos no Nordeste Alentejano



Itinerário fluvial no Tejo, Lisboa – Toledo

1) Lisboa; 2) Santarém; 3) *Qunaitra Mahmûd* (Gavião ou Belver?); 4) Alcântara; segue para Toledo, até 1805. Após essa data só vai até Talavera.

Itinerários terrestres, Santarém – Badajoz

A - 2) Santarém; 5) Ponte de Seda; 6) *Marj al-Abâlîs* (Monforte?); 7) Badajoz (al-Idrîsî)

B - 7) Badajoz; 8) Elvas; 9) Juromenha; 10) Aviz; 2) Santarém (Ibn Hawqal)

Perseguições aos Judeus Espanhóis através de três Kinot ou Lamentações Judaicas

1. Introdução

No final do século XV, o estabelecimento da Inquisição em Castela seguido do Édito de Expulsão promulgado pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel, foram responsáveis pelo crescimento demográfico nas judiarias portuguesas. Perseguidos em Castela, os que não aceitaram a conversão, optaram por atravessar a fronteira em direcção a Portugal. D. João II ofereceu àqueles que fugiam um abrigo temporário, ainda que sob condições. O quantitativo de judeus castelhanos que buscou refúgio em Portugal não é um dado a respeito do qual exista consenso entre os diferentes investigadores, apontando alguns para cifras da ordem dos 23 320 enquanto outros chegam aos 800 000¹. Para alguns autores como A. Bernaldez² Marvão foi um dos portos de entrada, apontando-se o montante de 15 000 indivíduos que por aqui terão atravessado a fronteira. Efectivamente, pelo porto de Marvão passaram muitas famílias judaicas fugidas à perseguição castelhana, sabendo-se que em Setembro de 1492 se levantava em Castelo de Vide um acampamento de 4 000 a 5 000 pessoas guardado dia e noite para evitar as incursões dos castelhanos³. O nefasto acontecimento de 1492 trouxe como consequência o crescimento das judiarias portuguesas e, naturalmente, daquelas que, pela sua localização raiana, proporcionaram a oportunidade de uma fixação mais rápida pelo encurtar de penosas deslocações. Das 15 000 pessoas que, segundo Bernaldez, atravessaram a fronteira em Marvão, alguns estabeleceram-se na região contribuindo para o crescimento das judiarias já existentes, como é o caso da de Castelo de Vide.

Contudo, este aumento da população judaica em Portugal, no final da centúria de quatrocentos, não é o primeiro resultante da instalação de um clima generalizado

¹ Sobre esta questão verificar o que nos diz Maria José Ferro Tavares em *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 255 e notas n.ºs 267 e 268 da página 253.

² BERNALDEZ, Andrés, *História de los Reyes Católicos D. Fernando y Dª Isabel. Crónica Inédita del siglo XV*. Granada, 1856, Vol. I, p. 255, apud TAVARES, Maria José Ferro, ob. cit., p. 269.

³ TAVARES, Maria José Ferro, ob. cit., p. 256.



de intolerância face aos judeus castelhanos. No final do século XIV e inícios do século XV, num período balizado pelas pregações do Arquidiácono de Écija, Fernando Martinez, de S. Vicente Ferrer e pela substituição na dignidade papal de Benedito XIII, as perseguições antijudaicas em Castela e Aragão motivaram o primeiro momento de crescimento demográfico significativo nas judiarias portuguesas.

Perante um clima de perseguição e matanças que abalaram as judiarias da maior parte do actual território de Espanha, os que não se converteram e conseguiram escapar atravessaram a fronteira em direcção a Portugal, alguns deles, certamente, em Marvão.

Este primeiro surto demográfico nas judiarias portuguesas começa por atingir as cidades de maior dimensão como Lisboa, Santarém, Évora e Guarda. Contudo, os judeus castelhanos e aragoneses entraram em Portugal por via terrestre e no sentido Este-Oeste o que provocou também o crescimento das judiarias das povoações raianas e o estabelecimento doutras⁴. Movidada pela influência do Rabino-mor D. Moisés Navarro e mais tarde pelo Rabino D. Judá Cohen, a atitude benévola de D. João I face aos judeus portugueses e aos fugidos de Castela, chegando a proibir a entrada no reino de Vicente Ferrer, deve ter tornado ainda mais apetecível a instalação destes perseguidos em território português, os quais em parte alguma da península hispânica viviam tão tranquilos como em Portugal⁵.

Apesar da política de D. João I ter sido favorável aos judeus peninsulares, a dor das perseguições e das matanças nas judiarias castelhanas não podia ter sido esquecida. Efectivamente, alguns foram os autores judeus que expressaram em textos poéticos litúrgicos a sua dor pela destruição de tantas comunas judaicas⁶.

É esta dor, resultante das perseguições castelhanas do final do século XIV e princípio do século XV, que podemos encontrar expressa num texto anónimo de Lamentações da Biblioteca Pública de Évora. Sendo um manuscrito que trata de acontecimentos históricos e documentados, trata-se também de um texto litúrgico destinado a ser utilizado no ofício da Sinagoga em 9 de Av. Acresce a este valor, o da carga dramática que se desprende da sua leitura. É este manuscrito da Biblioteca Pública de Évora que analisaremos e trancreveremos de seguida.

A secção de cimeliária da Biblioteca Pública de Évora conta com um catálogo de manuscritos elaborado durante o século XIX por Heliodoro da Cunha Rivara quando, a partir de 1839, assumiu o cargo de Conservador da Biblioteca. Durante o seu tempo apenas o 1.º volume foi impresso, tendo os restantes 3 volumes sido preparados por Joaquim A. S. Telles de Matos a partir de 1863. Telles de Matos, apesar de não ter tido uma ligação funcional à instituição, parece ter compreendido a importância da publicação deste catálogo. Com efeito, passados quase 150 anos, o que apenas é abonatório para os autores do *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Publica Eborense*, este continua a ser um dos instrumentos de pesquisa de que se servem os actuais utentes da Biblioteca.

⁴ TAVARES, Maria José Ferro, ob. cit., p. 43.

⁵ REMÉDIOS, J. Mendes dos, *Os Judeus em Portugal*, Typographia França Amado, Coimbra, 1895, p. 206.

⁶ KYSERLING, Meyer, *História dos Judeus em Portugal*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1971.

Na página 71 do Vol. IV do referido *Catálogo...* encontramos o Códice $\frac{\text{CXXIV}}{2-47}$ d n.º 1

o qual é descrito como *Misena Rabinica*, acrescentando-se que se trata de um *Fragmento em Rabinico*. Desperta a nossa curiosidade, pudemos verificar que, juntamente com a peça n.º 1 deste Códice, se encontram mais duas, uma em hebraico e outra em português, das quais nos interessa, de momento, a peça n.º 2.

Ao consultarmos os manuscritos do **Índice do Códice CXXIV e CXXIV d**, verificamos que a peça n.º 2 do Cód. $\frac{\text{CXXIV}}{2-47}$ d é descrita, certamente, por Cunha Rivara,

da seguinte forma:

“Nº 2 Tradução portuguesa de 3 Lamenta
ções relativas à expulsão e matança
nos Judeos de Castella no anno
de 1414, tiradas de um Cod. de per
gaminho q contem outras mta La
mentações em língua rabbinica”.

Efectivamente, trata-se de um manuscrito em papel que apresenta dez folhas, de cerca de 15 cm X 10 cm. Estas parecem ter sido cortadas, provavelmente, para evitar desperdício de papel, funcionando duas delas como capa.

O autor do manuscrito parece ter tido um bom domínio da língua e da cultura judaica, ainda que pareça não apreciar a última. A produção desta tradução datará dos anos entre 1770 e 1802, considerando que Frei Manuel do Cenáculo é referido como Bispo de Beja, dignidade que lhe foi concedida em 1770. Em 1802 o texto já teria sido redigido, porque Frei Manuel do Cenáculo ainda é referido como bispo de Beja. Sabendo nós que em 1802 Frei Manuel foi designado Arcebispo de Évora, a tradução destas três Lamentações datará, provavelmente, dos últimos 30 anos do século XVIII.

Consiste o documento em análise na tradução parcial para português de um manuscrito em hebraico, a que se acrescentou um texto introdutório. Explica então o tradutor como lhe chegou o texto às mãos e o conteúdo do mesmo:

“o Exll^{mo} Reverendissimo e sapientissimo bispo de beja F. Manuel de Sinnacollo”
tinha na sua “famozissima Biblioteca... hum antiquissimo Codece pergaminho mano
escrito, em lingua rabbinica Lettra quadrada hebraica, com titulo Lamentações, e
como a maior parte concerna a distruhição dos 2 Sagrados templos de Jerusalem
conforme a profecia de Jermeias, coiza notoria a todos os doctos por ista razão não
dou a tradução dellas. So darei a tradução das 3 lamentacois que no ditos codeces
achei consernantes a expulsao e massacre que foi egzecutada nos Judeos de Castella
no anno mill coatro centos e quatorze, de N. Snhor Jezus Cristo”.

Trataremos, portanto, da tradução de um texto de *Lamentações* escrito em hebraico, do qual o tradutor seleccionou apenas três delas. As três Lamentações traduzidas foram seleccionadas por dizerem respeito à expulsão e massacre dos judeus castelhanos no ano de 1414, o que o tradutor considerou de maior interesse que



a destruição dos dois Templos, tema que se considera ser objecto do Livro bíblico das Lamentações atribuído ao profeta Jeremias

Na Bíblia grega e na Vulgata, o Livro das Lamentações é colocado depois do Livro de Jeremias, atribuindo-se a este profeta a sua redacção com base em 2Cr. 35,25:

“Jeremias compôs uma lamentação sobre Josias, que todos os cantores e cantoras recitam ainda hoje em suas lamentações sobre Josias; isso tornou-se um costume em Israel e esses cânticos se acham nas lamentações” (BJ).

Contudo, as posições do autor do Livro das Lamentações face ao rei Sedecias, Lm. 4,20, são diferentes das de Jeremias que também não confiava no socorro egípcio, como se manifesta em Lm. 4,17. O autor das Lamentações, que parece não ter sido Jeremias, escreveu-as entre 587 a.C. e 538 a.C., provavelmente, na Palestina. Os capítulos 1, 2 e 4 pertencem ao género literário dos cânticos fúnebres, o capítulo 3 é uma lamentação individual e o 5 uma lamentação colectiva. O tema fundamental é o do lamento sobre a conquista de Jerusalém em 587 a.C., descrevendo-se a dor dos seus habitantes pelo sucedido. Assim se compreende que a liturgia da Sinagoga utilize este texto em 9 de Av, utilizando-o também a Igreja Católica durante a Semana Santa⁷.

O género literário das Lamentações, conhecidas pelo nome hebraico de *Kinah* ou *Kinot*, no plural, afirmou-se durante a Idade Média, atribuindo-se a redacção da mais antiga *Kinah* conhecida ao período entre o século IV e o século VII. Tratam-se de poemas de dor onde se lamentam as desventuras de Israel e sobretudo a destruição do Primeiro Templo e a do Segundo Templo. Para além da destruição dos dois Templos lamentam-se outros acontecimentos nefastos que, ao longo do tempo, têm marcado a História do Povo de Israel, como a destruição de Jerusalém por Adriano em 132, a queda de Betar e o esmagamento da revolta de Bar Kochba em 135, a expulsão dos Judeus de Inglaterra em 1290, a expulsão dos Judeus de Espanha em 1492, o confinar dos Judeus de Roma ao *ghetto* em 1555 e, um dos mais recentes, a 2.^a Guerra Mundial, a respeito da qual também se compôs uma *Kinah*.

O Livro das Lamentações atribuído ao profeta Jeremias, mas provavelmente, de outro autor, faz parte da liturgia dos serviços religiosos matinais e vespertinos, em 9 de Av, a qual inclui também algumas *Kinot* ou poemas de lamentação medievais. O ambiente é de dor e os fiéis sentam-se no chão ou em bancos, descalços, enquanto entoam os cânticos onde se lamentam das vicissitudes do Povo de Israel.

O mês de Av é o quinto mês do calendário judaico e o décimo primeiro do começo do ano civil hebraico, coincidindo, geralmente, com os meses de Julho-Agosto do calendário gregoriano. As fontes mais antigas em que se encontram referências a este mês são as talmúdicas, entre os séculos III a V, ainda que existam referências ao mês de Av em fontes assírias, ligando-o à Primavera e à maturação das colheitas. O mês de Av é também conhecido pelo nome de Confortador, quer em referência ao Senhor que conforta o seu Povo depois da destruição dos dois Templos,

⁷ Bíblia de Jerusalém, Edições Paulinas, Rio de Janeiro, 1986, p. 1343.



quer em referência ao nascimento do Messias que a tradição defende que já aconteceu ou acontecerá em Tisha be-Av ou 9 de Av.

O dia 9 de Av é um dos dias mais tristes do calendário judaico e um dos dois, conjuntamente com o dia de Yom Kippur, em que o jejum dura 24 horas. Do ponto de vista dos rituais religiosos o 9 de Av é considerado um dia de luto ainda que seja permitido trabalhar. Contudo, nada daquilo que possa proporcionar prazer deverá ser feito. Não se deve estudar a Tora, não se deve calçar sapatos de couro, as pessoas não devem sentar-se em cadeiras até ao meio-dia, não se deve lavar nem se deve ungir o corpo e só se colocam *tefilim* ou filactérias no serviço religioso vespertino. Algumas pessoas substituem mesmo os travesseiros por uma pedra como forma de lembrar e sentir o desconforto do povo em períodos de tribulação. No que diz respeito às tradições alimentares, o ovo é um dos alimentos rituais que faz parte da última refeição antes do início do jejum. Sendo o ovo um símbolo de renascimento e que lembra o ciclo da vida e da morte, a sua ingestão ritual faz apelo a ambos os princípios, quer pela crença na vinda do Messias, a vida, quer por tudo o que de mau este dia significa, a morte.

Tisha be-Av ou 9 de Av é o culminar de três semanas de dor que se iniciam em 17 de Tamuz. O dia 17 de Tamuz corresponde ao dia em que Nabucodonosor pôs cerco às muralhas de Jerusalém e o 9 de Av o dia em que a cidade sucumbiu ao cerco babilónico. Durante este período de três semanas são, tradicionalmente, observadas restrições no que toca à compra e uso de roupas novas, manifestações públicas de alegria, ou ingestão de carne⁸. Assim, entre 17 de Tamuz e 9 de Av os judeus cumprem um período de dor nacional a que é dado o nome significativo de “Entre os Estreitos” em referência ao texto de Lm. 1,3:

“Judá foi desterrada, humilhada
submetida a dura escravidão;
hoje habita entre as nações,
sem encontrar repouso;
os que a perseguiam alcançaram-na
em lugares sem saída.” (BJ)

O autor da tradução destas três *Kinot* medievais começa por um texto introdutório onde apresenta as dificuldades de traduzir as línguas orientais para as línguas europeias, tecendo considerações pouco abonatórias, quer para a língua hebraica quer para as histórias que circulavam sobre a composição do Talmud, apelidando-as de extravagantes.

Verificamos que o autor possuía informação sobre o valor litúrgico do texto que trabalhou, dizendo-nos tratar-se de um texto de **Lamentações** que os judeus faziam no dia “9 menses Ab que corresponde com o mez de Abril”. Por esta afirmação verificamos, contudo, que não deveria estar esclarecido sobre a relação entre o calendário religioso judaico e o calendário gregoriano, ou que foi vítima de uma distração pela semelhança dos nomes dos meses. Efectivamente, é possível que tenha sido uma distração, con-

⁸ UNTERMAN, Alan, *Dicionário Judaico de Lendas e Tradições*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1992.



siderando o conhecimento das tradições religiosas judaicas que revela logo em seguida dizendo que, nesse dia, os judeus vão para a Sinagoga todos vestidos de luto, com as barbas crescidas, pés descalços e em jejum natural aí se sentando todos no chão. A forma como descreve a preparação da Sinagoga em 9 de Av, dizendo que esta está decorada de preto e sem luzes, ao contrário do que é habitual em que a existência de luzes é absolutamente essencial para simbolizar a presença do divino, confirma a suposição de que o tradutor teria algum conhecimento das tradições religiosas judaicas.

A introdução ao texto termina com a nota de que as letras P^o e R^o pretendem facilitar a identificação da parte do texto que deveria ser entoada pelo rabino e aquela que deveria ser entoada pelos fiéis.

2. O Texto das Três *Kinot* ou Lamentações

Estas três Lamentações tratam das perturbações antijudaicas acontecidas em Castela no início do século XV e mais especificamente no ano de 1414. Se o tema é claramente medieval já não podemos afirmar o mesmo quanto ao manuscrito original que tanto poderá ser medieval ou moderno. A mesma dúvida nos manifestou Madame Thérèse Metzger com quem falámos sobre estes manuscritos e cuja atenção agradecemos, durante o III Howard Gilmann International Colloquium que decorreu em Vila Real, em Outubro de 1998.

A primeira das Lamentações, e também a mais extensa, é composta por um conjunto de oito sextetos, sendo a segunda composta por um conjunto de dois sextetos e a terceira por um provável conjunto de quatro sextetos. Em qualquer dos sextetos, de forma menos ou mais primorosa, é bem visível a preocupação de elaborar um texto poético e em que as rimas estejam presentes.

Se o tradutor do texto não nos houvera informado que estávamos perante um texto de origem judaica, a leitura do mesmo far-nos-ia disso suspeitar, não só pelo tema mas, sobretudo, pela forma tipicamente hebraico-judaica da lamentação que se segue a cada um dos sextetos: “Guai de Nos oi me, oi me”. A interjeição hebraica “hōy” fazia parte dos ritos fúnebres hebraicos e equivalia a um compungido lamento que as pessoas soltavam no momento em que um ente querido ia a enterrar⁹. Comparável a este “Hōy” é a vulgar expressão “Ai” que em idênticos momentos de aflição, geralmente, ainda hoje soltamos. Alguns profetas hebraicos do século VIII a.C. utilizaram a lamentação fúnebre como modelo dos seus oráculos de desgraça tal como podemos encontrá-la em alguns dos que fazem parte da colecção de oráculos de desgraça do profeta Isaías que se encontram em Is 5,8-23:

“Ai dos que juntam casa a casa,
dos que acrescentam campo a campo até que não haja mais espaço
disponível
até eles serem os únicos moradores da terra”. Is 5,8 (BJ)
“ Ai dos que são sábios a seus próprios olhos
e inteligentes na sua própria opinião”. Is 5,21 (BJ)

⁹ GONÇALVES, Francolino, “Os Profetas Hebraicos e a Política do seu Tempo: o caso de Isaías” in *Cadmo*, Revista do Instituto Oriental, n.º 2, Ed. Cosmos, 1992, p. 24.



As expressões de dor destas Lamentações são, pois, tipicamente hebraico-judaicas e a sua utilização encontra raízes na mais antiga história de Israel, identificando-se o seu uso já no século VIII a.C.

O texto de que tratamos destinava-se a ser lido ou entoado na Sinagoga durante os serviços religiosos de 9 de Av, sendo quase possível visualizar, qual quadro de Horovitz, a triste cantilena dos fiéis lamentando os massacres e perseguições dos castelhanos. Mas, para além do carácter litúrgico e poético destas Lamentações, o facto é que os acontecimentos que lhes serviram de base estão historicamente documentados em toda a sua crueza.

Desde o final do século XIV que as perseguições antijudaicas cresceram e se afirmaram nos reinos da Espanha. Um dos momentos mais terríveis dessas perseguições foi da responsabilidade do Arquidiácono de Ecija Fernand Martinez, a partir de 1391. A sua insensatez e o furor das suas prédicas "produjo en 1391 una espantosa matanza de judíos en Sevilla y de allí el furor popular currió a otras poblaciones, no solo de Andalucía, sino también de Levante y del Norte de la Península."¹⁰ A Crónica de Henrique III informa-nos ainda que, em resultado deste levantamento, se perderam as judiarias de Sevilha, Córdova, Burgos, Toledo, Logrono e muitas outras do reino, do mesmo modo que em Aragão se perderam as de Barcelona, Valencia e muitas outras, ficando as que restaram muito pobres e carenciadas de protecção, em troca da qual os judeus faziam grandes dádivas aos senhores cristãos¹¹.

Às prédicas, matanças e perseguições do clérigo de Ecija seguem-se as do dominicano Vicente Ferrer que, em alguns casos, optou pela promoção das conversões. No caso de Palencia as conversões ascenderam aos 35 000 judeus e 8 000 muçulmanos, questão que terá levado o Bispo a queixar-se pela diminuição das suas rendas¹². A actuação de S. Vicente Ferrer estendeu-se a Valencia, às cidades da Catalunha, a Barcelona, Toledo, Logrono e muitos outros locais. Em alguns lugares chegou a entrar nas sinagogas e a consagrá-las ao culto cristão¹³. As pregações do dominicano pelo reino de Castela deram lugar a inúmeras conversões e à dissolução das judiarias que tinham conseguido escapar do desastre de 1391 ou recompor-se das perseguições dos últimos vinte anos.

Em 1412, a pedido de S. Vicente Ferrer, o governo de Castela promulgou leis de carácter antijudaico que visavam dificultar a sobrevivência económica das judiarias e retirar-lhes a liberdade política, tornando os judeus, claramente, num grupo marginal. Depois de ter percorrido Castela, S. Vicente Ferrer voltou a Aragão onde implementou as perseguições aos judeus promovendo a promulgação de leis de carácter antijudaico, à semelhança do que também aconteceu em Maiorca. O próprio Samuel Usque, na sua *Consolação às Tribulações de Israel*, qualifica o dominicano

¹⁰ BAROJA, Julio Caro, *Los Judíos en la Espana Moderna y Contemporánea*, Ed. ISTMO, Col. Fundamentos n.º 60, 3.ª ed., Madrid, 1986, p. 115.

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Idem, p. 116.

¹³ BAER, Yitzhak, *Historia de los Judíos en la Espana Cristiana*, Ed. Altalena, Madrid, 1981, p. 439.



como o maior perseguidor de Israel, dos últimos tempos. Vejamos como o autor das *Consolações* descreve a actividade de S. Vicente Ferrer:

“... Neste tempo houve um frade da Ordem dos Dominicanos chamado Frei Vicente o maior perseguidor e inimigo de Israel que se levantou há muitos tempos; Este era muito favorecido de El rei D. Fernando de Aragão porque sendo Infante foi o frade um dos doze que por ele deram sentença fosse rei de Espanha: com estas costas determinou pôr em efeito a danada intenção que contra mim tinha e amotinando um grande número de gente saiu com ela atrás de si pelas cidades, com um crucifixo e um Sefer da Lei em braços chamando aos judeus em altas e temerosas vozes que se viessem recolher debaixo da cruz da cristandade e se fizessem cristãos e arremetendo a eles porque o refutavam com a companhia que levava armada de lanças e espadas os matou e a outros que com temor da morte se entregavam a ele fazia cristãos. Desta maneira foi correndo quase toda a Espanha e fez a mais de quinze mil almas judaicas trocar a sua lei: com esta tormenta se acolheram a Berberia muitos filhos meus desses tomando todos os bens que deixavam de raiz e movel para salvar as almas e dos que voltaram a face ao nosso D. com temor dos corpos, principalmente foram os judeus de Aragão, Valença, Maiorca, Barcelona, Lerida, Sevilha e outras muitas cidades”¹⁴.

Sobre as perseguições que se prolongam entre a última década do século XIV e as duas primeiras do século XV, encontramos também informações no livro *Sefer Sebet Yehudah* de Selomoh Ibn Verga, considerado por Baer¹⁵ como dos poucos autores judeus que ousou reflectir, ainda que sem grande profundidade, sobre as causas da Expulsão dos Judeus dos reinos de Espanha em 1492, cerca de trinta anos depois do acontecimento. Nos capítulos 7, 8, 27 e 45-50 refere o autor¹⁶ várias das comunidades judaicas destruídas ou sujeitas à conversão entre 1391 e 1412. Dos acontecimentos de 1391 diz-nos que as comunidades de Toro, Logroño, Carión, todas as cidades dos arredores e também a comunidade de Burgos foram obrigadas a abandonar a sua religião. Ainda referindo-se ao ano de 1391 informa que, pelos múltiplos tormentos e aflições, foram obrigados a deixar a Lei de Moisés as comunidades de Sevilha, Córdova, Écija, e toda a Andaluzia, assim como outras grandes cidades como Madrid, Illescas, Ocaña, Huete, Castillo de Garci Muñoz, Torrijos e Escalona. Termina este capítulo dizendo: “Igualmente en otras comunidades padecieron penalidades que está prohibido ponerlas en un libro porque aterrarián muchísimo el corazón. Desde entonces en adelante fueran de mal en mal.”¹⁷

Em 1393 dá notícia de que foram arrasadas a comunidade de Barcelona, a maior parte da de Gerona e a maioria da Catalunha. Sobre os acontecimentos de 1412 e sobretudo com os relacionados com o *Ordenamiento sobre el encerramiento de los*

¹⁴ USQUE, Samuel, *Consolação às Tribulações de Israel*, Estudos Introdutórios de Yosef Yerushalmi e José de Pina Martins, Vol. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989, Diálogo Terceiro, cap. 21.

¹⁵ BAER, ob. cit., p. 652.

¹⁶ IBN VERGA, Selomoh, *La Vara de Yehudah. Sefer Sebet Yehudah*, Introducción, traducción y notas por María José Cano, Biblioteca Nueva Sefarad, Vol. XVI, Riopiedras Ediciones, Barcelona, 1991.

¹⁷ IBN VERGA, Selomoh, ob. cit., pp. 212-213.



judíos e de los moros dado em Valladolid, em 12 de Janeiro de 1412, diz que os judeus foram levados das suas casas e conduzidos a descampados, onde foram atormentados e obrigadas à conversão cerca de 16 000 pessoas. Muitos terão sido queimados por resistirem, alguns sucumbiram aos tormentos e poucos conseguiram salvar-se a troco de entregarem o que tinham aos salteadores dos caminhos e aos camponeses.

As referências específicas a S. Vicente Ferrer são poucas por considerar Ibn Verga que esse tema já tinha sido tratado por Yehudah Abravanel, comentando apenas que a actuação do dominicano conduziu a um extermínio inimaginável. Mas a célebre Disputa de Tortosa não podia deixar de merecer a atenção de Ibn Verga, dedicando-lhe várias páginas do seu labor. O capítulo 40 do seu *Sefer Sebet Yehudah* termina com um sabor amargo que nos remete para as consequências desta Disputa no que toca às perseguições antijudaicas que continuou e promoveu: “Hasta aquí hallé escrito; el final no lo encontré escrito, pero de oídas sé que salieron los delegados com gran honra, aunque padecieron muchas angustias, ellos y las comunidades que de ellos esperaban su propia salvación”¹⁸.

Parece-nos ser a Disputa de Tortosa o acontecimento cronologicamente mais próximo que terá provocado as perseguições e massacres descritos no Códice da Biblioteca Pública de Évora, em análise. Naturalmente, esta Disputa, que ocorreu entre 15 de Janeiro de 1413 e 10 de Novembro de 1414, não acontece como um fenómeno isolado, da mesma forma que as perseguições antijudaicas a que dá azo só podem ser compreendidas num contexto geográfico e cronológico mais vasto e que se prolonga pelo menos desde os meados do século XIII, quando os dominicanos iniciaram as disputas e as pregações contra os judeus¹⁹.

O dominicano Vicente Ferrer deve ter sido um homem de grande inteligência e absolutamente convencido daquilo em que acreditava! Tal como teve a capacidade de mover a população também teve a capacidade de convencer intelectuais judeus a abjurar da sua fé e a converter-se ao cristianismo! Foi o que aconteceu com Yehoshua Halorqui, que, ao converter-se, tomou o nome cristão de Jerónimo de Santa Fé. Foi este mesmo Jerónimo de Santa Fé o representante da causa cristã na Disputa de Tortosa e certamente, de conjunto com o Papa Benedito XIII, quem concebeu a ideia desta disputa. Para Baer²⁰ é difícil determinar de quem partiu a ideia, considerando que, se foi Jerónimo de Santa Fé quem apresentou a Benedito XIII um pequeno opúsculo escrito em latim e em hebraico que serviu de plataforma para a discussão, o próprio Papa, enquanto Cardeal, mantivera várias disputas sobre matérias de Fé com o rabi Sem Tob Ishac Saprut. Certo é que tendo havido um claro entendimento entre o Papa, os seus cardeais e o converso, nos finais de Novembro de 1412 foram convocadas as judiarias de Aragão e da Catalunha para que antes de 15 de Janeiro de 1413 enviassem à corte papal de Tortosa rabinos seus para receberem instrução sobre a religião cristã. Efectivamente, não se estava a promover uma discussão entre partes iguais mas, sim, uma discussão em que se partia do princípio da

¹⁸ IBN VERGA, Selomoh, ob. cit., p. 189.

¹⁹ BAER, ob. cit., p. 445.

²⁰ BAER, ob. cit., p. 444.



veracidade dos dogmas da Fé cristã, pretendendo-se demonstrar que esses dogmas se encontravam no próprio Talmud. O tema da Disputa de Tortosa foi o da doutrina messiânica, defendendo Jerónimo de Santa Fé que se o Messias era aquele em quem as profecias se cumpriam então, porque em Cristo se haviam cumprido as profecias messiânicas, Jesus Cristo era o Messias. Como seria de esperar, a Disputa não correu pelo melhor para os rabinos envolvidos que não conseguiram chegar a acordo entre si sobre se a fé no Messias era ou não um dos artigos da fé judaica, chegando alguns, no debate final, ao ponto de admitir os erros e as heresias apontados pelo converso no Talmud!

Em 1415, como consequência da Disputa de Tortosa que terminara em Novembro do ano anterior, foram publicadas em Aragão Ordenações semelhantes às que em 1412 tinham sido editadas em Castela. Porém, já em 1413 e 1414 que em Aragão se publicavam medidas para impedir as relações entre judeus e cristãos e obrigando as comunas judaicas a saírem dos seus bairros e a ocuparem outras zonas de menor qualidade. Também desde Maio de 1414 que S. Vicente Ferrer percorria as povoações aragonesas, obrigando os judeus a escutar os seus fervorosos sermões.

Várias foram as comunas judaicas aragonesas que, no rescaldo da Disputa de Tortosa, foram destruídas ou forçados à conversão os seus membros. Depois de 1416, em Aragão, e 1406, em Castela, um novo período se iniciou na vida das comunas judaicas. A subida ao poder de D. Afonso V em Aragão, D. João II em Castela e a substituição do Papa Benedito XIII por Martinho V tiveram como consequência a revogação de vários decretos antijudaicos dos seus antecessores, permitindo às comunas judaicas recobrar algum alento, ainda que a situação dos judeus não voltasse a ser como antes de 1391²¹.

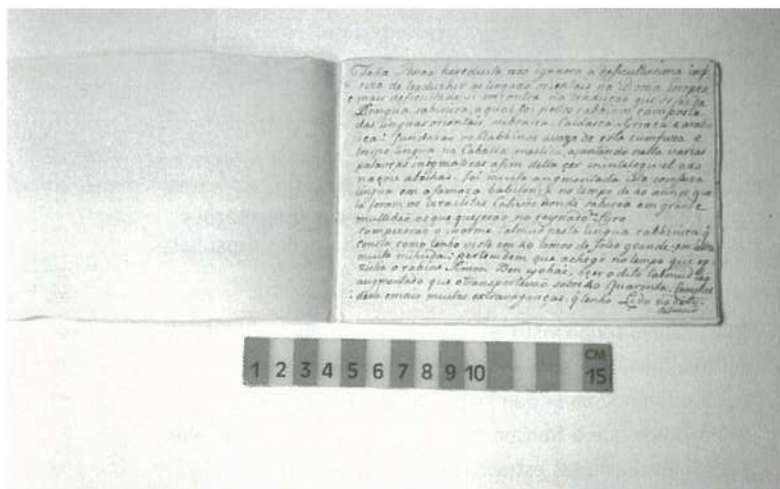
Pelo que até aqui expusemos, parece-nos que o texto destas Lamentações foi produzido tendo por pano de fundo as perseguições, matanças e conversões forçadas que ocorreram em Castela e Aragão entre 1391 e 1416. Igualmente nos parece que o acontecimento mais próximo que motivou os acontecimentos que nestas Lamentações se descrevem terá sido a Disputa de Tortosa.

Entre 1391 e 1416 já o reino de Castela constituía uma grande unidade territorial que abrangia uma parte significativa do actual território de Espanha. Neste texto de Lamentações mencionam-se os reinos de Castela e também de Aragão, o que significa que temos informação sobre perseguições antijudaicas para povoações de uma vasta área geográfica. Na última das três Lamentações, especificam-se ainda as regiões da Catalunha e de Leão. Com efeito, atendendo às povoações que são referidas e cuja sorte das suas comunas judaicas se lamenta, verificamos existir uma preponderância significativa das judiarias leonesas. É este o caso de Leão, Astorga, Palencia, Zamora, Salamanca, Benavente, Oviedo, Toro, e da provável Ares, na Corunha. Da velha Castela são referidas Segóvia, Ávila, Valladolid e Toledo, enquanto da região levantina, da Catalunha, se refere apenas Valencia e Maiorca. Da região de Al-Andaluz referem-se Córdova e Sevilha. De algumas destas antigas judiarias restam hoje significativos testemunhos patrimoniais. Doutras já pouco ou nada resta. daquelas onde ainda hoje

²¹ BAER, ob. cit., p. 503.

se identificam testemunhos materiais do seu passado judaico destacamos Leão, Toro, Zamora, Salamanca, Segóvia, Ávila, Toledo, Valencia, Maiorca, Córdoba e Sevilha. Das judiarias das outras povoações hoje quase só resta a memória da documentação escrita²². A actuação da Inquisição e a Expulsão do Judeus dos reinos da Espanha em 1492 encarregaram-se de apagar parte da memória da Espanha Judaica.

Leiamos então a introdução e a tradução do texto hebraico de três Lamentações, feitas por alguém das relações de Frei Manuel do Cenáculo, a partir de um Códice hebraico da Biblioteca Pública de Évora. Na transcrição do texto optámos por identificar em numeração romana cada uma das suas partes conforme se apresentavam no original.



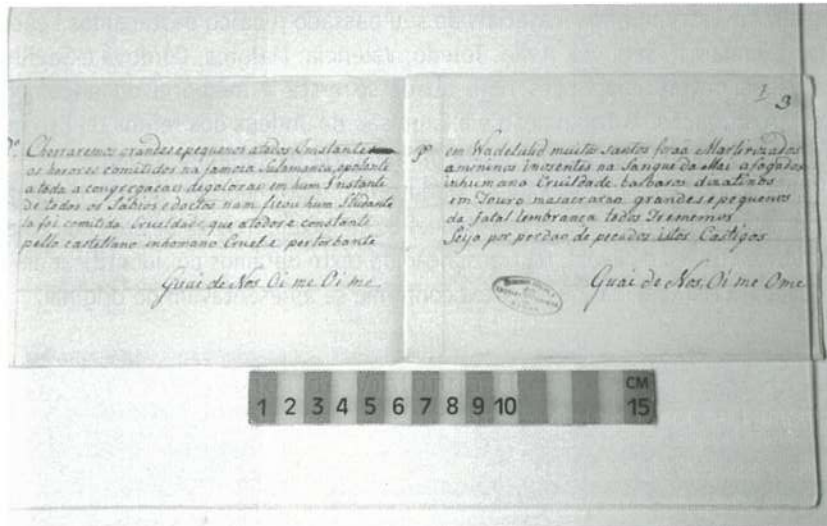
Um aspecto da introdução das Lamentações.

I-

Toda Pessoa heredita não ignora a deficultissima imp =
 = reza de traduzir as linguas orientais na idioma Europea
 e mais deficultade si encontra na tradução que se fez da
 Lengua rabinica, a qual foi pellos rabinos composta
 das linguas orientais Hebraica. Caldaica. Syriaca arab =
 = ica: fundarao os Rabinos a vaza de esta cumfuzo e
 torpe lingua na Caballa mestica, ajuntando nella varias
 palavras inigmáticas a fim della çer ininteligível
 aas naçois aleihas. foi muito augmentada esta comfuzo
 lingua em a famoza babilonia no tempo de 40 annos que
 la foram os israilitas Cativõs. Donde sahirão em grande
 multidão os que quejerão no Reynado de Syro
 Compezerão o inorme talmud nesta lingua rabinica q^e

²² ATIENZA, Juan, *Guía Judía de España*, Ed. Altalena, 2.ª Ed., Madrid, 1981.





Duas páginas da tradução das Lamentações em que se referem algumas povoações espanholas.

consta como tenho visto em 40 tomos de folio grande: em letra muito miñuda; pertendem que achegõ no tempo que ezistia o rabino Simon Ben Yohai, azer o dito talmud tao augmentado que o transportavão sobre 40 quarenta camelos : desta emais muitas estravaganças q^a tenho lido no dito talmud

II-

Talmud podião fazer libros, porém basta o sobre dito p^a Dar ao curiozo leitor: huma breve ideia dáse so aos Intelegentes. Doctos e sabios. como ^{ei} o posuhidor de muitos destes libros. o Exll^{mo} Reverendissimo e sapientissimo bispo de beja F. Manuel de Sinnacollo, em poder de q^m. na sua famozissima Biblioteca encontrei com hum antiquissimo Codece pergaminho mano escrito, em lingua rabbinica. Lettra quadrada hebraica, com titulo Lamentaçois, e como amaior parte concerna a disttruhição dos 2 Sagrados tem = plos de Jerusalem conforme a profecia de Jermeias, coiza notoria a todos os doctos por ista razão não dou a trad = ução dellas. So darei a tradução das 3 lamentacois que no ditos codeces achei consernantes a expulsao e massacre que foi egzecutada nos Judeos de Castella no anno mill coatro centos e quatorze, de N. Snhor Jezus Cristo

Lamentação

III-

instrução a o leitor

Lamentações fazem os Judeos no dia 9 menses Ab que
corresponde com o mez Abril, neste dia ajuntao se
todos na Sinagoga. Onde vem todos vestidos de luto
barbas crecidas, com pes descalsos, e de jejum naturall
asentão todos no chão da Sinagoga a qual sta
armada de Preto sim Luzis algumas, e stando
todos ajuntados, subi o Rabino sobre hum cadfa =
= Iso baixo, e com vos triste comença a lamentar
e chorar, como abservara o coriozo lector
na margem das sig Lamentacois;

R: quer deshír Rabino

P. quer deshír Povo

N.B. a duas letras P. e R ajuntei eu o traductor
para melhor inteligencia do leitor: assim tenho visto resistar

IV-

Tradução da lamentaçam 15

Rº. Choraí com migo desterados e desgraçados Filhos
A hororoza expulção da castela dor sim Remedios
La padecerao nossos irmãos, infamias e sacrilégios
Barbaredades inhumanas castigos e tromentos
Izicutarão os castelhanos nos pobres Judeos fugitivos
Matando nos braços da may os inosentes filhos

Oy Me desgraçado, Oy Guai

V-

Pº. Ovelhas perdidas que sem pastor vam desgaradas
Fugindo para mattos de Abrolhos soltas abandonadas
Nas bocas dos lobbos vam mortas e arastradas
Nam há quem tenha compaxão das pobres desgraçadas
Persiguídas em toda Castella, roubadas, o matadas
E muitas delas. Vivas foram disfuladas

Guai de Nos oi me, oi me

VI-

Rº. Triste desgraçado de mim para q fui eu guardado.
Para ver o escolhido povo, maltratado e desterado
Povo: choraí toda a vida com liantos e dorres dAmargura
As horrozas crueldades cometidas em Zamorra



A Santissima e Sagrada Lei foi Arazgada
e das inhumanas maos dos castelhanos proffanada

Guai de Nos Oi me Oi me

VII-

Pº. Choraremos grandes e pequenos a todos Imstantes
os horrores comitidos na famosa Salamanca, opolante
a toda a congregação degolarão em hum Instante
de tods os Sábios e doctos nam ficou hum Studante
la foi comitada Crueldade que a todos e constante
pello castellano inhomano Crual e pertorbante

Guai de Nos Oi me Oi me.

VIII-

Pº. em Wadelulid muitos santos forão Martirizados
A meninos inosentes na Sangue da Mai afogados
Inhumana Cruildade. Barbaros dizatinos
Em Touro massacrarão grandes e pequenos
Da fatal lembrança todos Trememos
Seija por perdão de pecados istos Castigos

Guai de Nos, Oi me O me

IX-

Pº. a desgraçada Congregação de avela estragos
Rayos e Corisscos cahirão Sobre o Sigobianos
Portantas desgraças Choramos e lamentamos
Da famoza Benavente Sempre nos alembrememos
Com almas aflitas e Coracois Cortados
Choraremos os mayorquinos e Palensianos

Guai Oi Me Oi Me

X-

Pº. Lamentemos os lionezes. valensianos e desgraçados asturgaños
Prizionados tromentados fazendas quemadas e bems confiscados
Sem dor nim piedade ezicutarão so inhumanos castelianos
Infamias crueldades nas honradas famílias doa aldeanos
Vingarãose nos inocentes, os barbaros Cruéis Castellanos
Qual sera o durro coracao q nam implore, os asturganos

Guai Oy me Oy me

XI-

Pº. de castella e asturria todos os pobres Judeos desterados
de nossos bems prividos, e de nossas espozas e filios Separados
vagando por terras alheas. pobres e miseravels arastados
e muitos q por mares forrao ambarcados ficarao ^{nelles}, afogados



de fome morrerão muuitos arebentados. Avista dos inhumanos
Castellanos q por marres em navios os levavao embarcad^{os}

Guai Oi me Oi me

Fim da lamentação 15

XII-

Lamentação

Pº. Nam Hadem Nossas Aflitas Almas descançar

Nam Havera quem nos podra consolar

Nam Pesarão nossas lagrimas de Chorrar

Os Martyrs de Sivilia que pora Sagrada ley deixarao^{se} queimar

Choraremos os de tolaitallo q forão forcados da ley arenegar

E das inhumanidades q em nos forao comitados, Deos nos hade Vengar

Nam Há quem nos pode consolar

Repetem a cada Verso,

XIII-

Pº. em Cordova Sinagogas, universidades e palasos quemarão

Aas mulhieres honradas e donzellas recliadas destarrarão

Saquejarão os bems, matarão Velhos e moços degolarao

Ão, Nobres da iscolhieda caza Real de David, inforarão

Em Oveida e ariça (?) muitas crueldades cometerão

Os inhumanos Castellhanos dezatinados, a ley da hosp^{italidade} violarão

Nam há q.^m nos Possa Consollâr

Fim da lamentação

XIV-

Lamentação

Pº. A Tribo de Juda lamenta a Izrael com dores e Liantos

A perdeção de sivilia, teatro de delisias muzica e Cantos

rezedencia de Legiflatores hebreos, doctos Sabios e Santos

Por Cer constantes na ley os matarão como gados mansos

A tribo de Juda lamenta a Israel com dores e liantos

A horrorosa matança q fizerão os barbaros Castellianos

N.B. nesta ultima lamentação, fazem menção de Catalunia

Leon em Castella e do Reyno de aragon, rípitindo as mi

zerias padesidas, e vam a cada verso Rípitindo, Juda et Izrael, Exº

Abreviaturas

– BJ Bíblia de Jerusalém, Edições Paulinas, Rio de Janeiro, 1986.





Mapa 1: Comunas judaicas españolas em vésperas do Édito de Expulsão dos Reis Católicos em 1492. Os números 1 a 87 e 163 identificam localidades com judiarias actualmente desaparecidas. Do número 88 ao 162 identificam-se as localidades que ainda apresentam vestígios da presença judaica. Identificam-se com ➤ as localidades referidas no Código CXXIV d n.º 2 da B.P.E.

**Povoações espanholas localizadas no Mapa 1
onde existiram comunas judaicas, actualmente desaparecidas.**

1 - Tuy	31 - Alcaniz	61 - Guadalupe
2 - Alfariz	32 - Zamora	62 - Denia
3 - Oviedo	33 - Medina del Campo	63 - Badajoz
4 - Astorga	34 - Olmeda	64 - Merida
5 - Cea	35 - Coca	65 - Medellin
6 - Sagunto	36 - Arevalo	66 - Chillón
7 - Carrión de los Condes	37 - Sepulveda	67 - Almadén
8 - Herrera	38 - Buitrago	68 - Almodovar
9 - Castrogeriz	39 - Atienza	69 - Almagro
10 - Laredo	40 - Hita	70 - Montiel
11 - Valmaseda	41 - Cifuentes	71 - Alicante
12 - Durango	42 - Albarran	72 - Oruhuela
13 - Medina de Pomar	43 - Montáiban	73 - Murcia
14 - Miranda do Ebro	44 - Peniscola	74 - Cartagena
15 - Haro	45 - Alba de Tormes	75 - Andujar
16 - Tauste	46 - Alcala de Henares	76 - Jaen
17 - Barbastro	47 - Huete	77 - Ubeda
18 - Monzon	48 - Cuenca	78 - Palma del Rio
19 - Alcolea de Cinca	49 - Segorbe	79 - Carmona
20 - Fraga	50 - Castelon	80 - Ecija
21 - Balaguer	51 - Burriana	81 - Osuna
22 - Solsona	52 - Ciudad Rodrigo	82 - Jerez
23 - Cervera	53 - Talavera de la Reina	83 - Cadiz
24 - Tarrega	54 - Escalona	84 - Baena
25 - Santa Colonia de Oueralt	55 - Maqueda	85 - Velez-Malaga
26 - Villafranca del Penedes	56 - Illescas	86 - Almeria
27 - Duenas	57 - Ocana	87 - Gibraltar
28 - Penafiel	58 - Laguardia	163 - Briviesca
29 - Belchite	59 - Tembleque	
30 - Hajar	60 - Coria	

**Povoações espanholas localizadas no Mapa 1
que ainda apresentam vestígios da presença judaica**

88 - Málaga	113 - Teruel	138 - Ares
89 - Granada	114 - Morella	139 - Najera
90 - Lucena	115 - Tortosa	140 - Logroño
91 - Sevilha	116 - Daroca	141 - Estella
92 - Córdoba	117 - Çatalyud	142 - Viana
93 - Ciudadada Real	118 - Siguenza	143 - Vitoria
94 - Elche	119 - Medinaceli	144 - Pamplona
95 - Valência de Alcântara	120 - Berlenga del Duero	145 - Calahorra
96 - Cáceres	121 - Toro	146 - Alfaro
97 - Trujillo	122 - Valladolid	147 - Sádaba
98 - Jativa	123 - Palencia	148 - Tudela
99 - Toledo	124 - Valencia de don Juan	149 - Tarazona
100 - Plasência	125 - Ribadavia	150 - Agreda
101 - Hervás	126 - Orense	151 - Soria
102 - Casar de Palomero	127 - Pontevedra	152 - Zaragoza
103 - Béjar	128 - Monforte de Lemos	153 - Huesca
104 - Salamanca	129 - Santiago de Compostela	154 - Barcelona
105 - Ávila	130 - Bembibre	155 - Tarragona
106 - Madrid	131 - León	156 - Montblanch
107 - Segóvia	132 - Fromista	157 - Valls
108 - Gaudalajara	133 - Burgos	158 - Vich
109 - Chelva	134 - Villadiego	159 - Gerona
110 - Valencia	135 - Aguilar de Campoo	160 - Besalu
111 - Sagunto	136 - Oña	161 - Castelló d'Empuries
112 - Palma de Maiorca	137 - La Coruña	162 - Lérida



A Propósito do Centro Histórico de Portalegre*

Enquadramento histórico

Situada em territórios hoje conhecidos como Alto Alentejo, a povoação de Portalegre está "situada faldas de una altissima sierra"¹, enquadrando-se num conjunto de outras povoações como Castelo de Vide, Marvão, etc., inseridas no Parque Nacional da Serra de S. Mamede, na raia portuguesa.

O foral de D. Afonso III designa o local como *Portus Alacer*, cujo significado parece integrar-se nos chamados portos secos, locais interiores cuja designação correspondia aos locais de trânsito terrestre de mercadoria.

A sua origem tem sido analisada ao longo dos tempos por diversos investigadores, sem que *in situ* os estudos arqueológicos nos possam corroborar conclusões definitivas. Porém, várias incorrecções do passado já foram assinaladas por Domingos Buchó. Talvez a mais comum tenha sido a de se considerar a origem da cidade como assente sobre a cidade romana de Ammaia. Esta encontra-se actualmente sujeita a escavações em lugar afastado de Portalegre, sendo a causa desta confusão o reaproveitamento de pedraria romana daquela cidade antiga, por povoações circundantes, nas quais se inclui Portalegre.

Decorrente dessas incorrecções os novos estudos têm-se inclinado por uma atitude cautelosa em relação a esses primeiros tempos, baseando-se em autores como Alexandre Herculano e Aurélio Silva, fazendo remontar a sua origem não mais longe que o século XIII. Afirma-se até que, "no século XII, mais não seria do que uma região despovoada, aberta às incursões do norte do Tejo e às investidas da moirama. A sua «reedificação e povoamento» solidifica-se a partir do século XIII"².

Porém, não obstante esta posição, tem havido a ideia paralela de que a inexistência de estudos arqueológicos poderá esconder um conjunto de elementos fundamentais para o esclarecimento da verdade histórica.

* Elaborado por João Sampaio (Universidade de Évora - Departamento de História) no âmbito do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico e Envolvente de Portalegre.

¹ Biblioteca Nacional de Paris, *manuscrits espagnols*, códice 324, fls. 29-36.

² PATRÃO, José Dias Heitor - "Ereição" da Sé de Portalegre, in "Actas do II Encontro de Portalegre", A.P.H., p. 87.





As Armas de Portalegre
no edifício dos Paços de Concelho.

Aliás, ao já referido investigador Domingos Buchó custa a crer “que o sítio em que Portalegre se fundou, pela sua posição estratégica, não tivesse sido aproveitada antes, quer por povos indígenas, quer por romanos, bárbaros ou muçulmanos”³.

Destas obscuras origens pretensamente de origem romana, restam-nos, no domínio da poesia, a lenda de Lísias e de sua filha Maia, que ao pastorear na companhia de Tobias, teria sido raptada e morta, levando à loucura pela dor seu pai, que viria a falecer na doce ilusão de a reencontrar junto ao ribeiro de Baco, que serpenteia perto da Igreja de São Cristóvão.

A urbe assenta sobre uma elevação planáltica, a cerca de 477 m de altitude e abraçada quase na sua totalidade pelos 2 braços da serra homónima (o braço da esquerda detém cota de 656 m e o da direita de 629 m).

É provável que a importância e desenvolvimento de Portalegre se insira nas “primeiras fundações de povoações [que] foram determinadas por razões de fomento interno e necessidades de administração do território, a que não eram também alheios propósitos defensivos[...]”⁴.

Aliás, este tipo de governação surge como forma de equilibrar o poder do rei, com o “do domínio territorial das Ordens Militares, do Clero ou da nobreza terratenente, fomentando o aparecimento de Concelhos pela concessão de forais ou cartas de foro [...]”⁵.

Por fonte documental, a povoação de Portalegre seria vila em 1229 e constituiu-se concelho em 1253 por separação do de Marvão que se criara em 1226.

D. Afonso III ter-lhe-á concedido, em 1259, o seu primeiro foral, para além de ter ordenado a construção de uma fortaleza.

A 11 de Outubro de 1261, D. Afonso III, juntamente com as vilas de Marvão e Arronches, doa a vila de Portalegre com “todos os seus termos desses Castellos,

³ BUCHO, Domingos Almeida – *Portalegre Medieval (Subsídios para a sua leitura urbanística)*, “A cidade – Revista Cultural de Portalegre”, Portalegre, n.º 8 (Nova Série), 1993, p. 195.

⁴ SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 164.

⁵ ABEL, António Borges – *Vilas de fundação medieval no Alentejo – contributo para o estudo da morfologia urbana*, Évora, Dissertação de Mestrado – recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico (ciclostilado), 1995, pp. 9-10.

e dessas Villas, e com todas sas rendas e com todas sas pertenças[...]”⁶ a seu filho D. Afonso.

Este infante, que entrou em desavença com seu irmão D. Dinis pelo reino de Portugal, casou com D. Violante, filha do infante D. Manuel, senhor de Escalons, em Castela, e teve 3 filhas que casaram todas com “homens grandes e poderosos de Castela”⁷.

Tal facto levou o rei D. Dinis a não “legitimar e habilitar as filhas do Infante D. Afonso para herdarem suas Vilas, e Castelos de Portugal, [...] alegando muitos inconvenientes se se fizesse e houvesse efeito, e o principal era a grande diminuição e perda que seria para o Reino e Coroa de Portugal, se as sobreditas Vilas e Castelos, estando no extrêmo de Portugal, passassem, com as suas filhas”⁸ para Castela.

A esta atitude do rei, seu irmão D. Afonso passou a não obedecer a D. Dinis, com as suas povoações, incluindo a de Portalegre. A guerra entre ambos tornou-se inevitável, tanto mais que, após o tratado de Alcanises, de 12 de Setembro de 1297, havia a intenção de manter a paz entre os dois Reinos, e o traçado da fronteira daí decorrente. Aliás, o infante, partindo de suas terras, continuava a criar incidentes em território castelhano, colocando essa paz em perigo. D. Dinis juntou, então, suas gentes mandando cercar Arronches e Marvão, “e a êle, Infante, seu irmão, cercou em Portalegre”⁹. D. Dinis, a esse tempo em Beja, juntou os seus e marchou contra o irmão. Chegado a Portalegre e chefiado pelo comendador do D. Frei Lourenço Martins, preparou-se para o assalto. O rei não conseguiu entrar no castelo, tendo-se concluído a dissidência através de um acordo pela intervenção do rei de Aragão a favor do infante D. Afonso. No entendimento o infante entregou as povoações da raia, recebendo em compensação, as Vilas de Sintra e de Ourém, “com outros lugares chãos na comarca de Lisboa”¹⁰.

Talvez por receio de situações futuras semelhantes, D. Dinis por carta dada em Portalegre aos seus habitan-



A lembrança da evolução é pública.

⁶ SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I (Lv. I e II), Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda, 1946, p. 79.

⁷ PINA, Rui de – *Crónica de D. Dinis*, Porto, Livraria Civilização, 1945, Cap. V, p. 186.

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ PINA, Rui de – *ob. cit.*, p. 188.

¹⁰ Idem, p. 189.



tes, em 18 de Novembro de 1299, estabeleceu o privilégio de não voltar a ser dado o senhorio desta vila “nem a infante, nem a rico homem, nem a rica dona, mas ser de El-Rei, e de seu filho primeiro e herdeiro”.

As perturbações ocorridas em Portugal após a morte de D. Fernando levaram à divisão das populações bem como à separação de membros das próprias famílias. Lugares houve que seguiram voz por Castela e outros por Portugal. Segundo Fernão Lopes, o alcaide de Portalegre (por graça da Rainha D. Leonor Teles), a esse tempo, era irmão de D. Nuno Álvares Pereira, Frei D. Pedro, prior do Hospital, que seguiu a causa de Castela. Segundo Fernão Lopes, a propósito do levantamento dos povos de muitos lugares e da luta entre “os grandes e os pequenos”, Portalegre ter-se-á comportado como uma das vilas em que “era maravilha de vêr que tanto esforço dava Deus n’eles, e tanta cuvardice nos outros que os castellos que os antigos reis por longos tempos, jazendo sobre elles com força de armas, não podiam tomar, os povos meudos, mal armados e sem capitão, com os ventres ao sol, [...] se juntaram os da villa uma quinta feira pela manhã e começaram combater, e ante de meio dia, com ajuda de Deus, foi filhado”¹¹ para a causa do Mestre de Aviz.

Nas cortes de Coimbra de 1385, encontramos a colaboração de dois portalegrenses, Vasco Vicente e João Boroa. Nas aclamações feitas ao Mestre de Aviz, estes homens contribuíram para que, no dizer de Fernão Lopes, “fosse Portalegre, depois do Porto, a primeira terra do País que aclamou o Mestre de Aviz”. Tal atitude terá levado o Mestre, em 6 de Julho de 1387, a emitir um alvará onde honrava a vila com o título de “Leal”.

Tinha tido D. João II a intenção de reformar os antigos forais, que se constituíam, prioritariamente, como normas de direito público e que se encontravam completamente desfasados, face a todas as novas realidades sociais, decorrentes da evolução histórica e estrutural. A sua morte, em 1495, transportará para o reinado seguinte tal incumbência. A 22 de Novembro de 1497, D. Manuel, por carta régia, ordenou a verificação dos forais, de forma a “tornallos a tall forma e estilo que se posam bem entender e comprir”. A comissão incumbida de o executar recebeu de cada urbe os elementos referentes às rendas e direitos reais sem que à coroa importassem os direitos e costumes. De facto, os novos forais começaram a ser emitidos após 1500, com características completamente diferentes dos anteriores: de “estatutos político-concelhios”, passaram a registar-se como registos actualizados das “isenções e encargos locais”¹². Considera-se o foral de Portalegre pertencente à segunda fase de emissões de forais por D. Manuel, em 29 de Março de 1511, junto com Arraiolos.

A atribuição de foro de cidade durante todo o século XVI, integra-se numa simbiose por parte da coroa em usar as urbes como peças de regulação da aplicação

¹¹ LOPES, Fernão – *Chronica d’El-Rei D. João I*, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Vol. I, Cap. XLIV, 1897, p. 131.

¹² COSTA, Mário Júlio de Almeida – *FORAIS*, in Serrão, Joel (Dir.), “Dicionário da História de Portugal”, Vol III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, p. 56.



da política centralizadora da coroa, com os interesses por parte da população em satisfazer velhos anseios de tradição local¹³. No entanto, o termo “cidade” foi tradicionalmente, em Portugal e desde o século XII, atribuído aos aglomerados urbanos que “já eram ou se tornaram assento de um Bispado”¹⁴.

O caso da elevação de vilas da raia a cidades como Portalegre, porém, mais se enquadra num processo de retalhamento dos antigos grandes bispados próximos da fronteira em outros mais pequenos de forma a evitar problemas religiosos nas populações do interior por contágio estrangeiro. De facto, a área religiosa de Portalegre encontrava-se dividida entre o arcebispado de Évora, onde se inseria Arronches e o bispado da Guarda que incluía Alegrete, Alpalhão, Alter do Chão, Amieira, Belver, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Longomel, Marvão, Montalvão, Margem, Nisa, Póvoa das Meadas e Tolosa¹⁵.

Porém, não terá sido estranho a esta promoção local e regional o facto de “Entre-Tejo-e-Odiana” ter sofrido, ao longo do tempo, um crescimento populacional, levando a uma complexidade jurídico-administrativa maior. A zona alentejana incluía terras da coroa, do Duque de Bragança e das Ordens Militares de Santiago, Crato e Avis¹⁶. Aliás, “achou se na villa de portalegre dentro na cerca e arrebaldes mill e duzentos e vinte e quatro fogos” e “ [...] em termo da dicta villa Cento e nouenta e cinco. fogos”¹⁷. Trata-se este documento do primeiro recenseamento da população portuguesa, eventualmente com o fim de conhecer os limites dos lugares para vir a estabelecer uma nova delimitação por comarcas¹⁸. As instruções para a sua feitura obrigavam o escrivão a ir “pessoalmente



As belezas da cidade surgem em qualquer recanto. Aqui entre o Largo do Paço e a Rua de S. Vicente.

¹³ SERRÃO, J. Veríssimo – *A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX*, in “Portugaliæ Historica”, Lisboa, Vol. I, 1973.

¹⁴ Idem, p. 9.

¹⁵ Idem, p. 22.

¹⁶ FREIRE, A. Braancamp – *Povoação de Entre Tejo e Guadiana no século XVI*, in “Arquivo Histórico Português”, vol. VI, Lisboa, 1906.

¹⁷ Códice 294, Núcleo Antigo, Lisboa, A.N.T.T., fl. 5 – 5 vº. Também transcrito por DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI) Anexo ***, Lisboa, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade Nova de Lisboa, (Ciclostilado), 1992, p. 17.

¹⁸ COLLAÇO, J. M. Tello de Magalhães – *Cadastró da População do Reino (1527) Actas das Comarcas Dantre Tejo e Oudiana e da Beira*, 1929, p. 7.



a cada uma das cidades, villas e logares, e ahi assentaria quantos moradores há no corpo da cidade ou villa, quantos nos arrabaldes, quantos no termo”¹⁹.

De facto, D. João III, na resposta que dá às solicitações dos representantes dos povos em relação ao tamanho das “correições” [...] afirma: “e por isso as reparti [...] e a cada hũa prouí seu corregedor”²⁰. A partir deste facto, podemos assistir a uma mutação em que a referida “Comarca-província”, de dividida em 2 comarcas (Évora e Beja), em 1516, encontrar-se-á espartilhada em 5 comarcas (Évora, Beja, Estremoz, Elvas e Portalegre), em 1536.

A bula que a eleva a bispado é de 21 Agosto de 1549, *Pro excellenti Apostolicæ sedes*²¹. A 23 de Maio de 1550, D. João III eleva Portalegre a cidade, referindo-se que tinha pedido ao “Santo padre que quisesse criar e alevantar em see cathedral hũa Igreja das da villa de Portalegre” e que “apartasse do bispado da Guarda a dita villa de Portalegre” [...] “E querendo eu ora fazer graça e merçe aa villa de Portalegre [...] Me apraz de acrescentar e aleuantar a dita villa de Portalegre em dignidade e honra e a faço cidade e lhe concedo todas as honras privilegios e liberdades que per direito ella como cidade deve ter”²².

O seu primeiro bispo, D. Julião de Alva, foi nomeado bispo de Portalegre, em 1549, tendo sido confirmada a sua nomeação pelo papa Júlio III, através de Bula de 1550. Espanhol de sua origem, veio para Portugal em 1525, como confessor e esmoler da rainha D. Catarina, passando, então, a ser português. Em 1557, passa à diocese de Miranda do Douro, onde reuniu um sínodo, em 1563. Teve um papel benemerente durante o período de fome que ocorreu entre 1562 e 1563. Em 1564 foi para Lisboa como bispo capelão-mor de D. Sebastião, tendo falecido em Vila Franca, em 1570, foi, no entanto, sepultado na Sé de Portalegre, a seu pedido. Foi homem de letras e amigo e protector de diversos humanistas.

A este bispo se deve o início da construção da Sé, que viria a ser concluída pelo seu 3.º bispo, o escritor carmelita calçado D. Frei Amador Arrais, antigo bispo coadjutor do cardeal-rei D. Henrique, no arcebispado de Évora. Ocupou a Sé de Portalegre de 1581 a 1596, sendo ele o responsável pela feitura de um conjunto de constituições que passaram a reger o bispado. A ele se deve, ainda, a remição dos diocesanos cativos nas masmorras do Norte de África, decorrentes de Alcácer Quibir.

Em meados do século XVII, teria a cidade “3000 vezinos”²³. O cronista português de Filipe IV, Rodrigo Mendez Silva, escrevia, a propósito de Portalegre, que era

¹⁹ LOBO, A. de Sousa Silva Costa, *História da Sociedade em Portugal no séc. XV*, Lisboa, 1903, pp. 27-28. Também transcrito parcialmente por GALEGO, Júlia Costa Pereira – *A Comarca d’antre Tejo e Odiana no numeramento de 1527-1532*. “Estudos de Geografia do Mediterrâneo e das Ilhas Atlântica”, Relatório n.º 1, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1982, p. 2.

²⁰ “Capítulo XLIX” e “Resposta” dos *Capítulos geraes: que foram apresentados a el rey dom Joham: nosso senhor terceiro deste nome: nas cortes de Torres nouas: do anno de mil e quinhentos e vinte e cinco. E nas D euora: do anno de mil e quinhentos e trinta e conço: com suas repostas.*, Lisboa, Germão Galharde, 1539, fl. 13 – 13vº.

²¹ *Corpo Diplomático Portuguez*, vol. VI, Lisboa, 1884, pp. 324-331.

²² ANTT, *Chancelaria de D. João III, Privilégios*, liv. 4, fl. 217. Transcrito por SERRÃO, J. Veríssimo – *A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX*, in “Portugalix Historica”, Lisboa, Vol. I, 1973.

²³ Biblioteca Nacional de Paris, *manuscripts espagnols*, códice 324, fls. 29-36.

“abundante de pan, vino, azeite, ganado, caças, aues, frutas, y escogido maderage [...] y ricos en pratos de finissimos paños que labra, proueyendo al Reyno”²⁴. De facto, ainda no século XVI, Portalegre já detém uma manufactura de lanifícios com bastante actividade. Em finais deste mesmo século, a partir de 1580, vão-se estabelecendo fábricas de tecidos, curtumes, moagem e massas, sendo já afamados os “panos de Portalegre”.

Aquando da restauração da independência “em todas as terras houve bom sucesso com poucas réplicas e em particular a cidade de Portalegre, cujos moradores não quiseram esperar o aviso de Lisboa, porque com o primeiro aceno de Vila Viçosa se declararam. A população da cidade e dos arredores acorreu à praça em consequência da proclamação de D. João IV, feita das janelas do Paço Municipal. Acção notável de uma cidade pequena, posta quase na raia de Castella, pois sem lhe constar o que as outras faziam ou fariam e podendo com justa causa recear achar-se só, não quis dilatar a aclamação de S. Majestade, porque as saudades do rei natural e os desejos de liberdade não deram lugar à consideração de motivo de dúvida”²⁵.

A acção espanhola passou, então, a ser esperada, sendo a região Alentejana uma das mais prováveis de invasão. Por outro lado, o uso cada vez mais aperfeiçoado da artilharia obrigou à progressiva alteração das técnicas de defesa. Assim, talvez tenha sido nesta época, ou um pouco mais tarde, que Portalegre se viu modificada com a construção de baluartes em lugares estratégicos da antiga muralha, bem como fortins e redutos em lugares como S. Cristóvão, S. Pedro e Boavista.

“A importância das várias terras pode ajuizar-se pela ordem dos seus procuradores nos respectivos bancos”²⁶. Portalegre tinha, em 1619, voto em cortes com assento no 7.º banco. Nas de 1641, a cidade salta deste lugar para o 4.º banco.

A partir desta época multiplicam-se os solares e as casas fidalgas, levando esta cidade ao início de uma fase de maior importância e prosperidade. “É terra muito rica em dinheiro, por razão do muito trato de panos e outras mercadorias [...] e se torna a empregar o dinheiro em



Testemunho da presença de casas fidalgas, que se multiplicam no séc. XVII.

²⁴ SILVA, Rodrigo Mendez – *Poblacion General de España*, Madrid, 1645, fls. 153-153vº.

²⁵ ALMEIDA, D. Gregório de – *Restauração de Portugal Prodigiosa*, Barcelos, 1939.

²⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.



madeira, azeite, vinho, castanha e panos, de maneira que sempre o dinheiro torna a ficar na terra, porque quem traz carga leva carga; e por esta razão é das mais ricas de Portugal²⁷, tal é a opinião do Padre Diogo Pereira de Sotto Mayor, cronista da cidade desta época. Porém, na segunda metade do século XVII, a produção agrícola ressentiu-se do período de guerra, de tal forma que, mesmo numa cultura boa como o vinho, foi por vezes necessário importar produtos. Na sequência do início da importação vinícola de Castela e Catalunha, Portalegre iria pedir a Évora para cessar essa importação, pois tornava-se altamente prejudicial para aquela cidade²⁸.

Esta política económica insere-se nas carências que abraçam o país, mas dirigem-se numa vectorização mercantilista imprimida pelo 3.º Conde da Ericeira, D. Luís de Meneses. A ele se deve a reorganização de antigas fábricas manufactureiras, e promoção de outras novas. O seu motor principal foram os têxteis, já que era fundamental diminuir as importações. Portalegre incluía-se entre as cerca de 15 fábricas de panos de lã existentes em Portugal. Em 1700, a cidade, juntamente com Alandroal, Elvas, Avis, Borba e Évora, constituem, no campo manufactureiro, a indústria saponífera alentejana. A aplicação da sua política levou a medidas proteccionistas que levaram à proibição de importação de lã estrangeira, em 1684 e ao Regimento dos Panos em 7 de Janeiro de 1690, onde se “estabeleciam as várias normas a que deviam obedecer as diferentes pessoas envolvidas na fabricação de panos de lã”²⁹.

Se durante cerca de 30 anos, após a guerra da Restauração, D. Pedro II conseguiu afastar Portugal de conflitos europeus, a verdade é que, no início do século XVIII, atendendo à relação que o país mantinha com a Inglaterra e a França e ao desenrolar dos acontecimentos, Portugal se encontrou enleado na Guerra da Sucessão de Espanha. Nunca “se cuidou que outra vez poderia haver guerra”, parecendo estranho “metermos nós a guerra dentro, em caça, e começar a introduzilla na alhea” sendo habitual para a maioria justificarem-na por “mistérios, e politicas altas, que nós cá nos baixos se não penetram; e só pode saberse porque assi se vê que ambas custarão hũa grossissima fazenda”³⁰.

A política económica decorrente desta guerra levou à assinatura do tratado de Methuen, em 1703. Tal facto levaria à queda da indústria nacional, com nefastas consequências para Portalegre, não obstante, durante a guerra, as fábricas de têxteis portuguesas terem fornecido fardas para o exército.

Já com a guerra bem acesa, a 2 de Junho de 1704, quando as hostes franco-espanholas penetraram no Alentejo e na Beira, seria Portalegre tomada pelo Duque de Berwick, bem como Castelo de Vide. A reacção anglo-portuguesa rapidamente iria libertar a cidade, expulsando os invasores.

²⁷ SOTTO MAYOR, Diogo Pereira – *Tratado da Cidade de Portalegre*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Câmara Municipal de Portalegre, 1984. Também transcrito parcialmente por RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – *Portalegre*, Lisboa, Editorial Presença, Lda, 1988.

²⁸ Arquivo da Câmara de Évora, Lvº 9º dos Originaís, fls. 65-67.

²⁹ MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista – O caso dos Lanifícios do Alentejo*, Évora, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, (Ciclostilado), 1997, p. 335.

³⁰ SILVA, José Soares da – *Gazeta em forma de Carta*, t. I, Lisboa, 1933, pp. 11-13.





Brasão do Bispo D. Manuel (1786).

Com o objectivo de incrementar a região servindo de intercâmbio de produtos e atraindo comerciantes e populações, Portalegre solicita, em 1753, a criação de uma feira, que lhe é concedida para os dias 13 a 15 de Setembro, na substituição da que tinha lugar em Maio.

A 24 de Abril de 1762, Portugal viu-se envolvido, uma vez mais contra forças franco-espanholas, desta vez decorrentes do chamado Pacto de Família e da consequente Guerra dos 7 anos. O marechal-conde de Lippe foi enviado a Portugal com o auxílio inglês. Portalegre seria escolhida, por este marechal, como Quartel-General, devido à sua localização geo-estratégica, relativamente a Marvão e Castelo de Vide³¹. A assinatura da paz data de 10 de Fevereiro de 1763.

Em 1756, existiam, em Portalegre, 20 teares. Em 1769, foi apresentado à Junta do Comércio um requerimento onde se solicitava a criação de novas fábricas de algodão e lã na área alentejana, atendendo à matéria-prima aí abundante, como à mão-de-obra. A esses dois factores acrescentou-se o dos recursos hídricos para, em 1772, ser escolhida Portalegre como o lugar de eleição de uma fábrica de lanifícios na área alentejana. Aliás, os lanifícios alentejanos foram-se implantando nas zonas "mais interiores e de maior altitude"³². Reaproveitando o edifício, a fábrica seria instalada no antigo colégio jesuíta de S. Sebastião, que tinha sido fundado em 1605. Em 1788, na sequência da política de D. Maria I em transferir para particulares as fábricas que no reinado anterior tinham pertencido à coroa, Portalegre via a Real Fábrica de Lanifícios ser arrendada a Anselmo José da Cruz e seu genro, Geraldo Venceslau Braancamp de Almeida Castelo Branco. Em 1789, o número de teares, na cidade, desce para 3.

As ligações postais foram uma preocupação por parte de D. João VI. Os correios eram efectuados em carruagens próprias ou por estafetas. Entre 1800 e 1801 foi regulamentado o percurso destes entre Lisboa e Elvas para duas vezes por semana sendo Portalegre e Évora paragem obrigatória³³.

³¹ SALES, Padre Ernesto Augusto Pereira – *O Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Comissão de História Militar, 1937.

³² MATOS, Ana Maria Cardoso de – ob. cit., p. 344.

³³ *Gazeta de Lisboa*, de 9 de Agosto de 1800 e de 7 de Abril de 1801.



Em Maio de 1801, ao tempo da “Guerra das Laranjas”, uma vez mais as tropas franco-espanholas avançaram sobre a cidade, que foi invadida. Em Junho desse mesmo ano, assinaram-se os tratados de paz e a cidade liberta.

Como sucedeu a muitas povoações da raia, também Portalegre sofreu com as invasões francesas. A sua ocupação verificou-se por parte de Loison, sem que isso tenha levado a saque ou destruição. Nesse mesmo ano, foi criado um Corpo Militar de Voluntários, que viria a ser transformado no Batalhão de Caçadores n.º 1.

Em 1811 e 1812, a cidade seria lugar de passagem do Gen. Beresford e do Duque de Wellington. No ano seguinte, a cidade tornou-se Quartel-General do Gen. Hill.

Em 1820, era provedor da Câmara de Portalegre Mouzinho da Silveira, antes mesmo de ter sido investido como director da Alfândega de Lisboa.

A 26 de Maio de 1834 seria extinto o Batalhão de Caçadores n.º 1, por ter tomado a causa de D. Miguel, não sem que este o tivesse louvado pelo seu desempenho em Antas, no cerco do Porto e na batalha de Almoester.

A 18 de Julho de 1835, viu-se Portalegre elevada a capital de Distrito.

Localidade que, muito cedo, abraçou o liberalismo, Portalegre foi servir de sede de um dos órgãos da Patuleia, tendo sido criado em 6 de Novembro de 1846, o *Boletim de Portalegre*.

Geoestrategicamente implantada como guardiã da Serra de S. Mamede, a cidade sentiu a sua protecção e ainda hoje beneficia da sua acção envolvente.

Elementos principais e análise morfológica

Nos diversos trabalhos efectuados sobre a cidade de Portalegre podemos observar uma constância de referências aos seus elementos principais. Porém, no que se refere à provável descrição nos tempos em que foram construídos, algumas variações têm sido efectuadas.

Um dos elementos que ressalta à vista da cidade a quem procura marcas mais antigas do passado é o seu castelo e suas muralhas. Aliás, “a muralha e as torres que, em maior ou menor número, nela se incorporavam constituíam o primeiro e mais claro sinal da presença de um núcleo urbano”³⁴. O castelo de Portalegre é



Brasão do Palácio Amarelo.

³⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, in, MATOS, Artur Teodoro; MEDEIROS, Carlos Laranjo (Dir.) – “Povos e Culturas”, Lisboa, n.º 2, 1987, p. 61.

descrito por Lacerda Machado³⁵, onde se refere a torre de menagem com três pavimentos. Mais modernamente, Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, caracterizam-no com uma “muralha subcircular, com merlões no topo (restauradas), e duas torres solidárias: uma, secundária, a oeste; outra, mais alta, a «de menagem», a norte”³⁶. Tal elemento parece pertencer à acção de D. Afonso III, “mandando-lhe edificar a fortaleza”³⁷.

Rui de Pina, relativamente às “obras e coisas notáveis que El-Rei D. Dinis fêz em sua vida” refere que “em seu tempo, fêz quâsi de novo tôdas as vilas e castelos de Riba de Odiana, a saber: Serpa, Moura, Olivença, Campo-Maior, Ouguela, cujos alcâceres e castelos fêz de fundamento, com muitas despesas; e assim fêz na dita Comarca de entre Tejo e Odiana, os castelos de Monforte, e de Arronches, Portalegre e Marvão, Alegrete, Castelo-de-Vide, [...] que fazem número de quarenta e quatro vilas, castelos e fortalezas do Reino, de que algumas fêz novamente, e outras reformou, e fez de novo os castelo”³⁸. “As reformas urbanas que ordena e implementa, só para referir a área da nova fronteira com Castela, chegam a abranger cerca de 4/5 do total das fortalezas, muralhas e castelos existentes”³⁹.

“Herdeiro da centralização e reorganização empreendida no reinado precedente, D. Dinis pôde dedicar parte da sua acção governativa à consolidação de fronteiras, [...] que até à data tinham sido despovoadas ou fracamente povoadas, mercê da instabilidade política até aí reinante, dando continuidade à obra de seu pai”⁴⁰.

Ignoramos, pois, que partes poderiam ter origem em D. Afonso III. Luís Gomes afirma que D. Dinis lhe construiu “um forte castelo e cercou-a de duas ordens de muralhas em 1290”⁴¹. A cerca Afonsina, também ela dificilmente se descortina, se bem que, a acreditar nas palavras de

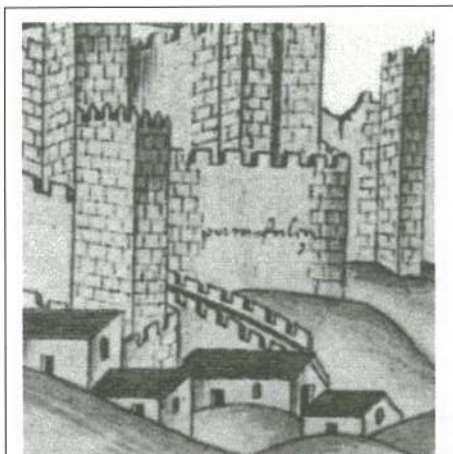


Fig. 1 – Pormenor da porta falsa de Serpa (Duarte Darmas, Livro das Fortalezas).

³⁵ MACHADO, F. A. Lacerda – *O Primeiro Alcaide-Mor de Portalegre E A Sua Ascendência*, Elvas, Tip. Progresso, 1924, pp. 17-18. Parcialmente transcrito por BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 199.

³⁶ RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – ob. cit., p. 14.

³⁷ BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 196.

³⁸ PINA, Rui de – ob. cit., Cap. XXXII, pp. 322-323.

³⁹ FERNANDES, José Manuel – *O lugar da cidade portuguesa*, in, MATOS, Artur Teodoro; MEDEIROS, Carlos Laranjo (Dir.) – “Povos e Culturas”, Lisboa, n.º 2, 1987, p. 83.

⁴⁰ ABEL, António Borges – ob. cit., p. 11.

⁴¹ GOMES, Luís – *Nótulas Históricas sobre o Alto Alentejo / As antigas Fortificações de Portalegre e o Primeiro Cerco Sofrido*. “Brados do Alentejo”, Estremoz, 18 de Julho de 1937. Transcrito por BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 200.



Lacerda Machado, somente abrindo “caboucos para edificações” nos permitirá obter “vestígios de fortes alicerces, que parecem duma muralha que definia o primitivo âmbito da vila”⁴². Muito mais do que pequenas reparações, D. Dinis terá imprimido uma acção intensa com as já referidas “duas ordens de muralhas”, cujo traçado se via interrompido por 10 torres (das quais ainda se conservam 3). Nesta também se incluíram portas (cujo número original, “por falta de elementos”⁴³ não se encontra, ainda, esla-recido), e que correspondiam a “saídas que apontavam direcções, que ora se esgotavam no sector periurbano próximo, ora se perdiam em destinos afastados. Umas e outras muitas vezes recordadas por uma toponímia sugestiva, que dava às portas o nome do local para onde se orientavam os caminhos que dela partiam”⁴⁴. Em Portalegre, também em relação aos seus nomes, o acordo não é total: 1. *Porta do Alegrete* – por ser orientada para a vila de Alegrete. “Maciça, de arco de volta perfeita em túnel, viu o seu topo arranjado em terraço enquanto se rasgavam quatro janelas quadradas no piso superior, dando-lhe uma aparência geométrica e densa na sua rigorosa simetria”⁴⁵; 2. *Postigo* – que, segundo Luís Gomes, deve a sua origem a “*porticum* – porta pequena, porta onde haja fresta ou vigia”⁴⁶ (referido, em 1304, como “Postigo de S. Tiago”⁴⁷); 3. *Porta da Devesa ou do Espírito Santo* – “Devesa” – nome originário do facto de ser uma porta que dava para a “Devesa” – “mata cercada; lugar abundante de árvores ou pastos”⁴⁸. “Espírito Santo” – provavelmente por se referir à ermida do mesmo nome, “depois igreja no séc. XIV”⁴⁹, na direcção da qual a porta se encontra. “Dela ficou a memória visual de uma porta ladeada por dois torreões nos relevos das pedras de armas de Portalegre”⁵⁰; 4. *Porta do Crato ou do Bispo* – “Crato” por estar orientada para a vila do Crato. “Bispo” por ter junto a si a residência episcopal, estabelecida após 23 de Maio de 1550, data em que Portalegre é elevada a cidade e criado o seu episcopado; 5. *Porta de Évora ou porta falsa* – “Évora” por se encontrar na direcção da cidade do mesmo nome, “falsa”, como todas as que são desenhadas por Duarte Darmas, como por exemplo em Castro Marim, Mértola, Serpa (Fig. 1), Moura, Juromenha, entre outras⁵¹, e que serviam seus fins tácticos e/ou militares; 6. *Porta de Elvas* – por se encontrar na direcção da cidade do mesmo nome; 7. *Porta da Torre do Pecegueiro* – “[...] e todo o arrabalde da Torre do Pessegueiro assim como vai do Postigo de S. Tiago para a rua directamente pela praça”⁵². A sua referência, em 1304, não garante, contudo, a sua real localização no terreno nem a origem do seu nome; 8. *Porta de São Francisco* – derivará, possivelmente, da porta abrir

⁴² MACHADO, F. A. Lacerda – ob. cit., p. 18.

⁴³ BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 201.

⁴⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, ob. cit., p. 67.

⁴⁵ RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – ob. cit., p. 17.

⁴⁶ GOMES, Luís – ob. cit.

⁴⁷ VIANA, Mário – *Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304*. “a Cidade – Revista Cultural de Portalegre”, n.º 6 (nova série), 1991, p. 72.

⁴⁸ SILVA, Fernando J. da – *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 1984, p. 540.

⁴⁹ BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 210.

⁵⁰ RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – ob. cit., p. 17.

⁵¹ DARMAS, Duarte – *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Editorial Império, Lda, 1943.

⁵² VIANA, Mário – ob. cit., p. 72.



sobre “terrenos que eram logradouro dos frades de aquele Convento [de São Francisco], cuja construção é anterior ao da fortificação”⁵³.

Algumas dúvidas continuam a subsistir em relação à localização e ao número das portas nomeadas, já que não é certo que a porta do Alegrete seja a do Pessegueiro, e ainda que esta última pode referir-se a uma que estaria aberta, a seu tempo, ao fundo da Rua do Lobato, ou ainda que a de S. Francisco se referira a esta última localização ou à do Alegrete ... ou que todas sejam coincidentes.

As portas mantinham-se abertas “desde madrugada até depois do toque das Trindades, a não ser que os tempos fossem de guerra ou os ares de peste e aconselhassem a exclusão temporária de estranhos”⁵⁴. As portas, no entanto, eram lugares vulneráveis. “Havia que combater essa vulnerabilidade adossando-lhe uma torre, [...] ou recorrendo à ajuda de Deus através da mediação dos santos do que resultavam designações como”⁵⁵ São Francisco, São Tiago ou, até, Espírito Santo.

“Torres, portas e postigos articulavam-se, sem dúvida, com o exterior, mas faziam-no de uma forma ainda mais óbvia com intramuros, uma vez que, [...] balizavam as principais artérias do núcleo urbano”⁵⁶. Eram o limite entre o interior e o exterior e um visitante, “mal assomava à entrada logo os homens do alcaide ou os porteiros do concelho o interpelavam perguntando-lhe quem era, ao que vinha e o que trazia na bagagem. A sua condição de forasteiro era-lhe pois recordada e desagradavelmente, através do pagamento de taxas”⁵⁷. Em Portalegre, esta área delimitada, que a muralha defendia, detém mais de 9 ha, situada “a meia encosta, num outeiro quase destacável a sul”⁵⁸. As cotas aproximadas, dos vértices do triângulo que a área forma, são a Norte 459 m, Nascente 493 m e Sudoeste 479 m.

Não é possível pensar na estruturação de Portalegre sem tomar em linha de conta os seus pólos religiosos, sem olhar para seus templos como locais de culto,



Porta do Alegrete.

⁵³ GOMES, Luís – ob. cit., p. 201.

⁵⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, ob. cit., p. 66.

⁵⁵ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Conhecer e Nomear: A toponímia das Cidades Medievais Portuguesas*, in “A Cidade – Jornadas inter e pluridisciplinares”, Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 126.

⁵⁶ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, ob. cit., p. 67.

⁵⁷ Idem, p. 66.

⁵⁸ BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 201.



fornecedores quase sempre do “primeiro índice de dinamismo humano das localidades, bem como da riqueza daqueles que a habitavam”⁵⁹.

“Crismando o lugar, erguem-se, dentro e fora da cidade à beira dos caminhos que trazem e levam, ermidas, igrejas, institutos religiosos, nos quatro pontos cardeais”⁶⁰. Entre eles, devemos referir o *Convento de S. Francisco* que constitui o único edifício religioso conhecido anterior a D. Afonso III, uma vez que terá sido erigido em tempo de D. Sancho II, fica localizado extramuros, na direcção da Porta do Alegrete. Entre esta Porta e o Convento abre-se o Corro, ladeado pelo Arrabalde da Torre do Pecegueiro. O *Mosteiro de St.ª Clara*, situado intramuros, a Sul da Rua da Carreira, perto da Porta do Alegrete. Terá sido fundada pela rainha D. Leonor Teles, em 1376, estando terminada em 1389. Em finais do século XVIII foi modificado e renovado o seu interior. Trata-se dum edifício um pouco escondido, em relação à sua importância histórica e patrimonial. *Igreja do Espírito Santo*, localizada extramuros, a Norte da cidade, junto ao Rossio a quem deu o nome. Segundo Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, “contém um programa arquitectónico de origem fundacional, no estilo gótico”⁶¹ e outros de criação posterior.

Dentro da cidade, os pólos religiosos tornaram-se quase sempre estruturas galvanizadoras da dinâmica urbana, geralmente ligadas ao largo ou praça que a acompanha. “A praça medieval é um largo de geometria irregular mas com funções importantes de comércio e reunião social”. Nestes casos, “uma praça de igreja (adro), ou o parvis medieval”⁶².

Da descrição da vila de 1 de Fevereiro de 1304⁶³, podemos inferir a existência de diversas Paróquias onde se incluíam as ruas e lugares que se seguem⁶⁴:

1. *Santa Maria de Portalegre, ou do Castelo* – R. de Elvas, lugar do Rechouso, R. Sapateiros e dos Curtidores, Albergaria de S. Vicente. Julgamos ocupar a área SW da cidade.
2. *Santa Maria a Grande* – R. dos Banhos, Poço de S. Martinho das Lamas, lugar do Rechouso, Chafariz, Rua Besteiros, Porta Alcáçova, Arrabalde da Torre do Pecegueiro, Postigo de S. Tiago. Julgamos ocupar a zona SE e ESE da cidade.
3. *Santa Maria Madalena* – R. Sapateiros e dos Curtidores, Poço de Pero do Rego, Fonte Nova, R. Pisões, Fosso da Alcáçova, Besteiros. Zona centro/nascente da cidade.
4. *São Tiago* – R. Retaixo, Fosso do Castelo, Postigo de S. Tiago, R. Pincho, Azinhaça à Torre de Pombal, Arrabalde, Fonte do Cortiço, Rua Caldeireiros, Lg. Santa Cruz. Zona NE da cidade.
5. *S. Pedro* – R. Devesa, arrabalde, portal de Elvas.
6. *S. Vicente* – Rio, Portelos, Albergaria de S. Vicente, Casas do Hospital. Cutileiros.

⁵⁹ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, ob. cit., p. 68.

⁶⁰ RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – ob. cit., pp. 17-18.

⁶¹ Idem, p. 26.

⁶² LAMAS, José M. Ressano Garcia – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1993, p. 154.

⁶³ VIANA, Mário – ob. cit., pp. 72-73.



7. *S. João* – Próximo do rio, Portelos, Rua dos Cutileiros.
8. *S. Martinho* – R. Albergaria de S. Martinho, Porta da Devesa, R. Cadafaz até Pombal, Arrabalde pela Cruz, fosso.
9. *S. Lourenço* – Limites divididos entre S. Pedro, S. Martinho e S. Tiago.

A esta descrição devemos acrescentar a R. de Santa Maria do Castelo e a Judiaria⁶⁵. Algumas das igrejas que se faz menção, além de outras mais, não chegaram aos nossos dias, Santa Maria a Grande, Lourencinho, Santa Maria do Castelo, São Vicente, São Martinho, Santa Maria Madalena. A evolução histórica destrói, por vezes, as résteas das impressões digitais urbanas do passado. Infelizmente, a juntar a esta realidade, a “toponímia actual tende, cada vez mais, a ser uma simples convenção pois resultou de cíclicas ondas comemorativas que espalharam por todas as vilas e cidades portuguesas nomes e datas que o correr do tempo tem esvaziado de sentido. Dissociados da realidade, esses designativos chegam a invadir os denominados *centros históricos* sobrepondo-se a topónimos tradicionais bastante sugestivos, o que torna menos imediato o reconhecimento das artérias mais antigas”⁶⁶. A edilidade portugalense tem tentado equilibrar a situação juntando designações modernas aos elementos toponímicos antigos: “antiga Rua da Carreira”. Daí que, de alguns lugares onde eventualmente se localizavam estes edifícios religiosos, apenas nos restam nomes de ruas ou largos.

“É preciso não esquecer que os detentores da escrita no meio urbano”, de documentos como este de 1304, “conheciam, por dever de ofício melhor que ninguém, o espaço em que viviam [...] bastando-lhe um simples topónimo para localizar pessoas e bens”⁶⁷. Porém, em 1304, diversas áreas dentro da cerca, não seriam mais do que hortas, provavelmente, nas zonas mais a Sul da povoação, onde “lugares



Rua da Misericórdia.

⁶⁴ Também seguimos BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., pp. 203-204.

⁶⁵ MARTINS, Anacleto – *A propósito da Judiaria de Portalegre*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 8/9, 1983. Também referido por BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 204.

⁶⁶ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Conhecer e Nomear: A toponímia das Cidades Medievais Portuguesas* – ob. cit., p. 123.

⁶⁷ Idem.





Porta da antiga Travessa da Rua de Elvas.

havia, intramuros, a que não se podia chamar de ruas⁶⁸. As “confrontações” nominais empregues no documento estudado por Mário Viana e que não foram referidas, corroboram a suposição de Domingos Bucho, já que o “recurso a um designativo toponímico mais preciso significava que uma artéria ou um espaço aberto tinha adquirido uma densidade de ocupação significativa”⁶⁹.

Tal como referido por este investigador, consideramos que Portalegre “também obedeceu ao programa dionisiano das cidades de padrão geométrico, tal como Monsaraz, Vila Viçosa, Alegrete, etc., embora, no nosso caso, o forte declive em direcção à porta principal (Devesa), tenha orientado o traçado das ruas como que por gravidade”⁷⁰. Porém, sem negar o afirmado ainda por Domingos Bucho, parece-nos ter existido uma dinâmica no processo cuja explicação

passa pela suposição de considerar a antiga rua do Pirão como a rua central da vila dionisina, cortada por ruas como a do Chantre, R. da Maceira, Tv. da R. do Pirão, Rua do Cadafaz, sendo-lhe paralela a rua de S. Martinho; esta estrutura teria, pois, o seu eixo principal a correr em sentido NW/SE, limitado a NE pela muralha e a SW por uma área que se ia estruturando com base em três pólos importantes: o 1.º constituído pela porta do Alegrete e a Igreja de St.ª Maria a Grande, o segundo pela Igreja de St.ª Maria do Castelo (talvez localizada onde hoje se encontra o Largo da Sé), o terceiro pólo constituído pela Porta da Devesa. É provável que estes três polos tenham constituído dois eixos em L, que vieram a constituir-se como a antiga R. da Carreira e a antiga R. de St.ª Maria, continuada pela rua Direita (ou da Albergaria), constituindo estas duas últimas as actuais Rua da Sé e Rua Luiz de Camões.

É possível que o núcleo afonsino inicial se incluísse dentro da muralha mais antiga cujo limite Norte nos parece ter sido mais provável onde viria a ser delineada a rua do Pirão, núcleo este com uma disposição tendencialmente obedecendo ao critério proposto por Domingos Bucho. Supomos, ainda, que aquando do traçado da rua do Pirão tivesse sido destruída a referida muralha Afonsina.

⁶⁸ BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 190.

⁶⁹ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Conhecer e Nomear: A toponímia das Cidades Medievais Portuguesas* – ob. cit., p. 125.

⁷⁰ BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 207.

A partir deste quadro, “tudo aconteceu como se de uma enorme tina de água (a cerca) se tratasse, escoando-se o líquido (as ruas) por gravidade. O ralo corresponderia à Porta da Devesa”⁷¹. Ao Largo do Pocinho confluem as ruas que vêm da parte alta da cidade, incluindo a que nos parece ter sido a zona mais antiga da cidade, após a acção de D. Dinis: R. do Pirão e suas “travessas”. No seu conjunto, “desenham triângulos muito semelhantes, como se fossem sectores circulares dum círculo cujo centro se situa naquele largo”⁷².

O visitante passava pelo Convento de São Francisco, entrava no arrabalde da Torre do Pessegueiro, a nascente da cidade, franqueava a Porta do Alegrete, encontrando ao seu lado esquerdo a Igreja de Santa Maria a Grande. Avançando pela rua da Carreira, o seu percurso iria dar à Igreja de St.^a Maria do Castelo. Durante o século XV, o Município teria umas “botticas” para arrendamento, nesta praça, deixando, talvez, transparecer, também, a sua vocação comercial.

Seria, no século XVI, este o “lugar mais eminente da [...] cidade e tem a mais nobre gente da cidade”⁷³. A “praça” deveria ser diferente da que hoje se articula, já que o lugar da igreja de Santa Maria do Castelo era diferente do da actual Sé, uma vez que, durante todo o tempo da construção da Sé, a igreja continuou a ser lugar de culto da respectiva Paróquia, sendo apenas demolida quando aquela iniciou a sua acção pastoral.

A esta importância reportada ao século XVI, não teria sido estranha a funcionalidade que foi adquirindo ao longo dos tempos como lugar principal, como lugar charneira de acção socioeconómica, religiosa e política. Como nos refere Jean-Pierre Leguay, “des portes [...] d’une agglomération, partent les grands axes qui aboutissent, une fois la pente gravie, á une place [...] où se tient un édifice civil (une halle) ou religieux attractif”⁷⁴.

Na sua periferia encontra-se a Judiaria, o que atesta o seu carácter comercial, e nela também “desembocava a Rua dos Açougues”⁷⁵. Não seria estranho a este processo crescente de importância, onde, como referimos, no século XVI, se encontrarão as pessoas mais importantes da cidade, se situar a sede do centro político da cidade.

Mas a praça não é um lugar fechado, também ela vai obedecer ao princípio que pautaram as outras ruas da cidade. A sua articulação vai, como referi, fazer-se pela outra porta principal, a Porta da Devesa, obedecendo à gravidade e à estruturação dos apoios aos visitantes. Nesta rua, já em 1304, talvez, pela conjugação da rua de St.^a Maria e da rua Direita (ou da Albergaria), vamos encontrar, muito perto, duas Albergarias (a de S. Vicente e a de S. Martinho) e um Hospital para os lados da Porta da Devesa.

⁷¹ Idem.

⁷² Ibidem.

⁷³ Arquivo da Sé, *Autos que se proçessarão sobre a ex.am das Bullas de Ereção desta Cathedral de Portalegre (1552...)*, fols. 4-8v. Também parcialmente transcrito por PATRÃO, José Dias Heitor – “Ereção” da Sé de Portalegre, in “Actas do II Encontro de Portalegre”, A.P.H. p. 87.

⁷⁴ LEGUAY, Jean-Pierre – *La rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest-France, 1984, p. 28.

⁷⁵ BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 207.



Para lá desta porta desenvolveu-se um arrabalde (já existente em 1274), na continuidade do eixo formado pela rua de St.^a Maria e da rua Direita (ou da Albergaria), sempre a descer (até à cota 442 m), em direcção ao Rossio do Espírito Santo, onde se encontra outro hospital e uma ermida do mesmo nome. A leste deste eixo (eixo que hoje será a rua 5 de Outubro e antigamente, provavelmente a rua da Devesa), o arrabalde colava com a área que fora destinada à mouraria, já que estes “tinham sido constrangidos a aceitar a tolerante sombra exterior da muralha das cidades e vilas da comarca de Odiana”⁷⁶. No entanto, no tempo de D. Afonso V, os mouros passaram a ser obrigados a “trazer as capas cerradas e cozidas pela frente, quando até então as traziam abertas e com capellos por detrás”⁷⁷. “Organizada, habitualmente, em torno da Mesquita”⁷⁸, não conhecemos qualquer indício da mesma nem do almocávar.

Na sua acção laboral, incluía-se obrigatoriamente a olaria. Havia uma preferência dos mouros por esta actividade, o que nos leva a pensar que a sua localização espacial urbana tinha a ver com este tipo de trabalho, considerado “sujo e poeirento”⁷⁹, longe dos centros nobres da cidade, por vezes perto de zonas barrentas, mas também em lugares onde facilmente era possível obter lenha para os seus fornos. Mouraria, Forno, Potes, etc., são alguns exemplos de nomes de ruas que ainda perduram neste espaço, como que a induzir-nos nesse sentido, como que a persistir na marca toponímica dos seus antigos habitantes. No entanto, da análise da *Carta de Solos de Portugal*⁸⁰, não se encontram zonas de barros, uma vez que é área abrangida por “solos de baixas com textura ligeira e mediana (Sbl e Sb)”, “solos litólicos não húmicos de granitos ou rochas afins (Pg)”, “litossolos de xistos ou grauvaques (Ex)” e “solos mediterrâneos pardos de gneisses ou rochas afins (Pgn)”⁸¹. A ter existido tal actividade, qual a origem da matéria-prima?

Voltando ao eixo formado pela rua da Carreira, podemos observar que ela se movimenta como que ao longo de uma linha de festo, se bem que bastante suave. De facto, a Sul desta linha a aba vai descendo, para Sul agora com maior declive, por onde se encontram traçadas as ruas, de St.^a Clara, Elvas, Nova, do Arco, todas mais ou menos perpendiculares à rua da Carreira, como que a mostrar um geometrismo constante. A de Elvas sai para o exterior através da Porta do mesmo nome, e a do Arco, dá saída para o exterior através da Porta de Évora. Nesta zona se desenvolveu a Judiaria, uma judiaria entre portas como não será estranho junto à fronteira. Aliás, as judiarias “só raramente eram fechadas, ao contrário do preconizado pelos textos legislativos e do que os povos

⁷⁶ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, ob. cit., p. 64.

⁷⁷ *Ocorrências da vida mourisca*, in “*Archivo Histórico Portuguez*”, Vol. V, Lisboa, 1907, p. 83.

⁷⁸ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Conhecer e Nomear: A toponímia das Cidades Medievais Portuguesas* – ob. cit., p. 132.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ CARDOSO, José V. J. de Carvalho – *Os Solos de Portugal sua classificação, caracterização e génese 1 – A Sul do Rio Tejo*, Lisboa, Direcção dos Serviços Agrícolas, 1965; SEROA, *Carta dos Solos de Portugal*, 1:50000, n.º 32B, 1968.

⁸¹ FERREIRA, Maria Emília Mergulhão Calha – *Solos e culturas ocupadas devido à Expansão urbana em quatro cidades do Alto Alentejo – Elvas, Estremoz, Évora e Portalegre*, Évora, Relatório de trabalho de fim de Curso de Engenharia Agrícola na Universidade de Évora (ciclostilado), 1995, p. 72.



insistentemente pediam. Nas localidades mais pequenas o espaço reservado aos judeus limitava-se a uma artéria de toponímia óbvia – rua da judiaria – e onde não era incomum encontrar também população cristã⁸². Perpendiculares àquelas ruas encontram-se a Tv.^a da Rua Nova, e a Rua do Lourencinho, coração da referida Judiaria. “Sabemos que, com o baptismo, os bairros judaicos, consoante a sua extensão, se passaram a designar por Rua Nova ou por Vila Nova”⁸³. Por outro lado, as sinagogas foram, em muitos casos, sendo adaptadas a habitação, enquanto em outros, adaptadas em “templos cristãos”. Segundo Maria José Tavares, e baseando-se em dados inquisitoriais em “seu lugar, erguer-se-ia a igreja de invocação de S. Lourenço ou S. Lourencinho”. Porém, Domingos Buchó refere, ainda, haver notícia de Judeus habitarem “na Rua dos Sapateiros” (será a do Barregado?) e “na Rua da Cadeia”⁸⁴.

A vivência judaica incluía “intencionais testemunhos da humanização e personalização de um espaço e certamente de uma vivência religiosa/cultural”, através de um “vasto conjunto de gravações em ombreiras de porta que têm sido identificadas em diferentes localidades do Alentejo”. Podem ser elas de três tipos: “as gravações longitudinais, as marcas nas *mezuzot* e as cruces”. “As marcas nas *mezuzot* [(que significa “ombreiras de porta”)...] tiveram como função receber no seu interior pequenos rolos, os mais antigos de pergaminho, nos quais se inscreviam as palavras de uma das mais importantes orações hebraico / judaicas”⁸⁵. Que tenhamos conhecimento, não foi, ainda, efectuado levantamento exaustivo quanto a esta matéria, em Portalegre, o que poderia levar-nos a uma avaliação da extensão da comunidade judaica nesta cidade, ou de reutilização de cantaria de casas que a ela pertenceram.

A Norte da rua da Carreira, ter-se-ão desenvolvido as ruas de acordo com as diversas profissões, talvez mais de consumo interno, como Sapateiros, Curtidores (ambas ainda não localizadas no terreno), Açougues, etc., por um lado e, mais perto da Alcáçova devido à sua função, podemos encontrar a rua dos Besteiros. Pensamos que, com o tempo, o afastamento espacial do núcleo urbano centrado na Rua do Pirão em relação à área mais visitada por viajantes e comerciantes exteriores (Rua da Carreira e St.^a Maria do Castelo), levaram aquela zona a sentir-se demasiadamente isolada e a ter a necessidade de se articular entre a porta do Postigo de S. Tiago e a Porta da Devesa. Mais perto da Alcáçova, parece notar-se que esta tentou, talvez muito precocemente, estruturar o desenho urbano à sua volta.

Se muitos traços medievais se conservam ainda hoje em Portalegre não será difícil pensar que a estratificação histórica de momentos posteriores também se encontram impressos nas pedras das calçadas, nos prédios e nas estruturas urbanas da cidade. O século XVI, tornou-se para Portalegre o que Jorge Rodrigues e Paulo

⁸² ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, ob. cit., p. 70.

⁸³ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Judeus e cristãos novos, no distrito de Portalegre*, “A Cidade – Revista Cultural de Portalegre, Portalegre”, n.º 3 (Nova Série), 1989, p. 39.

⁸⁴ BUCHÓ, Domingos Almeida – ob. cit., p. 206.

⁸⁵ BALESTEROS, Carmen – *Património Judaico na Região de Turismo de S. Mamede*, “Patrimonia”, Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural, n.º 3.



Pereira chamam de “século prodigioso”, “século da riqueza e dos prodígios de um rápido crescimento”⁸⁶.

Como vimos na resenha histórica, Portalegre recebeu novo foral de D. Manuel I, em 29 de Março de 1511. Nesse tempo, a acção dos descobrimentos foi modificando os “estilos” artísticos em Portugal, não *ex abrupto*, mas progressivamente, à medida que as circunstâncias económicas e sócio-políticas se foram dinamicamente desenvolvendo. Esta “síntese formal dum sentimento nacional e dum estilo de vida”⁸⁷, “reconduz a arquitectura à Natureza e às coisas, quer dizer, ao Mundo”⁸⁸. É esta característica que vemos bem traçada numa casa da Rua da Carreira (hoje Rua 19 de Junho). O seu aspecto mostra o requinte e a opulência da época: dois andares, com quatro janelas com molduras trabalhadas de estilo manuelino. Uma das janelas, encimada por brasão familiar com escudo esquartelado dos Sousas Tavares e Silvas, contém, circundante, uma descrição onde se lê: NVNO DE SOVSA 1538 SE FEZ.

Em 1518, sob o patrocínio do abade D. Jorge de Melo, foram iniciados os trabalhos do *Convento de Nossa Senhora da Conceição ou de S. Bernardo*. O convento destinou-se às freiras bernardas, sendo a sua localização extramuros, na Fontedeira, a nascente mas não muito longe do Rossio do Espírito Santo, estando terminados os trabalhos de construção, em 1538. Nele se encontra o túmulo do seu fundador, homem com tendências “para o classicismo e humanismo renascentistas” [...] “mas tendo evoluído, curiosamente, a partir de preferências ainda góticas nas duas primeiras décadas do século, facto sensível no Convento de S. Bernardo”⁸⁹. Em frente da sua igreja encontra-se o Cruzeiro, feito em mármore de Estremoz.

Cidade nova e sede de nova diocese, Portalegre parece procurar responder às novas solicitações que os anos de 1549/50 lhe fazem. O seu novo bispo, D. Julião de Alva, inicia o processo de auscultação sobre a escolha da igreja já existente que serviria de sede da nova diocese. Para isso e após a escolha seriam feitas nessa Sé as adaptações necessárias. A sua localização foi analisada, existindo, em determinado momento, três locais possíveis na cidade, correspondentes a três das igrejas mais antigas: Igreja de S. Vicente (pertencente à Ordem de Santiago), a Igreja de St.^a Maria a Grande (pertencente à Ordem de Cristo) e Igreja de St.^a Maria do Castelo (pertencente à Ordem de Avis). A escolha recaiu sobre esta última, como vimos na resenha histórica, no local mais “nobre” da cidade, mas havia que pedir autorização ao rei, já que ele era o chefe das três Ordens Militares referidas. Porém, a Igreja de St.^a Maria do Castelo estava “velha e em mau estado”⁹⁰, ameaçando ruir, pelo que D. Julião decidiu construir um novo edifício.

⁸⁶ RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – ob. cit., p. 29.

⁸⁷ MAGGIO, Nelson di – *Arte Manuelina*, in SERRÃO, Joel (Dir.) “Dicionário de História de Portugal”, Vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, p. 163.

⁸⁸ PEREIRA, Paulo – *A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo*, in “História da Arte Portuguesa”, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 147.

⁸⁹ RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – ob. cit., pp. 32-34.

⁹⁰ PATRÃO, José Dias Heitor – “Ereição” da Sé de Portalegre, in “Actas do II Encontro de Portalegre”, A.P.H., p. 89.



Não concordam os historiadores sobre o projectista da nova Sé, uma vez que encontrámos referência a Miguel de Arruda, engenheiro e arquitecto, filho do arquitecto régio Francisco Arruda⁹¹, enquanto, em outro lugar, se inclinam seus autores para o mestre arquitecto Afonso Álvares⁹². Segundo Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, o seu interior revela a ambiguidade no entrosamento da tradição medieval e o Renascimento. O edifício foi terminado, apenas, no tempo do seu 3.º bispo, D. Frei Amador Arrais.

Lateralmente, a porta que já existia em 1616 abre para um claustro que começaria a ser construído em 1720. É curioso que José Patrão refira, a propósito da demolição, em 1572, da igreja de St.ª Maria do Castelo, que “o espaço da velha igreja passou a adro e, certamente, mais tarde, para o espaço do claustro”⁹³. Seria este o lugar da antiga igreja?

A pouco e pouco, a cidade vai desenvolvendo a sua actividade comercial mas também manufactureira. A promoção burguesa passa a mostrar o seu envolvimento socioeconómico e cultural, através das encomendas de manutenção e melhoramento da Sé, ora pela Irmandade dos Sapateiros, ora pela Confraria dos Cardadores. A par desta acção popular, os bispos vão cumprindo a sua função.

Do século XVI podemos, ainda, referir a Igreja da Misericórdia, mesmo no centro da cidade intramuros, hoje ocupada pelo Conservatório Regional, que lhe deu um fim cultural.

Ainda deste período podemos referir as obras de alteração efectuadas na Igreja do Espírito Santo, Convento de Santa Clara e Convento de S. Francisco.

No início do século XVII novos melhoramentos serão feitos na Sé, nomeadamente em relação ao revestimento de silhar policromo, que ainda se conserva em alguns lugares. Este tipo de revestimento próprio da época, também foi usado na Igreja da Misericórdia.

Diversos edifícios foram construídos, durante este período, atestando a riqueza e desenvolvimento económicos e a importância política crescente da cidade e corroborando o que foi dito na resenha histórica: Capela do Convento de St.º António, Igreja de S. Lourenço, o edifício dos Paços do Concelho, o Colégio de S. Sebastião, o Palácio Amarelo (um dos *ex-libris* da cidade), Casa Nobre localizada entre o n.º 13 do Lg.º Serpa Pinto, e a R. 19 de Junho (referências actuais). A arte renascentista vai dando lugar ao barroco, não só no desenho dos seus edifícios mas também nos seus recheios e decorações, mostrando novas mentalidades.

Não foi, ainda, possível apurar com precisão a data em que se iniciaram os estudos e trabalhos das novas fortificações, em Portalegre. No entanto, “a evolução das técnicas militares e a generalização do canhão tornam obsoletas as muralhas medievais. As estratégias de defesa vão apoiar-se em muralhas e na distância entre o sistema de fortificações e a cidade, que deveria obrigar o assaltante a parar antes que

⁹¹ MOREIRA, Rafael – *Arquitectura: Renascimento e classicismo*, in “História da Arte Portuguesa”, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 357.

⁹² RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – ob. cit., p. 46.

⁹³ PATRÃO, José Dias Heitor – ob. cit., p. 94.



os seus canhões pudessem atingir a cidade. Assim se criaram complexos sistemas de fossos, rampas, baluartes e muralhas, segundo técnicas que Vauban desenvolveria e sistematizaria no século XVII⁹⁴. A sua implementação, porém, teve duas vertentes: Nas cidades construídas de raiz, Vauban e seus seguidores combinaram as fortificações com o planeamento urbano, vindo a utilizar o quadrado regular, ao passo que nas cidades já existentes irá deixar inalteráveis os traçados existentes, concentrando todos os seus esforços nas obras de defesa. Neste sentido, cria fortificações de perfil poligonal, com desenho em estrela, acrescentando sistemas de rampas.

Estas características podemos observar na gravura espanhola de 1704, alusiva à tomada de Portalegre por Filipe V, em 1701, reproduzida por Domingos Bucho⁹⁵. Porém, do que se vê na gravura, muito poucos elementos chegaram até nós.

No século XVIII, a prosperidade de Portalegre continua a sua expansão, que pode ser detectada pelos edifícios que se criaram e/ou que se modificaram.

Entre eles se encontram as alterações produzidas na Sé, nomeadamente no que respeita à fachada, portas e janelas, construídas em mármore da região e que chegaram até nós. Também no Paço Episcopal, junto à Sé, se desenvolveram alterações. Por duas vezes, neste século, serão introduzidas alterações no Convento de St.^a Clara, nele se renovando a sua igreja. Em finais deste período, o Convento de S. Bernardo viu desenvolverem-se obras de monta, enquanto a sua igreja sofreu modificações.

A tendência para o revestimento com azulejos azuis e brancos, levou a que na igreja da Misericórdia tivesse havido obras nesse sentido, tendo as suas paredes sido revestidas.

Não escapou a igreja de S. Francisco a esta onda de alterações, tendo sido quase completamente reconstruída, cujas características poderão logo ser apreciadas do exterior, ao passo que a igreja do Espírito Santo apresenta uma torre sineira desta época.

O palácio Amarelo é, também nesta época, objecto de alterações.

De raiz, porém, temos ainda diversos edifícios importantes, nomeadamente, Hospital da Misericórdia; Capela de St.^a Ana; Igreja do Calvário; Igreja do Senhor do Bonfim; Palácio dos Acchioli (actual Escola Superior de Educação) com diversas paredes decoradas com azulejos; o Palácio do Conde de Avilez (general português do rei D. Pedro IV), em cujo edifício se encontra, infelizmente, alojada a P.S.P., e onde se podem apreciar diversos azulejos azuis e brancos; casa nobre no n.º 11 do Lg.º de St.º Agostinho.

Já vimos, na resenha histórica, a importância crescente que a indústria têxtil foi imprimindo a Portalegre, na passagem do século XVII para o XVIII. Observámos, também, que, na segunda metade do século XVIII, se funda a Real Fábrica de Lanifícios, tendo sido escolhido como edifício para a sua laboração o colégio jesuíta de S. Sebastião que, entretanto, ficara vazio.

A Fábrica é, um pouco após a sua fundação, arrendada a Anselmo José da Cruz e seu genro Geraldo Venceslau Braancamp de Almeida Castelo Branco, dentro da política da Coroa em transferir os estabelecimentos fabris para particulares. Sobre os

⁹⁴ LAMAS, José M. Ressano Garcia – ob. cit., pp. 170-171.

⁹⁵ BUCHO, Domingos Almeida – ob. cit., p. 219.

arrendatários recaíam expectativas muito positivas dadas as capacidades políticas, técnicas e económicas, de tal forma que se esperava que a nova administração viesse a solicitar autorização para a ampliação da fábrica⁹⁶. Porém, a competição com os produtos ingleses não foi alcançada, e os arrendatários mudaram de nome.

Estava-se em finais do século XVIII, e o novo administrador era a Sociedade de António José Ferreira e Sócios. Um dos primeiros melhoramentos introduzidos terá sido a máquina de cardar, entre outros, porém, devido à conjuntura desfavorável do início do século XIX, os investimentos estabelecidos não conseguiram ser compensados pelos lucros.

Por outro lado, esta administração, porque detinha interesses económicos diversificados e multifacetados de tal modo que a sua ausência na Fábrica era uma constante, não produziu a acção galvanizadora que a mesma necessitava. Também nesta época, os incentivos fiscais diminuía, levando a encargos maiores, dificultando a sua evolução. Esta situação foi ainda agravada, como vimos na resenha, pelas guerras que se fizeram sentir no início deste século XIX. Aliás, durante as invasões francesas fazendas e grande parte do material foi transferido desta cidade. O restabelecimento laboral após as invasões não foi realizado da melhor forma, não se tendo obtido a qualidade e preço esperados. Foi esta a altura em que foram contratados mestres estrangeiros. Tal situação levou a administração a não prorrogar o arrendamento, logo que o prazo terminasse, em 1820. O prazo termina e não houve ninguém, no País, que tivesse mostrado interesse em continuar. Tal facto despejou no desemprego centenas de trabalhadores.

Foram necessários dois anos para Rosa Jacinta Larcher, que detinha uma fábrica particular, se interessar pela Real Fábrica, passando, em 1826 para a firma Larcher & Cunhados. A partir desta data há um desenvolvimento considerável da firma.

Esta família, tal como outras, aproveitou a conjuntura favorável à indústria de finais do século XVIII, para se estabelecer por conta própria, em Portalegre. Os seus descendentes farão uma ascensão, tanto na área técnico-industrial como política.

A cidade irá beneficiar desta situação enquanto ela durar. Cerca de 1890, o predomínio desta família termina. Du-



A lembrança da evolução é pública.

⁹⁶ MATOS, Ana Maria Cardoso de – ob. cit., p. 437.



rante todo este tempo, subsiste uma ambivalência entre a produção industrial em maior escala e a pequena indústria familiar.

Ainda hoje se conserva a tradição têxtil em Portalegre, nomeadamente representada pela Finicisa-Fibras Sintéticas, S.A. e a Fábrica de Tapetes de Portalegre (Manufatura-Tapeçarias Portalegre, Lda) que ocupa o antigo Colégio Jesuíta.

Também neste século XIX se desenvolveu a indústria de cortiça cuja representação recai na Fábrica da Sociedade Corticeira Robinson Bros, S.A., que ainda hoje se mantém em actividade.

Como que a persistir numa tradição portalegrense de cerca de 400 anos, a Moagem de Portalegre, S.A. continua a laborar.

Durante o século XIX, a arquitectura monumental diminuiu consideravelmente. Ainda assim, foram feitas obras na igreja do Senhor do Bomfim, e introduzidas alterações no Palácio Amarelo. Em meados do século, será plantado um plátano, no Rossio do Espírito Santo, que hoje se conserva com bastante vigor.

Porém, um olhar pela monumentalidade da cidade de Portalegre faz recair a maioria do seu património histórico entre os séculos XVI e XVIII. De facto, alguns destes edifícios tiveram de ser levantados já fora da cerca da cidade, uma vez que esta explodia à medida que as famílias portalegrenses ascendiam socialmente e iam passando a integrar-se na elite do País. Os próprios edifícios, através dos brasões neles esculpidos, continuam a nomear os seus primeiros proprietários, transportando para o presente seus usos e costumes, seus gostos e devaneios, com fachadas em estilo preponderantemente barroco.

De tempos mais chegados, ainda podemos encontrar na cidade edifícios que, mesmo na zona antiga da cidade, substituíram os anteriores: Caixa Geral de Depósitos e Café Alentejano, na Rua de Elvas e os “Correios e Telégrafos”.

Dada a sua evolução, a cidade permanece quase 600 anos com um perímetro sensivelmente constante. Para lá da cerca dionisina os arrabaldes já se articulavam nas freguesias descritas no documento de 1304. Certo é que estes arrabaldes foram progressivamente evoluindo, a partir da Porta do Alegrete e da Porta da Devesa, as quais se foram ligando através de um contínuo construído ao longo da cerca que as separa, onde se inclui, por um lado, o Postigo de S. Tiago e, por outro, a Mouraria. No início do século XX, a cidade pouco se estenderia para Norte para lá do Rossio do Espírito Santo. A Oeste e Sul não ultrapassaria a actual Rua 1.º de Maio. Porém, a Nascente, o limite encontrava-se nas traseiras das casas (do lado nascente) que se encontram na Rua 3 de Janeiro, apenas se dilatando para nascente a nível do cruzamento da actual Rua Dr. J. Maria Grande com a Rua de Olivença, recuando novamente, aproximadamente à distância que se encontrava da cerca, até à actual Rua de Artilharia de Montanha, para novamente se alargar e incluir o Convento de São Francisco, o Palácio Acchioli e o Palácio do Conde de Avilez.

Deste modo poderemos dividir a cidade em 3 núcleos: 1. Centro Histórico; 2. Entre o Centro Histórico e o limite acima traçado, é como que uma extensão do Centro Histórico, mantendo em alguns pontos as mesmas características que aquele Centro, e em outros vai mostrando um traçado mais moderno (ousamos chamar-lhe

“elemento tampão urbano”, pela sua função dinâmica ambivalente de charneira e de transição); 3. Núcleo Novo, constituído pelo resto da cidade (para lá do Rossio em direcção ao Norte e para lá do “Corro de Baixo”, em direcção ao Sul e uma pequena faixa a Leste do limite nascente que acima referimos, já que mais para nascente a cidade não se poderá alargar pois aí existe a Serra. A poente do Centro Histórico também um declive torna difícil a expansão), excluindo os edifícios históricos extramuros que se encontram, hoje, envolvidos por este Núcleo.

No Centro Histórico, o *L* que atravessava comercialmente a cidade, constituído pela Rua da Carreira (ainda a rua mais importante em 1877, e actualmente com o nome de rua 19 de Junho) e pela Rua da Sé, que ligavam preferencialmente a Porta do Alegrete à porta da Devesa, vê hoje esse movimento diluído pelas Ruas do Comércio, continuada pela Rua Luís de Camões, e fora de Portas, descendo sempre pela Rua 5 de Outubro até ao Rossio do Espírito Santo. Através delas se vão ligando os diversos núcleos da cidade.

Se as casas e ruas do Núcleo Histórico da Cidade de Portalegre aqui se encontram e as podemos observar e sentir, estudar e proteger, elas só se enchem do seu maior valor se retomarem a função de pólo de atracção de gentes, como no passado o fizeram.

Bibliografia

ANTT, *Chancelaria de D. João III, Privilégios*.

ANTT, Códice 294, Núcleo Antigo, Lisboa.

ABEL, António Borges – *Vilas de fundação medieval no Alentejo – contributo para o estudo da morfologia urbana*, Évora, Dissertação de Mestrado – recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico (ciclostilado), 1995.

ALMEIDA, D. Gregório de – *Restauração de Portugal Prodigiosa*, Barcelos, 1939.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, in, MATOS, Artur Teodoro; MEDEIROS, Carlos Laranjo (Dir.) – “Povos e Culturas”, Lisboa, n.º 2, 1987.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Conhecer e Nomear: A toponímia das Cidades Medievais Portuguesas*, in “A cidade – Jornadas inter e pluridisciplinares”, Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

Arquivo da Câmara de Évora, Lv.º 9.º dos Originais.

Arquivo da Sé, *Autos que se proçessarão sobre a ex.am das Bullas de Ereccção desta Cathedral de Portalegre (1552...)*, fols. 4-8v.

BALESTEROS, Carmen – *Património Judaico na Região de Turismo de S. Mamede, “Patrimonia”, Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, n.º 3.

Biblioteca Nacional de Paris, *manuscrits espagnols*, códice 324.

BUCHO, Domingos Almeida – *Portalegre Medieval (Subsídios para a sua leitura urbanística)*, “A Cidade – Revista Cultural de Portalegre”, Portalegre, n.º 8 (Nova Série), 1993.



“Capítulo XLIX “ e “Resposta” dos *Capítulos geraes: que foram apresentados a el rey dom Joham: nosso senhor terceiro deste nome: nas cortes de Torres nouas: do anno de mil e quinhentos e vinte e cinco. E nas D euora: do anno de mil e quinhentos e trinta e conço: com suas repostas.* Lisboa, Germão Galharde, 1539.

CARDOSO, José V. J. de Carvalho – *Os Solos de Portugal sua classificação, caracterização e génese 1 – A Sul do Rio Tejo*, Lisboa, Direcção dos Serviços Agrícolas, 1965.

COLLAÇO, J. M. Tello de Magalhães – *Cadastro da População do Reino (1527) Actas das Comarcas Dantre Tejo e Oudiana e da Beira*, 1929.
Corpo Diplomático Portuguez, vol. VI, Lisboa, 1884.

COSTA, Mário Júlio de Almeida – *FORAIS*, in Serrão, Joel (Dir.), “Dicionário da História de Portugal”, Vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979.

DARMAS, Duarte – *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Editorial Império, Lda, 1943.

DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI) Anexo ***, Lisboa, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade Nova de Lisboa, (Ciclostilado), 1992.

FERREIRA, Maria Emília Mergulhão Calha – *Solos e culturas ocupadas devido à Expansão urbana em quatro cidades do Alto Alentejo – Elvas, Estremoz, Évora e Portalegre*, Évora, Relatório de trabalho de fim de Curso de Engenharia Agrícola na Universidade de Évora (ciclostilado), 1995.

FREIRE, A. Braancamp – *Povoação de Entre Tejo e Guadiana no século XVI*, in “*Archivo Histórico Portuguez*”, vol. VI, Lisboa, 1906.

GALEGO, Júlia Costa Pereira – *A Comarca d’antre Tejo e Odiana no numeramento de 1527-1532. “Estudos de Geografia do Mediterrâneo e das Ilhas Atlântica”*, Relatório n.º 1, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1982.

FERNANDES, José Manuel – *O lugar da cidade portuguesa*, in MATOS, Artur Teodoro; MEDEIROS, Carlos Laranjo (Dir.) - “*Povos e Culturas*”, Lisboa, n.º 2, 1987.
Gazeta de Lisboa, de 9 de Agosto de 1800 e de 7 de Abril de 1801.

GOMES, Luís – *Nótulas Históricas sobre o Alto Alentejo / As antigas Fortificações de Portalegre e o Primeiro Cerco Sofrido. “Brados do Alentejo”*, Estremoz, 18 de Julho de 1937.

LAMAS, José M. Ressano Garcia – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1993.

LEGUAY, Jean-Pierre – *La rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest-France, 1984.

LOBO, A. de Sousa Silva Costa, *História da Sociedade em Portugal no séc. XV*, Lisboa, 1903.

LOPES, Fernão – *Chronica d’El-Rei D. João I*, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Vol. I, Cap. XLIV, 1897.



- MACHADO, F. A. Lacerda – *O Primeiro Alcaide-Mor de Portalegre E A Sua Ascendência*, Elvas, Tip. Progresso, 1924.
- MAGGIO, Nelson di – *Arte Manuelina*, in SERRÃO, Joel (Dir.) “Dicionário de História de Portugal”, Vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979.
- MARTINS, Anacleto – *A propósito da Judaria de Portalegre*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 8/9, 1983.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista – O caso dos Lanifícios do Alentejo*, Évora, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, (Ciclostilado), 1997.
- MOREIRA, Rafael – *Arquitectura: Renascimento e classicismo*, in “História da Arte Portuguesa”, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- Ocorrências da vida mourisca*, in “Archivo Histórico Portuguez”, Vol. V, Lisboa, 1907.
- PATRÃO, José Dias Heitor – “*Ereção da Sé de Portalegre*”, in “Actas do II Encontro de Portalegre”, A.P.H.
- PEREIRA, Paulo – *A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo*, in “História da Arte Portuguesa”, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- PINA, Rui de – *Crónica de D. Dinis*, Porto, Livraria Civilização, 1945.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – *Portalegre*, Lisboa, Editorial Presença, Lda, 1988.
- SALES, Padre Ernesto Augusto Pereira – *O Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Comissão de História Militar, 1937.
- SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- SERRÃO, J. Veríssimo – *A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX*, in “Portugalizæ Historica”, Lisboa, Vol. I, 1973.
- SEROA, *Carta dos Solos de Portugal*, 1:50000, n.º 32B, 1968.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.
- SILVA, José Soares da – *Gazeta em forma de Carta*, t. I, Lisboa, 1933.
- SILVA, Rodrigo Mendez – *Poblacion General de España*, Madrid, 1645.
- SOTTO MAYOR, Diogo Pereira – *Tratado da Cidade de Portalegre*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Câmara Municipal de Portalegre, 1984.
- SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I (Lv. I e II), Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda, 1946.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Judeus e cristãos novos, no distrito de Portalegre*, “A Cidade – Revista Cultural de Portalegre”, Portalegre, n.º 3 (Nova Série), 1989.
- VIANA, Mário – *Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304*. “A Cidade – Revista Cultural de Portalegre”, n.º 6 (nova série), 1991.



Novos Registos Mineiros na Região de Portalegre

1. Publicámos já nas colunas desta revista um primeiro trabalho sobre os registos mineiros constantes dos livros chamados do Senado da Câmara Municipal de Portalegre¹. Posteriormente foi-nos dada a oportunidade de conhecer, através do aparecimento de um último livro e a referida série, novos registos da mesma natureza em continuação dos anteriores, de modo que com as notícias agora aqui publicadas se completará o levantamento respeitante às minas identificadas e manifestadas na Câmara Municipal de Portalegre.

2. Recordámos, tentando explicar a razão do desusado interesse por estas pesquisas, o movimento eufórico que percorreu o país de norte a sul quando no período de intensa actividade do ministério fontista se intentou incrementar a vida industrial, objectivo que naturalmente se inseria na chamada política de “melhoramentos materiais” que caracterizou a acção interventiva do ministro da “Regeneração” Fontes Pereira de Melo, responsável de facto por um progressivo desenvolvimento industrial e da implantação de notáveis melhoramentos nacionais.

O interesse pelos registos mineiros, na perspectiva de futuras e prósperas explorações, assinalado sobretudo no ano de 1867, reacendeu-se no ano imediato e foi, entretanto, diminuindo progressivamente, fosse porque já escasseariam os supostos jazigos, fosse porque as possibilidades de instalar formalmente as explorações não se oferecesse viável. A arrematação das minas a nível do território nacional ficou-se efectivamente pelas regiões que mais ricas se revelaram de determinados produtos, os considerados de maior e mais necessária utilização na actividade industrial programada, tal o caso do carvão de pedra, do ferro ou do cobre.

O “Diário do Governo” continuou, porém, a registar inúmeros manifestos mineiros até 1890, mesmo depois desta data, mas na totalidade em quantidade bastante significativa. Na nossa região, porém, assinala-se em consequência apenas uma exploração com alguma importância – a Companhia União de Nisa para extracção de chumbo,

¹ Registos mineiros na região de Portalegre no período fontista. Sep. Rev. *Ibn Maruán*, n.º 2 / Dez. 1992, pp. 207-220.



pertencente a José Maria Dinis Sampaio (1859), situada na Azinhaga das Bruxas. Aliás, as dificuldades para se promover o desenvolvimento da indústria mineral no país é reconhecida pelo próprio Estado ao mencionar a escassez de capitais, a falta de técnicos qualificados, a dificuldade de transportes e acessos, etc. Não se estranhará, por conseguinte, que nesta região tais explorações, não tivessem chegado a instalar-se.

Fica, a partir destes registos, uma interessante informação que importa à história local, ou seja, recolhem-se dados curiosos e úteis no que respeita aos “capitalistas” dispostos a investir na região, no respeitante também à natureza e riqueza mineral dos solos e ainda o que se fica sabendo quanto à microtoponímica local e à posse de determinadas propriedades durante esse período que se estende desde meados até finais do século passado.

Temos aqui, neste caso do concelho de Portalegre, registos até 1881, além de um esporádico e de algum modo já fora deste contexto feito em 1911, registando-se vazios os anos de 1874, 1875, 1878, 1879 e 1880, com redução evidente a partir de 1871. Sabemos que ainda na última década deste século XIX os registos a nível do país continuaram em larga abundância: “o número de alvarás distribuídos no fim da Monarquia para a busca de jazidas minerais pode considerar-se impressionante”². Era, porém, certo e evidente que por essa altura “eram muitos os especialistas da indústria que pugnavam pelo maior aproveitamento do ferro e do carvão como indústrias rentáveis”³. Ora, neste concelho de Portalegre, não eram estes os minerais abundantes, predominando o manganês normalmente sob a forma de peróxido (pirolusite), muitas vezes associado ao ferro e a outros metais não identificados nos registos, cuja utilização não se oferecia como prioritária. Daí o provável desinteresse em progredir-se nesta questão, além de outras razões que facilmente se subentendem derivadas das dificuldades correntes já mencionadas.

De qualquer modo, importante consequência é o facto de tais registos constituírem elementos de inegável valia para a elaboração de uma carta geológica e estudos da riqueza mineira de Portugal.

Desta feita, em vez de mapas e gráficos, elaborámos quadros de referência, dos quais constam os elementos que importam ao conhecimento e apreciação destas questões e de modo a poder concluir-se como esta região, mais propriamente o Concelho, e nele certas freguesias, se assume como reserva de mineração de alguma importância.

² J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. X, Lisboa, 1988, p. 423.

³ Id., *ibidem*.

Quadro I		
Reg. manifestos por freguesia		
Freguesias	Reg./manif.	%
Alegrete	79	54,0
Carreiras	3	2,1
Fortios	3	2,1
Requerigo	8	5,5
S. Julião	29	20,0
S. Lourenço	9	6,1
Sé	7	4,7
Urra	8	5,5
Totais	146	100,0

Quadro II		
Reg. manifestos por anos		
Anos	N.º Reg.ºs	%
1867	25	17,2
1868	65	44,5
1869	14	9,7
1870	13	8,9
1871	12	8,2
1872	1	0,6
1873	6	4,1
1876	5	3,4
1877	2	1,4
1881	2	1,4
1911	1	0,6
Totais	146	100

Quadro III		
Minas		
Compos.	Quant.	%
Ag	7	3,7
As	2	1,0
Au	1	0,5
Co	2	1,0
Cu	18	9,5
Fe	12	6,3
Mn	128	67,4
Ni	1	0,5
Pb	13	6,9
S	3	1,6
Zn	3	1,6
Totais	190	100,0

Quadro IV		
Profissões dos Requerentes (43)		
Advogados	Contratadores	Negociantes
Aloanéus	Engenheiros	Ourives
Artistas	Ferrovíários	Padeiros
Barbeiros	Guarda-fiscal	Professores
Canastreiros	Jornaleiros	Proprietários
Comerciantes	Lavradores	Vendedores
De idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos, com maior incidência entre os 30 e os 50.		



Quadro V	
Localidades de origem ou residência dos requerentes	
Naturalidade	Residência
Alicante (Espanha)	Abrantes
Badajoz (Espanha)	Assumar
Braga	Badajoz (Espanha)
Calzadilha (Espanha)	Cáceres (Espanha)
Campo Maior	Carreiras
Castelo de Paiva	Elvas
Castelo de Vide	Lisboa
Elvas	Madrid (Espanha)
<i>Espanha</i>	Portalegre
Fronteira	Reguengo
Granada (Espanha)	S. Julião
<i>Inglaterra</i>	S. Vicente de Alcântara (Espanha)
Inguias (conc. Belmonte)	
<i>Itália</i>	Urra
León (Espanha)	Valencia de Alcântara (Espanha)
Paris (França)	
Portalegre	
Reguengo	
S. Vicente de Alcântara (Espanha)	
Valencia de Alcântara (Espanha)	
Vila Viçosa	
Wellington (Inglaterra)	

Quadro VI

N.º	Freguesia	Mina de ¹⁾	Localização	Confrontações ²⁾	Requerentes	Idade	Residência	Naturalidade	Est. civil	Profissão	Data do manifesto	Livro Reg.
1	ALEGRETE	Mh	Rib.º do Souto Queimado, de Manuel de Cáceres		José Vêlez Carozo Hermenegildo da Silva Elvas António Maria Falcao	60 40	Portalegre Reguengo Reguengo	— — —	Casado Casado Casado	Advogado Prof. Inst. Pr.ª Canasteiro	1867.08.07	2
2	ALEGRETE	Mh	Telhada, fazenda de António Pedro, casado, res. em Sovereia		João da Fonseca Coulinho Achioli de Barros	31	Reguengo	Portalegre	Solteiro	Proprietário	1867.09.06	2v.º,3
3	ALEGRETE	Mh, Fe	Souto Balido, pert. a D. Joaquim Solor, da Codeceira (Espanha)	Entre o caminho do Carvalhal e o Carvoeiro	Feliciano León Bernal	25	Elvas	—	Casado	—	1867.09.07	3
4	ALEGRETE	Mh	Vale de Moura, no sítio do Outeiro do Vale dos Obreiros	Codeceira (Espanha) e baldios de Alegrete	João de Sousa e Meneses Chichorro	44	Portalegre	—	Casado	Proprietário	1867.10.14	4
5	ALEGRETE	Mh	Baldios de Alegrete	Herdade do Palmeiro, herd. da Pedreira e Besterios de Cima	António Guilherme da Silva	24	Portalegre	Fronteira	Solteiro	—	1867.10.14	4
6	ALEGRETE	Mh	Herd. da Torrinha, pert. a António Pedro Gonçalves		João de Sousa e Meneses	45	Portalegre	Vila Viciosa	Casado	Proprietário	1867.10.30	4v.º
7	ALEGRETE	Mh	Sovereia, em fazenda de António Alexandre, de Cast.º de Vide		João de Sousa e Meneses	45	Portalegre	Vila Viciosa	Casado	Proprietário	1867.10.30	5
8	ALEGRETE	O2 Mh	Serra da Mina	Souto das Caldeiras	Francisco Ramalho	29	—	Reguengo	Viuvo	Negociante	1867.11.08	5
9	ALEGRETE	Mh	Sítio das Pressas, prop. de José Maria Roxo	Caminho de Cast.º Vide para Alegrete	João Pereira Sarzedelo	—	Elvas	—	Casado	—	1867.11.09	5
10	ALEGRETE	Mh, Fe	Couto de Cima, prop. de Manuel Gerardo Queirós	Estrada de Cast.º Vide para Alegrete	João Pereira Zerzedelo	—	Elvas	—	Casado	—	1867.11.09	5
11	ALEGRETE	O2 Mh	Brejão, terreno de Ricardo João Caldeira, José Anacleto e Manuel Gerardo Queirós, este res. em Portalegre		Francisco Ramalho	29	Reguengo	Reguengo	Viuvo	Negociante	1867.12.20	5v.º
12	ALEGRETE	O2 Mh	Azrinheira do Gaspar, terreno de José Vacondeus, de Alegrete e de Manuel Gerardo Queirós e no Souto da Porteira, de Manuel Solano e soutsos e olivais, de Ricardo José Caldeira	Cabeço detrás da Capela do Senhor do Calvário	Francisco Ramalho	29	Reguengo	Reguengo	Viuvo	Negociante	1867.12.30	6
13	ALEGRETE	O2 Mh	Barroca do Tenente Vaz	Terros baldios de Manuel Gerardo Queirós	Francisco Ramalho	29	Reguengo	Reguengo	Viuvo	Negociante	1867.12.30	6
14	ALEGRETE	O2 Mh	Sítio da Caleira, em terreno de Manuel Cáceres Borrega, morador em Souto Queimado	Sítio da Caleira	Francisco Ramalho	29	Reguengo	Reguengo	Viuvo	Negociante	1867.12.30	6v.º
15	ALEGRETE	O2 Mh	Soutos de Joaquim de Araújo Zuzana, de Portalegre, de José Maria Recto, de Portalegre e Manuel de Vitorino, residente no Sítio da Caleira	Sítio da Caleira	Francisco Ramalho	29	Reguengo	Reguengo	Viuvo	Negociante	1868.01.02	7
16	ALEGRETE	Mh	Souto Queimado	Ribeiro da Caleira	José Vêlez Carozo	—	—	—	—	Advogado	1868.02.24	7v.º
17	ALEGRETE	Mh	Terreno de Manuel de Cáceres		Manuel Joaquim de Pina	58	Portalegre	—	Casado	Proprietário	1868.05.07	8v.º
18	ALEGRETE	Mh	Souto Balido da Bela, prop. de D. Joaquina Solar, de Codeceira (Espanha)	Caminho do Carvalhal para a Cabroeira	Feliciano León Bernal, procurador de João Pereira Sarzedelo	—	Elvas	—	Casados	—	1868.05.08	9
19	ALEGRETE	Mh	Sovereia, numa fazenda de António Alexandre, de Cast.º Vide		João da Fonseca Coulinho Achioli	31	Portalegre	Portalegre	Solteiro	Proprietário	1868.06.23	10
20	ALEGRETE	Mh	Herdade da Torrinha de António Pedro Gonçalves e Souto de João Luís Costa	Sítio do Sovereia	João da Fonseca Coulinho Achioli	31	Portalegre	Portalegre	Solteiro	Proprietário	1868.06.23	10
21	ALEGRETE	Mh	Serra da Mina, em terrenos de D. Maria Celeste e baldios municipais		Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro	Proprietário	1868.07.07	10v.º

Novos registos mineiros na região de Portalegre



N.º	Freguesia	Mina de ^(h)	Localização	Confrontações ^(h)	Requerentes	Idade	Residência	Naturalidade	Est. civil	Profissão	Data do manifesto	Livro Reg. 11v.º
22	ALEGRETE	Mn	Barroca do Tenente Vaz, em terras baldias de Manuel Gerardo Queirós		João da Fonseca Coutinho Achiloli de Barros	32	Portalegre	Portalegre	—	—	1868.09.04	11v.º
23	ALEGRETE	Mn	Aznheira do Gaspar, em terreno de José Vicondeus, de Agreste e de Manuel Gerardo Queirós, de Portalegre		João da Fonseca Coutinho Achiloli de Barros	32	Portalegre	Portalegre	—	Proprietário	1868.09.04	12
24	ALEGRETE	Mn	Caleira, em sotos do Dr. Joaquim de Araújo Zuzarte, res. em Abrantes, ou de seu irmão Dr. António Joaquim de Araújo Zuzarte, res. em Portalegre, e em sotos de José Maria Foz, de Portalegre		João da Fonseca Coutinho Achiloli de Barros	32	Portalegre	Portalegre	—	—	1868.09.04	12
25	ALEGRETE	Mn	Serra da Mina, em terrenos de Ricardo José Caldela, res. em Agreste, de José Anacleto, res. no Brejo e de Manuel Gerardo Queirós, res. em Portalegre		João da Fonseca Coutinho Achiloli de Barros	32	Portalegre	Portalegre	—	Proprietário	1868.09.04	12v.º
26	ALEGRETE	Mn	Caleira, em terreno de Manuel de Cáceres Borrego, res. no Santo Queimado	Ribeira da Caleira	Flípe Maria Cayola	36	Elvas	Campo Maior	Casado	Proprietário	1868.10.25	13v.º
27	ALEGRETE	Mn	Souto Queimado, em terreno de João Ramalheira, de Agreste	Terras de João Luís	Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.02	14
28	ALEGRETE	Mn	Sítio da Torninha, em terras de António Pedro Gonçalves	Ribeira de Arnonches	Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.02	15
29	ALEGRETE	Mn	Varede do Soldado, no soto de Maria Rolo	Caminho de Torninha	Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.02	15
30	ALEGRETE	Mn	Ribeira de Arnonches, em terras de Vital Riposo		Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.02	15v.º
31	ALEGRETE	Mn	Sítio do Montinho, numa tapada de Manuel Cebolo		Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.02	15v.º
32	ALEGRETE	Mn	Barroca dos Rogados, em terras de Joaquim Filipe		Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.02	15v.º
33	ALEGRETE	Mn	Souto Queimado, em terras baldias	Caminho do Gorgulho	Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.06	17
34	ALEGRETE	Mn	Soverete, em terras de Joaquim Filipe	Herdade da Felleirinha e Herd. de Rebelal	Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.06	17
35	ALEGRETE	Mn	Souto Queimado, "aonde chamão Gorgolo"	Casa de D. Antónia, viúva de José Maria	Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.06	17v.º
36	ALEGRETE	Mn	Souto Queimado, no Alto da Portela, em terras baldias	"A cousa de vinte meiros do caminho que conduz da ribeira de Arnonches a Portalegre"	Francisco Vieira	—	S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.06	17v.º
37	ALEGRETE	Mn	Souto Queimado, em terrenos de Manuel de Cáceres		Evaristo Neves de Paiva	28	Elvas	Castelo de Paiva	Casado	Chefe de Secção dos Us de Ferro	1868.11.07	18
38	ALEGRETE	Mn	Portela da Telhada, em uma parte de terra de António Pedro Gonçalves	Dois sobreiros velhos	Francisco Vieira		S. Vicente de Alcântara	Braga	—	Ouvires	1868.11.12	18v.º
39	ALEGRETE	Mn	Em terras de Custódio, filho de José da Costa, res. na Ribeira de Arnonches		Manuel Caselano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	19
40	ALEGRETE	Mn	Couteiro do Vale de Obreiros, numa Herdade de Vale de Moura, de João de Sousa e Meneses, res. em Portalegre		Manuel Caselano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	19



N.º	Freguesia	Mina de ^(a)	Localização	Confrontações ^(b)	Requerentes	Idade	Residência	Naturalidade	Est. civil	Profissão	Data do manifesto	Livro Reg.
41	ALEGRETE	Mn	Couto de Cima, em prop. de Manuel Gerardo Queiroz, res. em Portalegre	Eira da Cruzinha, na estrada de Cast. Vide para Alegrete	Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	19v.º
42	ALEGRETE	Mn	Soverete, em fazenda de António Alexandre, de Cast. Vide		Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	19v.º
43	ALEGRETE	Mn	Presas, em prop. de José Maria Roxo, res. em Portalegre	Caminho de Cast. Vide para Alegrete	Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14 (às 14h)	20
44	ALEGRETE	Mn	Herdade da Tomilha, de António Pedro Gil, casado com Ana Trindade Calderira, e no soute de João Luis Costa		Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	20
45	ALEGRETE	Mn	Souto Baldo, prop. de D. Joaquim Solar, da Codeceira (Espanha)	Caminho do Carvalhal para a Cabroeira	Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	20v.º
46	ALEGRETE	Mn	Sito da Telhada, em Fazenda de António Pedro, res. em Soverete		Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	20v.º
47	ALEGRETE	Mn	Cimo do Cabeço Redondo	Serras do Sobral e caminho do Reguengo para o Souto Queimado e Ribeira de Arnoches	Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	20v.º
48	ALEGRETE	Mn	Baldios da freguesia	Herdade de Soverete, pelo Nascente	Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	21
49	ALEGRETE	Mn	Baldios da freguesia		Manuel Caetano de Barros Castelo Branco	48	Portalegre	Portalegre	Solteiro		1868.11.14	21v.º
50	ALEGRETE	Mn	Casa da Caleira, em soute de António Araújo, administrador do concelho de Portalegre		Francisco Vieira	30	S. Vicente de Alcantara	Braga	Viuvo		1868.11.16	21v.º
51	ALEGRETE	Mn	Souto Queimado	Serra do Meio	José Vêlez Carajo	60		Portalegre (R. do Adro de S. Vicente)	Casado	Advogado	1868.11.20	22
52	ALEGRETE	Mn	Fontanheira, na fazenda das Borregueiras	Horta de Joaquim Filipe	Eugénio Rodrigues Maya	39	Valência de Alcantara	Alcantara	Casado	Proprietário	1868.12.07	22v.º
53	ALEGRETE	Mn	Teixinha e Cabeço do Curral dos Bois, em soute do Sr. Vitorino	Penhinhas	Eugénio Rodrigues Maya	39	Valência de Alcantara	Alcantara	Casado	Proprietário	1868.12.07	22v.º
54	ALEGRETE	Mn	Tapada do Belo, prop. de Manuel Solano		Feliciano León Bernal, representante de Carlos de Sousa Reis, res. em Lisboa		Evas	—	Casado	—	1868.12.16	23
55	ALEGRETE	Mn	Serra da Mina ou Brejo, em prop. de Manuel Delicado		Feliciano León Bernal, proc. de D. Carlos Sousa Reis		Evas Lisboa	Valência de Alcantara	Casado solteiro		1868.12.30	24
56	ALEGRETE	Mn	Monte Velho, na prop. de Roxo		Eugénio Roiz Maya	39		Valência de Alcantara	Casado	Proprietário	1869.01.11	25
57	ALEGRETE	Mn	Terreno aberto de Palmeiro, dos herd.ºs de Cayola	Simão Gonsalvi, etc.	Eugénio Roiz Maya	39		Valência de Alcantara	Casado	Proprietário	1869.01.11	25
58	ALEGRETE	Mn	Idem, sítio da Relvota		Eugénio Roiz Maya	39		Valência de Alcantara	Casado	Proprietário	1869.02.04	25v.º
59	ALEGRETE	Mn	Tapada de Manuel Miranda, Sítio dos Casanões da Castelhana e Cortes Abaixo		Eugénio Roiz Maya	39		Valência de Alcantara	Casado	Proprietário	1869.02.04	25v.º
60	ALEGRETE	Mn	Felieirinha, em terreno baldio		Eugénio Roiz Maya	39		Valência de Alcantara	Casado	Proprietário	1869.02.04	25v.º

Novos registos mineiros na região de Portalegre



N.º	Freguesia	Mina de (m)	Localização	Confrontações (m)	Requerentes	Idade	Residência	Naturalidade	Est. civil	Profissão	Data do manifesto	Livro Reg.
61	ALEGRETE	Mh	Terreno de José Rosa		Eugénio Roiz Maya	39		Valência de Alcántara	Casado	Proprietário	1869.02.04	25v.º
62	ALEGRETE	Mh	Terreno de José Rosa		Eugénio Roiz Maya	39		Valência de Alcántara	Casado	Proprietário	1869.02.04	25v.º
63	ALEGRETE	Mh	Recanto ou Besteiros de Cirna e Recanto de Avelo		Eugénio Roiz Maya	39		Valência de Alcántara	Casado	Proprietário	1869.02.04	25v.º
64	ALEGRETE	Mh	Serra da Mina, terreno de D. Maria Colecta e em terreno da Câmara, que dizem alorado a Manuel Gerardo Queiros	Souto das Caldeiras	João da Fonseca Coulinho Achiloi de Barros	32	Pontelegre	Pontelegre	Solteiro	—	1869.02.20	26v.º
65	ALEGRETE	Mh	Herdade da Torrinha, de António Pedro Gonçalves, casado com Ana Trindade Caldeira, e no Souto de João Luís da Costa	Sítio do Soverete	Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcántara (Esp.)	Braga	Viuvo	Ourives	1870.05.24	28
66	ALEGRETE	Mh	Souto Queimado	Ribeiro da Caleira	Manuel Beas	38	Cáceres (Esp.)	Granada (Esp.)	Casado	—	1870.05.24	28v.º
67	ALEGRETE	Mh	Casa Caleira, no souto do Dr. António Joaquim de Araújo Zuzarte	Vereda próxima do secadouro do souto	Manuel Beas	38	Cáceres (Esp.)	Granada (Esp.)	Casado	—	1870.05.24	28v.º
68	ALEGRETE	Mh	Barroca dos Rogados, em terras de Joaquim Filipe		D. Manuel Beas Martinez	38	Cáceres (Esp.)	Granada (Esp.)	Casado	Artista	1870.12.07	30
69	ALEGRETE	Mh	Herdade da Torrinha, de António Pedro Gonçalves e no Souto de João Luís da Costa		D. Manuel Beas Martinez	38	Cáceres (Esp.)	Granada (Esp.)	Casado	Artista	1870.12.07	30
70	ALEGRETE	Mh	Vereda do Soldado, no souto de Maria Rolo	Ribeira de Aronchas	D. Manuel Beas Martinez	38	Cáceres (Esp.)	Granada (Esp.)	Casado	Artista	1870.12.13	31
71	ALEGRETE	Mh	Sítio da Borregueira, em prop. de Joaquim Filipe Telo, casado com Ant.ª Jacinta Mensano		D. Manuel Bras Martinez	38	Cáceres	Granada	Casado	Artista	1870.12.20	31v.º
72	ALEGRETE	Mh	Casa Caleira, souto do Dr. António Joaquim de Araújo Zuzarte		Sebastião Duque	31		S. Vicente de Alcántara	Casado		1871.01.25	32v.º
73	ALEGRETE	Mh	Vereda do Soldado, no souto de Maria Rolo	Ribeira de Aronchas	Francisco Vieira	52	S. Vicente de Alcántara	Braga	Viuvo		1871.08.12	34v.º
74	ALEGRETE	Mh	Sítio da Barroca dos Cágados, em terras de Joaquim Filipe		Francisco Vieira	52	S. Vicente de Alcántara	Braga	Viuvo		1871.08.12	34v.º
75	ALEGRETE	Mh	Sítio da Borregueira, em prop. de Joaquim Filipe Telo		Francisco Vieira	52	S. Vicente de Alcántara	Braga	Viuvo		1871.08.12	34v.º
76	ALEGRETE	Mh	Casa Caleira, no souto do Dr. António Joaquim de Araújo Zuzarte	Vereda perto do secadouro do souto	D. Manuel Beas Martinez		Cáceres	Granada	Casado	Artista	1871.09.25	35v.º
77	ALEGRETE	Mh	Serra da Mina		Ludgero Augusto Moreira	18	Abrantes	Castelo de Vide	Casado	Proprietário	1873.09.29	37v.º
78	ALEGRETE	Mh	Caleira		Ludgero Augusto Moreira	18	Abrantes	Castelo de Vide	Casado	Proprietário	1873.09.29	38
79	ALEGRETE	Fe	Granja, em terras de Manuel Gerardo	Limite da freguesia, ao N. D. Manuel Beas Martinez (Nicolás Gimenez, procur.)	D. Manuel Beas Martinez	52	Badajoz	Badajoz	Casado	Proprietário	1876.11.27	40v.º
80	CARRERAS	Fe, Mh	Curral da Vigia, de Manuel de Jesus Velez Tavares		Inácio José Pereira e José Caselano Bicho	33	Carreiras	Carreiras	Casado	Barbeiro	1867.08.16	2
81	CARRERAS	Fe, Mh	Tapada da Barroqueira, na Herd. da Torre Caldeira, de João de Mesquita		Francisco Velez Tavares, João Velez Tavares e José Caselano Bicho	60	Carreiras	Carreiras	Viuvo	Lavrador	1867.08.26	2v.º
82	CARRERAS	Fe, Mh	Tapada da Fonte Farrenha, de João Velez Tavares		Os mesmos e Inácio José Pereira	45	Carreiras	Carreiras	Casado	Prof. Inst. Prim.	1867.08.26	2v.º



N.º	Freguesia	Mina de an	Localização	Confrontações ^{b)}	Requerentes	Idade	Residência	Naturalidade	Est. civil	Profissão	Data do manifesto	Livro Reg.
83	FORTIOS	Cu, Fe	Abrunheira, na tapada de Diogo da Fonseca de Sousa Tevares Achiloli Coutinho, denominada da Misericórdia	A. S. com Telheiros, a N. com Tapada da Abadessa, a L. com estrada dos Telheiros, etc.	António Elias Quesada	42	Portalegre (R. Mouraria)	Espanha	Casado	Padreiro	1870.11.19	30
84	FORTIOS	Pb, Cu, Zn	Tapada da Misericórdia, de Diogo da Fonseca Achiloli	A. 100 m. S. de um palheiro	William Fieldhouse António Peleas Alves	34 20	Lisboa	Inglaterra Leão (Espanha)	Casado Solteiro	Comerciante	1876.04.03 1877.01.13	39 41
85	FORTIOS	Pb, Cu, Zn	Tapada da Misericórdia, de Diogo da Fonseca Achiloli				(R. S. Francisco, 2.º andar)					
86	REGUENGO	Mn	Sítio do Carrapato, num curral de Tomás Carrinho		José Velez Carop	60	Portalegre		Casado	Advogado	1867.10.17	4v.º
87	REGUENGO	Mn	Cabeço Redondo, em terrenos concelhios		Hermenegildo da Silva Elvas	40	Reguengo	Inglaterra (Belmonte)	Casado		1867.11.23	5v.º
88	REGUENGO	O2 Mn	Caminho dos Moleiros para a Ribeira de Arronches		António Maria Falcão	29	Reguengo	Portalegre	Casado	Caneiteiro	1868.04.07	8v.º
89	REGUENGO	Mn	Cabeço Redondo, do caminho do Reguengo para Souto Queimado e Ribeira de Arronches	Serras do Sobral	João da Fonseca Achiloli de Barros	31	Reguengo	Portalegre	Solteiro	Proprietário	1868.07.07	10v.º
90	REGUENGO	Mn	Ribeira de Arronches, em terras de João Raposo		Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcântara (Esp.)	Braga	Viúvo		1868.11.02	16v.º
91	REGUENGO	Mn	Cabeço da Oliveirinha, em terrenos concelhios		Manuel Joaquim Pina	59	Portalegre	Portalegre	Casado	Proprietário	1868.11.07	18
92	REGUENGO	Mn	Sítio do Pisão, na Rib.ª de Arronches e Ribeirinho, em terras de Joaquim Raposo	Caminho da Teixinha para Portalegre	Manuel Joaquim Pina	59	Portalegre	Portalegre	Casado	Proprietário	1868.12.07	23
93	REGUENGO	Mn	Ribeiro do Aguilhão, baldios da Câmara	Pedra da Sardinha	José Velez Carop		Portalegre (Aldo S. Vicente)		Casado	Advogado	1869.03.01	26v.º
94	S. JULIÃO	O2 Mn	Souto da Pega, na Tapada do Souto Manso, de João Pires Janeiro, res. em Monte Sete		Francisco Ramalho	29	Reguengo	Reguengo	Viúvo	Negociante	1867.12.30	6v.º
95	S. JULIÃO	Mn	Barreira da Penha da Abelheira, em terras de António Dias		Manuel Caelano de Barros Castelo Branco	47	Portalegre	Portalegre	Solteiro	—	1860.03.01	7v.º
96	S. JULIÃO	Mn	Sítio da Pega, na Papada do Souto Manso, de João Pires Janeiro, res. em Monte Sete		João da Fonseca Coutinho Açócol de Barros		Portalegre		—	—	1866.09.04	13
97	S. JULIÃO	Mn	Rabação, em terra de José Pires, na Portela de Jala	Rala de Espanha	Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcântara	Braga	Viúvo	Ouvires	1868.09.13	13v.º
98	S. JULIÃO	Mn	Monte Sete, na Barroca da Ameixeira, em terras de Vital Raposo		Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcântara	Braga	Viúvo	Ouvires	1868.11.02	14
99	S. JULIÃO	Mn	Monte Concelho, na Herd. de José da Cunha	Posto das Colmeias	Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcântara	Braga	Viúvo	Ouvires	1868.11.02	14v.º
100	S. JULIÃO	Mn	Monte Sete, em terras de Joaquim Pires		Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcântara	Braga	Viúvo	Ouvires	1868.11.02	14v.º
101	S. JULIÃO	Mn	Monte Sete, em terras de Joaquim Raposo	Odes	Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcântara	Braga	Viúvo	Ouvires	1868.11.02	16
102	S. JULIÃO	Mn	Sítio do Sobral, em terras de António José	Odes	Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcântara	Braga	Viúvo	Ouvires	1868.11.02	16
103	S. JULIÃO	Mn	Monte Sete, em tapada de castanheiros de José Janeiro		Francisco Vieira	50	S. Vicente de Alcântara	Braga	Viúvo	Ouvires	1868.11.02	16v.º

Novos registos mineiros na região de Portalegre



N.º Freguesia	Mina de (p)	Localização	Confrontações ^(b)	Requerentes	Idade	Residência	Naturalidade	Est. civil	Profissão	Data do manifesto	Livro Reg.
104	S. JULIÃO	Caminho de Portalegre e Monte Sete	A. O. em direcção à casa de Manuel Somero	João Francisco Cardoso dos Santos, proc. de Gustave de Nourton	50	Madrid	Paris	Viuvo	Eng.º civil	1868.11.13	18v.
105	S. JULIÃO	Margem da Ribeira de Évora [Xévoira]	A. N. do Molinho dos Borges	João Francisco Cardoso dos Santos, proc. de Gustave de Nourton	50	Madrid	Paris	Viuvo	Eng.º civil	1868.11.30	22
106	S. JULIÃO	Sitio da Bela, de D. Joaquin Solar, no caminho para a Cabeceira		João Francisco Cardoso dos Santos, proc. de Gustave de Nourton	50	Madrid	Paris	Viuvo	Eng.º civil	1868.12.16	23v.ª
107	S. JULIÃO	Herd. da Torre, dos Herd. ^{os} de José Maria Peralta, de Cast. Vide		José Velez Caropo Jr.	29	Portalegre (Ato S. Vicente)		Viuvo	Proprietário	1868.12.28	23v.ª
108	S. JULIÃO	Herdade da Torre, em baldios do concelho	Caminhos do Montinho para o Pino	José Velez Caropo Jr.	29	Portalegre (Ato S. Vicente)		Viuvo	Proprietário	1868.12.30	24
109	S. JULIÃO	S. Julião	A. N. com fazendas de João Belo e Jerónimo Dourado, a S. com Monte Concelho	Hermenegildo da Silva Elvas	42	S. Julião	Ingluatas (conc. Belmonte)	Viuvo		1869.03.23	27
110	S. JULIÃO	Fundo do Monte, em prop. de Jerónimo Rodrigues Dourado, Francisco Belo, Maria José e José Belo	Estrada de Cast. Vide para Albuquerque A. N. com Curralinho de Manuel Fernandes, a S. com Herdade da Torre	Manuel Gerardo Queirós	51	Portalegre (Lop. Corredoura)		Viuvo	Proprietário	1869.04.07	27
111	S. JULIÃO	Montinho, no sitio da estrada e fazenda de Manuel Fernandes Cebolo	A. N. e E. com caminho para a Rabaça, a S. com olival de Francisco Rodrigues Belo e a O. com Azinhaga dos Cabris	José Velez Caropo Jr.	29	Portalegre		Viuvo	Proprietário	1869.06.16	27v.ª
112	S. JULIÃO	Herdade do Dr. José da Cunha Silva, na margem do regato	Sitio das Colmeias	Manuel Beas Martinez	38	Cáceres	Granada	Viuvo	Artista	1870.05.24	28v.ª
113	S. JULIÃO	Monte Sete, em terras de Joaquim Pires		Manuel Beas Martinez	38	Cáceres	Granada	Viuvo	Artista	1870.12.07	30
114	S. JULIÃO	Rabaça, em terras de José Pires	Rua de Espanha, na Portela do Zola	Manuel Beas Martinez	38	Cáceres	Granada	Casado	Artista	1870.12.07	30v.ª
114	S. JULIÃO	Rabaça, em terras de José Pires	Rua de Espanha, na Portela do Zola	Manuel Beas Martinez	38	Cáceres	Granada	Casado	Artista	1870.12.07	30v.ª
115	S. JULIÃO	Fundo do Monte, em prop. de Jerónimo Rodrigues Dourado, Francisco Belo, Maria José e José Belo	Estrada de Cast. Vide para Albuquerque	José Velez Caropo						1870.12.14	31v.ª
116	S. JULIÃO	Monte Concelho, na Herd. do Dr. José da Cunha e Silva	Sitio das Colmeias	Sebastião Duque	31		S. Vicente de Alcántara (Esp.)	Casado		1871.01.25	32
117	S. JULIÃO	Rabaça, em terras de José Pires	Rua de Espanha, na Portela do Zola	Sebastião Duque	31		S. Vicente de Alcántara (Esp.)	Casado		1871.08.12	35
118	S. JULIÃO	Monte Sete, terras de Joaquim Pires		Sebastião Duque	31		S. Vicente de Alcántara (Esp.)	Casado		1871.08.12	35



N.º Freguesia	Mina de ^(a)	Localização	Confrontações ^(b)	Requerentes	Idade	Residência	Naturalidade	Est. civil	Profissão	Data do manifesto	Livro Reg.º
119 S. JULIÃO	Mn	Monte Concelho, na herd. do Dr. José da Cunha e Silva	Sítio das Colmeias	D. Manuel Beas Marfinez	40	Cáceres		Casado		1871.09.25	35v.º
120 S. JULIÃO	Cu	Monte Concelho, do Bach. José Eduardo Levita, dos Fortios		André Marfinez e Crisóvão Santiana Barbosa		Assumar	Caizadilla (Esp.) Eivas			1876.10.23	39v.º
121 S. JULIÃO	Mn, Fe	Monte do Meio, na Rabaca, dos Herd.ºs de Manuel Pires		Joaquim Vieira	35	S. Vicente de Alcántara	S. Vicente de Alcántara	Casado	Ouvives	1881.08.06	45
122 S. JULIÃO	Mn, Fe	Barroca da Arneiroeira no Sallo da Pega, prop. de José Pires Morgado		Pascual Durán y Malato	60		S. Vicente de Alcántara	Casado	Jornaleiro	1881.08.06	45
123 S. LOURENÇO	Cu, Ag	Penha Pequena, na Tapada do Visconde de Estremoz	A. S. com fazendas de Luís Nunes de Velez, José Serra e João António de Matos, a N. com tapada de Miguel de Albuquerque; a P. com herd. de Luís Xavier de Barros; a N. com terreno da Senhora da Penha	José Velez Carroço Jr.	26		Portalegre	Casado	Vive de sua agência	1867.09.09	3
124 S. LOURENÇO	Cu	Penha de S. Tomé, na herd. da Penha, de Luís Xavier de Barros		Ciriaco José Robalo e António José Lopes	37 34	Portalegre	Portalegre	Casado	Alvanéu Vendedor	1867.09.12	3v.º
125 S. LOURENÇO	Pb, S	Sítio da Penha, na herd. de Miguel de Albuquerque Castelo Branco	Estrada da Pedra Apada, Tapada de Sacapão e estrada dos Fortios	António Maria Serra	26	Portalegre	Portalegre	Solteiro	—	1867.10.22	4v.º
126 S. LOURENÇO	Cu, Ag	Penha Pequena, na tapada do Visconde de Estremoz	A N. com herd. do Montinho; a S. com Monte da Penha, a P. com Monte Nogueiro	Manuel Joaquim de Pina	58		Portalegre	Casado	Proprietário	1868.05.09	9
127 S. LOURENÇO	As, Co	Tapada da Calçada da Penha, de Miguel Albuquerque Caldeira Castelo Branco, de Portalegre		William Fieldhouse	27v.º	Portalegre	Wellington (Inglaterra)	Solteiro	Vive de sua agência	1869.11.11	27v.º
128 S. LOURENÇO	Cu	Idem	Idem	Francisco Fieldhouse		Portalegre	Wellington (Inglaterra)	Casado	Vive de sua agência	1870.07.11	29
129 S. LOURENÇO	Pb, Zn, Co, As, Au	Tapada de D. Henriqueta Leonor Gomes Mourão de Araujo	Terras barriças da herd. do Desvairo	Francisco Fieldhouse		Portalegre	Wellington (Inglaterra)	Casado	Vive de sua agência	1871.01.16	32
130 S. LOURENÇO	Pb, Cu, Fe	Herd. da Penha, em terrenos de Miguel de Albuquerque		Francisco Fieldhouse		Portalegre	Wellington (Inglaterra)	Casado	Vive de sua agência	1871.02.20	33
131 S. LOURENÇO	Pb, Cu, Ag	Cabeço de Sacapão, na herd. de Monte Nogueiro, de D. Henriqueta Leonor Gomes Mourão de Araujo, res. em Lisboa		Joaquim António Canelhas	47	Portalegre		Casado		1871.11.20	36
132 SE	Cu, Fe	Fonte dos Fornos, na tapada de Maria Luísa de Almeida		José Velez Carroço Senior	60			Casado	Advogado	1867.09.19	4
133 SE	Pb	Ribeiro de Baco de Lima, na fazenda de Maria Rita, viúva de José Pereira Fiegalo		João da Fonseca Coulinho Achor de Barros	30	Portalegre	Portalegre	Solteiro	Proprietário	1868.05.26	9v.º
134 SE	Mn	Olival de D. M.ª Luísa de Almeida Oebolinho, res. Portalegre	A P. com courela dos herd.ºs de Miguel de Albuquerque Cald.º C.º Branco	George Robinson		Portalegre	Inglaterra	Casado		1873.05.05	37v.º
135 SE	Mn, Fe	Fonte dos Fornos, em fazenda de João da Fonseca Coulinho		Silvestre da Cruz Ceia		Portalegre		Casado		1873.12.30	38v.º

Novos registos mineiros na região de Portalegre





N.º	Freguesia	Minas de ^m	Localização	Confrontações ^{b)}	Requerentes	Idade	Residência	Naturalidade	Est. civil	Profissão	Data do manifesto	Livro Reg.
136	SE	Pb, Cu	Pelheiro da Tapada da Misericórdia, de Diogo da Fonseca Tavares Achatoli		William Fieldhouse	34	Portalegre	Inglaterra	Casado		1876.04.01	39v.º
137	SE	Ag, Pb, S	Quinta Feneira	A. P. com vinha dos herd. ^{os} do Visconde de Castelo Branco; a S. com fazenda do General Lemos	Manuel de Jesus Costa		Portalegre		Casado	Proprietário	1876.04.25	39v.º
138	SE	Pb, Cu	Tapada da Misericórdia, de Diogo da Fonseca Tavares Achatoli		Tomás Manuel Baílo	47	Lisboa (R. São Francisco, 20 - 2.º)		Casado	Contratador de Obras Públicas e Mineiro	1877.01.13	41v.º
139	URRA	Mn	Fonte do Rêgo do Asno, em baldio do concelho, à direita do caminho para Arnonches	Proximidade dos Apóstolos	Conde de Avilez	50	Portalegre	Portalegre	Casado	Proprietário	1867.09.19	3v.º
140	URRA	Cu	Herdade das Inglezmas		José Velez Caropo Semior	60	Portalegre	Portalegre	Casado	Advogado	1868.01.10	7
141	URRA	Cu	Coutada do Sabugal, em terreno de Diogo da Fonseca Achatoli de Barros	Ponte de Entre Ribeiras	Francisco Ramalho						1868.02.24	7v.º
142	URRA	Cu, Pb	Coutada do Sabugal, em herd. ^{es} do manifestante									
143	URRA	Ag ou Pb	Folha do Poço da Courela dos Cabeceiros	Ponte de Entre Ribeiras	Diogo da Fonseca de Sousa Tavares Achatoli Coutinho	37	Portalegre	Portalegre	Solteiro	Proprietário	1868.03.10	8v.º
144	URRA	Ag ou Pb	Coutada dos Cabeceiros, de Diogo da Fonseca Achatoli	A. N. com tapada de António Dizimêiro; a S. com herd. ^{es} dos Tojaís; a N. com tapada do Conde de Avilez e Abunheira de Baivo; a P. com herd. ^{es} do Cavaleiro e Teixinha	Diogo da Fonseca de Sousa Tavares Achatoli Coutinho		Portalegre	Portalegre		Proprietário	1872.08.25	37
145	URRA	S, Ag	Coutada dos Cabeceiros, em terreno de Diogo da Fonseca, res. no Corro (Portalegre)	Idem	Luis Bruno		Utra	Itália	Solteiro		1873.01.27	37
146	URRA	Cu	Matriz ou Magistral, em prop. de António Dias Ratana, onde há um poço de água	Pedreira aberta pelos empregados da estrada	Ludgero Augusto Moreira	18	Abrantes	Cast. de Vide	Casado	Proprietário	1873.10.06	38
					José Alexandre		Portalegre	Portalegre	Casado	Guarda Fiscal reformado	1911.05.07	71v.º

(a) Referem-se também normalmente "outros metais" ou "outros minerais" não especificados.

(b) Nos registos deste Livro 5.º as confrontações encontram-se mais pormenorizadas.

O Pensamento Económico de D. José Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas

Em artigo anterior publicado na revista *Ibn Maruán*, tivemos oportunidade de abordar a acção pastoral do Bispo de Elvas, constatando que o prelado foi um dos representantes da corrente reformista que se afirmou entre nós em finais do século XVIII¹. Reformista no sentido que atribuímos ao conceito: o que pretende a reforma da sociedade e das instituições de forma paulatina e pacífica, conciliando a inovação com a tradição. D. José defendia os valores tradicionais, nomeadamente a religião revelada e o poder absoluto e esclarecido do Príncipe, que considerava imprescindíveis, para o bem-estar da sociedade civil. Era também um contra-revolucionário, pois não encarava a revolução uma necessidade histórica, como fez Kant, mas como uma fatalidade fruto dos erros humanos e que importava combater no plano das próprias ideias. Esta postura, como então afirmámos, não significou que o bispo repudiasse a inovação e a constante actualização de conhecimentos que só a instrução podia possibilitar. Pelo contrário, defendia não só uma publicitação dos conhecimentos e uma constante inovação no plano científico e técnico, mas também a necessidade da instrução das mulheres, como factor de desenvolvimento.

Importa também ver outra faceta mais significativa no plano da história das ideias e aquela que mais tem sido referida pela historiografia. Referimo-nos à obra do bispo no plano da teoria



¹ Consulte-se o nosso artigo, "O pensamento e acção pastoral do Bispo de Elvas", *Ibn Maruán. Revista cultural do concelho de Marvão*, n.º 5, Dezembro de 1995, pp. 89-96.



económica e do memorialismo económico, que caracterizou entre nós o final do Antigo Regime. Com efeito, Frederico Laranjo considerou mesmo D. José o primeiro economista português, apontando algumas das características presentes no seu pensamento económico. Segundo Laranjo, as teorias de Azeredo Coutinho foram uma resposta às complicações do sistema colonial e embora não intencionalmente o bispo acabou por contribuir para a independência do Brasil. No plano das influências e nomeadamente das novidades em matéria de economia política, entendeu que não conhecia o pensamento fisiocrático, nem Adam Smith, já que nunca os citou².

Armando de Castro defendeu que Azeredo Coutinho, sustentando pontos de vista fisiocráticos, como a alta do preço do açúcar e a liberdade de comércio, reflecte a defesa dos interesses brasileiros, em especial de grupos burgueses, contra o predomínio da metrópole³. Em obra mais recente, Castro voltou a fazer uma síntese do pensamento económico de Azeredo Coutinho. Considerou que as suas ideias se integravam no grupo das concepções tradicionais, pelo facto de se concentrarem em temas comerciais e neste domínio na questão da balança comercial, tema caro ao "sistema mercantil". Teria mesmo adoptado posições de tipo bulionista, nomeadamente: «considerando a riqueza como o conjunto de numerário resultante dum saldo favorável das transacções com o estrangeiro»⁴. Exemplificou esta predilecção por questões monetárias e pelo aspecto mercantil com as preocupações pela construção naval, relacionada com o fomento das relações com as colónias, a defesa da produção agrícola colonial e a defesa do exclusivo colonial⁵.

José Luís Cardoso, numa obra de consulta obrigatória para os que se interessam pela economia e em especial o pensamento económico em finais do Antigo Regime, fala também de Azeredo Coutinho, inscrevendo-o na classe dos memorialistas. Ora, segundo Luís Cardoso, os memorialistas criticaram a perspectiva mercantilista de riqueza. Para eles a riqueza não derivava nem era criada do ou pelo comércio, mas sim da produção, o «precioso corpo». E mesmo se alguns permaneceram fiéis à tradição mercantilista, identificando riqueza com numerário, deram prioridade à produção como génese explicativa da riqueza: «É compreensível que estes diferentes autores tenham concebido a origem produtiva da riqueza na sua dimensão mais evidente e «natural»: a natureza, terra e mãe produtora, foi por eles santificada de poder e virtude»⁶. Conclui, assim, por uma discreta influência dos teóricos franceses da escola fisiocrática no pensamento económico dos memorialistas portugueses.

² "Nas obras de Azeredo Coutinho não se encontram citados nunca nem os fisiocratas, nem Smith; parece desconhecê-los completamente", J. LARANJO, *Economistas Portugueses*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1976, p. 44.

³ Aponta quais esses interesses brasileiros: "...declarando que o comércio das madeiras brasileiras deve ser livre, sustenta que quanto mais Portugal dever às possessões ultramarinas mais rico será; combatendo o monopólio do comércio de certos produtos brasileiros, opõe-se ao resgate de escravos". Armando de CASTRO, "Fisiocracia e fisiocratas", *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel SERRÃO, Porto, 1979, p. 44.

⁴ Armando de CASTRO, *O pensamento económico no Portugal Moderno. De fins do século XVIII a começos do século XX*, Lisboa, Instituto da Cultura Portuguesa, 1980, p. 29.

⁵ "não hesitando em sustentar que as colónias só possam comerciar directamente com a metrópole e que não possam ter fábricas, sobretudo de têxteis, devendo vestir-se com as manufacturas metropolitanas", ob. cit., p. 29.



Finalmente, Jorge Pedreira, que escreveu mais pormenorizadamente sobre o bispo reformador e dirigiu a reedição da sua principal obra no plano do pensamento económico, defendeu, que nas obras Azeredo Coutinho se manifesta uma dissidência em relação ao agrarismo dominante, embora ela não assuma uma intenção polémica. A razão desta dissidência estará no facto de o bispo continuar a insistir numa ideia de riqueza, ainda subsidiária da escola mercantil, pois na definição de riqueza do Estado além dos “fundos da terra” cabem também os «efeitos móveis»⁷. Nas concepções económicas, o bispo de Elvas «*exprime ideias características das concepções liberais e individualistas da actividade económica, quando declara que o «interesse é o mestre da indústria», ou «a alma do comércio» e que o meio de promover e adiantar a indústria da nação, é deixar a cada um a liberdade de tirar um maior interesse do seu trabalho»*⁸. Contudo, ainda segundo Jorge Pedreira, essas concepções convivem com postulados fundamentais da escola mercantil: o exclusivo colonial e a concepção de «*uma quantidade finita de riqueza*». O bispo estaria em perfeita sintonia com os interesses do Brasil, dos lavradores produtores de cana do açúcar⁹.

Dada a dificuldade de filiação doutrinária das ideias económicas do bispo reformador, impõe-se, em nossa opinião, uma leitura das fontes. É este o objectivo deste trabalho, bem como a publicitação das suas principais obras neste domínio.

1. O Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias

A obra foi publicada pela primeira vez em 1794. É notória a importância atribuída à economia brasileira e ao comércio brasileiro para a economia portuguesa, quer pelo número de capítulos quer pelo de páginas¹⁰. Conhecedor da realidade económica e cultural do Brasil D. José aproveitou todos os conhecimentos empíricos adquiridos e os que recolheu das muitas leituras feitas, desde os naturalistas às obras de cariz económico. Entre estas últimas são citados com frequência, demonstrando em que águas bebeu o essencial das ideias económicas: Bielfeld, os *Elementos de Comércio* de For-

⁶ José Luís CARDOSO, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*, Lisboa, Estampa, 1989, p. 74. A este propósito citou mesmo Azeredo Coutinho, cfr. p. 73.

⁷ “Porém, na sua definição das “riquezas do Estado”, cabem tanto os “fundos de terras”, como os efeitos móveis, isto é “dinheiro, bilhetes, letras de câmbio, acções sobre as companhias, navios, e todas as mercadorias”. Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994, p. 462. Os sublinhados são citações do Ensaio Económico..., pp. 29-30.

⁸ Ob. cit., p. 463.

⁹ “Clérigo e académico, é como brasileiro e filho de senhor de engenho que escreve, é do ponto de vista dos interesses do Brasil, dos lavradores de cana e dos negociantes de açúcar que se situa”. Ob. cit., p. 464.

¹⁰ Dividida em três partes, na primeira trata “dos interesses que Portugal pode tirar das colónias do Brasil” (9 cap., pp. 1-119). A segunda “sobre os interesses que Portugal pode tirar das suas colónias nas três partes do mundo” (3 cap., pp. 120-152). A 3.ª “sobre os interesses de Portugal para com as outras nações” (3 cap., pp. 153-175). Anote-se a predominância do conceito de interesse. A ideia de interesse expressa é sinónimo de vantagem económica, em concordância com Adam Smith. No fim a obra transcreve a *Memória sobre o preço do açúcar*. Cfr. *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias oferecido ao Sereníssimo Príncipe D. Pedro, e publicado de ordem da Academia das Ciências*, 2.ª edição corrigida e aumentada, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1816. (1.ª edição 1794).



bonnais, o *Dicionário de Comércio* de Savary e as obras de Montesquieu. À refutação do «sistema dos climas» deste último, dedicou todo um capítulo, para justificar e exaltar as qualidades dos indígenas do Brasil e especialmente a sua capacidade para o trabalho.

O Brasil é descrito como «*A terra da Promissão*» e entre as numerosas riquezas, que atribuiu à sua fertilidade e clima quente, mas doce, salientou as produções tropicais e o gado. Terra rica onde os índios não precisavam de trabalhar para viverem na abundância, o Brasil era o centro do comércio português desde há muito. Azeredo Coutinho defendeu o comércio livre para os colonos brasileiros. Um exemplo era o comércio do sal, produto que era abundante na terra brasileira, mas que, como nos diz, escasseava e chegava a preços exorbitantes no sertão: «*O sal este género de primeira necessidade para a conservação das carnes e dos pescados, é naqueles sertões de uma carestia suma. O sal com que naqueles sertões se salga um boi custa duas ou três vezes mais, do que vale o mesmo boi; da mesma sorte o peixe*»¹¹. Toda esta carestia tinha para o bispo uma única razão: a manutenção do contrato do sal, que rendia ao Estado português 48 contos de réis e outro tanto ao seu arrematante. Denunciou este exclusivo como um erro grosseiro de economia, pois o Estado lucraria muito mais com o comércio livre: «*Logo pois que seja livre o comércio do sal para o Brasil, o supérfluo daqueles sertões não será para os tigres; nem o daquelas costas para os monstros marinhos: o pescador, o criador de gados, o agricultor, o comerciante darão as mãos entre si; eles virão logo sustentar a Metrópole de carne, peixe, pão, queijos, manteigas, e de todos os víveres. Só por esta porta entrarão para o Erário Régio muitos 48 contos de réis: e Portugal irá descobrir tesouros inexauríveis, mais ricos que o Potosi*»¹².

A exploração das riquezas brasileiras conduziram-no a analisar a falta de condições de Portugal para assegurar o comércio e dele tirar o maior interesse, ou seja, vantagem e proveito. Para conseguir esse objectivo, Portugal devia desenvolver a navegação e marinha. O modelo que apontou foi o dos holandeses e ingleses, bem ao gosto dos autores da “escola mercantil” ou tardo-mercantilistas. Podemos ver nas suas palavras a influência destas correntes, quando defendeu que a riqueza de uns é a pobreza de outros, ou seja, esse pessimismo económico característico dos mercantilistas. Ou ainda no elogio rasgado ao Acto da Navegação inglês, fundamentador do exclusivo colonial: «... *ele (o Acto de Navegação) é cheio de tanta sabedoria e utilidade para animar, e aumentar a marinha, e o comércio da navegação, que pode bem servir de regra para todas as Nações marítimas*».¹³

O que as suas posições em matéria de comércio nos mostram é um sentido pragmático nas ideias económicas. Estas posições podem resultar da leitura que fez da conjuntura económica, mas assinalam também a sua originalidade ecléctica. Efectivamente se algumas das teses estão próximas dos pensadores mercantilista ou tardo-

¹¹ Azeredo COUTINHO, *Ensaio Económico...*, p. 14.

¹² Idem, p. 19.

¹³ *Ensaio Económico...*, (p. 31). O Acto de Navegação é transcrito, numa versão francesa em nota de rodapé, ocupando mais de cinco páginas. Cfr. pp. 31-36.

mercantilistas e outras são idênticas às dos fisiocratas, as diferenças são também notórias. Veja-se como estipulou uma estreita complementaridade entre as actividades económicas: «*A abundância, e o supérfluo, que sobeja do necessário de uma nação, é que forma o objecto do comércio. A agricultura, e a indústria são a essência: a sua união é tal, que se uma excede a outra, ambas se vêm a destruir por si mesmas. Sem a indústria os frutos da terra não terão valor; e se a agricultura é desprezada, acabam-se as fontes da indústria, e do comércio; deste mar imenso que alimenta milhões de braços no meio da abundância, sem a qual tudo cai na languidez, no ócio, no vício, e na miséria*»¹⁴.

A Portugal faltava uma grande Marinha e para Azeredo Coutinho o meio de conseguir inverter esta situação era começar com o mais básico, ou seja, desenvolver as pescarias. O paradigma a seguir continua a ser o mesmo; os holandeses que ganhavam uma fortuna com a pesca do arenque e os ingleses com a pesca do bacalhau. Estes povos com a experiência e trabalho dos pescadores adquiriam marinheiros para a marinha e comércio. Portugal só tinha que tirar proveito das boas condições geográficas e das suas numerosas colónias, aproveitando ao máximo a vizinhança do mar. As pescarias eram mesmo uma actividade excelente para conseguir a civilização dos índios do Brasil. É nesta parte do ensaio que Azeredo Coutinho vai refutar o preconceito racista dos europeus, fundamentado na teoria de Montesquieu, segundo a qual «*o homem do país quente é fraco, e pusilânime, e que por consequência o índio da zona tórrida é inábil para a marinha principalmente de guerra*»¹⁵. Começando por demonstrar a humanidade dos índios, atribuiu esse preconceito a um desconhecimento dos europeus: «*Eles (índios) tem virtude, tem vícios, são cheios de ambição como nós; ou esta se entenda pelo excessivo desejo de glória, e de honra, ou pelo nímio desejo de bens. Eles em fim são homens, e isto basta*»¹⁶. O falhanço de muitas tentativas para civilizar os índios assentou na ignorância dos colonizadores, que queriam contrariar a natureza, que



¹⁴ Idem, p. 22. Originalidade detectada, como dissemos, por Jorge Pedreira, cfr. Supra.

¹⁵ Ob. cit., p. 56. Confrontar com Montesquieu, *Esprit des Loix*, Paris, Flammarion, 1979, t. I, liv. 14, art. 2 e 14.

¹⁶ Ob. cit., p. 42. Parêntesis nosso.



não faz obras por salto, ou seja, não se podia começar a civilizar os índios começando por lhe ensinar a arte de governar, ou as ciências e artes próprias dos povos civilizados. Para ele devia começar-se pelo estudo das paixões do indivíduo: «A arte de pôr em acção a máquina de cada indivíduo, consiste em pesquisar qual é a sua paixão mais forte, e dominante. Achada ela pode-se dizer, que está descoberto o segredo, e a mola real do movimento»¹⁷. Esta valorização da psicologia e sobretudo da orientação das paixões pode ser entendida como uma das bases do capitalismo e que está bem documentada com a teoria smithiana do interesse. Trata-se, neste caso, para o bispo, partindo do dado empírico que «O índio selvagem entre a raça dos homens parece anfíbio, parece feito para as águas, é naturalmente inclinado à pesca por necessidade, e por gosto»¹⁸, de orientar essa inclinação e utilizar a pescaria como estratégia civilizadora.

A refutação da teoria do «Sistema dos climas» de Montesquieu ocupa um longo capítulo no ensaio¹⁹. Para o bispo reformador, o erro de Montesquieu, e dos seguidores ainda é mais grosseiro do que o daqueles, que diziam, que a Zona Tórrida era inabitável. Os índios, segundo Azeredo Coutinho, foram dominados pelos europeus não por serem pusilânimes ou fracos, mas por causa da superioridade bélica dos colonizadores e pelo facto de se encontrarem divididos. O homem é sempre o mesmo em toda a parte do mundo: é naturalmente ambicioso, amigo da honra e glória. Apontou diversos casos da história dos índios para documentar a coragem e feitos heróicos. Em busca de argumentos contra a teoria dos climas e influência no comportamento humano, comparou os índios com outros povos de latitudes mais frias para comprovar a superioridade dos brasileiros. A própria natureza mostrava a verdade: «A Natureza, que em todas as produções debaixo da Zona Tórrida se mostrou forte e robusta, tanto a respeito das fibras dos irracionais, como dos vegetais, só se havia de mostrar fraca, e degenerada a respeito da fibra do homem, o primeiro objecto da sua criação?!»²⁰.

A verdadeira causa da conquista dos povos do sul pelos povos do norte não está no clima como pretendia Montesquieu, mas sim na necessidade que aguça o espírito de conquista e de trabalho. É que, ao contrário dos povos do sul que viviam na abundância da natureza e por isso eram mais propensos à ociosidade, aos prazeres e ao luxo, os do norte viviam numa terra pobre e estéril e por isso eram guerreiros, porque «Esta necessidade geral ensina a todo um povo esfaimado a unir-se, e ajuntar todas as forças para conseguir um mesmo fim, e mutuamente se auxiliarem; (..) e conquista um povo manso, que no meio da abundância vive contente, e descuidado»²¹.

¹⁷ Idem, p. 47.

¹⁸ Idem, p. 48.

¹⁹ Cfr. Cap. V., pp. 56-83.

²⁰ COUTINHO, *Ensaio...*, p. 75.

²¹ Ob. cit., pp. 76-77. Para esta refutação à teoria de Montesquieu explica: "Em uma palavra, não é a fibra mais ou menos forte, nem os graus de calor deste, ou daquele clima, que decide da força, ou da coragem destes ou daqueles povos: a educação, os costumes, o Comércio, as Leis, a disciplina, os vícios mesmo, os erros, as opiniões ainda que falsas, e outras muitas circunstâncias são as que decidem da sorte dos Impérios", p. 79.

A importância dada à refutação da teoria dos climas é dada pelas palavras lapidares de que «*as opiniões velhas, e populares, principalmente quando são apoiadas por homens de autoridade (..), não basta cortá-las, mas é necessário destruí-las e arrancá-las*»²². Os argumentos e a posição por ele assumida tiveram ecos na França e Inglaterra, como nos documenta nas transcrições críticas e elogiosas que saíram na imprensa francesa, o jornal *Década Filosófica* e nas notas à sua obra em inglês. Por outro lado, a defesa dos índios e em especial da sua capacidade para o trabalho baseia-se no conhecimento e convivência com eles e é orientada por princípios económicos bem precisos: o aproveitamento da mão-de-obra indígena²³.

Além deste auxílio da mão-de-obra índia para desenvolver a Marinha e Comércio português, Azeredo Coutinho apontou ainda para outro meio que podia ser rentabilizado: as abundantes madeiras que existiam no Brasil. Para isso, tal como o sal, o comércio das madeiras devia ser livre. Nesta explanação sobre as madeiras vêm ao de cima mais uma vez os seus conhecimentos empíricos e de bom observador. Com efeito, a descrição das matas e qualidade das madeiras é feita com rigor fotográfico: «*As raízes daquelas árvores cercam todo o seu tronco até à altura de seis a oito palmos acima da superfície da terra, donde descem diminuindo até a sua extremidade, de sorte que formam as raízes, e o tronco entre si quase tantos ângulos rectos, quantas são as raízes, que o cercam*»²⁴. Ora toda esta riqueza estava subaproveitada e a razão era mais uma vez os entraves ao seu comércio para os nacionais: «*As madeiras cortadas por conta da Fazenda Real, como ordinariamente se pratica, ou mesmo por conta de determinadas pessoas, ainda que elas nada custem em bruto, ou no lugar dos seus nascimentos; contudo os transportes por si só sempre hão-de chegar mais caros à feira, ou à Ribeira das naus, do que sendo compradas na mesma feira, ou Ribeira aos lavradores delas*»²⁵. O que advogou foi a defesa do interesse dos proprietários ou senhores das terras e a liberdade de venderem no mercado nacional as madeiras. O interesse seria também o meio para proteger melhor esse valioso património, pois se o proprietário trabalhasse por sua conta, iria procurar o maior lucro possível²⁶. Também no comércio das madeiras o interesse, «*o mestre da indústria*» é a mola onde actuar para conseguir o progresso. Aqueles que pensavam que a extinção dos direitos das madeiras constituiria perda

²² Idem, p. 82.

²³ «... espero merecer toda a desculpa, e que se atenda que defendo a causa daqueles índios invencíveis, que eu vi, tratei, e conheci de perto; e que, talvez pela falsa opinião, que se tem estabelecido como regra geral, de que os Povos dos países quentes são fracos e pusilânimes, se tenham desprezado os meios de aproveitar aqueles braços tão fortes, e tão necessários para um País tão dilatado, e que acaba de sair das mãos da Natureza na sua maior perfeição», *Ensaio...*, p. 82. Pela causa dos índios continua o discurso dando a notícia dos índios «*Quetacazes, nossos mais bravos, e fieis aliados*». Cfr, cap. VI., p. 83.

²⁴ Ob. cit., p. 104.

²⁵ Idem, p. 105.

²⁶ «*Ele faz tudo com economia, para não arruinar, nem destruir os seus matos; aproveita em tempo todas as madeiras, que aliás se perderiam; faz todos os esforços para que elas sejam as melhores, para preferir aos outros concorrentes; todos os dias inventa novos meios de poupar despesas, e de facilitar a condução, e os transportes, para conseguir um maior lucro*». Ob. cit., p. 106.



para o Estado cometiam um erro muito grosseiro, queriam aumentar os rendimentos do Soberano sem aumentar a opulência do estado. Fundamentou-se em Bielfeld, e na teoria da balança comercial favorável, distinguindo entre economia privada e economia de um Reino: «A economia de um Reino é muito diferente da de um particular; a razão é clara. 1º O dinheiro, que sai da bolsa de um particular, sai para sempre; o que sai dos cofres do Estado, entra todo no Estado; e é muito raro que este dinheiro passe por alguma mão sem que deixe algum proveito. IIº Os meios de que se vale um particular, são sempre limitados; os de um Estado bem governado não tem limites. IIIº. A maior parte das despesas de um particular tendem a procurar mais comodidades, e mais prazeres. Todas as despesas públicas pelo contrário tendem à conservação imediata do estado, ou a aumentar a sua prosperidade, as suas forças, e a sua opulência. É necessário em fim semear para colher»²⁷. Demonstrando ser favorável ao investimento público e à poupança particular, o Estado podia e devia esbanjar, pois o dinheiro não se perdia, antes a circulação traria algum benefício. Parece contudo ter olvidado o investimento privado, embora possamos deduzir que, tal como Adam Smith, entendeu que o interesse dos particulares conduzia necessariamente ao interesse da comunidade.

Outro erro que denunciou, continuando a basear-se em Bielfeld, foi o agravamento fiscal. Aumentar continuamente os impostos era matar a galinha dos ovos de ouro e para o bispo, que elogiou Colbert nesta matéria, o bom estadista era o que promovia a riqueza nacional e não o que aumentava os impostos²⁸.

Os meios apontados para tornar o comércio do Brasil mais vantajoso para o Reino são basicamente apontados para o comércio com as outras colónias portuguesas. A defesa do comércio livre entre nacionais ou dos produtos do mercado nacional, move-se contudo dentro do colete de forças do exclusivo colonial. Digamos que defendendo a liberdade para o comércio interno incluindo as colónias no mercado interno, o bispo postulou um protecçãoismo e todo um conjunto de restrições para o mercado externo. Ou seja, defendendo que as colónias deviam ter liberdade de culturas agrícolas e de comércio de produtos no mercado interno, a segurança que a metrópole lhe dava, as próprias luzes da civilização implicavam também que elas fizessem alguns sacrifícios, que respeitassem os interesses económicos da metrópole²⁹.

Nestas mesmas concepções de defender o livre curso do interesse dos agentes económicos, se move a *Memória sobre o preço do açúcar* (1791), que saiu nas

²⁷ COUTINHO, *Ensaio...*, p. 114.

²⁸ Anote-se na citação: “ser grande homem de estado não consiste em descobrir meios de impor mais e mais tributos, consiste sim em descobrir meios de fazer rebentar de novo perenes fontes de riqueza, que fertilizem o Estado por toda a parte” (115).

²⁹ A defesa do exclusivo colonial está bem patente nas suas palavras: “estes benefícios pedem iguais recompensas, e ainda alguns justos sacrifícios; e por isso é necessário que as colónias também da sua parte sofram 1º que só possam comerciar directamente com a Metrópole, excluída toda e qualquer outra nação, ainda que lhe faça um comércio mais vantajoso. IIº Que não possam as colónias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã, e seda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufacturas, e da indústria da Metrópole. Desta sorte ajusta interesses, e as relativas dependências mutuamente serão ligadas”. Ob. cit., pp. 150-151.

Memórias económicas da Academia das Ciências e foi posteriormente publicada «*corrigida e aumentada*» em 1794. Neste texto, o bispo analisou a alta do preço do açúcar no mercado europeu, procurando as razões dessa alta e discorrendo sobre o dilema de tabelar ou não o preço, através de uma intervenção estatal. Demonstrando um bom conhecimento do funcionamento do mercado e nomeadamente da lei da oferta e da procura, apontou como causas para a subida as complicações resultantes da conjuntura política, a repercussão da revolução nas colónias francesas das Caraíbas e as condições climáticas adversas, as inundações e furacões que ocorreram nas colónias espanholas e inglesas. Relativamente ao dilema do tabelamento, e expondo os argumentos dos que o defendiam, afirmou-se peremptoriamente contra qualquer fixação de preço. Em primeiro lugar salientando os efeitos benéficos do comércio, a fazer pensar nos escritos do Abade Genovesi ou de Coyer, onde o comércio é exaltado como actividade honrosa e nobre nos seus fins: «... pois que todos sabem que o principal objecto do comércio é trazer abundância ao País da carestia, e fazer que em um País não haja superfluo, e que no outro não haja falta»³⁰. O tabelamento iria contra o interesse dos produtores e dos consumidores. Para justificar melhor a defesa dos preços altos e colocando-se numa perspectiva de Portugal e Espanha, tendo em conta a conjuntura económica dessa época, procurou na história desse mesmo comércio a defesa da sua liberdade. O argumento básico é que Portugal devia agora aproveitar a conjuntura favorável, em resultado da guerra da Independência dos Estados Unidos e o período da Revolução Francesa, para recuperar a superioridade no comércio do açúcar. A análise das razões desta perda não escaparam ao seu juízo arguto, onde também se vê que para ele a riqueza era mais do que numerário: «Portugal perdeu a superioridade da sua Agricultura, e do seu comércio, pela cegueira com que correu atrás de uma representação, e uma sombra de riqueza, sem ver que deixava atrás de si o precioso corpo que ela representava: sem dúvida porque a sombra parece muitas vezes maior que o corpo»³¹.

Apesar do estilo metafórico, é visível que a riqueza não é o ouro ou o dinheiro, mas as produções que o reproduziam e multiplicavam, trazendo bem-estar para a sociedade civil. Por isso tabelar ou taxar os produtos eram entraves que se levantavam ao curso natural da riqueza e como o motor do comércio e das outras actividades é o interesse «... é necessário deixar-lhe toda a liberdade ao subido preço do açúcar; quanto ele mais subir, mais aumentarão as nossas fábricas, e o nosso comércio»³². Tratava-se, portanto, de defender uma total liberdade de comércio e concorrência, aproveitando a conjuntura, a favor do interesse nacional. O bispo foi ainda mais longe, defendendo o fomento de outras culturas similares ou impulsionadoras da do açúcar: o café, o cacau, a canela e baunilha.

³⁰ Azeredo COUTINHO, *Ensaio económico...*, p. 136.

³¹ Ob. cit., p. 151.

³² Idem, p. 152.



2. A defesa do comércio de escravos

Mais discutível é outro texto onde defendeu o comércio de escravos na costa africana, a *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos na costa Africana* (1798). Trata-se de um texto mais político, se assim podemos dizer, que económico, isto apesar de abordar uma questão económica de grande importância civilizacional. A questão era controversa e objecto de polémica na Europa, para não ir mais longe desde os textos de Bartolomeu de Las Casas, que denunciou os maus tratos dados aos índios pelos conquistadores espanhóis. No século XVII os teóricos do direito natural tinham proclamado a igualdade de todos os homens e os jesuítas, nomeadamente António Vieira, pugnaram pela liberdade dos índios. Situemo-nos, contudo, no século XVIII. Na Inglaterra o abolicionismo alimentou as suas raízes com a filosofia das luzes e com o desenvolvimento das igrejas não conformistas. Em finais do século vinha sendo defendido, abertamente nos salões e cafés, por homens de negócios com interesses coloniais e chegou ao Parlamento³³.

Não deixa de ser significativa a indiferença e até o embaraço que a ilustração internacional teve perante o problema da escravatura³⁴. Anote-se, por exemplo, na posição assumida por Montesquieu, que condenando teoricamente a escravatura pelo direito natural e inútil nos povos civilizados, contribuindo assim para alimentar as ideias abolicionistas, acabou, contudo, por enunciar um conjunto de razões para justificar o direito dos europeus em escravizar os negros de África. Razões que vão desde o interesse económico: a necessidade de mão-de-obra para devastar as terras da América, ou a alta do preço do açúcar se ele fosse produzido com trabalho livre, até a posição do mais puro preconceito racista: «*Une preuve que les negres n'ont pas le sens commun, c'est qu'ils font plus cas d'un collier de verre, que de l'or, qui, chez des nations policiees, est d'une si grande consequence. Il est impossible que nous supposions que ces gens-lá soient des hommes; parce que, si nous les supposions des hommes, on commencerait à croire que nous-mêmes ne sommes Chrétiens*»³⁵.

Mais esclarecida foi a posição assumida por Adam Smith. Com efeito, o fundador da ciência económica na análise que fez à escravatura e movendo-se em princípios meramente económicos e portanto independentes de considerações morais, concluiu que o trabalho escravo ficava mais caro que o trabalho realizado por homens

³³ Consultem-se a este propósito as Actas do Colóquio internacional realizado recentemente sobre a abolição da escravatura em Paris: *Les Abolitions de L'esclavage: de L.F. Sonthonax a U. Schoelcher. 1794 e 1848. Actes du Colloque International tenu a l'Université de Paris VIII*, Paris, Unesco, 1995. Sobre o abolicionismo veja-se a comunicação de James WALVIN, "L'abolition anglaise de l'esclavage des noirs", 1787-1838, in *Actes du Colloque International tenu a l'Université de Paris VIII*, Paris, Unesco, 1995, pp. 103-110.

³⁴ Sobre a indiferença veja-se a comunicação apresentada por Jean EHRARD, "L'esclavage devant la conscience des Lumières françaises: indifférence, gêne, Révolte", in, Ob. cit., pp. 146-192. Este autor fez um estudo dos artigos da Enciclopédia, da autoria dos nomes mais sonantes da ilustração francesa, como Diderot e D'Alambert. Os resultados que apresentou num quadro revelam a indiferença e embaraço perante a questão. Com efeito num total de 34 referências explícitas à questão, o que só por si revela já a indiferença, 10 manifestam-se contra a escravatura, 4 a favor e 20 assumem uma posição indiferente.

³⁵ MONTESQUIEU, *De l'Esprit des lois*, Paris, Flammarion, 1979, t. I, p. 393.



livres. As razões em que se fundamentou são que o interesse do escravo consistia em trabalhar pouco e comer muito e do lado do proprietário o desgaste dos escravos era um encargo para o senhor, ao contrário do trabalho livre em que pertencia ao trabalhador³⁶. Em termos da época para Smith as despesas com trabalho de escravos só podiam ser suportadas com culturas muito lucrativas, como o açúcar e o tabaco. Demonstradas as vantagens económicas do trabalho livre o fundador da economia política não tomou posição sobre a abolição da escravatura nem se embrenhou em polémicas nesse domínio.

O eco do movimento de ideias culminou também na revolução francesa com a abolição, ainda que temporária, da escravatura em todos os domínios franceses. Entre nós, contudo, a questão começou a receber tratamento e a gerar polémica com uma obra de 1758, *O Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. O autor, o Padre Manuel Ribeiro da Rocha, partiu do princípio que a escravatura era o estado mais miserável a que um homem podia chegar e portanto humanamente só podia ser justificada como forma de resgate, ou seja, como um estado provisório, enquanto o escravo não pagasse com trabalho ou dinheiro o preço que o senhor (o comerciante) pagara ao anterior possuidor. O domínio do senhor sobre o escravo era portanto provisório e todos os que pensavam ter um direito de propriedade pleno sobre os escravos incorriam em pecado grave, ainda mais grave ao pensar que a escravidão se transmitia de pais para filhos. Foi esta tese que demonstrou em 8 partes em que dividiu o seu tratado e em que o próprio título documenta que o percurso existencial normal dos escravos era a sua libertação³⁷. A obra do Padre Rocha não deixa dúvidas a quem a ler, para ele os escravos são homens e os seus senhores devem tratá-los condignamente e reconhecer que o domínio que sobre eles tem é provisório e não lhe permite abusar da condição desses infelizes, antes devem tratá-los dentro das normas da justiça cristã. Aliás, os autores que cita com frequência são os Padres da Igreja, sobretudo Santo Agostinho e os clássicos, Séneca, para defender a humanidade dos negros. Recorrendo a argumentos de ordem jurídica e teológica não deixa, contudo, de apontar também a vantagem económica que os senhores tem em tratar bem os escravos e de os trazer bem alimentados: «*Demos-lhe pois tudo, e seja com abun-*

³⁶ “A experiência de todas as épocas e nações demonstra, segundo creio, que o trabalho feito por escravos, embora só pareça custar a sua manutenção, acaba por ser o mais caro de todos. Uma pessoa que não pode comprar propriedades, não tem outro interesse senão o de comer o mais que puder e trabalhar o menos possível”. Adam SMITH, *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, Lisboa, Gulbenkian, 1981, vol. I, p. 605.

³⁷ O próprio autor explica no prefácio cada um dos termos: “*Resgatado da escravidão injusta a que o reduziram os seus mesmos nacionais*”; “*Empenhado no poder do seu possuidor, para o respeitar como Senhor (...) enquanto não lhe pagar, ou compensar com serviços o seu valor*”; “*Sustentado como se explica na quarta parte*” (Nela aponta uma alimentação condigna para os escravos); “*Corrigido (...) como se explica na quinta parte*” (Onde denuncia os maus tratos e defende que os castigos corporais devem ser raros); “*Instruído na Doutrina, como se declara na sexta, e nos bons costumes, como se mostra na sétima*”; “*Libertado... por alguns dos quatro modos indicados na oitava parte*”. Extraímos as citações da introdução da obra que não está paginada.



dância; que talvez o mesmo será abrírmos bem as mãos para o seu comodo, que abrirem eles os olhos para o nosso serviço»³⁸.

A obra do Padre Rocha causou polémica e alguns mesmo saíram em aplauso do autor, com poemas³⁹. Quem não podia estar de acordo eram os comerciantes e fazendeiros do Brasil. A polémica, por isso, prosseguiu, nomeadamente em torno de um programa da Academia das Ciências de Lisboa, destinado a melhorar as condições de saúde e higiene dos escravos africanos que chegavam ao Brasil. A preocupação da Academia era de cariz humanitário, mas tinha subjacente motivações económicas, como documenta o longo título e resumo do programa: «*Discurso Académico sobre o programa da Real Academia das Ciências de Lisboa: Determinar com todas os seus sintomas as doenças agudas, e crónicas, que mais frequentemente acometem os pretos recém-tirados da África; examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança de clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo, prevenindo-o, e curando-o: tudo isto deduzido da experiência mais sisuda e fiel*»⁴⁰. O autor do discurso, que foi premiado pela Academia, era o presbítero José António de Figueiredo e Brito, que na obra assumiu posições contra as condições desumanas em que eram transportados e tratados os escravos, denunciando os maus tratos que sofriam e apontando algumas soluções para ultrapassar os problemas. Enfim, Brito acabou por questionar a escravatura e colocar-se no campo dos escravos e não apenas do senhor. Estas posições originaram umas *Anotações* ao discurso por parte de outro presbítero, Rafael José de Sousa Correia e Melo, que, como se deduz do texto, esteve em Angola e no Brasil, onde observou o comércio e o trabalho dos escravos⁴¹. O texto é precedido de dois pareceres, possivelmente para posterior publicação. O primeiro de António Ribeiro dos Santos e o segundo de Bento Farinha. Ambos reconheciam valor nas anotações, contudo não são explícitos quanto à posição sobre o tema central, indiciando até que o autor teria abusado de erudição, pelo que o texto exigia segunda leitura para opinião mais fundamentada⁴². Correia de Melo refutou ponto por ponto o essencial do discurso premiado pela Academia, tentando demonstrar que, ao contrário do que nele se afirmava, os negros eram bem tratados durante o transporte e que os maus tratos dos senhores eram muito raros. Um dos pressupostos básicos era de que os negros eram bárbaros e a perda da liberdade nem

³⁸ Manuel Ribeiro da ROCHA, ob. cit., p. 173. O mesmo sentido quando denuncia os castigos que se aplicavam aos negros: “*Nas fazendas, engenhos, e lavras minerais, ainda hoje há homens tão inumanos, que o primeiro procedimento que tem com os escravos (...) é mandá-los açoitar rigorosamente, sem mais causa que a vontade própria de o fazer (...) saibam pois estes Senhores; ou possuidores de escravos, que esta Teologia Rural, é o avesso da Teologia Cristã*”. Idem, p. 189.

³⁹ Cfr. Ob. cit. onde no início são transcritos alguns poemas elogiando o autor e a sua coragem.

⁴⁰ Biblioteca Pública de Évora, Col. Manisola, Cód. 171.

⁴¹ Idem, p. 254. O autor embora não esteja indicado no título surge mencionado num dos pareceres que antecedem a obra, o de Ribeiro dos Santos.

⁴² Anote-se nas palavras de Bento Farinha: “*Pareceu-me muito precioso trabalho, mas sobejo e perdido para combater o Discurso premiado, e alumiar os premiadores: não tem olhos que possam com tanta luz*”. Ob. cit., p. 1.



por eles era sentida: «*Que pouco perde pois o Negro, que em uma ou outra Guiné perde a liberdade civil; ele que desconhece todas as estimulantes atractivas, que esta prerrogativa tem nos países de luxo; ele cujas miseráveis fortunas, e cujos pescoços vacilam para mil fatalidades de um estúpido despotismo*»⁴³. Não se pense, contudo, que o autor não procurou fundamentar devidamente a sua tese. O longo texto revela-nos alguém bem informado sobre tudo o que se escreveu e sobre as decisões políticas e leis mais importantes no domínio da escravatura. Relativamente a este último ponto, é dado especial realce às posições que se vinham assumindo na Inglaterra, quer no campo das teorias, quer no da prática política⁴⁴. Para concluir esta breve análise digamos que as baterias do autor se orientaram contra as novas ideias de liberdade e igualdade, próprias de um «*Século impostor e tumultuoso*», mas que não procedia a reformas. Sendo assim contra qualquer ideia de abolicionismo, apontava para a necessidade de reformas, aspecto em que o autor concordou por diversas vezes com as ideias defendidas no discurso, nomeadamente condenando o celibato forçado dos escravos, o «*ruinoso e imoral luxo*», que levava os senhores a terem um grande número de escravos para fins domésticos⁴⁵. As reformas passavam pela revalidação de antigas leis, que limitavam o luxo e aplicação de outras adequadas à situação e que combatessem os erros apontados.

Vejamus a posição de Azeredo Coutinho nesta matéria. A *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos na costa Africana* foi publicada primeiro em Londres (1798) e em 1808 em Lisboa. Dirigindo-se aos seus diocesanos de Pernambuco num estilo simples e claro, como era característico do racionalismo ilustrado, enunciou como objectivos da obra: «... *desmascarar os insidiosos princípios da Seita Filosófica, é apartar do vosso paraíso o pomo da infernal Serpente, é persuadir-vos da obediência às leis, e ao vosso Soberano (...), é persuadir os Senhores a tratar bem os seus escravos*»⁴⁶.

Defensor de um absolutismo esclarecido fundamentou-se nos princípios da superioridade e exclusividade do poder legislativo do soberano. Entendia, por isso, que a necessidade da existência era a suprema lei das Nações e que a justiça das leis humanas não era nem podia ser absoluta, mas sim relativa. Conjugou estes princípios com o direito natural, que mandava ao soberano fazer o maior bem possível à nação em função do estado em que se encontrava. Deste modo, embora reconhecendo que os defensores da abolição da escravatura se fundamentavam no mesmo direito natural: todos nasciam livres e iguais e que no próprio pacto social o homem não prescindia da sua liberdade, o bispo entendia que a lei natural era relativa às circunstâncias e só competia ao soberano ajuizar essas mesmas circunstâncias. Enfim, o seu racio-

⁴³ Idem, p. 92. Veja-se também como se refutam os maus tratos: «*Em cem negros, talvez não haja cinco, que a mofina leve às mãos de homem duro, e insensato; (...) porém o Discurso, diz que só por acaso encontra o escravo um senhor mais humano*». Idem, p. 121.

⁴⁴ Contamos noutra oportunidade fazer uma análise pormenorizada ao texto e à polémica que lhe está subjacente.

⁴⁵ Cfr. Ob. cit., pp. 197-198.

⁴⁶ Ob. cit., p. IV.



cínio jurídico orientou-se nitidamente e também com algum cinismo, pela “teoria do mal menor”: a escravatura era um mal necessário para civilizar e polir os costumes de povos bárbaros, que tinham uma vida miserável e dominada pelos vícios e ociosidade: «*Os Povos Bárbaros não tendo, nem artes, nem ciência, nem indústria; ou não tem algum comércio regulado, ou é tão pequeno, e tão restrito, que não merece o nome de comércio. O seu trabalho não vai acima do simples necessário para as necessidades da vida*»⁴⁷. É o que poderíamos designar como o quadro do “mau selvagem”, em oposição ao mítico bom selvagem de Rousseau aquele que o bispo nos pintou. A razão estava tanto do lado de Rousseau como de Azeredo Coutinho. Nesta matéria, tal como em tantas outras, os extremos tocam-se. Sendo os selvagens homens embrutecidos, que se entregavam à ociosidade e aos abusos, que tinham na satisfação dos seus caprichos a principal regra da vida e das acções, a escravatura podia ser encarada como um mal necessário, uma espécie de expiação ou metamorfose para chegarem à civilização. Foi este o raciocínio de Azeredo Coutinho, atacando as ideias revolucionárias de igualdade e liberdade: «*A natureza não fez as suas obras por salto; ela fez tudo por uma marcha lenta, e progressiva em um tempo proporcionado ao princípio, aumento e declinação (...); é uma loucura só própria dos Filósofos da Revolução, que quiseram reduzir os homens à igualdade, civilizar o mundo inteiro, e fazer em dois dias uma das primeiras obras, que a Natureza só fez no decurso de muitos séculos por caminhos imprevistos à sabedoria humana*»⁴⁸.

Além destes argumentos históricos característicos do pensamento contra-revolucionário, apontou também argumentos económicos para a manutenção da escravatura, indiciando, também neste domínio, anacronismo, pois alguns dos memorialistas seus contemporâneos apontaram a liberdade como factor de progresso e incentivo agrícola⁴⁹. Para o bispo e identificando-se com os interesses dos proprietários das plantações de açúcar e café o fim da escravatura significaria a ruína da agricultura tropical e consequente ruína do comércio português. Defendendo a necessidade histórica e económica da escravatura, apresenta um programa filantrópico para corrigir os abusos que reconheceu existirem no tratamento dos escravos e mesmo um projecto de lei para obrigar os senhores a não abusarem da condição dos escravos.

3. Conclusão

A leitura das obras do bispo de Elvas reflecte um economista atento à conjuntura económica e aos interesses de Portugal. Não constatamos qualquer ideia de independência ou autonomia para o Brasil, o bispo via a *terra da promessa* parte

⁴⁷ Idem, p. 57.

⁴⁸ Ob. cit., p. 63.

⁴⁹ Um deles foi José António de Sá que numas reflexões sobre agricultura apontou como factor para incentivar a fixação de populações o fim do comércio de escravos: “*A mim me parecia uma Política, mais providente, que os Negros da Costa de África fossem transportados para os Brasis para agricultarem as terras, em lugar de vendê-los, do que nos resultariam proveitos muito vantajosos; visto que quadruplicariam bem depressa os produtos da América*”, Biblioteca Pública de Évora, col. Manisola, Cod. 468, fls. 280v.

integrante do território nacional. As diversas leituras que a historiografia tem feito sobre a sua obra coincidem no essencial ao salientar uma defesa dos interesses económicos do Brasil. Pensamos, contudo, que seria bom acrescentar a componente nacionalista que referimos. É bom também não ignorar, como se tem feito nalgumas análises, que a defesa dos interesses dos colonos e produtores brasileiros se conjuga também com a defesa dos índios e naturais do Brasil. Neste domínio e relativamente à escravatura, ainda que demonstrando algum anacronismo, o seu pensamento apontava também para uma via reformista e bem de acordo com as suas palavras: «a natureza não procede por saltos».

Com o nosso texto realçamos a importância que assumiram no pensamento económico de Azeredo Coutinho duas ideias. A primeira a de riqueza, em que concordamos genericamente com as posições de Luís Cardoso e Jorge Pedreira e a segunda a de interesse. O interesse em Azeredo Coutinho está em perfeita sintonia com a ideia defendida por Adam Smith. Nesta concepção o interesse privado é visto como o melhor caminho para o interesse público⁵⁰. Daqui resultou a defesa do individualismo e da liberdade de comércio, pelo menos dentro do mercado interno, resultou também o apelo a uma gradual redução de tributos e o fim de contratos e estancos que sufocavam as actividades económicas.

As ideias económicas de D. José Azeredo Coutinho parecem conduzi-lo a um paradoxo, em parte resultante do peso que atribui às questões políticas do momento. Defensor da liberdade económica era também defensor do absolutismo; um inquisidor defendendo a liberdade do comércio interno e o fim dos monopólios, mas lutando contra a igualdade civil e a liberdade dos escravos, de religião e de expressão. Contudo, o paradoxo pode muito bem ser produto das nossas leituras, pois o que as obras de D. José revelam é alguém empenhado em defender o interesse, entenda-se a vantagem económica, de Portugal e suas colónias, enunciando as ideias de forma clara e convencido que com a instrução, ou com essa luz, ajudava os seus compatriotas a evitar os obstáculos e erros característicos daqueles que se fiavam na aparência. Terá residido aqui o anacronismo do bispo de Elvas que, como bom observador da natureza, esqueceu que as ideias quando surgem são como o grão de mostarda e só com o tempo revelam as suas reais potencialidades.

Uma última nota para referir uma reflexão filosófica. A estranheza que nos pode causar a defesa do comércio dos escravos ou até a indiferença de muitos perante um problema tão grave da humanidade, fez-nos pensar que, ontem como hoje, a hipocrisia dos países civilizados, que podemos considerar baseada em interesses egoístas, funcionou como bloqueio a uma verdadeira aproximação entre os povos. Nesta linha de ideias as posições de Azeredo Coutinho, ou dos indiferentes ao problema dos negros, vistas por um bom observador social, assemelham-se às que hoje os

⁵⁰ Veja-se sobre a ideia de interesse, Albert HIRSCHMAN, *As paixões e os interesses. Argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo*, Lisboa, Bizâncio, 1997. A edição inglesa data de 1977. Contámos em próximo trabalho aprofundar a ideia de interesse no discurso da ilustração portuguesa em finais do Antigo Regime.



homens de Estado e as elites intelectuais dos países de luxo assumem – umas vezes pela palavra outras pelo silêncio – sobre os problemas constantes do continente africano. Com efeito, a África transformou-se em palco quase diário de tragédia para milhões de seres humanos. Tragédia a que assistimos sentados na poltrona da nossa indiferença. Ontem como hoje a hipocrisia continua a estar na ordem do dia. Pensamos que a ciência económica pode contribuir para denunciar mais esse erro grosseiro que consiste em considerar que o nosso luxo só pode ser construído aumentando a infelicidade dos outros⁵¹.

⁵¹ Voltaremos a esta questão em próxima oportunidade.



Cerâmicas dos Séculos XVII e XVIII de Vialonga

Introdução

Por a matéria-prima que constitui a cerâmica ser extremamente plástica - a argila - esta pode adaptar-se aos mais variados gostos, estilos, correntes e até modas. Com efeito, desde que foi descoberto o processo da sua cozedura, nunca cessou de mudar de formas e tipologias.

Devido à especificidade destas tipologias consoante as épocas e as culturas é possível muitas vezes utilizar (na Arqueologia) a cerâmica como "*fóssil director*" e como documento primordial para o estudo dessas mesmas culturas dentro dos mais variados parâmetros.

Dentro desta temática é possível encontrar várias hipóteses de análise possíveis: pasta, elementos não plásticos, engobes, decoração, técnicas de fabrico, etc. Estes elementos são muito importantes na determinação do tipo de cerâmica e na sua eventual inserção cronológico-contextual.

Se é verdade que a cerâmica é um importante documento arqueológico, não é menos verdade que constitui um "mundo" à parte passível de levantar problemas com uma certa relevância. A datação é bastante fácil no que diz respeito a tipologias bem definidas, porém, já o não é se tivermos em conta que muitas vezes determinadas formas e técnicas sobrevivem no tempo, passando de geração em geração e de cultura para cultura. Isto acontece frequentemente com as cerâmicas de uso comum, sobretudo as compreendidas no largo período que vai da Alta Idade Média ao século XVIII (nada mais, nada menos do que cerca de 1200 anos), muitas vezes com grandes dificuldades de datação quando não encontradas num contexto arqueológico preciso. As faianças ou as porcelanas, por exemplo, têm grandes possibilidades de inserção cronológica e até de isolamento dos centros produtores, mas o grosso das cerâmicas utilizadas quotidianamente, constituído em grande parte por louças de barro grosseiro, quando muito vidrado, afigura-se como uma verdadeira lacuna.

A isto acresce o relativo desinteresse que os investigadores revelavam pela Arqueologia do período Moderno, só há algum tempo levada a efeito em termos práticos, principalmente em ambientes urbanos.



Deste modo, pretendo apresentar aqui um trabalho que permita tocar, embora superficialmente, a temática das cerâmicas dos séculos XVII e XVIII.

Neste período desenvolveu-se e diversificou-se bastante a produção de cerâmica de todos os géneros, desde as referidas faianças até ao azulejo (no seguimento do século anterior) bem como outros tipos, de fabrico local, menos requintados, mas com variações bastante criativas ao nível das formas e dos vidrados. As importações atingiram volumes consideráveis, proporcionais à sua ampla difusão, como é o caso das porcelanas, trazidas em grandes quantidades do Oriente, encontram-se em todos ou quase todos os locais com ocupação entre os séculos XVII e XVIII.

A Estação Arqueológica de Vialonga II

As cerâmicas aqui estudadas são provenientes de recolhas superficiais esporádicas entre Julho de 1995 e Maio de 1997, incidindo no lugar de Vialonga, situado a cerca de dois quilómetros de Muge. Foram motivadas pelo aparecimento de numerosos materiais decorrentes do arranque de uma vinha existente anteriormente.

Esta estação está implantada numa pequena elevação à cota máxima de dezanove metros acima do nível médio do mar¹, a uma distância de cerca de duzentos metros das margens do paul da Casa Cadaval (também conhecido como Paul do Duque).

O local tem vestígios de ocupação humana muito remotos, como aliás se pode verificar em toda a área envolvente. Daí foi possível recolher alguns seixos afeiçãoados de aparência paleolítica ou posterior, uma pequena enxó de anfibolite e vários fragmentos de cerâmica datável de entre o Calcolítico e a Idade do Bronze.

Provavelmente da primeira Idade do Ferro é uma grande conta de pasta vítrea multicolor fragmentada, com paralelos numa outra, inteira, encontrada no castro de Sabroso durante a década de trinta².

Respeitantes à Época Romana há poucos materiais, que se resumem apenas a uma asa de ânfora e a poucos pedaços de *tegulae*.

A mais antiga referência ao sítio de Vialonga surge inserta no Numeramento de 1527, aludindo a existência de uma pequena aldeia – “Tem hua povoaçam que se chama Villa llonga quatro tiros de besta ao sueste”³ – na altura com dezasseis moradores. A localização fornecida é errada, porque ficava a nordeste de Muge e não a sueste.

A aldeia ter-se-á organizado em redor ou nas proximidades da ermida de S. João Baptista, no século XVIII já em ruínas⁴, e deve ser bastante anterior ao primeiro quartel do século XVI e não é de estranhar que seja mesmo dos fins do século XIV, no contexto da Lei das Sesmarias, tendo em consideração uma carta de

¹ Carta Militar de Portugal. N.º 377, Serviço Cartográfico do Exército, 1970.

² SILVA, Rosas da – “Conta de vidro policromo encontrada no castro de Sabroso”, *Revista de Guimarães*, Guimarães, vol. 46, fasc. 1, 1934, pp. 119-121.

³ COLLAÇO, João Tello de Magalhães – *Cadastro da população do Reino (1527): Actas das Comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Lisboa, Tip. da Imprensa Nacional de Publicidade, 1929, p. 75.

⁴ A.N.T.T., *Dicionário Geográfico de Portugal*, vol. 25. Memória 225.



privilégio de D. Fernando, datada de nove de Agosto de 1376⁵, concedendo mercês aos que morassem continuamente no paul de Muge, entretanto dividido em sesmarias.

Em 1758 a aldeia de Vialonga tinha, além da referida ermida em ruínas, seis fogos e vinte pessoas, conforme o indicam as memórias paroquiais de Muge⁶.

Porém, a estação onde foram recolhidas as cerâmicas não coincide exactamente, mas fica a cerca de duzentos metros para oeste da anterior. Por este motivo atribuí-lhe a designação de Vialonga II; embora não faça parte do núcleo principal da aldeia desaparecida, estava a ela agregada e ainda hoje é habitual chamar indistintamente Vialonga a toda esta zona.

A estação corresponde possivelmente a um casal relativamente abastado (a julgar pela diversidade e quantidade de materiais dispersos) que partilhou da mesma sorte da aldeia, ou seja, foi bastante próspero entre os séculos XVI e XVIII, mas viria a ser abandonado nos fins do século XVIII ou princípios do XIX.

Sem contar com a cerâmicas, tratadas adiante com maior minúcia, a estação forneceu alguns fragmentos de recipientes de vidro, várias pequenas fivelas, botões metálicos e uma moeda de D. Pedro II cuja data é ilegível.

Análise das Cerâmicas

1. Faiança

A faiança é uma variedade de cerâmica fabricada a partir da mistura de argila plástica com carbonato de cálcio (marga), a qual é posteriormente coberta por um vidro branco opaco composto por óxidos de estanho, podendo receber ou não pintura.

Começou a ser fabricada em Portugal pelo menos desde a segunda metade do século XVI, com o nome de “louça branca” ou “louça branca de Talavera”⁷ porque manufacturadas à semelhança das louças enviadas de Talavera de la Reina para Portugal e para o Oriente no tempo de Filipe I^o (II de Espanha).

Entre os séculos XVII e XVIII a produção de faiança atingiu proporções notáveis, suscitando numerosas exportações para o exterior e animando francamente os mercados regionais. Lisboa afirmou-se como um dos grandes centros produtores (especialmente a freguesia de Santos-o-Velho)⁸, seguida por Coimbra e já no século XVIII pelo Porto e Viana do Castelo.

As faianças são muito abundantes em Vialonga, de procedências mais ou menos diversificadas, havendo um claro predomínio das formas abertas, representadas por pratos (figuras 5, 9, 10 e 11), tigelas e taças (figuras 1, 2, 13, 18 e 21) ou grandes malgas (figuras 18, 19 e 20). Destinavam-se sobretudo para servir à mesa.

⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, L.º 1, fl. 196-v.

⁶ A.N.T.T., *Dicionário Geográfico de Portugal*, vol. 25, Memória 225.

⁷ SANDÃO, Artur – *Faiança Portuguesa: séculos XVIII e XIX*. S.l., Livraria Civilização, s.d., p. 30.

⁸ *Idem*, p. 33.

⁹ MANGUCCI, António Celso – “Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados do século XVI aos meados do século XVIII”, *Al-Madan*, 2.ª Série, Almada, N.º 5, 1996, pp. 155-168.



Os programas decorativos baseiam-se em duas cores de base: o azul de cobalto e a cor de vinho do manganés. Ambas podem aparecer isoladas ou formando composições mistas. Dentro deste segundo tipo temos as *contas* (figuras 2, 3, 4 e 5), que consistem em duas ou mais fiadas de peltas pintadas a cor-de-vinho, preenchidas com manchas azuis; os *aranhões* (figura 6), compostos por um óvulo com contorno a cor-de-vinho e preenchimento interno a azul, do qual saem várias ramificações que se emaranham, sugerindo patas de aranhas; e as *rendas* (figura 9), também de contornos a cor-de-vinho, habitualmente com linhas a azul pintadas internamente, fazendo lembrar faixas de renda recortadas. Estes três tipos não são autónomos só por si, mas servem normalmente como cercaduras ou cintas a outras composições mais elaboradas, sendo muito comuns no século XVII.

As pastas, por seu turno, são muito homogéneas independentemente do local de proveniência. Todas apresentam invariavelmente uma tonalidade bege com elementos não plásticos de grão muito fino, quase imperceptíveis a olho nu.

Classificável com segurança do século XVII (primeira metade), há ainda um fragmento de fundo de um prato (figura 10) de tema oriental, pintado igualmente a cor-de-vinho e azul, mas de desenho mais fino e cuidado que os anteriores (*desenho miúdo*).

Aparte estas variedades decorativas, há ainda outras menos elaboradas, formando linhas concêntricas a azul ou a duas cores (figuras 20 e 21), jogos de traços horizontais e oblíquos (figuras 18 e 19) e ainda combinações de linhas curvas simples (figuras 13 e 15) ou sugerindo ingenuamente motivos fitomórficos (figuras 11 e 12). Oscilam certamente entre os séculos XVII e XVIII, mas é difícil precisar a data com segurança.

2. Porcelana

Produzida pela primeira vez na China, a porcelana permaneceu um enigma na Europa até à segunda metade do século XVI, quando em 1559 Frei Gaspar da Cruz descreve o seu processo de fabrico¹⁰. Contudo, foi ignorado e as primeiras tentativas de produção europeia com sucesso só foram encetadas no século XVIII.

A porcelana obtém-se pela vitrificação da pasta de caulino (silicato de alumínio hidratado, com associações de mica branca e sílica) a temperaturas da ordem dos 1300°C, seguindo-se uma operação de desengorduramento e o revestimento com sílica e feldspato.

Foi importada da China nos fins do século XV, aumentando gradualmente o seu volume nos séculos XVI e XVII, sob a dinastia Ming (1368-1644).

Com a queda da dinastia Ming, as manufacturas chinesas de porcelana deixaram de laborar e só reabriram por volta de 1683, mas com maior vigor. Surgem novas formas e multiplicam-se as cores. O azul de cobalto é explorado numa grande variedade de tons, aperfeiçoando o que já vinha da dinastia anterior.

¹⁰ QUEIRÓS, José – *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. (Org. e notas de José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto), Lisboa, Ed. Presença, 1987, pp. 157-161.

Em Portugal, a primeira peça em que foi empregue o caulino foi moldada em 1773 pelo brigadeiro Bartolomeu da Costa, colaborador de Machado de Castro na fundição da estátua de D. José I¹¹.

Os escassos fragmentos de porcelana encontrados em Vialonga correspondem a formas abertas (figuras 24 e 25) com ornamentação tipicamente oriental pintada a azul com o respectivo *degradé*. A primeira é um fragmento de prato de bordo ondulante com traços muito finos a azul, representando motivos de natureza fitomórfica muito estilizados. A segunda corresponde ao fundo de um prato com parte de um dragão desenhado. Ambas devem datar dos fins do século XVII ou já do século XVIII.

3. Cerâmica Comum

As cerâmicas comuns de Vialonga, a julgar pelas pastas na sua maioria claras, é bem provável que não fossem todas feitas em Muge, porque os barreiros com tipo de argila não são muito abundantes. Ou então a argila era trazida de outros locais nomeadamente da região do Cartaxo, bastante mais rica neste tipo de matéria-prima, muito embora ainda há alguns anos as olarias de Muge utilizassem deste tipo de barro, de proveniência local, para moldar peças de pequeno formato.

Estas cerâmicas adaptam-se principalmente a um uso doméstico pouco requintado como a confecção de alimentos e a preparação do pão. Assim, destacam-se os pequenos alguidares (figuras 26, 27 e 28), as tigelas de tender (figura 30) com o característico pé anelar, os tachos (figura 31) e as frigideiras (figura 29?), para cozinhar directamente sobre o fogo.

Devido à utilização que lhes era conferida, estas peças eram normalmente vidradas, de que as de Vialonga não são excepção. Em recipientes como os tachos e as frigideiras, cuja finalidade lhes proporcionava uma vida útil curta, o vidro não necessitava de ser muito cuidado, bastava uma impermeabilização simples e transparente com zarcão (óxido de chumbo, de coloração vermelha antes da cozedura).

Nos alguidares ou outros artigos cuja actividade era bastante mais prolongada e fisicamente menos degradante, houve um maior cuidado na preparação dos vidrados. O verde, feito a partir da mistura de óxidos de cobre com zarcão, ou as cores meladas, obtidas através da introdução de óxido de ferro no zarcão, do qual é possível ver pequenos grânulos castanhos.

Houve também o cuidado de seleccionar as pastas consoante o tipo de peça: as que se destinavam ao fogo apresentam uma coloração vermelha-tijolo e são mais refractárias, as restantes são bastante mais claras.

4. Azulejo

De Vialonga foi possível recolher um fragmento de azulejo (figura 23), fabricado numa pasta rosada, decorado a azul e amarelo. Conserva ainda parte do limite

¹¹ Idem.



superior e aparenta ser, pelo tipo de composição, um azulejo de cercadura de um painel de padrão tipo “tapete”, muito em voga na primeira metade do século XVII¹².

5. Cachimbos

Há ainda a referir o achado de dois fragmentos de pipa de cachimbo em cerâmica de pasta branca muito depurada, possivelmente caulino, também muito apreciados no século XVII, sobretudo na primeira metade¹³.

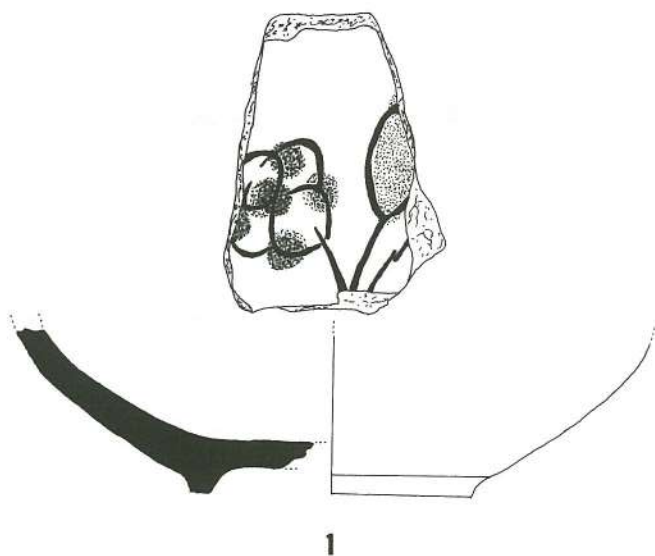
Descrição Sumária das Peças Ilustradas

Taça

Fragmento correspondente ao fundo e parte da parede. Pasta bege com e.n.p.¹⁴ de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pinturas de carácter floral a cor-de-vinho e azul.

Diâmetro do fundo – 54 mm.

Cronologia – séc. XVII.



COR-DE-VINHO



AZUL

0 5

¹² MECO, José – *O azulejo em Portugal*. Lisboa, Publ. Alfa, 1983.

¹³ *Subterranean Lisbon*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, p. 253.

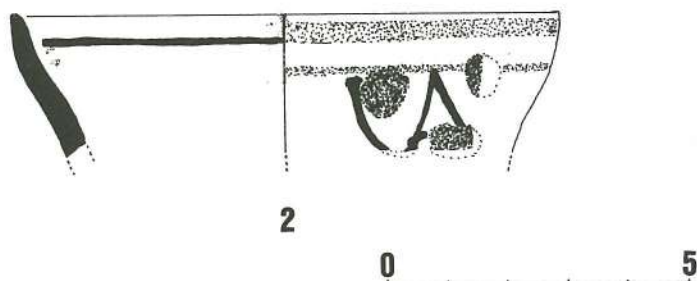
¹⁴ Elementos não plásticos.

Taça

Fragmento do bordo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pintura tipo contas a cor-de-vinho e azul, demarcada por duas linhas a azul e no interior com linha cor-de-vinho.

Diâmetro do bordo - 91 mm.

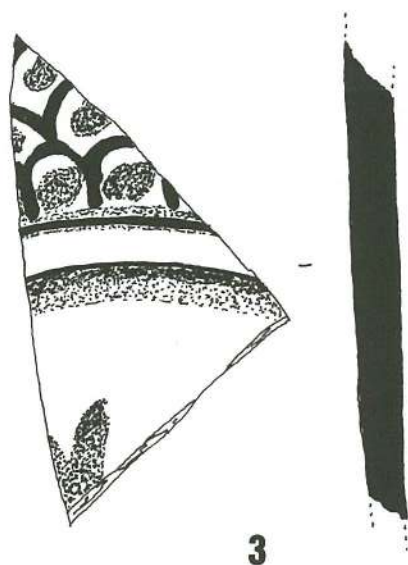
Cronologia - séc. XVII.



Prato

Fragmento do fundo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado estanífero com pintura tipo contas a cor-de-vinho e azul, com demarcação inferior com filetes a azul e cor-de-vinho, apresentando alguns traços a azul que sugerem composição fitomórfica.

Cronologia - séc. XVII.



COR-DE-VINHO



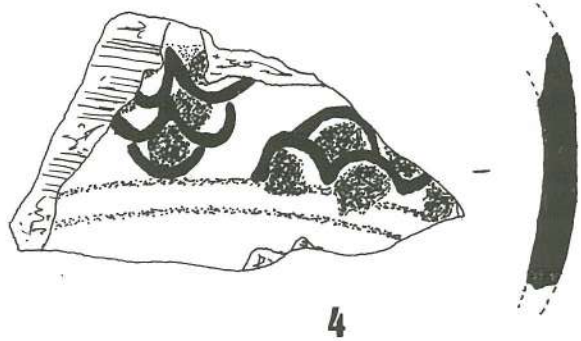
AZUL



Taça

Fragmento de parede. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado estanífero em parte destacado do suporte, com pintura tipo contas a azul e cor-de-vinho, delimitada inferiormente por dois filetes a azul.

Cronologia – séc. XVII.



COR-DE-VINHO



AZUL

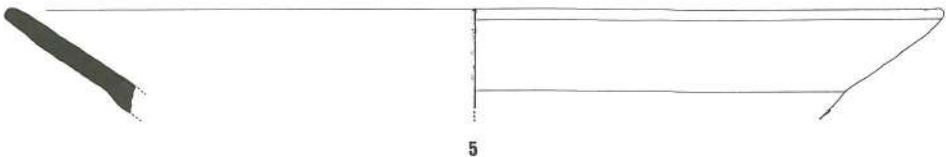


Prato

Fragmento do bordo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pintura tipo contas a cor-de-vinho e azul, demarcada inferior e superiormente por linhas destas duas tonalidades.

Diâmetro do bordo – 262 mm

Cronologia – séc. XVII.



COR-DE-VINHO



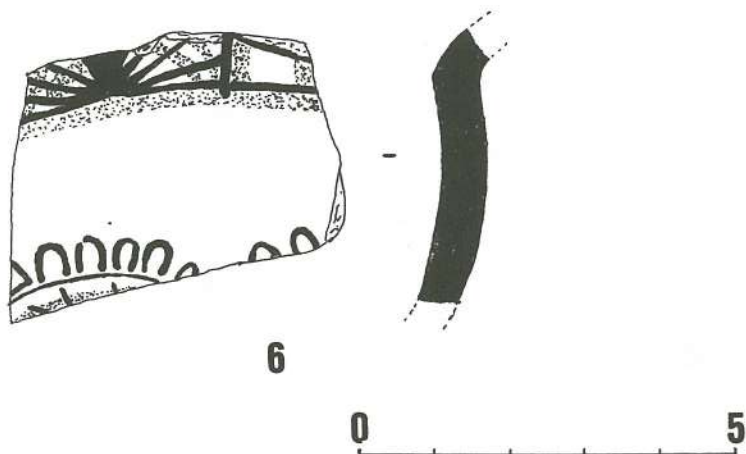
AZUL



Prato

Fragmento da parede. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado estanífero espesso, com pintura tipo rendas a cor-de-vinho com alguns traços a azul.

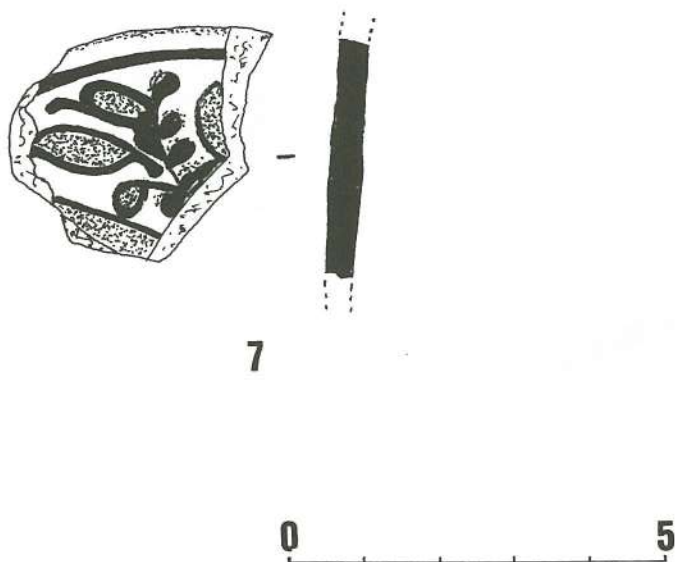
Cronologia – séc. XVII.



Prato

Fragmento do fundo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com composição fitomórfica a azul e cor-de-vinho.

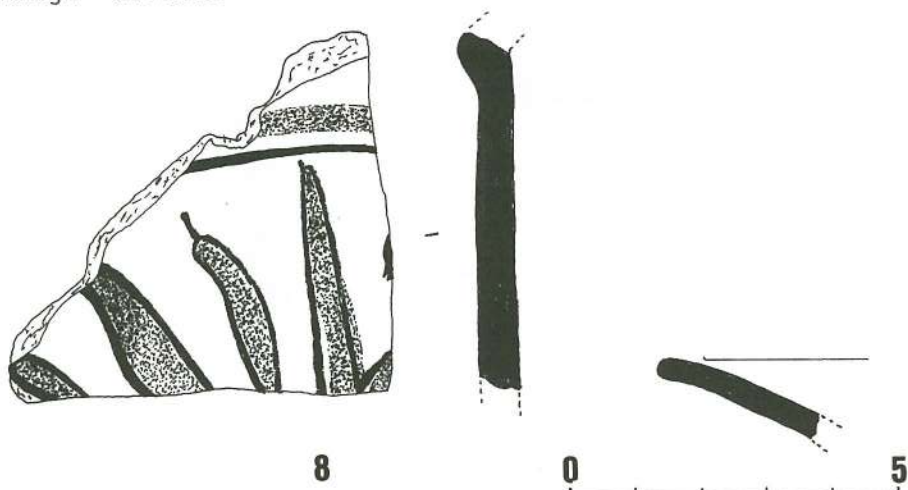
Cronologia – séc. XVII.



Prato

Fragmento de fundo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado estanífero com composição fitomórfica a azul e cor-de-vinho encimada por duas linhas das mesmas tonalidades.

Cronologia – séc. XVII.

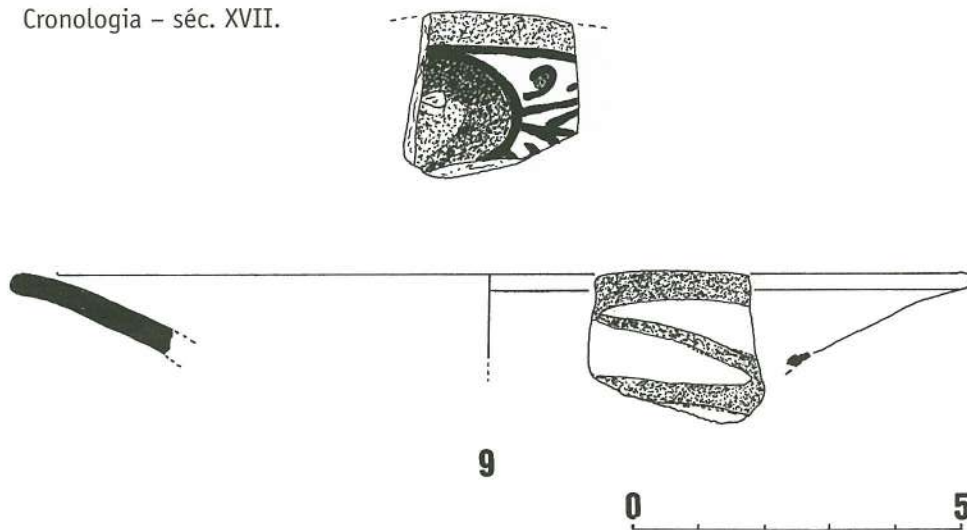


Pequeno prato

Fragmento do bordo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pintura tipo aranhões a azul e cor-de-vinho, com o limite superior definido por duas linhas justapostas das mesmas tonalidades. Decorado exteriormente por linhas a azul formando um "Z" invertido.

Diâmetro do bordo – 146 mm.

Cronologia – séc. XVII.

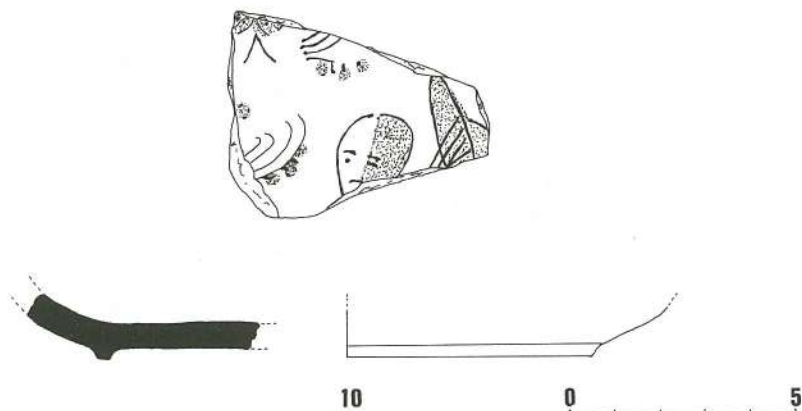


Prato

Fragmento de fundo com arranque da parede. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pintura de desenho miúdo representando parte de uma figura oriental com guarda-sol e elementos fitomórficos finos a azul e cor-de-vinho.

Diâmetro do fundo – 109 mm.

Cronologia – primeira metade do séc. XVII.

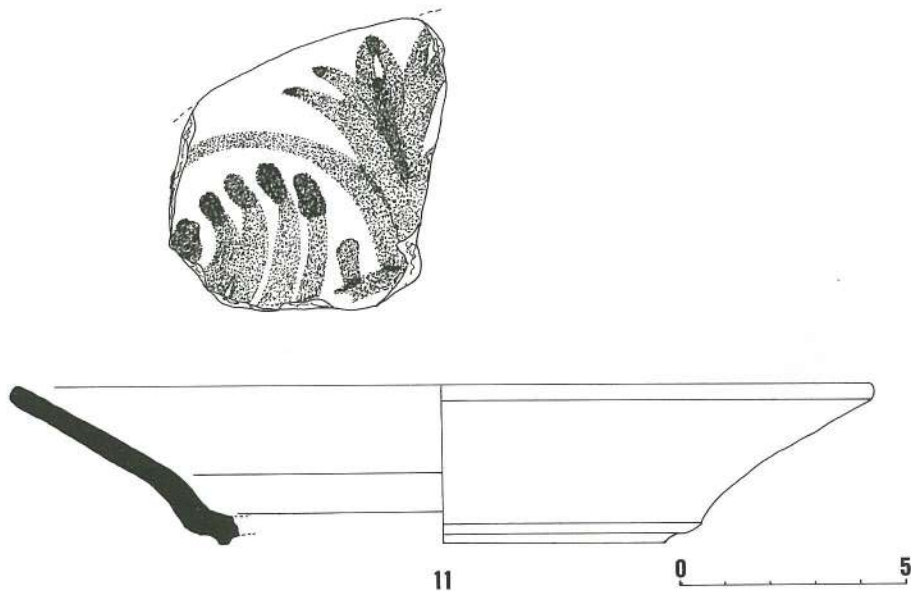


Prato

Fragmento incluindo o bordo e parte do fundo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pintura a azul, formando desenho de inspiração fitomórfica.

Diâmetro do bordo – 191 mm.

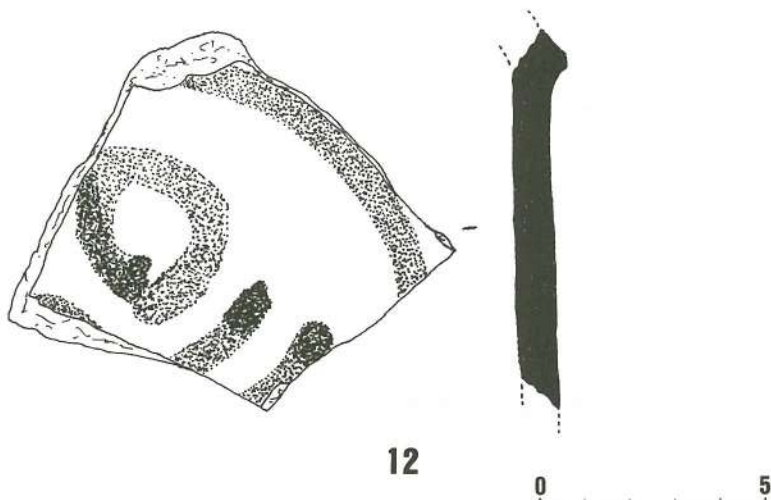
Cronologia – entre o séc. XVII e a primeira metade do séc. XVIII.



Tigela?

Fragmento do fundo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pintura a azul sugerindo uma palmeta.

Cronologia – entre o séc. XVII e a primeira metade do séc. XVIII.

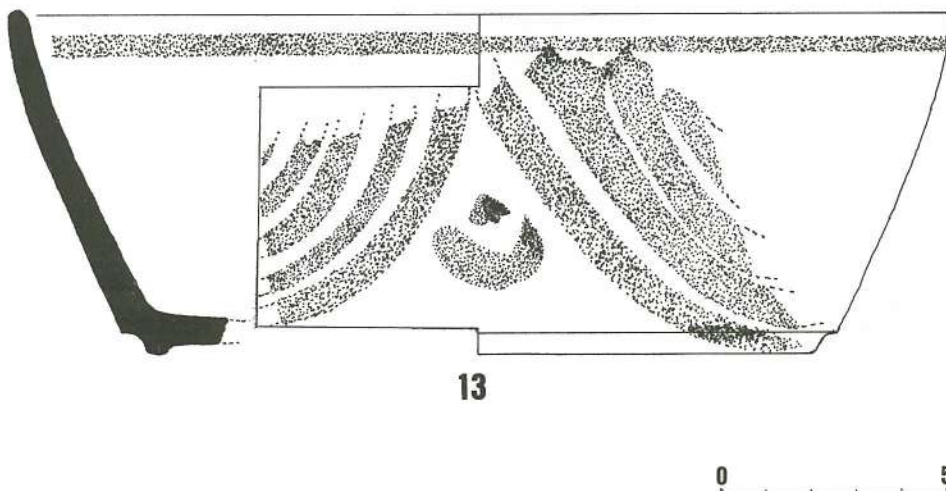


Tigela

Fragmento do bordo com parte do fundo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pinturas com base em linhas curvas a azul, limitadas superiormente por um filete a azul, que se repete no interior.

Diâmetro do bordo – 147 mm.

Cronologia – entre o séc. XVII e a primeira metade do séc. XVIII.

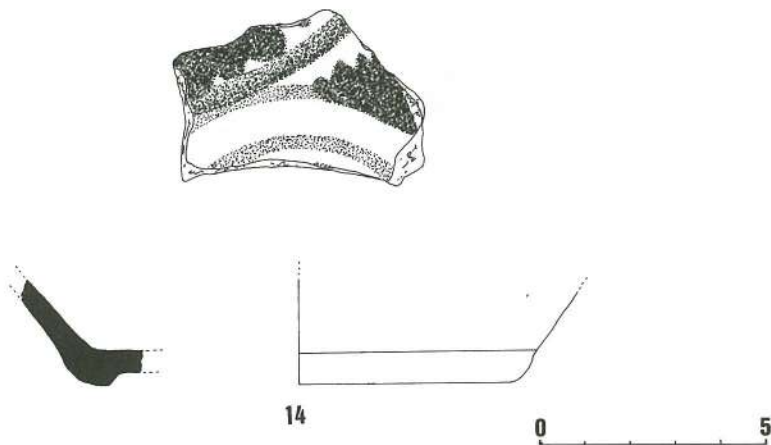


Prato?

Fragmento de parede com parte do fundo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pintura a azul, de duas tonalidades, descrevendo uma linha oblíqua ladeada por denteados, delimitados inferiormente por dois traços concêntricos.

Diâmetro do fundo – 95 mm.

Cronologia – entre o séc. XVII e a primeira metade do séc. XVIII.

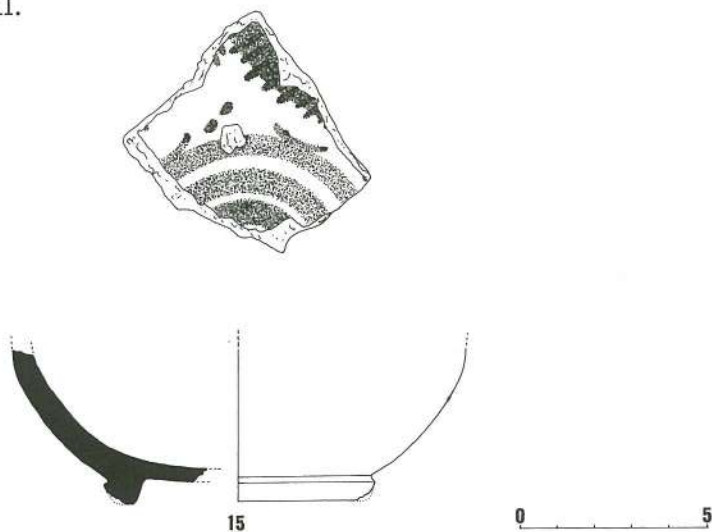


Taça

Fragmento de parede com parte do fundo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero pouco espesso e com muita pátina. Pintura a azul descrevendo três círculos concêntricos aos quais se sobrepõe obliquamente um denteado.

Diâmetro do fundo – 67 mm.

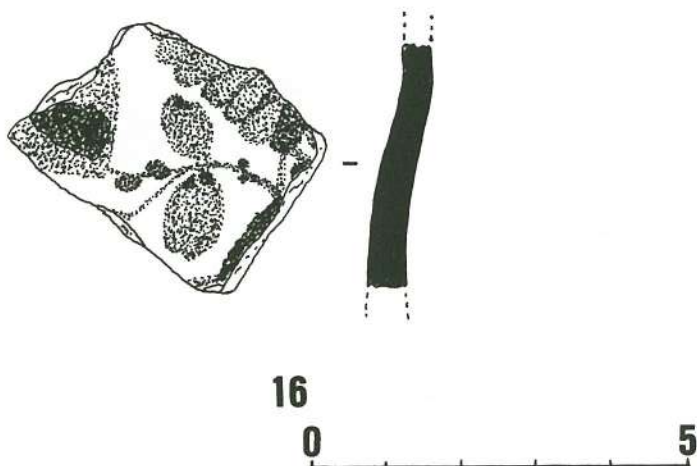
Cronologia – séc. XVII.



Peça indeterminada

Fragmento de parede. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pinturas de carácter floral a azul.

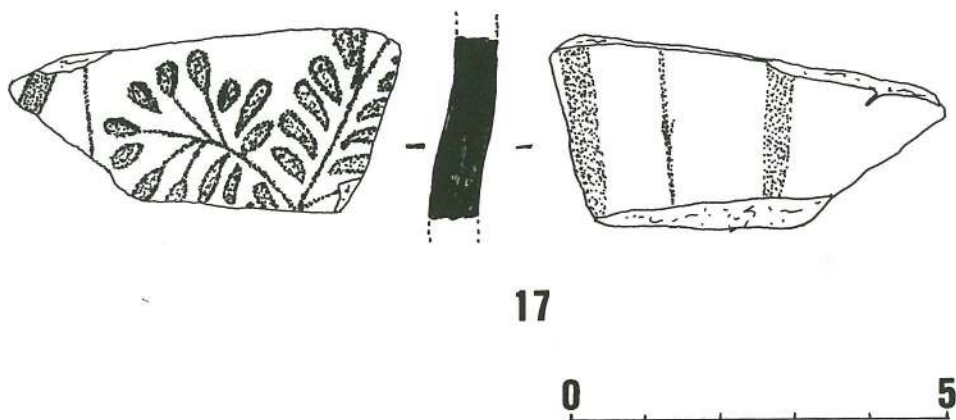
Cronologia – séc. XVIII.



Prato

Fragmento de parede. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com ramagens pintadas a azul. Apresenta três traços da mesma cor no lado exterior.

Cronologia – séc. XVIII.

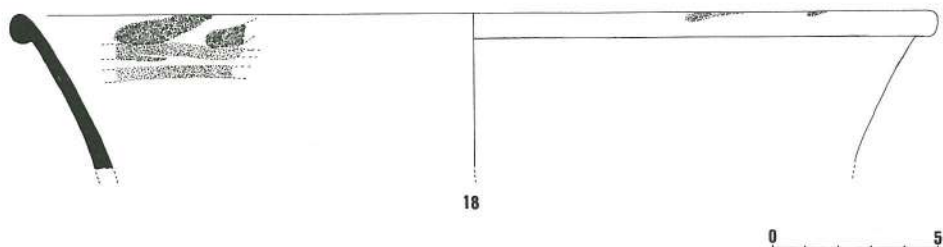


Malga

Fragmento de bordo. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com orla pintada a azul-acinzentado consistindo na associação de duas linhas horizontais paralelas interseccionadas por traços oblíquos.

Diâmetro do bordo – 282 mm.

Cronologia séc. XVIII.

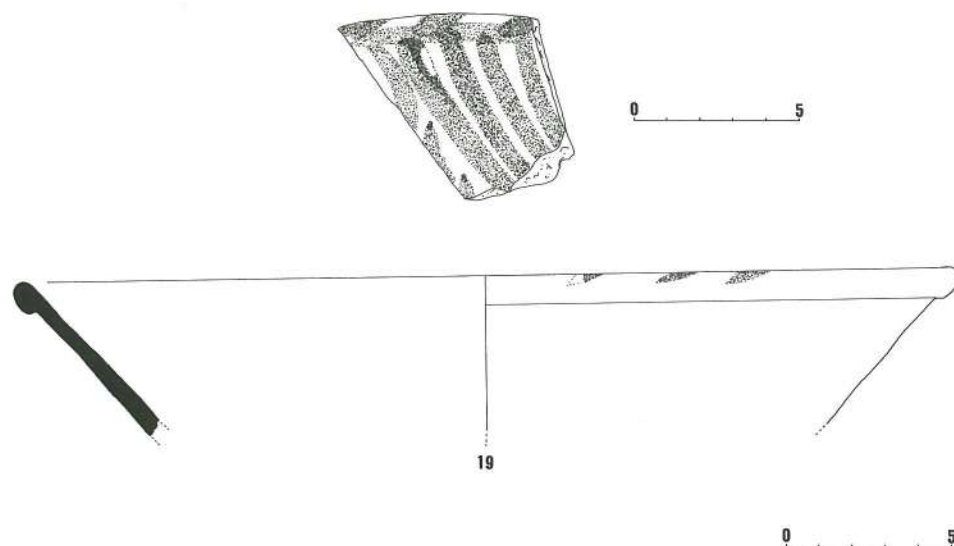


Malga

Fragmento de bordo com parte da parede. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero com pintura similar à anterior, embora a azul mais vivo e combina traços longos ligeiramente oblíquos que preenchem toda a face interna.

Diâmetro do bordo – 287 mm.

Cronologia – séc. XVIII.

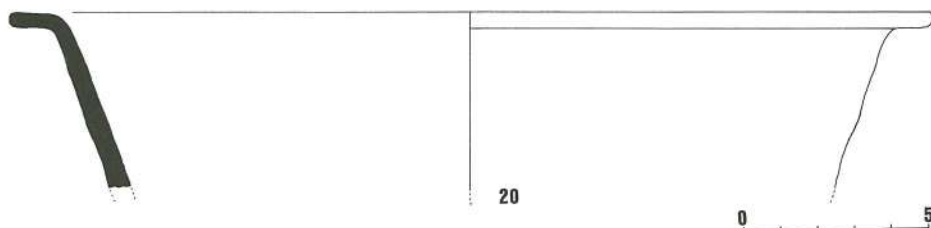
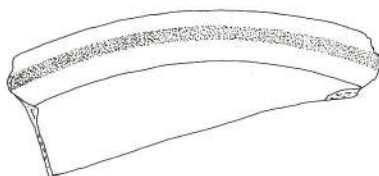


Malga

Fragmento de bordo extrovertido plano com parte da parede. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero espesso com linha a azul na área plana do bordo.

Diâmetro do bordo – 249 mm.

Cronologia – séc. XVIII.

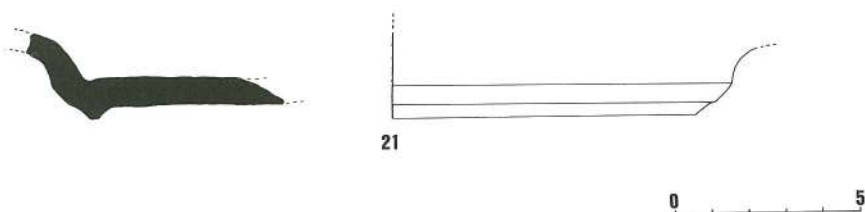
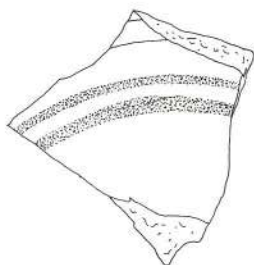


Prato

Fragmento do fundo com arranque da parede. Pasta bege com e.n.p. de grão muito fino. Vidrado branco estanífero espesso com granulósidades no interior e duas linhas azuis paralelas.

Diâmetro do fundo – 164 mm.

Cronologia séc. XVIII.

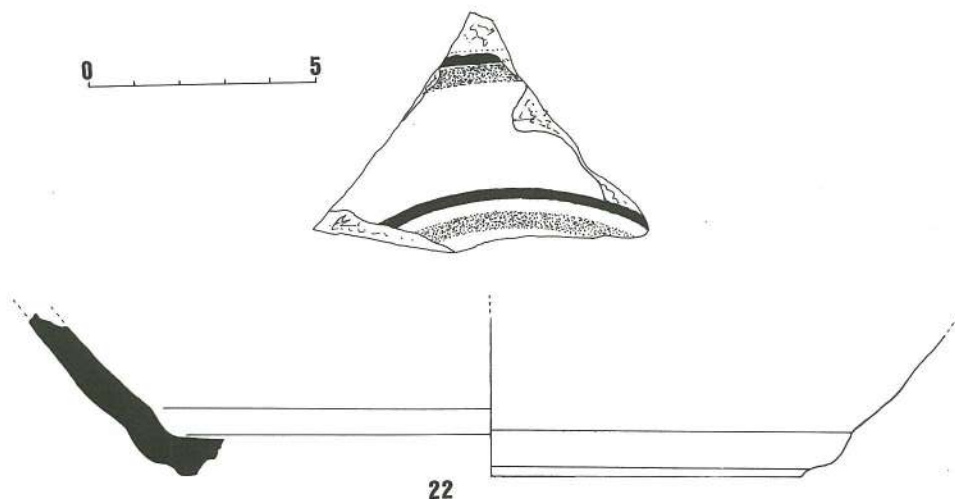


Prato

Fragmento da parede com parte do fundo. Pasta bege com e.n.p. muito finos. Vidrado branco estanífero com duas séries de filetes azuis e cor-de-vinho justapostos.

Diâmetro do fundo - 136 mm.

Cronologia - séc. XVII?

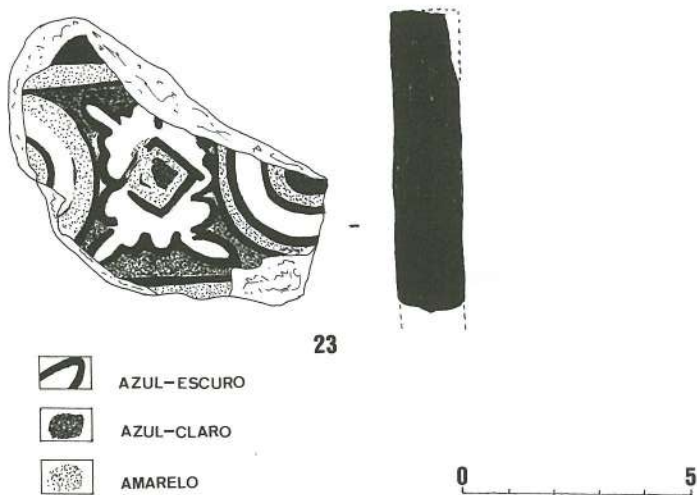


Azulejo

Fragmento de azulejo possivelmente de cercadura de painel. Pasta rosada com e.n.p. relativamente finos.

Vidrado branco estanífero de padrão tipo tapete pintado a azul e amarelo.

Cronologia - primeira metade do séc. XVII.

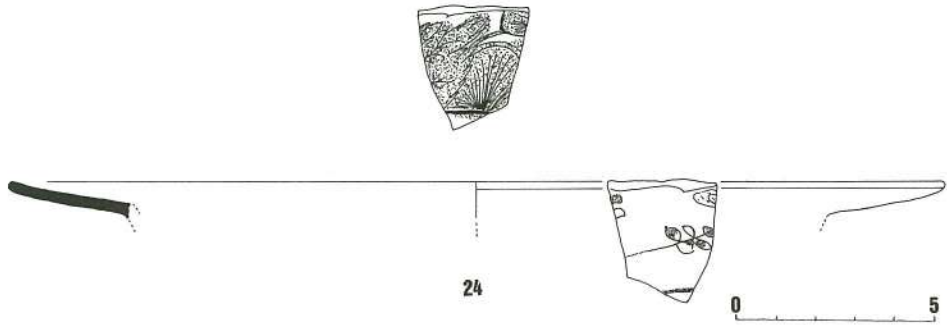


Prato

Fragmento de bordo ondulado. Pasta branca de caulino vitrificado sem e.n.p. Vidrado incolor de sílica com pinturas muito finas a azul de carácter fitomórfico no interior e exterior da peça.

Diâmetro do bordo – 237 mm.

Cronologia – dos finais do séc. XVII à primeira metade do séc. XVIII.

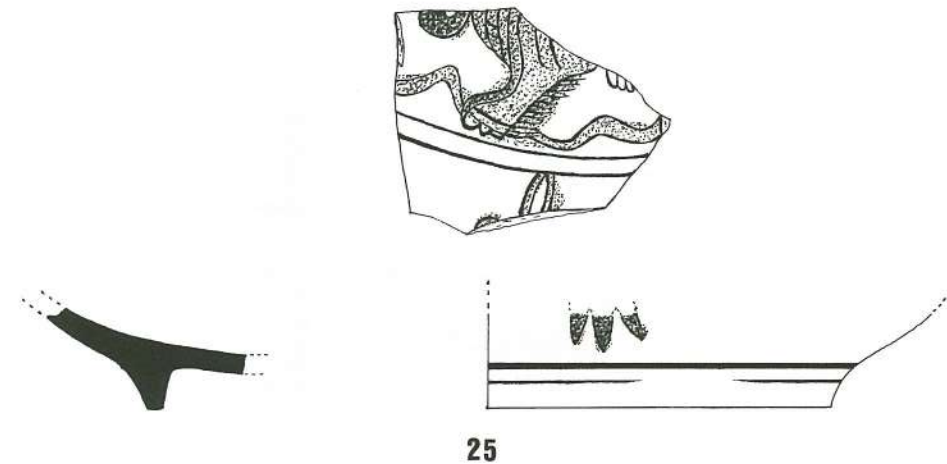


Prato

Fragmento de fundo com pé anelar e arranque da parede. Pasta de caulino vitrificado sem e.n.p. Vidrado de sílica incolor com pintura a azul no interior sugerindo um dragão. No exterior, linhas paralelas com parte de composição possivelmente de carácter fitomórfico.

Diâmetro do pé – 126 mm.

Cronologia – dos finais do séc. XVII à primeira metade do séc. XVIII.



 AZUL - ESCURO

 AZUL - CLARO

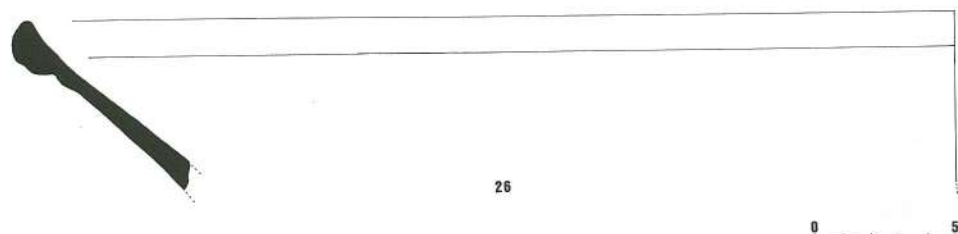
0 5

Alguidar

Fragmento de bordo. Pasta branca com e.n.p. finos com alguns grãos de quartzo. Vidrado internamente a verde de zarcão e óxido de cobre.

Diâmetro do bordo - 666 mm.

Cronologia - sécs. XVII-XVIII.

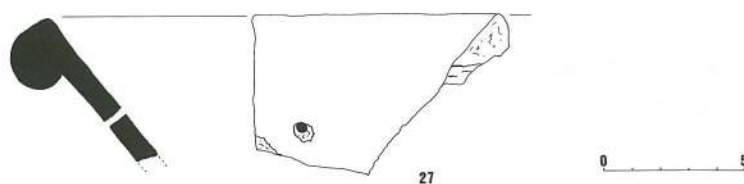


Alguidar

Fragmento de bordo com orifício para gato. Pasta bege com e.n.p. de grão fino. Vidrado espesso no interior, de cor verde-escura (zarcão e óxido de cobre).

Diâmetro do bordo - 450 mm.

Cronologia - sécs. XVII-XVIII.



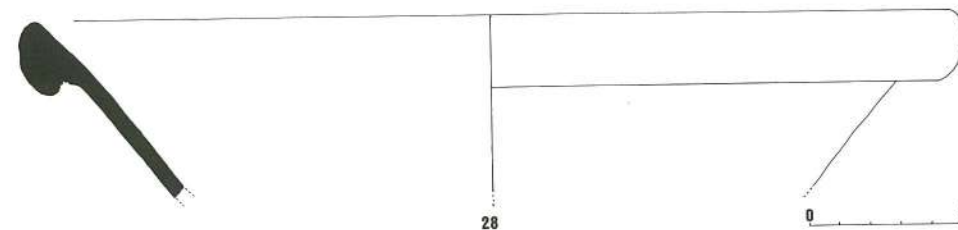
Alguidar

Fragmento de bordo. Pasta rosada com e.n.p. na generalidade muito finos, embora com algumas concreções avermelhadas e poucos grãos de quartzo.

Vidrado internamente a transparente (zarcão) com pequenos grãos de manganés e manchas verdes de óxido de cobre.

Diâmetro do bordo - 306 mm.

Cronologia - sécs. XVII-XVIII.

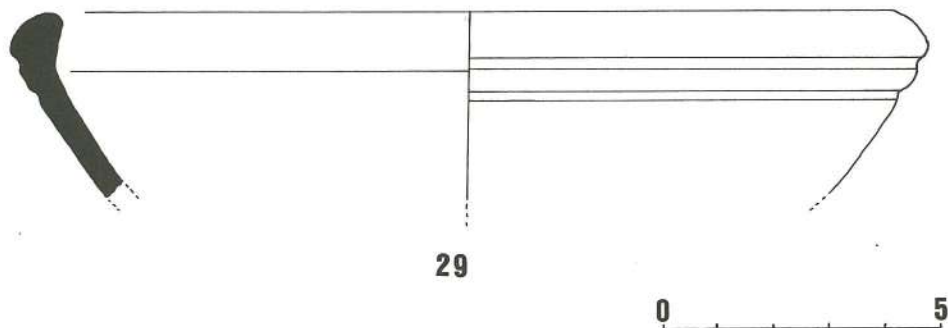


Frigideira?

Fragmento do bordo com duas caneluras e sinais de fogo. Pasta alaranjada escura com e.n.p. de grão fino. Vidrado interno transparente de zarcão.

Diâmetro do bordo – 164 mm.

Cronologia – sécs. XVII-XVIII.

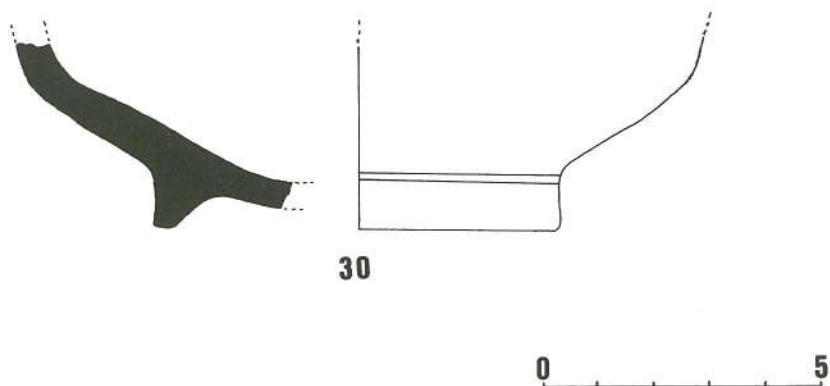


Tigela de tender.

Fragmento do fundo com parte da parede e pé anelar. Pasta rosada com e.n.p. de grão fino. Vidrado interno amarelo-acastanhado de zarcão e manganês, do qual se podem observar pequenos grânulos castanhos.

Diâmetro do pé – 73 mm.

Cronologia – sécs. XVII-XVIII.

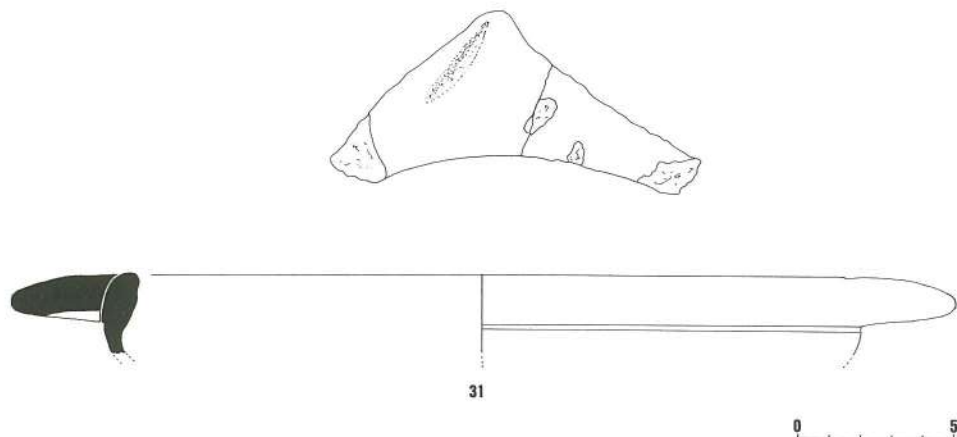


Tacho

Fragmento de bordo com pega triangular inclusa no mesmo e com sinais de fogo. Pasta cor de tijolo com e.n.p. de grão fino e núcleo negro. Vidrado interno transparente de zarcão.

Diâmetro do bordo s/pega – 233 mm.

Cronologia – sécs. XVII-XVIII.

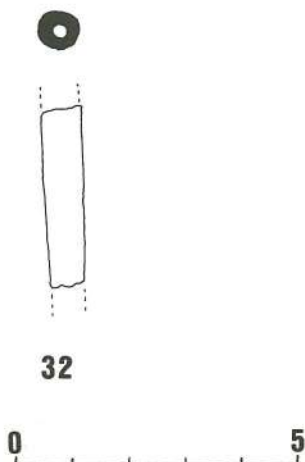


Pipa de cachimbo

Secção de pipa de cachimbo. Pasta branca (caulino) sem e.n.p. É visível a área de colagem do molde. Orifício excêntrico.

Diâmetro médio – 7 mm.

Cronologia – primeira metade do séc. XVII.

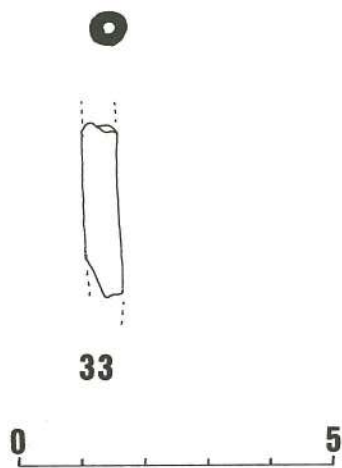


Pipa de cachimbo

Secção de pipa de cachimbo. Pasta branca (caulino) sem e.n.p. Também é visível a área de colagem do molde.

Diâmetro médio – 5 mm.

Cronologia – primeira metade do séc. XVII.



Fontes

Manuscritas

A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, L.º 1, fl. 196-v.

A.N.T.T., *Dicionário Geográfico de Portugal*, vol. 25, Memória 225.

Impressas

COLLAÇO, João Tello de Magalhães – *Cadastro da população do Reino (1527): actas das comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Lisboa, Tip. da Imprensa Nacional de Publicidade, 1929, p. 75.

Bibliografia

BARROS, Luís – “Trabalhos Arqueológicos nos Paços do Concelho de Almada”, *Al-Madan*, Almada, N.º 3, 1984, pp. 25-27.

JÚNIOR, J. R. dos Santos – “Olarias de Muge”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, vol. 5, fasc. 3, 1932, pp. 217-226.

MANGUCCI, António Celso – “Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados do século XVI a meados do século XVIII”, *Al-Madan*, 2.ª Série, Almada, N.º 5, 1996, pp. 155-168.

MECO, José – *O Azulejo em Portugal*. Lisboa, Publ. Alfa, 1989.

QUEIRÓS, José – *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (Org. e notas de José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto), 3.ª Ed, Lisboa, Ed. Presença, 1987.

SANDÃO, Artur – *Faiança Portuguesa: séculos XVIII e XIX*. S.l., Liv. Civilização, s.d.

SILVA, Rosas da – “Conta de vidro policromo encontrada no castro de Sabroso”, *Revista de Guimarães*, Guimarães, vol. 46, fasc. 1, 1934, pp. 119-121.

Subterranean Lisbon, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, p. 253.



Assimetrias

Escrever é, cada vez mais, viver.

*

Para a Ana Paula

*

(Quase) Prefácio

1. Cada homem tem cinco dedos em cada mão.
2. Estas são as palavras que caem pelo caminho onde me autorizo correr.
3. O que é a Arte?
Uma estranha e simbólica fraternidade?
4. O que é a imagem de um poeta?
Como se define?
O que é ser poeta?
O que é um poeta?
5. Para tudo é preciso ser-se lento.
6. E agora preciso de transportar o meu corpo de um para outro lugar.
Tarefa difícil.
Sobretudo quando assim dentro do frio na intranquila mansidão da noite.

7. O meu corpo recusa esta transplantação.
Mas ela já está processando-se.

Beirã,
Janeiro de 1989
António Manuel Vaz Gonçalves

*

Pórtico

Um centauro no exílio da Exposição.

*

Algures.

Não te podes subtrair à morte
criatura galgando estradas.
Distância nunca consumida
morremos todos entre.

Alhures.

*

E é no fim da tarde
quando a tristeza invade os móveis



e eu escrevo um princípio de poema
ouvindo a chuva dentro do inverno
(janeiro?)
é no fim de tarde
que o frio transporta toda a tristeza que me
invade.

*

Nascer

Não tenho frutos nem cadências
nem intenções
nem rábulas históricas para pensar

dou-me assim inteiro à desordenada
invasão da paisagem
sem mais nada que os gestos primeiros
que a disponibilidade autoritária dos sentidos.

*

Uma mulher quando está só.

As mulheres quando estão sós
são tão tristes
tão cheias de um poder silencioso
tão inquietantemente inútil.

*

Fotografia pequena história do passado.

Meu avô cerrando-se com (muita)
força
dentro da poderosa precisão da memória
dentro do retrato.

*

Esta portuguesa maneira de sermos pequenos.

Tão próximos do mar
tão longe do que fomos.

Tão pequenos este amor este mar.

*

Não podemos falar do amor
sabe-lo bem.

(Esboço de poema. Luz.)

Mas como me descobriste?
Como me encontraste?
Não deixei qualquer pista
Parti na noite
simplesmente
Levando comigo apenas o meu corpo.

(Luz? Esboço de poema?)

Sabe-lo bem
não podemos falar do amor.

*

Em criança pensava
que todas as coisas
faziam parte do jogo da alegria,
que tudo era luminosamente épico
– estava possuído pela inexcedível força da
inocência.

Depois,
mais, muito mais tarde,
apercebi-me de que entre
o nascer e o morrer
existe um espaço incompreensível,
um enigma chamado viver.

Nunca mais fui feliz.

*



E de vez em quando baixinho
sem aviso pequenos pedaços de beleza
irrompiam do meio da merda
para alegrar os nossos dias
para nos aquecer a solidão

Depois continuávamos meu amigo minha
amiga comendo o pão que o diabo amassou.

*

Tenho vinte e quatro anos.
Fui obrigado a percorrer a distância
que me separava do resto do mundo
sem ter aprendido a andar.
Disseram-me que comecei muito cedo
a sonhar e por essa razão não precisei
de usar as pernas.
Nunca as utilizei
a não ser talvez para ouvir o silêncio
da terra
para lhe adivinhar os sonhos.
Tenho vinte e quatro anos e não perdoou a
ninguém.

*

Todo o discurso feminino
é mistificador e subversivo.
Desenvolve-se a partir de um centro obscuro,
libidinoso,
labirinticamente enganador.
Trata-se de uma conspiração
agressiva e violenta,
um perverso exercício de poder,
um jogo
ardiloso e assustador.
O mundo é regido pelas leis femininas.
Um secreto e infernal domínio.

Os homens são marionetas erraticamente
convencidas do seu poder.

A mulher assegura a continuidade
da espécie:
uma trama biologicamente destrutiva

e tenazmente antiga,
poder materno actuando soberanamente.
Todo o discurso feminino
é vinculador da tragédia masculina,
numa tirânica postura
corporal
falsamente (?) necessária,
ilusoriamente (?) curativa.
Subversivamente mistificador.

*

Tudo está verde ainda.
Só com o tempo virá o amadurecimento e com
ele os frutos.

Será então indescritivelmente saboroso
comê-los
à sombra de tardes quentes de verão,
espalmado o corpo
de encontro aos brancos e frescos pátios de
pedra
bebendo pequenos cálices de aguardente.
Com os olhos breves de luz
saudarei o tempo vindouro:
sorrirei (quase) e o silêncio abrirá dentro dele
um (pequeno) buraco
onde caibam duas palavras
se tantas
para me lembrar que sou homem e respiro e
existo.

Com o tempo.

E tudo assim, cheio,
luminoso, e,
– a maior das maravilhas –
fácil,
espantosamente fácil.

*

Nessa tarde estaríamos
num porto cor-de-lilás-suave
e convenientemente longínquo
para de olhos-nos-olhos



falarmos silenciosamente
delicadamente.
Nós dois pela tarde dentro romanticamente.
Carícia de vento nos nossos cabelos
brisa suave todos os cheiros do mar
fundindo-se nas nossas peles.

O silêncio falando nos nossos olhos.

Tudo isto quase verdadeiro, quase.

*

O que eu quero
da sombra é a luz
história tecida no esquecimento da memória.

Nunca mais outrora.

O tempo conta velhas histórias sempre
novas
histórias de uma criança desajeitada
que nunca soube como sorrir
que nunca aprendeu o amor.

– A dor (não) é toda a mesma e (nem) todas
as histórias são iguais –

A luz
fica sempre esquecida na memória –
– sombra de criança antiga que perdeu o riso
pelo caminho.

Nunca mais.
O que eu quero?

*

Em algum lugar
começou a nascer
lenta e silenciosa
a minha vontade – desejo – de morrer.

Talvez no lado direito
onde o coração não habita
e por isso mesmo o corpo

se torna mais leve
mais propício à beleza
ou à loucura.

Talvez pela irresistível sedução das duas.

*

Todas as coisas
descendem
de uma linha recta
que as atravessa
a meio da vida
que as aprisiona
sem sequer lhes tocar.
Espessa e mortífera
essa linha recta
entrelaça as coisas
em dado momento
da existência
acarinha-as
toma conta delas
prendendo-as.
Gasta-as pelo fio
da meada
que elas próprias
teceram
sepulta-as
praticamente sem
elas darem por isso.
É um jogo imposto
pelas causas das
próprias coisas
inexplicáveis
a elas mesmas.
Não tem tecidos
vulneráveis
não se alimenta
de coisa nenhuma
é uma máquina
desperdiçadora
de energia
contenta-se
com ele mesmo
e faz parte
da memória
anacrónica
do Desconhecido.



É um fio invisível
invencível
demolidor.
Um moto-contínuo.
Atravessa
todos os desenhos
as pinturas
todas as coisas.
É a raiz do segredo
do Tudo.
Chama-se
T E M P O
e não existe.

*

O medo

De manhã
quando acordo
Sei que me destinam a morte.

E o terror
que acompanha essa espera
diariamente renovada?

Essoutro
nem na noite
Nem no sono

me larga as mãos.

Medo:
quando de manhã acordo

já o trago vestido.

*

Derradeiro poema sobre o amor

E o amor?
Que podemos dizer
tu e eu
sobre o amor?
Sim

e o amor?
Então?
Han?

*

Trazes esse monstro contigo,
ele habita-te,
está entranhando no teu seio.
Tem muitos braços,
que trepam por ti acima.
Ele morde-te,
esse ser monstruoso
que trazes ao colo,
que pretendes proteger da luz.
Que tu mimas com cuidados de mãe.
Mostra-mo.

(Deus fala pela chuva adentro
qual assimetria onnipotente.)

Mostra-me esse monstro,
expõe-no à luz,
deixa-o babar-se,
masturbar-se,
morder a mão de quem o alimenta.

(Transfiguração: onnipresença de Deus
vasculhando a chuva sem nada encontrar.)

Esse ser monstruoso
que tu transportas no teu regaço,
que carregas dentro de ti.
Ele,
ele o ser cheio de tentáculos pré
humanos,
horríveis e entrelaçantes,
o monstro disforme
e fenomenalmente transparente,
entranhado nas trevas.
Que tu mimas com cuidados de mãe.

(Dá-o às minhas mãos assassinas
matá-lo-ei com a luz do sol) – Deus, Deus.

*



E depois das horas para trás amigo
dá-me a tua mão deixa-me ser solidário
por uma vez que seja
eu (que) nunca tive amigos:

Errática maneira de ser solidário

virado para onde as noites caem
onde os peixes dão uvas
– saga monolítica –
uma história (re)partida ao meio de
composição do poema em solilóquio

inútil monólogo interior dentro dos dias
e de mais dias onde amar
é ser errado dentro do amor
e por favor não toques nesse animal ferido
não tornes aqui já disse:

Errática maneira de ser solidário.

*

Desprevenido esse ser ferido,
desamparado,
indefeso,
entregue à solidão e
à intempestiva vontade dos outros seres.

Concreta e determinada
essa viagem
ao interior dos espelhos,
a luz que avança dentro da luz,
o espaço musical
da exímia solidão onde se
representa a abstracta trama
da comédia trágica desse ser único.

Bêbado de luz,
atravessado pela contradição,
repartido entre os
dois pólos opostos da existência e
simultaneamente coabitando com ambos.

Habitando as rugas
do silêncio e sempre traído
pela esperança,
entre os cacós da dor e do

prazer:
ele nasce do nada,
nasce de cada pedra do caminho.

Ele desperta e vai. Como se cumprisse um
dever.

Colabora na destruição
do mundo e espera por
fim o silêncio reconciliador.

É ao mesmo tempo um homem
e um animal,
feliz na sua ambivalência
– (será mesmo feliz?) –
asceta do bestial,
desprevenido profeta d'(a)normalidade.

*

Onde as aves
espalham a paisagem
eu morro.

Nas patas que carregam
as asas do meu sonho.

Imensa liberdade esta de ser ave.

*

Crescer
é pisar o chão das palavras
que aprendemos
Pousar a testa
de encontro ao merecimento
que delas tivemos ou fizemos.

Depois,
nada haverá a aprender
a não ser – (talvez) – a própria vida.

*



Quem seduz?

Esta febre de me sentar
à mesa e escrever
esta febre de noites passadas a escrever.

Olho as minhas mãos cinzentas e frias
consumidas nessa febre:
dentro do equilíbrio interno do poema
dentro da sua harmonia.

Cada poema é uma individualidade
única incorruptível intransponível.

Ser poeta é não tomar partido
estar por vezes
perigosamente próximo de si próprio.

Com tanta dificuldade tão imensa.

Por que a poesia
é a última ficção
o último reduto
o derradeiro esconderijo
onde o poeta se esconde.

E o poeta fica incompleto
triste
espantosamente frágil e exposto a si mesmo.

O poema fica lá atrás
hirto incomensurável.

Quem seduz?

*

Teatro

Fabricação de sucessivas personagens

Desdobramento de imagens

Multiplicação de diferentes facetas

Multindividualidades.

*

O anjo de asas negras

Ele voa por entre as
histórias dos que não podem voar
Atravessa o meu sono todas as noites

Voa sobre o meu medo
"coberto com o silêncio que é o manto da
morte".

*

Vieste?
Eu te saúdo.

Quero crer que vieste no tempo das crisálidas.

Epitáfios de luz
rasgando a(s) semelhança(s)
dissemelhando o luto
o meu luto nevrálgico.

Textura muscular
lei da natureza a tua vinda
estrutura matemática triângulo isósceles.

Esqueleto nervos carne tendões músculos
hieróglifos dançantes
dentro da tua precisão de corpo que replica
e atravessa secretamente o corpo humano.

Branca lenda

esta cota d'armas
é o último buraco
à luz da minha luz
que se enreda em interioridades curtas
e desemboca em secreta indizível gargalhada.

A muitos anos de distância vieste eu te saúdo.

*



Como falar da morte?

- i. Nenhum poeta fala da morte.
- ii. Gosto de falar da morte
como quem pensa
que Deus se oprime
pela força dessa palavra.
- iii. Falar da morte não é para poetas.

*

Post-scriptum

As mãos
...
O poema e as mãos do poema
...
A poesia prende as mãos do poeta
...
Um poeta só fala pelas mãos
...
As mãos e a morte do poeta
...
Basta-nos as mãos para falarmos com a
morte.

*

Os anjos dançam na noite
vestidos de sombra
à espera que o jogo acabe
Têm padiolas para transportar os mortos
Esperam por mim dançando na noite.

*

Quando dentro da sedução
da magia das palavras se
fica preso sabe-se que é
aí a poesia que outra coi
sa senão as palavras fan

tasmas vivos dentro do poe
ma seu secreto labirinto?

*

Tudo se desagregou.

De alguma forma sobrevivemos ao cataclismo.

Reinício deste mundo seja ele qual for.

Estou a construir um livro.
E as palavras?
Há que aprendê-las novamente.

Reconstruímos seja o que for
– somos únicos somos loucos.

*

O limoeiro de cristal

Morte é o centro deste poema.

Ter medo é passar o
terror de esta para aquela
mão e de aquela
para esta mão.

Limão é o fruto que mais temo.

O medo ancestral: riso ácido
que vem da memória, infância
sepultada em chão mortal de
aldeia com uma casa só.

Assustadora essa casa quanto
mais se ergue sob as patas
dos gritos que provêm das
camas partilhadas por mortais.

Quem ousa seduzir assim?

A memória obedece a ritos
convencionais dos
a grandes mãos bordadas de luz



cristalizando o medo em frutos amarelos.

Ó noite amarela
bola de fogo consumindo-se eternamente:

Pela morte é que começo agora a ser homem.

Só as mãos fabricam o
medo uma a uma incendiadas.

Não quero mais o teu riso comido pelos
limões.

Quem ousa seduzir quem?

Dentro de um limoeiro de cristal
é na morte que começa o verdadeiro labirinto.
O limoeiro está encostado a uma casa única:

aldeia
de pedra movendo-se de lá
para cá neste chão
entre aquela e esta mão.

Riso de outrora.

E agora vou à procura do medo.

Limão é o fruto que mais gosto.

*

Atrás dos sonhos que
nos prometeram
vamos conduzidos pelo silêncio

Falamos a linguagem desta
terra que outra não temos para
acordarmos os dias das
noites por onde viemos

Assim obscuros silenciosos
conduzidos pelos sonhos que
nunca nos deram.

*

Do mar vem a tua mão.

Homem (falsamente?) triste
secretamente doente
eu vivo o mais escondido
possível em cada instante.

Aceita o meu corpo como dádiva
eu sempre tive (muito) medo do mar

– não me dês a tua mão.

*

Para a minha mãe

Um filho é sempre um poema de
mulher
como um fruto a crescer dentro
das palavras

Um filho é sempre o começo de
uma história de amor

Poema de mulher dentro das raízes do corpo.

*

História curta em louvor de três “mortos” ilustres

Dedicado a Andrei Tarkovski,
Salvador Dali e Jim Morrison.

Os meus mestres eram
bandidos tristes
criadores de arte
homens com fogo nas cabeças
tiranos de si mesmos
inexpugnáveis
comediantes da morte e da vida.

*



Estilhaços

Transbordo de poesia.

Eu sou aquele que não sabe
amar
que me não perdoa a sensibilidade
perigosa
a(s) interioridade(s) das minhas mãos.

(Vivo todo para dentro. Tenho o tempo
todo para pensar e amo a minha obra
com todo o medo possível.)

E agora meto-me para dentro
e frutifico a poesia
Imolamento de eu à vida
vívuda pela(s) palavra(s).

De mim só tenho as mãos.

*

O urso de peluz

Um urso de peluz.

Sangue escorrendo do urso.

O teu urso. Lucky.
O urso que me deste e que agora é meu.

E morri. Mataste-me.

Deste-me o urso de peluz que faz parte da
minha memória
– que existe na minha fantasia memorial.

O urso de peluz que me mataria. E tu
devolveste-mo.

O urso que destruiria definitivamente a minha
infância.

E era teu, estava nas tuas mãos.

E chamaste-lhe Lucky. E deste-mo.

Cruel ironia a tua, ó anjo de asas negras.

Para o Zé Paulo, poeta

De poetas não sei falar.
Neste poema falo do amigo,
não do poeta. Falo da ami-
zade que nasceu do mútuo
amor à poesia. A poesia
que foi a responsável por
os nossos caminhos se te-
rem, um dia, cruzado.
Este poema é para ti, Zé
Paulo.
Nú.

Lembras-te Zé Paulo
daquelas noites no Arroz-Doce
A poesia era a última sobrevivência
o único alimento a única maldição
O desespero de não haver mundo
fora dela
Estávamos possessos pela feroz
alegria da descoberta
Lembro-me tu dizias “Herberto Helder
é o maior” e eu abanava a minha cabeça
bêbada em concordância muda

Éramos crianças sérias e perigosas

Zé Paulo Lisboa não volta mais
essa Lisboa que foi nossa
Porém daqui fica a lembrança de quem não
esquece.

*

As mãos nuas

Reencontro o lugar.
Vim de trás. Ficaram
nuas as mãos, por
fim. Sim.

Mas o poder é sempre um exercício interno,
doloroso.

Também tu reencontras o
lugar. Caíste
dentro da força, do uso



que as mãos têm quando nuas. Sim, por fim é possível amar aqui, dizes.

As coisas que eu amo soletro-as com os dedos, digo.

O lugar é um instrumento visual. Vem de trás. São as mãos que exercem o poder – as mãos e a sua nudez. E agora é possível amar, dizemos.

Reencontramos o lugar.

Os homens são cegos. Este lugar é que são as mãos.

V(i)emos com elas.

*

Poesia

Palavra palavra palavra
palavra palavra palavra
palavra palavra palavra
palavra palavra palavra:

Palavra.

*

É pela voz que mentimos.

Borrão na boca
toda
Tinta entornada na língua.

É pela voz que mentimos.

*

Os poemas são as minhas agendas

Tenho as agendas cheias de sangue dos dias
que morrem
todos os dias. Os dias que explodem de
esquecimento,
os dias esquecidos na memória quotidiana das
agendas.

Tenho todas as agendas para
escrever as minhas vidas
vividas em cada dia que morro.

Solidão imensa essa de pôr poemas em
agendas.

Como se os dias fossem feras
dispostas a caçar-me em cada
hora e mesmo que assim não
fosse a morte continuaria a
escrever-me em todas as agendas.

Então parece-me que tudo o
que um dia encerra é apenas
a espera continuada da morte
explosão contínua de quem
prova o sabor imenso da solidão.

Assim dia a dia os dias todos
escritos na certeza de quem
sabe que vai morrer e espera.

A vida que tenho escrita nas agendas é tanta
que não a vivo.

*

O amor que tarda é
o melhor amor
Aquele que vai sozinho até
à cama e faz lá a
sua casa
O melhor amor é o
que tarda



Aquele que sozinho faz na
cama a sua casa
É tão triste o amor que tarda
O amor que na cama espera a casa que nunca
teve.

*

O milagre da criação

– Tenho aqui um homem, e está vivo.

Tomemos um exemplo. Qualquer exemplo.

Há quem diga que um mau poeta é um bom
exemplo.

Não é um exemplo.

Olha-me agora de frente. Onde
caiu a sombra da tua ignorância?
Onde caiu?

Fala-me do teu delito medíocre.

Tomemos um exemplo.

Não é este o exemplo, mas não faz mal:

Tomou as formas como suas e trabalhou-as.
Modelou-as,
moldou-as às suas mãos.

Tomou as formas como suas e deu-lhes vida.

Extraíu-lhes as partes laterais e criou a beleza.

Em seguida, pôs-lhe
a língua de fora e riu-se.
Sim, por
que quando se pensa com os dedos
a verdade não pode existir.

O escultor é a máquina de criar a mentira
através das mãos.

Obras de arte.
Depois chama-lhe Beleza.

Se se pensa com as mãos não pode haver
verdade.

Bom é escrever.

É um tumulto bárbaro, uma
selvajaria rutilante, uma luta vertiginosa.

Nascer e partir.

Sem nada por trás das costas.
Nem das pernas.
Com milhões de despertadores a tocarem ao
mesmo tempo.

O corpo humano cortado às postas pela poesia
– a célebre barbárie da alegria.

Feroz, este
espectáculo, este frenesim, esta arena da
escrita.

Gladiadores da inspiração primitiva,
das palavras selvagens. E mortais. É
um exemplo.

Bom é escrever: metáfora do (re)nascimento.

Uma ânsia de ser cru e saber a sal.

Hipotética enunciação do devir.

Estar sentado em cima das palavras,
mexê-las, remexê-las,
agarrá-las pelos cabelos e constitui-las
pela ordem da mentira,
transformá-las em poesia.

Apaixonei-me pelas palavras e nunca mais de
lá voltei.

Um trono espera por mim. Arte.
Nunca mais me vou apaixonar.

E o tempo?
Apenas o meu tempo e o uso que dele fiz.

O tempo que sopesa as palavras no papel e as
transforma em poemas.

Este tempo cristão de dois mil anos.

Sim, é um tempo demasiado novo. Recente.



Não chega esse tempo. É preciso mais tempo.

Aquele que faz das minhas mãos a minha
escravidão, que
me determina e estabelece o espaço possível
da mentira.

– É um escultor de palavras.

*

Movimento circular

Entro pela bebedeira do relógio e dou horas.
Estou bêbado pela exactidão, pelo lado mais
pontual onde uso os

relógios

Aí é o único local realmente e-x-a-c-t-o que
conheço,
para além, é claro, do meu pulso direito –
onde todos os relógios
param.

Assobio pelo tempo das crisálidas quando
nascem.
Crio bichos-da-seda em caixas de cartão. Vejo-
-os fabricar casulos
e transformarem-se em borboletas, pequenos
seres alados.

Chamam a isto metamorfoses, mas eu que
estou dentro
do relógio sei que é apenas a magia
trabalhando dentro do tempo.

Fico aterrado e fascinado quando a respiração
da bebedeira dá horas no pulso direito.

Percebo que possuir o tempo é uma coisa
simples
– basta apenas entrar-lhe directamente no
lado contrário.
É no entanto difícil que isso aconteça, pois a
dificuldade reside
precisamente em descobrir a entrada secreta
do lado contrário do tempo.

E então só me resta entrar pelos relógios. É o
começo
de um princípio. Depois (re)tomo o caminho.
Várias vezes cheguei
aqui e várias vezes parti para chegar
novamente aqui. É o princípio de um
fim.

Dou corda aos relógios e as horas batem-me
nos pulsos.
Depois agarro-me aos ponteiros e com eles
avanço por outros corredores, outras
direcções.

Volto sempre à hora em que comecei.

Começo a gritar e é quando acordo. Um
sonho. Um pesadelo.

*

Nem mais, nem menos

A Ruy Belo

1
Passamos por entre as coisas que nos
autenticam.
Somos tristes como só
as aves o podem ser.
Sabemos o
fogo que nos foi destinado
A água movendo-nos os braços
moinhos tristes forjando
o pão nosso de cada dia.

Entre as coisas que
autenticam
somos o fogo de outro
destino que não o nosso. Tristes.

2
Sulcamos os gritos das
multidões
homens gastos pela espera e
pela miséria
Tochas incendiadas somos o
sulco.



Lembro-me.

3
Vivemos para morrer.

Estamos sentados com os pés na dor de
escolher.

Fazemos força nos
passos as pernas para que as queremos nós?

Vamos em frente de costas
para o mar Estamos do lado
de cá da terra

ainda.

Morrer é amanhã.

4
De poetas não
sei ser amigo irmãos
meus na dor de escrever.

Uma palavra é quanto basta para decifrar o
mundo.

Não estamos sozinhos porém sós.

*

Estrangeiros em qualquer terra somos sempre
menos que na nossa é certo sempre menos.

*

De uma tarde inesquecível

Para o Sobral, como sempre

A alegria de um re-
encontro cabe toda na
palma de uma mão.

Estávamos os dois à
espera das palavras e

disse-te: tens que ler estes
poemas
são tudo o que tenho para te dizer e

tu surpreendeste-me tinhas
para mim a surpresa de te
(me)
ler.

Há quanto tempo para viver?

“Só os mortos conhecem o futuro”.

Tu já estiveste morto disseste-
-mo nessa tarde bem vês não o esqueci.

A alegria de um encontro é
sempre a tristeza do re-
-encontro

mas tu habitas a meu lado.

*

De repente, sem as chaves no bolso.

Os cigarros descritos com a cinza.

Com as prateleiras todas fechadas.

*

Março queixa-se com chuvas
não fales continua assim
azul deitada assim presa
ao amargo sabor dos meus
olhos março queixa-se
com chuvas a chuva entrou
no meu quarto.

*

Cresce a barba junto aos dias por fazer
vem despe-te e



despe-te de ti
pousa nos dias por fazer a minha barba e
a minha despedida às avessas deste
chão que me oprime.

*

Não tenho pressa os
ribeiros correm sempre
acredito na beleza inútil da beleza.

Não tenho pressa pássaros
morrem outros nascem
é impossível haver pressa.

Só a urgência do desejo urge por vezes.

Tenho o tempo todo para viver e
depois morrer não tenho pressa
deito-me ao sol quente rio
um riso branco e inútil rio.

*

Assim cresces:
de ti para ti,

como uma mão pousada no meu sono.

*

Não é este o céu que esperávamos.

Com as mãos sentadas na fé do esquecimento
fizemos força contra os testículos de Deus.

Escrevem-se assim as aves que morrem
batendo cegas contra os muros brancos
deste verão incalculável.

Cegas e surdas com as asas rasgadas de tanto
o céu esperar.

*

Guardarás sempre essa fronteira em que os
sinais são visíveis.

Depois como os outonos feitos de roxo
caminharás
segura entre os teus cabelos passarás
célere como um barco uma pluma no ar
flutuante a vibrar.

Esse é o teu intransigente mundo.
Nada sei dos ventos que levam e trazem a tua
leveza porém daí

Guardarei sempre esse sinal em que as
fronteiras são invisíveis.

*

Onde sou eu um andaime de ferro?

Todo o amor que sentir, cago-o:

Sou aí – não sei se andaime.

(Não sei se ferro)

Mas é alto e dói.

*

Ele vem à festa. Está
vivo, animado pela fúria elementar. É
um animal feroz.

Está atrás da porta, respira, é
um animal que se soltou da jaula.

Vem de rastros até ao salão onde decorre a
festa, irrompe
pela festa adentro.

Da sua cadeira de rodas a avó afaga-lhe a
cabeça. Ele
ruge.

É único, é selvagem e é puro. É



um monstro.

Rastejando procura a sua consciência, o muro mortal onde vai chorar.

É um animal ferido.

A mulher que o espera já está morta na sua
velha
cadeira de rodas. Ela
abraça-o defronte dos convidados.

Depois vão todos comer e beber, banharem-se
na orgia de se ser inteligentemente
sociável.

A festa. A grande festa. Riem.

A criatura obscena investe. Tatuada
na fala. Interrompe
bruscamente a felicidade alheia. Ninguém
o prevera.

É um animal incómodo.

Cortaram-lhe as pernas. Definitivamente.

Sentaram-no na cadeira de rodas da avó
morta. Ela
ofereceu-lha com todo o amor. Deram-lhe uma
garrafa de vodka.

Morreu embriagado. Era demasiado frágil.

*

Abandonando os répteis os seus refúgios.

Sintomas para eles imperceptíveis
quietos nas suas margens singulares.

Olhares diagonais a prumo picante direito –
aqui.

*

Na impossibilidade do reconhecimento do
próprio desejo.

Discurso pôdre e gasto dos avós.

Amplas divisórias nas traseiras com óculos de
sol para a rua.

*

Recebe-te como dádiva.
De onde eu vim as figueiras davam sombra à terra.

A minha alma de lobo solitário sem margens.

E do resto das palavras em descrença levamos
talvez
aquilo que sabíamos esperar.

Onde pousa a sombra que a tua mão tece.

*

Esta primitiva dança. Esta
Fala subindo escadas. Esta
farsa.

À espera. Devagar, muito devagar.

Lisboa é esta cidade?

Às primeiras falas da manhã transparecem os
primeiros rostos. Hesitantes.

Cronometrados na luta diurna
encostados a este muro. A correrem
dentro da cegueira.

Atrás das imagens posteriores a eles.
À espera.

Lisboa é esta cidade a rir.

Querer saber este segredo é fingir.

*



**Decreto real de sua majestade Luís XIV,
Rei da França, aos seus súbditos**

Eu,
Luís XIV,
Rei da França pela graça de Deus,
e pela autoridade que por Ele me
foi conferida,
obedecendo a desígnios superiores,
faço saber a todos os meus mui leais
súbditos,
por meio deste real decreto,
o seguinte:

Faço saber e tornar público,
proclamando o presente decreto,
que Maria Antonieta,
minha real esposa e Rainha da França,
é condenada à morte no cadafalso,
por traição à pátria Francesa
na pessoa do seu Real Soberano,
Eu,
o Rei-Sol,
iluminado por todo o amor divino
e acima das desventuras dos pobres
mortais a quem coube,
por graça divina,
reinar e governar em todo o esplendor.

A minha augusta consorce,
Maria Antonieta Rainha da França,
deverá ser executada com todas as
honorarias que procedem da sua mui
nobre posição,
não me poupando Eu,
Luís XIV Rei da França,
a quaisquer esforços para que a sentença
e a respectiva condenação se processem
com toda a dignidade que a ocasião impõe.

Cabe-me a Mim executar neste nosso bem-
-amado solo francês a justiça divina,
e é com todo o amor que condeno à morte
minha real esposa,
tendo ela atentado contra o pudor
e expondo à vergonha e ao ridículo
os sempre severos, mui nobres e justos
princípios com que sempre norteiei,
com a graça de Deus,
todos os meus anos de reinado até ao dia de hoje.

E assim Deus me ajude nesta tão difícil
decisão,
que mais não faço do que ser completamente
justo,
sábio e bom.

Que Deus perdoe à sua alma,
por que Eu,
Luís XIV,
Rei da França pela graça de Deus,
nada tenho a acrescentar ao que aqui fica
lavrado.

E assim seja.

*

Silharia

E tudo isto
num minúsculo quadrado
de tempo.



Colibri – Artes Gráficas
Faculdade de Letras
Alameda da Universidade
1699 Lisboa Codex
Telef. / Fax 796 40 38

Vivemos numa época em que a globalização da economia, as auto-estradas da informação e a hegemonização cultural podem conduzir a uma perda da identidade das diversas comunidades. Neste contexto, a publicação *IBN MARUÁN* é um veículo magnífico da nossa identidade e conseqüentemente a sua publicação impõe-se-nos como uma exigência.

Através dos riquíssimos trabalhos nela publicados, sabemos hoje muito melhor o que éramos e fizemos ontem, e o que somos e fazemos hoje.

A Unesco define a cultura como um conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo cultural. A cultura engloba assim, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

É de tudo isto que a *IBN MARUÁN* nos tem falado e nos tem dado a conhecer, e é por tudo isto que a *IBN MARUÁN* terá que continuar a ter o apoio incondicional de todos aqueles que a conhecem.



Manuel Bugalho
Presidente da Câmara Municipal de Marvão



Câmara Municipal de Marvão



Edições Colibri